

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO TAQUARI 2015-2030



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



Cíntia Agostini
(Coordenadora)

Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Taquari 2015-2030

1ª edição



Lajeado, 2017



Coordenação e Revisão Final: Ivete Maria Hammes
Editoração: Glauber Röhrig e Marlon Alceu Cristófoli

Avelino Tallini, 171 – Bairro Universitário – Lajeado – RS, Brasil
Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000
editora@univates.br / <http://www.univates.br/editora>

P712

Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Taquari 2015-2030 / Cíntia Agostini (Coord.) - Lajeado : Ed. da Univates, 2017.

220 p.:

ISBN 978-85-8167-200-7

1. Desenvolvimento regional. 2. Planejamento estratégico.
3. Vale do Taquari (RS). I. Título

CDU: 332.1

Catálogo na publicação – Biblioteca da Univates

As opiniões e os conceitos emitidos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 INTRODUÇÃO	7
2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	9
3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO	15
4 ANÁLISE SITUACIONAL.....	65
5 MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	71
6 ESTRATÉGIAS REGIONAIS	81
7 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS.....	93
8 CARTEIRA DE PROJETOS	95
9 PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL	195
10 GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO REGIONAL.....	211
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS	217



CODEVAT

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO
DO VALE DO TAQUARI

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO CODEVAT

Presidente: Cíntia Agostini

Vice-presidente: Sidnei Eckert

1° Secretário: Jonas Calvi

2° Secretário: Luciano Carminatti

1° Tesoureiro: Gilmar Neitzke

2° Tesoureiro: Nilton Rolante

CONSELHO FISCAL

Titulares: João Antônio Merten Peixoto, Marcelo Antônio
Araldi Brandoli e André Emílio Lagemann

Suplentes: José Ambreu Diedrich, Auri Heisser e
Roberto Pretto.



**ORGANIZADORES E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO
PLANO ESTRATÉGICO DO VALE DO TAQUARI 2015-2030**

Cíntia Agostini (Coord.)

Carolini Duzzo

Roque Roesler

Tiago Guerra

Weslly Dannenberg

Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.

Órgão Financiador: Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG.

Tiragem: 300 exemplares

Copyright: Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - Codevat

APRESENTAÇÃO

No momento em que entregamos ao Vale do Taquari mais um plano estratégico regional, cabe-nos agradecer a toda comunidade que se engajou e fez deste um plano plural e participativo.

A região construiu planos estratégicos em 1999/2000, em 2009/2010 e, agora, em 2016/2017. Este último é atualização do anterior e resultado de um convênio assinado no final de 2015, com o Governo do Estado do RS.

Muitos foram os atores que participaram do processo e é nestas condições que consideramos a construção deste, ou seja, o plano foi construído a partir de reuniões em todos os municípios, reuniões setoriais, debates com entidades e assembleias regionais. Um plano que se utilizou de fontes secundárias para lograr êxito em seu diagnóstico e, posteriormente, definir diretrizes, estratégias e projetos regionais.

O desafio, a partir deste momento e sempre, é implementar as ações relatadas neste documento. As entidades envolvidas estão citadas e todos fazem parte daquilo que se seguirá, a implementação do plano estratégico.

Inicialmente, o agradecimento a todos que contribuíram de alguma forma; na sequência, o pedido de engajamento regional para continuarmos trabalhando em prol de todos os projetos aqui propostos e atingirmos aquilo que consideramos nossa visão de futuro: ser uma região desenvolvida, uma região onde as pessoas queiram viver, trabalhar e ser felizes.

Assim, entregamos um documento que reflete a atualidade regional, traz um apanhado de até uma década e propõe projetos para os próximos 15 anos do Vale do Taquari.

Cíntia Agostini
Presidente do Codevat

1 INTRODUÇÃO

O presente documento é resultante do processo de planejamento estratégico do Vale do Taquari, conveniado entre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do RS – COREDES e Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do RS – SPGG, conforme Convênio nº 1636/2015.

Para viabilizar o plano, o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT, parte conveniada com o Governo do Estado, contratou equipe especializada via licitação pública, sendo a Univates, Instituição Comunitária e regional, a vencedora do processo e prestadora do suporte técnico, metodológico e teórico, para o planejamento regional.

Esse processo de planejar é fundamental para a mediação do desenvolvimento da região e será a base norteadora das ações nos próximos 15 anos. Estão explicitados a seguir a construção participativa e plural que se deu ao longo dos 18 meses do trabalho. Todos os aspectos foram definidos regionalmente e debatidos com a sociedade, a partir de reuniões regionais, municipais e setoriais, além da participação *online*.

Neste trabalho são apresentados os aspectos teóricos, metodológicos, os objetivos e a abrangência do referido plano. Além dos temas que fundamentam o diagnóstico, são apresentados os aspectos que permeiam as ações e a forma de implementação do plano, ou seja, são explicitadas as estratégias, os referenciais estratégicos, a carteira de projetos do Vale do Taquari, a forma da gestão e implementação do plano, além da priorização da região funcional 2.

Para tanto, foram efetivadas duas assembleias regionais, uma no dia 31 de março de 2016 para apresentação da proposta do planejamento regional, seus objetivos e equipe de trabalho; outra, no dia 10 de agosto, para discussão por dimensão de análise e validação das diretrizes regionais. Entre as duas assembleias ocorreram 34 reuniões municipais para construção do diagnóstico e análise situacional.

Posteriormente, foram feitas reuniões por dimensão em três turnos de trabalho: dois no dia 27 de setembro de 2016 e um no dia 29 de setembro de 2016. Também, entre os meses de novembro e dezembro, foram discutidos os projetos com instituições e entidades regionais: Amturval, Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Emater, Polícia Civil, CRPO, CODETER, 3ª Coordenadoria Regional de Educação, 16ª Coordenadoria Regional de Saúde, APL das Agroindústrias, Secretarias de Desenvolvimento de Estrela e Encantado.

As contribuições de todas as instituições conformam os projetos de forma articulada com as necessidades das comunidades e com o trabalho das várias instâncias que atuam na região.

Por fim, todos os aspectos foram aprovados em Assembleia Regional no dia 01º de dezembro de 2016. Na referida, foram aprovadas as estratégias, os referenciais estratégicos, os projetos regionais e a forma de gestão e implementação do plano e, na oportunidade, hierarquizados os projetos por estratégia e definidos os responsáveis por cada uma das comissões setoriais. Comissões estas vinculadas às estratégias e que, em cada uma delas, haverá uma entidade coordenadora.

Após as definições regionais, a região funcional 2, Vales do Taquari e Rio Pardo, reuniram-se três vezes para priorizar seus projetos regionais: no dia 13 de dezembro de 2016, 16 e 17 de janeiro de 2017.

Assim, a seguir são apresentados os aspectos teóricos que fundamentam o plano ora descrito, na sequência o diagnóstico técnico e a análise situacional, baseados em dados secundários e nas reuniões feitas em todos os municípios do Vale do Taquari.

Na sequência optou-se por efetivar as matrizes de potencialidade e desafios do Vale do Taquari, por dimensão, conforme descrito na metodologia apresentada. Após, foram definidas as diretrizes regionais.

Considerando as diretrizes apresentadas, foram construídas estratégias regionais, os referenciais estratégicos, determinando visão, vocações e valores do Vale do Taquari, para então efetivar a carteira de projetos e a priorização da região funcional 2.

Todos os aspectos aqui apresentados foram atrelados a um modelo de gestão e implementação regional aprovado, que inicia ao findar o plano.

Em suma, o CODEVAT, o Estado do RS e todas as entidades e técnicos envolvidos, entregam ao Vale do Taquari, documento norteador dos trabalhos regionais, das ações das entidades e priorização dos recursos públicos. Demonstam a visão regional de um Vale que se pretende desenvolvido e que proporciona aos seus cidadãos, qualidade de vida e bem-estar por viver nessa região.

2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento regional é percebido neste trabalho considerando que as particularidades são as que podem dar conta do desenvolvimento na perspectiva territorial. Nestas condições, são enfatizados a dinâmica e a diversidade desta região e de cada município que faz parte do recorte territorial aqui trabalhado. Leva em conta que esta é o resultado de como o território se organiza e a regionalização é a construção do próprio processo, das particularidades na interação com a totalidade (AGOSTINI, 2015).

Nestas condições, o desenvolvimento regional se dá a partir dos planejamentos e/ou das ações nos territórios construídos, apropriados pela sociedade, ou seja, é no território que se identificam regiões ou lugares. Dessa forma, é nesse processo de apropriação que se constroem as regiões.

Um plano estratégico é um documento que contemporiza diagnóstico, prognóstico e ações a serem implementadas, considerando aspectos econômicos, sociais, estruturais, ambientais, políticos, éticos, culturais, territoriais, entre outros; visa a identificar aspectos internos positivos (fortalezas) e aspectos internos negativos (fraquezas), e, aspectos externos positivos (oportunidades) e aspectos externos negativos (ameaças), para usar uma das metodologias propostas para o planejamento, que possibilitem identificar potencialidades e desafios, para o Governo ou a empresa ou a região, propor estratégias e ações para o desenvolvimento.

Considerando o exposto por Cardoso Jr. e Melo (2011) e Rezende (2011), um plano de desenvolvimento é “um esquema coerente e fundamentado de objetivos, de metas quantitativas e qualitativas, bem como de ações com caráter econômico, social e político” (CARDOSO Jr.; MELO, 2011, p. 13). Possui, segundo os autores, diagnóstico, instrumentos que possibilitem a implementação, revisão e correção das ações.

Possibilita visualizar aspectos centrais da sociedade e viabilizar caminhos, delineando orientações gerais que oportunizam escolhas entre as diversas políticas públicas. Para Cardoso Jr. e Melo (2011, p. 17), os “dois eixos de um plano são uma visão abrangente da sociedade e uma formulação interligada das diversas políticas públicas e atividades de governo”.

Assim,

[...] pode-se considerar que o planejamento é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possível (SIEDENBERG, 2009, p. 14).

Por fim, aspecto salientado por Cardoso Jr. e Melo (2011) e Rezende (2011) é a participação social, desde a participação via democracia representativa dos Legislativos, até a participação via as diversas sociedades civis. Nestas condições, “o plano de desenvolvimento é um mapa de rumos para o futuro, que pretende servir de marco de orientação para o país, e é, por isso mesmo, também o marco de discussão” (CARDOSO Jr.; MELO, 2011, p. 18).

Nessas condições, o presente documento é resultado de um plano regional, participativo e plural, que buscou, em seu diagnóstico, dados secundários existentes, contemporizando as referidas informações com reuniões municipais, discussões setoriais, assembleias regionais e participação via documento eletrônico, termos uma fotografia do Vale do Taquari.

Todos os dados e informações foram utilizados e expressos nas análises desse documento e que compõem o produto II do convênio 1636/2015.

2.1 OBJETIVOS DO PLANO

Os objetivos geral e objetivos específicos do planejamento estratégico regional do Vale do Taquari.

2.1.1 Objetivo Geral

Atualizar e ampliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Vale do Taquari, de acordo com os termos especificados neste Plano de Trabalho e segundo as Diretrizes e Referências para a implementação da atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, estabelecidas no Anexo II do Convênio com o Fórum dos COREDES, nº 1636/2015.

2.1.1.1 Objetivos Específicos

- a) Atualizar e ampliar a base de dados regionais, anteriormente elaborada e divulgada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Corede, de 2010, tendo como base os Perfis Socioeconômicos dos 28 Coredes, elaborados pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) em 2015, visando a definir uma visão de futuro e ações estratégicas que apontem para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do desenvolvimento regional;
- b) Definir a visão de futuro e as estratégias de desenvolvimento do Corede para determinação dos propósitos globais permanentes que servirão como base para realização do planejamento estratégico;
- c) Identificar, em conjunto com a comunidade regional, os principais condicionantes, problemas e potencialidades setoriais e regionais, a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional;
- d) Elaborar uma carteira/lista de projetos hierarquizada, contendo objetivos, justificativas, escopo, órgãos intervenientes, cronograma e estimativas de recursos.
- e) Estimular e valorizar o desenvolvimento do capital social e da identidade regional, a partir da indicação de projetos estruturantes, de acordo com o perfil histórico da região, de suas potencialidades atuais, de novas oportunidades e de suas possibilidades de interação com outras regiões do estado.
- f) Qualificar o processo de participação das regiões no planejamento e orçamento governamental.

2.2 ABRANGÊNCIA DO PLANO

O plano estratégico de desenvolvimento utiliza-se da abrangência dos Coredes do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 36 municípios considerados neste plano.

O Vale do Taquari localiza-se na região central do Rio Grande do Sul e dista em média 150 quilômetros de Porto Alegre, integrando a região funcional 2, juntamente com o Corede Vale do Rio Pardo.

A região compreende os seguintes municípios:

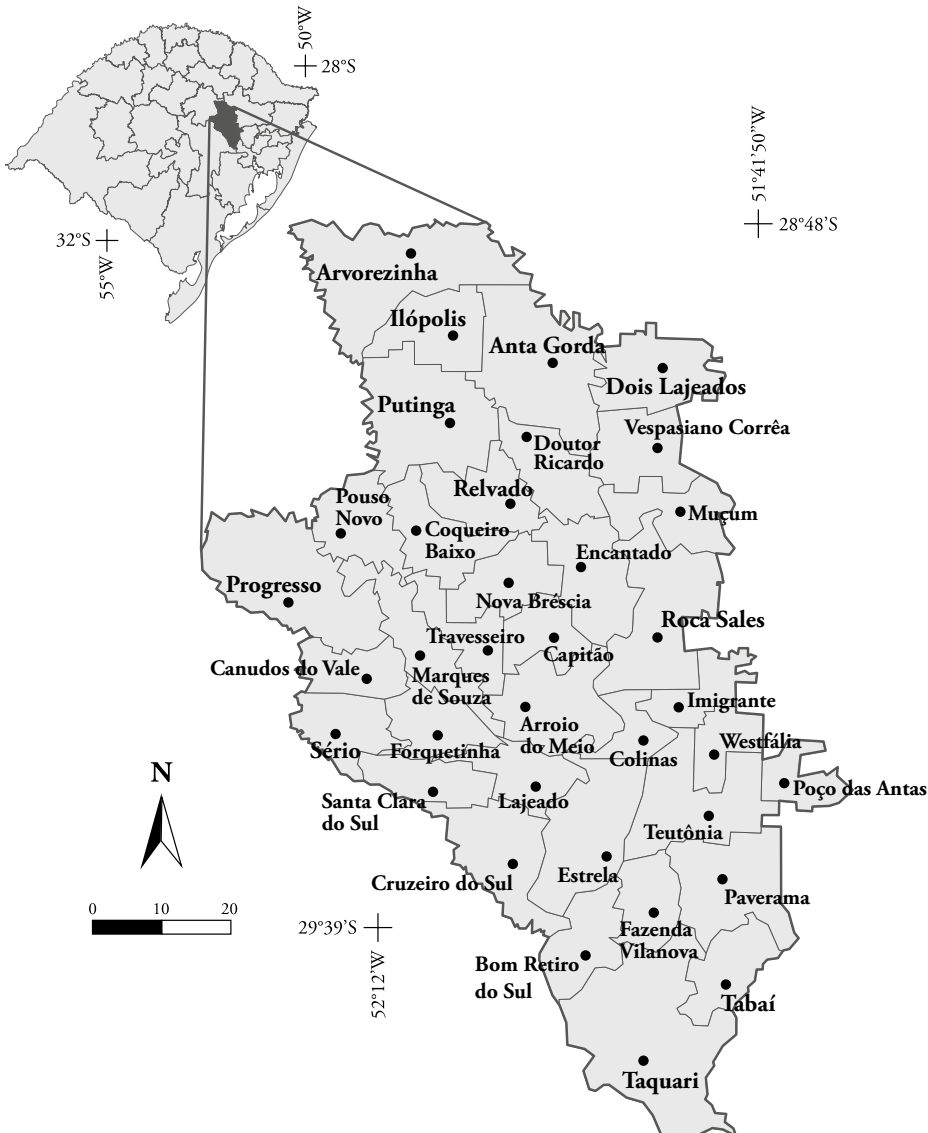
Figura 1 – Municípios que compõem o Vale do Taquari

Município	Distância de Porto Alegre (Km)	Área Territorial 2013 (Km ²)	Data de criação	Data de instalação	Lei de criação	Município(s) de origem
Anta Gorda	179	243,0	26/12/1963	07/04/1964	4686/63	Encantado
Arroio do Meio	119	158,0	28/11/1934	02/01/1935	5759/34	Lajeado e Encantado
Arvorezinha	201	271,6	16/02/1959	06/06/1959	3717/59	Encantado e Soledade
Bom Retiro do Sul	105	102,3	31/01/1959	01/06/1959	3704/59	Taquari
Canudos do Vale	146	81,9	16/04/1996	01/01/2001	10755/96	Lajeado e Progresso
Capitão	136	74,0	20/03/1992	01/01/1993	9.561/92	A. do Meio e Nova Brésia
Colinas	118	58,4	20/03/1992	01/01/1993	9562/92	Estrela e Roca Sales
Coqueiro Baixo	169	112,3	16/04/1996	01/01/2001	10765/96	Nova Brésia e Relvado
Cruzeiro do Sul	121	155,6	22/11/1963	07/04/1964	4615/63	Lajeado
Dois Lajeados	164	133,4	08/12/1987	01/01/1989	8435/87	Guaporé
Doutor Ricardo	157	108,4	28/12/1995	01/01/1997	10639/95	Encantado e Anta Gorda
Encantado	139	139,2	31/03/1915	01/05/1915	2133/15	Lajeado e Soledade
Estrela	107	184,2	20/05/1876	21/02/1882	1044/76	Taquari
Fazenda Vilanova	93	84,8	28/12/1995	01/01/1997	10642/95	Bom Retiro do Sul
Forquetinha	129	93,6	16/04/1996	01/01/2001	10756/96	Lajeado
Ilópolis	190	116,5	26/12/1963	07/04/1964	4687/63	Encantado
Imigrante	123	73,4	09/05/1988	01/01/1989	8605/88	Estrela e Garibaldi
Lajeado	112	90,1	26/01/1991	25/02/1891	Ato nº 57	Estrela
Marques de Souza	135	125,2	28/12/1995	01/01/1997	10665/95	Lajeado
Muçum	152	110,9	18/02/1959	31/05/1959	3729/59	Guaporé
Nova Brésia	159	102,8	28/12/1964	11/04/1965	4903/64	A. do Meio e Encantado
Paverama	91	171,9	13/04/1988	01/01/1989	8560/88	Taquari
Poço das Antas	120	67,6	12/05/1988	01/01/1989	8630/88	Salvador do Sul
Pouso Novo	159	106,5	28/04/1988	01/01/1989	8581/88	Arroio do Meio
Progresso	165	255,1	30/11/1987	01/01/1989	8424/87	Lajeado
Putinga	201	205,1	26/12/1963	08/04/1964	4689/63	Encantado
Relvado	174	123,4	09/05/1988	01/01/1989	8604/88	Encantado
Roca Sales	140	208,5	18/12/1954	28/02/1955	2551/54	Estrela
Santa Clara do Sul	124	86,6	20/03/1992	01/01/1993	9621/92	Lajeado
Sério	152	99,6	20/03/1992	01/01/1993	9594/92	Lajeado

Município	Distância de Porto Alegre (Km)	Área Territorial 2013 (Km ²)	Data de criação	Data de instalação	Lei de criação	Municípios(s) de origem
Tabaí	72	94,8	28/12/1995	01/01/1997	10660/95	Taquari
Taquari	93	350,0	04/07/1849	03/12/1849	160/49	Triunfo
Teutônia	107	178,5	05/10/1981	28/02/1982	7542/81	Estrela
Travesseiro	139	81,1	20/03/1992	01/01/1993	9596/92	A. do Meio e Nova Brésia
Vespasiano Côrrea	163	113,9	28/12/1995	01/01/1997	10663/95	Muçum
Westfália	113	64,0	16/04/1996	01/01/2001	10754/96	Teutônia e imigrante

Fonte: BDR (2009) apud CODEVAT (2009).

Figura 2 – Mapa do Vale do Taquari



Fonte: FEE (2008).

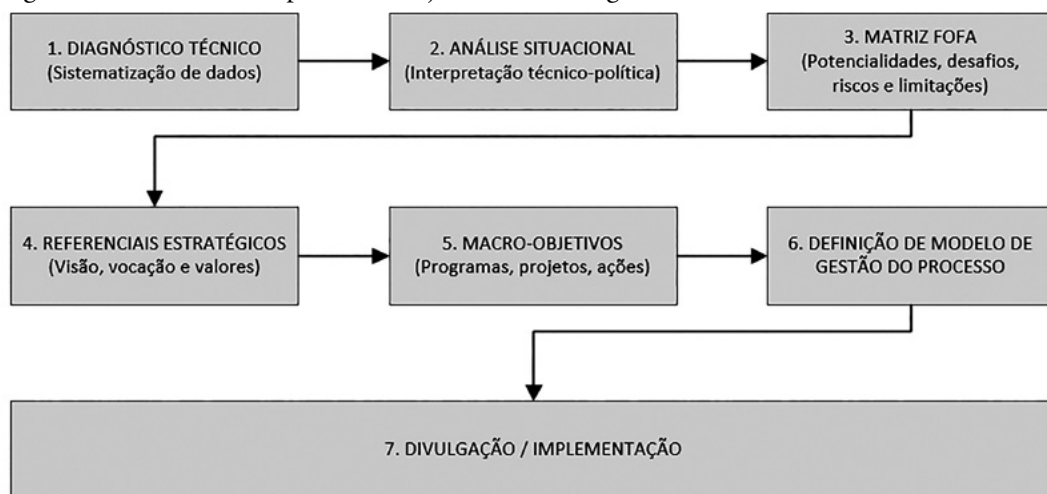
Além do recorte geográfico aqui determinado, a abrangência do plano também é explícita no caráter participativo. Foram inúmeros representantes de entidades e cidadãos que participaram ativamente no diagnóstico aqui apresentado.

2.3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para o processo de atualização/elaboração dos planos estratégicos dos Coredes é aquela definida como orientadora do processo de elaboração dos planos estratégicos em 2009/2010 e que se encontra publicada no capítulo “Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial” de autoria de Sérgio Luís Allebrandt, Pedro Luís Büttgenbender e Dieter Rugard Siedenberg, em livro organizado por este último autor: Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional.

Todas as etapas do plano estratégico seguiram as etapas conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Síntese das etapas do Planejamento Estratégico



Fonte: Adaptado de Siedenberg (2009, p. 30).

No diagnóstico foram organizados dados existentes de fontes secundárias e utilizados documentos produzidos sobre o Vale do Taquari como o Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari (SEPLAN, 2015); e documentos regionais como: a) Estratégias para o Desenvolvimento do Vale do Taquari – 2015/2018: documento produzido pela região para discussão com os candidatos ao pleito de 2014, das prioridades regionais; b) Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas: documento que faz diagnóstico e prognóstico dos aspectos hídricos da bacia hidrográfica; c) Estratégia integrada de prevenção de riscos associados a regimes hidrológicos: estudo da UFRGS sobre os riscos de enchentes e proposições de ação para os municípios do Vale do Taquari; d) artigos produzidos pelos acadêmicos, dissertações e teses sobre temas econômicos, sociais, ambientais, culturais, políticos e de inserção regional; e) resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: dados sociais sobre os municípios do Vale do Taquari; e, f) dados do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Para a análise situacional e construção das matrizes de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) foram utilizadas as informações do diagnóstico e os resultados de 34 reuniões municipais, com a participação de 381 pessoas, da assembleia ampliada com discussões por

dimensão (econômica, social, estrutural, ambiental e institucional) que ocorreu no dia 10 de agosto, com a participação de 62 pessoas e, além destes encontros regionais e discussão por dimensão, o diagnóstico também se valeu de um questionário *online* que ficou disponível no site, nas redes sociais e foi enviado por email. Neste formato de participação, foram recebidos 65 respostas e parte das informações foram utilizadas neste produto e parte serão utilizadas quando da formação da carteira de projetos.

Especificamente na região, a metodologia participativa e plural se deu com o convite a participar de todas as entidades regionais, dos prefeitos, dos vereadores, das instituições de ensino, das entidades empresariais e sociais, dos sindicatos urbanos e regionais, das representações políticas e coordenações regionais do Estado e da União.

Paralelamente, o Codevat participou, com seus membros e técnicos nas oficinas I, II e III. Na primeira oficina apropriou-se de uma visão geral do processo de planejamento, dos aspectos do diagnóstico, análise situacional e matrizes FOFA propostos. A realização desta oficina ocorreu nos dias 16 e 17 de abril de 2016. Na segunda oficina, que ocorreu nos dias 26 e 27 de julho, novamente participaram membros do Codevat e os técnicos do planejamento, a mesma, além de promover uma revisão e adequação do diagnóstico das regiões, discutir as diretrizes presentes neste planejamento, também tratou dos referenciais estratégicos e carteira de projetos, a serem entregues posteriormente, no produto III.

A terceira oficina, com a participação do mesmo público, ocorreu entre os dias 26 e 27 de outubro e os temas trabalhados foram a carteira de projetos e o modelo de gestão do plano estratégico. As oficinas foram feitas para a qualificação teórico metodológica dos técnicos que atuaram nos planos das diversas regiões e no caso específico, do Vale do Taquari.

3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO

Como já descrito na introdução deste trabalho, segue o diagnóstico técnico dos dados e informações coletadas, considerando os aspectos físicos e naturais e as dimensões econômico, estrutural, social, ambiental, da gestão pública e institucional.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

Neste capítulo detalhamos os aspectos físicos e naturais da região do Vale do Taquari, aspectos do clima, temperatura e chuvas. Na sequência, faz-se um breve apanhado histórico regional, da conformação econômica, social e cultural.

3.1.1 Aspectos físico-naturais

O Vale do Taquari faz parte “da Encosta da Serra, a qual serve de condutor gradativo da Mata Atlântica para a região central do estado, seguindo o caminho iniciado a partir do Portal de Torres” (JASPER et al., 2009, p. 3).

Pode ser dividido em duas partes distintas:

[...] uma localizada no bordo superior da encosta sudeste da Serra Geral, ou do Planalto das Araucárias, caracterizada por ser uma integração entre os sistemas do Planalto e os das Araucárias, caracterizada por ser uma integração entre os sistemas do Planalto e os da Encosta; e outra vinculada à porção escarpada da mesma encosta, logo abaixo da porção anterior, onde se desenvolvem associações de florestas úmidas, como as Formações Floresta Estacional Decidual/Semidecidual, sistemas anexos à Mata Atlântica (JASPER et al., 2009, p. 3).

Na região desenvolvem-se diferentes ecossistemas. Nela formam-se variadas plantas, sendo condicionante de desenvolvimento da biodiversidade regional.

3.1.1.1 O panorama físico do Vale do Taquari

O rio Taquari: as nascentes

O rio Taquari nasce no município de São José dos Ausentes, com a denominação rio das Antas. A denominação rio Taquari, apesar de discutida por alguns geógrafos e historiadores, principia na confluência do rio Carreiro com o rio das Antas, na vila Santa Bárbara, município de São Valentim do Sul. Há também mapas que apontam, para o início da denominação rio Taquari, a confluência do rio das Antas com o rio Guaporé, nas cercanias da cidade de Muçum.

A extensão total do rio Taquari-Antas é de 530 Km, localizando-se a sua foz no rio Jacuí, na cidade de Triunfo.

As nascentes do rio Taquari/Antas situam-se sobre o Planalto da Serra Geral, nas proximidades da linha da escarpa oriental que este planalto forma. Registram-se também, para esta região fisiográfica, denominações como Campos de Cima da Serra, Planalto de Bom Jesus - São Francisco de Paula, Planalto das Araucárias e Planalto Meridional do Brasil. Ocorrem nessa

região as maiores altitudes do Estado, culminando com o Pico Monte Negro, com 1.403m, localizado cerca de 20 Km ao norte da nascente do rio das Antas.

A escarpa é marcada por um abrupto e proeminente desnível do relevo, que pode alcançar 800 metros. Esta linha da escarpa separa, nesta região, os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Ao sopé de um conjunto de coxilhas suaves e alongadas, que tipificam o relevo desta região do planalto, originam-se várias nascentes, dentre as quais as que irão formar o rio das Antas e também, pelo lado norte, as que irão compor o rio da Divisa, um dos afluentes do rio Pelotas. Assim, essas pequenas elevações integram o divisor de águas entre as bacias hidrográficas Taquari/Antas e Pelotas/Uruguai.

A drenagem que circunda as elevações, em grande parte intermitente, origina-se a partir de banhados rasos, comuns nas baixadas do relevo ondulado que forma a região. São banhados supridos pelas águas das chuvas, cujo volume, nesta região, é um dos maiores do Estado, ultrapassando 2.000 mm anuais. A drenagem mais oriental do rio das Antas situa-se a poucas dezenas de metros do início da escarpa oriental da Serra Geral.

A bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas

A bacia hidrográfica do sistema Taquari-Antas, situada na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, apresenta superfície de 26.491,82 Km², correspondentes a 9% do território do Estado do Rio Grande do Sul. Com base na subdivisão das bacias hidrográficas, adotada pelo Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (DRH/SEMA), este sistema limita-se ao norte com a bacia do rio Pelotas; a leste com pequenas bacias da região litorânea, como o Mampituba, Maquine e Três Forquilhas; ao sul, com as bacias Sinos e Caí; e a oeste, com as bacias do rio Pardo e rio Jacuí. No extremo nordeste, limita-se também com pequenas bacias da região costeira catarinense, que deságuam na orla atlântica, tais como os rios Amola Faca, de Dentro e Bonito.

A bacia do Taquari (*sensu stricto*) tem uma forma grosseiramente retangular, com o eixo maior orientado segundo a direção norte-sul. É formada principalmente pelas bacias do rio Guaporé e Carreiro, ao norte; pelos arroios Marrecão, da Seca, Boa Vista, Estrela, Capivara, Potreiro, Santa Cruz, a leste; pelo arroio Taquari Mirim, ao sul e sudoeste; pelos arroios Castelhana, rio Forqueta e arroio Jacaré, a oeste.

O relevo, a geologia e os solos da bacia hidrográfica do rio Taquari

Para a bacia hidrográfica do rio Taquari, sem considerar o segmento rio das Antas, podem ser identificados três compartimentos geomorfológicos distintos: a região de planalto, a região dos patamares e a depressão central gaúcha.

A região do planalto, que abrange as nascentes dos rios setentrionais formadores do rio Taquari, rios Carreiro e Guaporé e, em menor proporção, o rio Forqueta, é também conhecida fisiograficamente como Planalto Médio. Diversos municípios que integram a bacia do Taquari (*sensu stricto*) localizam-se nesta região geomorfológica: Soledade, Passo Fundo, Campo do Meio, Marau, Gentil, Santo Antônio da Palma, Ciríaco, David Canabarro, Multieterno, Nova Prata, Nova Araçá, Guabiju e Ibiraiaras.

Geomorfologicamente, a região do planalto apresenta um relevo relativamente plano e conservado, com sucessão de colinas ou coxilhas de topo plano ou levemente convexo. Mostra

uma conformação de modelado convexo-côncavo, com aprofundamento dos vales entre 15 e 50 metros.

Entre as coxilhas, nas depressões, geralmente elípticas ou circulares, ocorrem brejos ou banhados rasos, locais onde se originam as nascentes. O declive das elevações, muitas vezes, é rompido por afloramentos rochosos que aparecem sob a forma de lajedos ou lajeados.

Sob o ponto de vista geológico, o planalto da Serra Geral ou das Araucárias é formado principalmente por rochas vulcânicas de natureza basáltica e derivados mais ácidos, como basalto-andesitos, riódacitos e riolitos. Essas rochas formadas durante o início do Período Cretáceo apresentam idades, no RS, principalmente entre 130 e 120 milhões de anos. Podem ser portadoras, em diferentes lugares, de geodos e amígdalas preenchidos por quartzo, ametista, calcedônia, zeolitas, calcitas e gipsita.

Na região das nascentes dos rios setentrionais, que formam o rio Taquari, podem ser encontrados também arenitos, siltitos e conglomerados, pouco litificados, pertencentes à Formação Tupanciretã. Esta unidade é considerada de idade neocretácea (entre 99,6 e 65,5 milhões de anos) e corresponde a sedimentos cuja área fonte foram as vulcânicas da Serra Geral e arenitos interderrames.

Os solos do planalto da Serra Geral, na área em questão, correspondem a algumas classes de solos, destacando-se: Latossolo Vermelho, Chernossolo Argilúvico, Argissolo Vermelho-Amarelo e, menos frequentemente, Nitossolo Vermelho Distrófico.

São importantes nesta região das nascentes dos rios Guaporé e Carreiro os latossolos e os argissolos vermelho-amarelos, pela boa profundidade que apresentam, homogeneidade, estruturação e porosidade, destacando-se pela excelente aptidão agrícola.

Esses solos, quando originados de rochas basálticas e areníticas associadas (Formação Tupanciretã), apresentam, no entanto, suscetibilidade erosiva elevada, exigindo práticas conservacionistas. Esse tipo de solo pode ser encontrado na região setentrional das bacias hidrográficas formadoras do rio Taquari, especialmente nas nascentes do rio Guaporé.

O compartimento geomorfológico patamares da Serra Geral corresponde, na bacia do Taquari, às regiões geralmente denominadas Encosta da Serra (Encosta Superior e Inferior do Nordeste). Confunde-se este compartimento com o denominado Serra Geral, pelo IBGE, em 1986.

Essa região, nas áreas mais a montante dos rios formadores da bacia, é marcada por um profundo entalhamento da drenagem, onde são visíveis vales em “V” fechados, escarpas e paredões proeminentes. A dissecação da drenagem é extremamente forte a forte, podendo ocorrer desníveis com profundidades superiores a 300m. Os rios e arroios formam quedas de água com um leito normalmente rochoso. Muitos dos cursos de água desta região apresentam elevado potencial para a implantação de pequenas ou microusinas hidroelétricas.

As sinuosidades dos cursos de água desta região devem-se a um forte componente estrutural, definido por fraturas e falhas, muitas delas de amplitude regional.

Mesmo representando áreas com severas restrições ao uso agrícola, esta região apresenta, pautada em fatores históricos, culturais e sociais, uma expressiva ocupação por parte de pequenas propriedades com uma agricultura diversificada. Concentram-se, em alguns setores dessa região, uma pequena cobertura vegetal natural, preservada pelas condições topográficas e acessibilidade restrita.

O compartimento geomorfológico de patamares da Serra Geral, em direção à jusante dos rios formadores da bacia do Taquari, mostra-se na forma de degraus (patamares) com uma

progressiva atenuação do relevo. Nos limites com a Depressão Central culmina com elevações isoladas, colinas e morros testemunho.

Os rios formadores do sistema Taquari, após trechos com acentuados declives e entalhamentos, principiam a mostrar vales mais abertos e com menor número de cachoeiras, corredeiras e saltos. O próprio rio Taquari, 5,5 Km à jusante de Santa Teresa, mostra um significativo vale alveolar, com cerca de 2 Km de largura, que logo adiante novamente se estreita. Materializa-se, nesta região, a já consagrada denominação “Vale do Taquari”.

Somente a partir de Muçum, na confluência com o rio Guaporé, o vale alarga-se e, de Encantado para jusante, o rio forma uma larga planície aluvionar que se projeta, a partir de Palmas e Colinas, sob a forma de um triângulo, em direção à Depressão Central. Essa extensa área de acumulação lateral de sedimentos constitui as várzeas do Taquari, reconhecidas como das mais férteis regiões do mundo.

Nessa região, a sinuosidade do rio é fruto da sua divagação lateral, onde o controle estrutural, verificado a montante, é pouco expressivo. Ao longo da sua história o rio mudou muitas vezes o seu leito e tais registros estão na forma de sangas e meandros abandonados. A Lagoa do Crispin, entre Cruzeiro do Sul e Venâncio Aires, é um dos exemplos mais expressivos dessas mudanças, ao longo do tempo, de percurso do rio.

Sob o ponto de vista geológico, a região dos patamares e encosta da Serra Geral, os rios e arroios formadores do sistema Taquari entalharam, por meio dos processos erosivos, rochas basálticas e também derivados mais ácidos como andesitos, riocacitos e dacitos. Somente nas regiões mais baixas ocorrem arenitos, formados por deposição eólica durante o período de aridez que marcou o centro-sul da América do Sul, no período Jurássico e início do Cretáceo, há cerca de 150 a 120 milhões de anos. Esses arenitos são atribuídos à Formação Botucatu ou à ocorrência interderrames cronocorrelatas.

Nas regiões baixas dos vales do rio Forqueta, arroio da Seca e arroio Boa Vista podem ser encontrados tais arenitos, também denominados “pedra-grês”, da Formação Botucatu, utilizados na construção civil e pavimentação.

Afloramentos dessas rochas no leito do rio Taquari são raros, podendo ser constatados no Morrete, em Colinas, e em um paredão localizado entre Arroio do Meio e Lajeado. Em Cruzeiro do Sul, junto ao rio, a elevação que identifica a cidade é constituída também por esse tipo de rocha.

O último compartimento geomorfológico que o sistema hidrográfico Taquari abrange corresponde à denominada Depressão Central Gaúcha. Essa unidade localiza-se entre o Planalto da Serra Geral/Patamares e o Planalto Sul-Rio-Grandense, apresentando um relevo relativamente plano, com coxilhas ou terraços aplainados, com exceção de alguns morros isolados ou morros testemunho.

Na região do baixo-Taquari esta ampla depressão central, que se estende de oeste para leste acompanhando linearmente o rio Jacuí, projeta-se para norte, adentrando a unidade encosta/patamares da Serra Geral, nas regiões de Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Estrela e Lajeado.

Essa projeção para norte deve-se a um recuo mais expressivo das rochas efusivas da Serra Geral e dos arenitos da Formação Botucatu que compõem a encosta da Serra Geral a partir dos processos erosivos proporcionados pelo rio Taquari e afluentes.

Nesta região, correspondente aos municípios de Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul, Bom Retiro do Sul, Venâncio Aires, Fazenda Vilanova, Tabai, Passo do Sobrado, Vale Verde, Mariante, Taquari, General Câmara e Triunfo, o rio Taquari e seus afluentes apresentam pequeno desnível, manifestando-se principalmente o padrão de sinuosidade e meandramento. Nas cercanias da cidade de Taquari registram-se expressivos processos de divagação lateral do rio, em curso.

Essa região caracteriza-se pelas amplas planícies de inundação e terraços fluviais elevados, onde, em alguns setores, ressaltam-se morros isolados ou conjuntos de elevações residuais, como em Taquari, Tabai e Vale Verde. Tais elevações estão representadas principalmente por arenitos da Formação Botucatu, com ocasional cobertura de basaltos. Na base dessas feições do relevo podem ser encontrados também arenitos, siltitos e conglomerados, vermelhos, pertencentes ao Grupo Rosário do Sul, de idade triássica (entre 250 e 199 milhões de anos).

Essa unidade geológico-estratigráfica ocorre também, em alguns locais, na calha do rio Taquari, apenas a partir da barragem de Bom Retiro do Sul, em direção à jusante.

Na foz do rio Taquari, na cidade de Triunfo, encontra-se a única ocorrência de rochas pré-cambrianas, no âmbito da bacia. Estão representadas, localmente, por rochas granitoides, integrantes do embasamento cristalino e cujas ocorrências tipificam o Escudo sul-rio-grandense da região centro-sul do Estado.

3.1.1.2 O clima do Vale do Taquari

Segundo o sistema de classificação de Köppen, o Vale do Taquari é enquadrado na zona fundamental temperada “C”, no tipo fundamental “Cf” ou temperado úmido e, ainda, pode ser subdividido em duas variedades específicas, ou seja, “Cfa” e “Cfb”.

A variedade “Cfa” (subtropical) se caracteriza por apresentar chuva durante todos os meses do ano e possuir a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C e a do mês mais frio superior a 3°C. Essa variedade ocorre na maior parte da região, exceto no extremo norte.

A variedade “Cfb” (temperado) também apresenta chuvas durante todos os meses do ano, tendo a temperatura média do mês mais quente inferior a 22°C e a do mês mais frio superior a 3°C. Essa variedade abrange o extremo norte da região, sobretudo os municípios de Arvorezinha, Ilópolis e Putinga.

A dinâmica das massas de ar e as diferenças de altitude têm ação decisiva na distribuição térmica e pluviométrica do Vale do Taquari.

Por estar situado no extremo sul do Brasil, o Vale do Taquari é influenciado com maior intensidade pela Massa de Ar Polar Atlântica, que, ao avançar sobre o Rio Grande do Sul, encontra-se com a Massa Tropical Atlântica e Tropical Continental, formando as frentes frias responsáveis pelas chuvas, principalmente no inverno.

A Massa de Ar Polar também promove a queda das temperaturas, especialmente no inverno, e também origina ventos de quadrante sul, sudoeste e oeste, caracteristicamente secos e frios. No inverno são comuns os fenômenos típicos da estação como as geadas.

No verão, as massas de ar mais atuantes são a Tropical Atlântica e a Tropical Continental, que são quentes e fornecem umidade, contribuindo para a ocorrência de chuvas nesta época do ano. A intensidade do calor no verão também contribui para a formação de chuvas rápidas e localizadas (chuvas convectivas), típicas dessa estação.

Além disso, a região é afetada pelo sistema de tempo de grande escala denominado de El Niño-Oscilação Sul (ENOS), mais comumente conhecido por El Niño e La Niña. Este sistema exerce papel relevante nas anomalias climáticas de precipitação pluviométrica. Em anos de El Niño, as chances de chuva acima do normal são maiores, enquanto desvios negativos ocorrem em anos de La Niña, ocasionando estiagens.

As estações do ano são bem definidas no Vale. E, devido às precipitações serem regularmente distribuídas ao longo do ano, não há a ocorrência de uma estação seca.

Temperaturas

A variação da temperatura no Vale do Taquari está na dependência da movimentação das massas de ar ao longo do ano e das diferenças de altitude.

A temperatura média anual na região apresenta variação de 16 a 20°C, sendo a média do mês mais frio (julho) de 13°C e a média do mês mais quente (janeiro) de 24°C.

Em geral, a temperatura tende a diminuir no sentido sul-norte, em função da altitude, que é maior nas áreas ao norte da região. Portanto, os municípios mais frios são Arvorezinha, Ilópolis e Putinga e os municípios mais quentes, Lajeado, Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Estrela, Bom Retiro do Sul, Teutônia, Fazenda Vilanova, Paverama, Taquari e Tabaí.

A amplitude térmica anual apresenta variação significativa, em torno de 10°C, a qual é uma característica climática típica de áreas situadas em latitudes médias, como é o caso do Vale do Taquari.

Chuvas

O regime pluviométrico no Vale do Taquari pode ser dividido em ciclos, embora as chuvas ocorram, satisfatoriamente, em todos os meses do ano. Nos meses correspondentes ao inverno e nos relativos à primavera, observa-se que as chuvas são mais intensas e contínuas devido à forte atuação dos sistemas frontais. Os menores volumes de chuva tendem a ocorrer nos meses de dezembro a maio, entretanto não ocorre deficiência hídrica nesses meses.

A média anual histórica de chuva é de 1600mm. Contudo, considerando o período de 2003 a 2015, a média pluviométrica, no vale, fica em torno de 2000 mm. Em geral, a quantidade de chuva tende a aumentar no sentido sul-norte, em função do efeito do relevo.

Figura 4 - Precipitação pluviométrica 2003 – 2015, em Lajeado

Ano	Totais anuais (mm)
2003	1.856,6
2004	1.038,4
2005	1.404,9
2006	1.229,9
2007	1.720,7
2008	1.701,3
2009	2.333,8
2010	1.992,8
2011	2.130,3

Ano	Totais anuais (mm)
2012	-*1
2013	2.475,6
2014	2.799,7
2015	3.114,1

*1 Nos meses de setembro e outubro de 2012, a estação meteorológica automática da Univates esteve em manutenção, impossibilitando o registro de dados. Por isso, não é possível quantificar o volume pluviométrico anual.

Fonte: Centro de Informações Hidrometeorológicas CIH – Univates.

3.1.2 Aspectos Históricos

A ocupação luso-brasileira no RS se inicia em 1600. Estes que ocupam o território gaúcho e posteriormente o que conhecemos hoje como Vale do Taquari, objetivavam a caça e a escravização indígena, existente em número significativo nesta região brasileira.

Desde a primeira bandeira, o Vale do Taquari, foi base de acampamento. Onde passavam, os bandeirantes aprisionavam e matavam indígenas, percorriam toda região ao longo do rio Taquari com vistas a atingir seus objetivos. Os quartéis dos bandeirantes eram todos situados no Vale, por sua posição estratégica ao longo do rio (CODEVAT, 2009, p. 21).

No entanto, os resultados não surtiram o efeito esperado e os índios não aceitavam a situação de escravos, além da preferência pela importação de escravos negros no comércio internacional.

Após quase um século o Rio Grande do Sul ainda não tinha sido colonizado por povos brancos. Não havia interesse econômico e as dificuldades de acesso desestimulavam a ocupação das áreas (HERRLEIN Jr., 1998).

No início dos anos de 1700 inicia a inserção gaúcha na dinâmica nacional, com a criação de gado por parte dos portugueses e a ocupação das áreas em disputa com os espanhóis. Em 1737 é fundada a colônia de Rio Grande.

Nesse período criou-se a propriedade privada da terra e organização da igreja católica. O Vale do Taquari recebe os primeiros colonizadores em 1740, eram portugueses que usavam a região para passagem das tropas, alguns estabeleceram-se mas haviam dificuldades pelas condições desfavoráveis do relevo à criação de gado, única fonte de renda promovida em grande escala (CODEVAT, 2009, p. 23).

Os colonos receberam áreas de terras conhecidas como sesmarias. Aquelas “concedidas no Vale do Taquari eram de tamanho menor do que as demais [do restante do Estado e do Brasil], que tinham em média o tamanho de 10 a 13 mil hectares. Esse menor tamanho decorreu das peculiaridades geomorfológicas da região, com relevo entrecortado e muita mata fechada” (HERRLEIN Jr.; CARVALHO, 1999, p. 22).

Essas sesmarias, posteriormente transformadas em estâncias, são as primeiras pequenas propriedades do Vale do Taquari. Na região a extração de madeira, erva-mate, eram os principais produtos, além disso, praticavam a lavoura de subsistência.

Paralelamente a integração do Vale do Taquari à economia nacional, os primeiros imigrantes chegam ao Estado do RS de forma dirigida. A maioria são açorianos e receberam promessas de trabalho, ferramentas e terras; no entanto, não foram assistidos e tornaram-se pequenos proprietários ou posseiros nômades.

Quando de 1764, Taquari foi fundada, nesta nova cidade, sessenta famílias de açorianos receberam datas¹, cultivavam trigo e usavam da mão-de-obra familiar, formando pequenos povoados com locais apropriados para a Igreja. Toda região pertencia a vila de Rio Pardo (CODEVAT, 2009, p. 24).

Nos anos de 1850 em diante o Vale do Taquari foi ocupado por colonos alemães e na sequência, por italianos. Diferentemente das condições dos imigrantes açorianos, esses receberam terras, ferramentas e insumos e teriam que trabalhar para pagar por estes repasses. Ou seja, com dívidas a pagar, o trabalho era a forma de acumular recursos e tornar-se independentes.

O Estado do Rio Grande do Sul tinha localização estratégica e de forma diversa de outras regiões do Brasil, prevaleceram as colônias de povoamento, com fixação da população às propriedades, disputa militar pelas fronteiras entre portugueses e espanhóis e um papel de produtor para o mercado interno (AHLERT; GEDOZ, 2001).

No Vale do Taquari, a maioria das terras não foram doadas e sim comercializadas, já com as condições da Lei das Terras de 1822. Já as terras eram de mata e possuíam recorte dos rios. Devido a esses fatores e outros já citados, as características eram de pequenas propriedades com mão de obra familiar.

Os imigrantes, fundamentalmente, produziam basicamente produtos de subsistência e o excedente gerava recursos para pagar as dívidas iniciais. Ainda, parte dos colonos europeus possuíam, além do conhecimento da agricultura, ofícios diversos, que possibilitava o crescimento das vilas e a troca entre as famílias (AHLERT; GEDOZ, 2001).

O capitalismo no Brasil é considerado atrasado (OLIVEIRA, 2003), em função dos processos de consolidação do sistema capitalista no mundo, e no Vale do Taquari surge

[...] vinculado aos excedentes agrícolas e agropecuários coloniais produzidos e trocados nas pequenas propriedades rurais e no desenvolvimento das atividades comerciais via especialização de ofícios nos centros urbanos e, atividades artesanais que forneceu mão-de-obra especializada para posterior desenvolvimento industrial (CODEVAT, 2009, p. 27-28).

Em suma, o Estado do Rio Grande do Sul é colonizado de forma diferenciada do restante do Brasil, e esses aspectos são mais relevantes no Vale do Taquari, pois a região criou uma dinâmica própria e em alguns momentos, com pouco contato com outras regiões, que possibilitou a diversidade produtiva, criação de pequenas vilas e posteriormente, vários pequenos municípios, propriedades de pequeno porte diversificadas e com mão de obra familiar, hoje reconhecidamente vinculado à agricultura familiar (BARDEN et al., 2001).

1 Áreas de terras fornecidas aos açorianos de menor tamanho que as sesmarias, 272 ha (HERRLEIN; CARVALHO, 1999).

3.2 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

Em se tratando da dimensão demográfica, as análises aqui realizadas vão ao encontro do analisado no documento Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari (SEPLAN, 2015), o qual demonstra que o crescimento populacional da região ocorreu acima da média do estado. Também de mesma forma ao Perfil, verifica-se que somente três municípios aumentaram suas populações rurais.

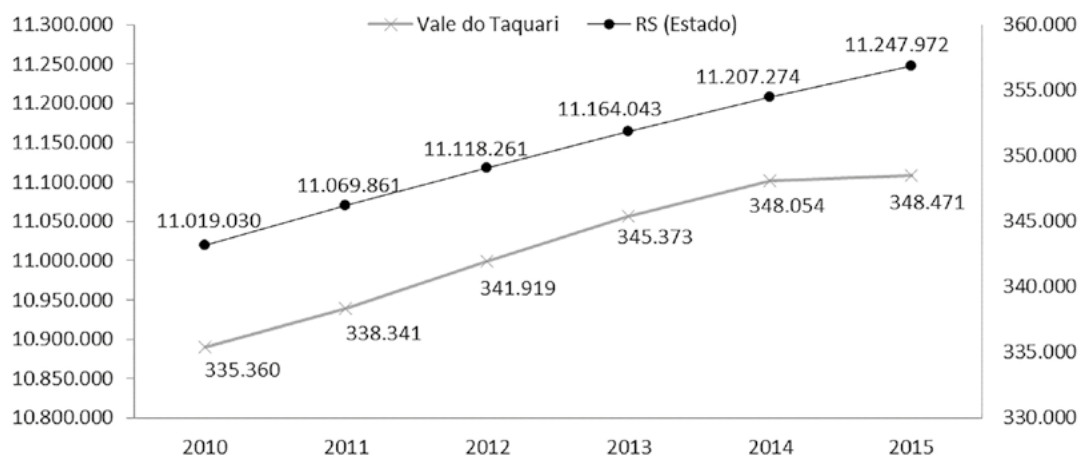
O Perfil Socioeconômico ainda contribui trazendo o dado que o Vale do Taquari apresentou o terceiro maior saldo absoluto de imigração para o período 2005-2010, considerando a população superior a 5 anos de idade, o que justifica as variações dos dados conforme análise dos gráficos (SEPLAN, 2015).

A densidade demográfica do Vale do Taquari superou o crescimento e evolução do estado. A região conta com 10 pessoas a mais por quilometro quadrado, comparados os dados de 2000 a 2015, enquanto o estado aumentou em 3,7 pessoas a sua densidade. Em 2015 registrou-se 72,2 pessoas por Km² perante 39,92 no estado. O Vale do Taquari apresentou uma evolução média de 1% ao ano nos últimos 15 anos, verificou-se um crescimento fora do normal no ano de 2009, onde a densidade cresceu 3,64%. O estado por sua vez cresceu 0,66% ao ano, onde também em 2009 teve uma anormalidade registrando crescimento de 2,21%.

Ainda de 2000 a 2015, Fazenda Vilanova aumentou sua densidade em 44,7% e Teutônia em 31,8%. Santa Clara do Sul, Tabai e Lajeado são outros municípios que incrementaram em mais de 20% sua densidade demográfica. Por outro lado, Nova Bréscia reduziu em 27,1% sua densidade, seguido de Imigrante (18,3%), Sérico (17,4%), Pouso Novo (15,9%), Vespasiano Corrêa (10,5%).

Com a maior concentração de população encontra-se Lajeado com 860,59 habitantes por quilômetro quadrado. Na segunda posição, aparece Estrela com 177,79 habitantes. Vinte e seis dos 36 municípios do Vale tem densidade demográfica inferior a 50.

Gráfico 1 – População total no Vale do Taquari e RS, 2010 – 2015.



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

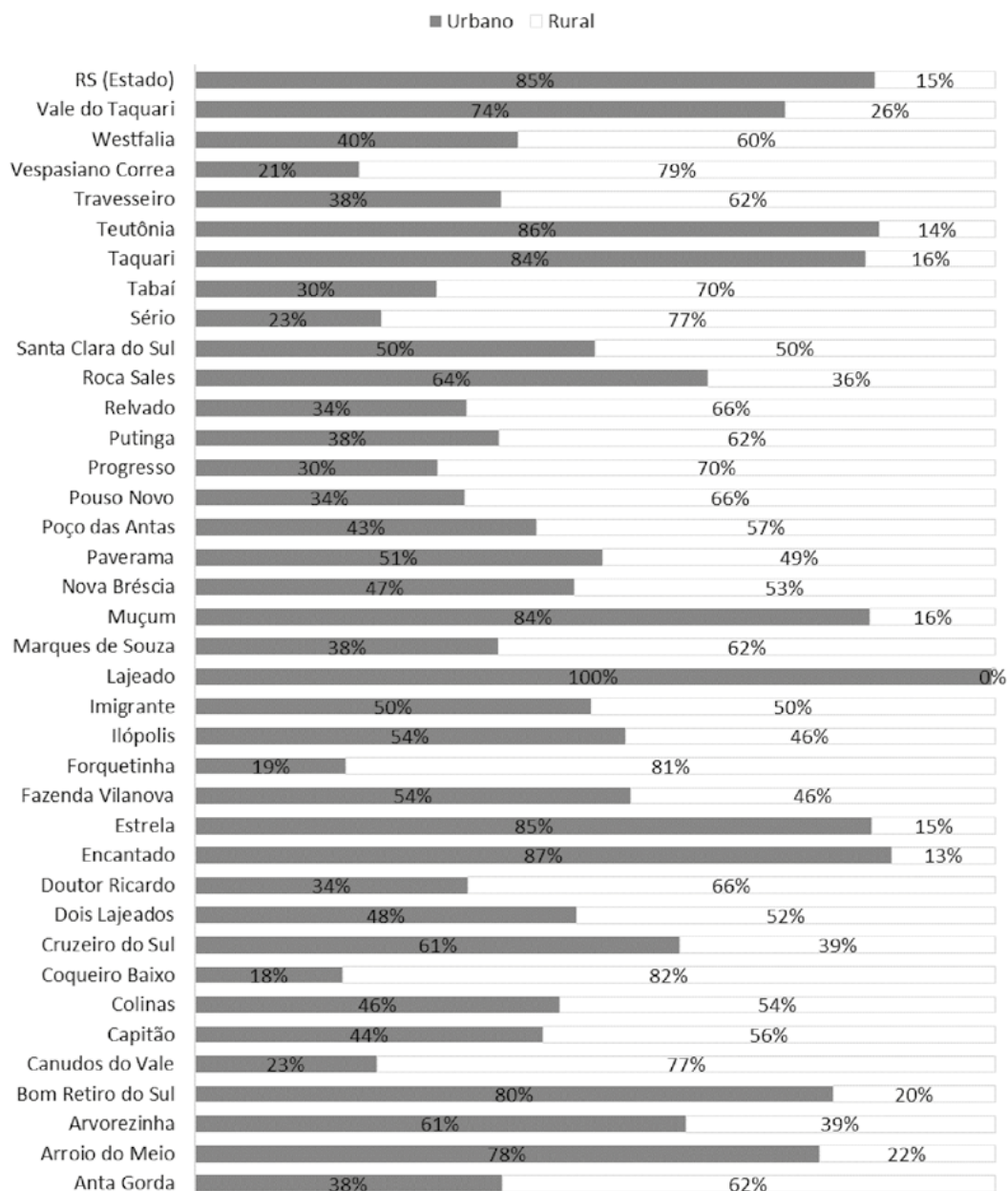
Em avaliação o período de 2000 até 2015, verifica-se 5 municípios com crescimento populacional superior a 20%, sendo Fazenda Vilanova com 44,69%, seguido de Teutônia (31,80%), Santa Clara do Sul (28,65%), Tabai (25,18%) e Lajeado (22,38%). Ainda Estrela,

Arroio do Meio, Roca Sales, Encantado, Westfália e Bom Retiro do Sul tiveram crescimento populacional superior a 10% neste período.

Entre os municípios que perderam população, destaca-se Nova Bréscia com redução de 27,06%, seguido de Imigrante (-18,29%), Sérico (-17,41%), Pouso Novo (-15,85%) e Vespasiano Corrêa (-10,55%). Ainda Putinga, Canudos do Vale, Relvado, Forquetinha, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Progresso, Marques de Souza, Anta Gorda e Ilópolis apresentaram redução de população.

Mesmo com 41,67% dos municípios do Vale do Taquari perdendo população, a região de modo geral cresceu 16,19% em 15 anos, sendo que o estado aumentou sua população em 10,41% em mesmo período. Do total, apenas 9 municípios aumentaram sua representatividade populacional perante o total do Vale, sendo Lajeado e Teutônia com aumento de representatividade superior a 1% e Estrela, Fazenda Vilanova, Santa Clara do Sul, Encantado, Arroio do Meio, Tabai e Roca Sales com aumento entre 0,05% a 0,26%. Demais 27 municípios reduziram sua representatividade.

Gráfico 2 – População Urbana e Rural no Vale do Taquari e RS, 2000 – 2010



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

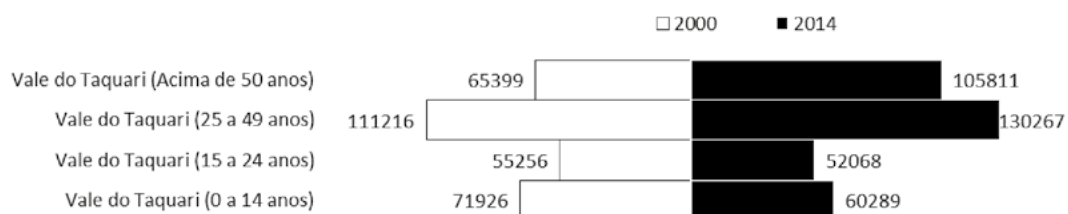
A população urbana do Vale do Taquari cresceu 18,93% quando comparados os dados do Censo do IBGE, sendo que o estado aumentou em 9,41%. Os municípios com aumento de população urbana superior a 20% são Fazenda Vilanova com 35,34%, seguido de Santa Clara do Sul (34,93%), Doutor Ricardo (30,52%), Roca Sales (25,69%), Teutônia (20,73%) e Capitão (20,47%). Ainda, outros 12 municípios tiveram aumento de população urbana entre

10 e 18%. Pouso Novo (-2,32%) e Sério (-6,69%) foram os únicos que apresentaram redução de população urbana no período.

Considerados os dados dos Censos do IBGE, o Vale do Taquari perdeu 11,10% de sua população rural. O estado teve uma redução de 14,77% em igual período. Verifica-se que apenas Tabaí, Encantado e Fazenda Vilanova aumentaram suas populações no campo. Todos os demais municípios do Vale do Taquari apresentaram retração. Destaca-se Lajeado, com redução de 93,28%, Nova Bréscia (-45,65%) e Imigrante (-41,72%). Ainda Muçum, Teutônia, Ilópolis, Roca Sales, Putinga e Doutor Ricardo apresentaram redução de população rural entre 20 e 30%.

Relacionado a gênero, a população feminina no ano de 2000 era 0,37% superior a masculina e até o ano de 2014 a variação de crescimento foi superior para as mulheres. Apenas em 2015 a população masculina cresceu percentualmente mais que a feminina. Desta forma, em 2015, o número de mulheres foi 1,04% superior ao de homens. No estado a diferença é superior, em 2015 registrou-se 2,66% mais mulheres do que homens.

Gráfico 3 – População por faixa etária no Vale do Taquari, 2000 – 2014



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

A variação da população por idade registra com ênfase o envelhecimento populacional presente na região e decréscimo da população jovem. Analisando os dados de 2000 para 2014, reduziu-se em 16% o número de pessoas até 14 anos, além de redução em 6% do número de habitantes entre 15 e 24 anos.

A população entre 25 e 49 anos registrou crescimento de 17% e a população acima de 50 anos cresceu 62%. No estado, o comportamento foi semelhante, com 20% de redução da população com até 24 anos e aumento de 59% da população acima de 50 anos.

3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

De acordo com o Perfil Socioeconômico o Vale do Taquari (SEPLAN, 2015), o Vale do Taquari possui grande disponibilidade de recursos hídricos, pertencendo a sub-bacia Taquari-Antas. Entretanto, esses rios e arroios recebem grande parte dos dejetos, esgotos, agrotóxicos e contaminantes dos municípios da região.

Ainda de acordo com o Perfil Socioeconômico, a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água é atualmente o principal foco de degradação dos recursos hídricos no Vale do Taquari e no Estado, resultado de décadas de baixos investimentos em saneamento básico. O Rio Taquari recebe, na Região, grandes volumes de efluentes domésticos e industriais, que se somam aos produzidos à montante, no COREDE Serra.

A poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos. Treze dos municípios do Vale são

atendidos pela CORSAN, entretanto o único município que conta com serviço de tratamento de esgoto é Muçum.

Na região, também há registros de desastres naturais, onde a maior incidência ocorre com secas e estiagens, afetando toda a região.

De acordo com Agostini e Arend (2015), o Vale do Taquari é a sexta região que mais polui através da atividade industrial. Sendo que possui 2% da área do estado e 3% da população, é preocupante ocupar tal posição. Avaliando os indicadores ambientais e ecológicos, pode-se afirmar que o Vale do Taquari está longe de ser uma região com uma Economia Ecológica aplicada. Os aspectos ambientais devem ser melhor tratados.

Já o consumo de agrotóxicos na região não é tão considerável como grandes centros de produção agrícola como o Paraná, mas diante o número de pequenas propriedades e da aplicação rudimentar, a exposição das famílias e dos agricultores a estes agrotóxicos desencadeia uma série de problemas sociais e ambientais (CARTA CAMPINAS, 2016).

Avaliando as proposições e ações sugeridas no Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (SEMA, 2010), são identificados, para atender as classes de água aprovadas pelo Comitê de Bacia, diversas ações que neste plano serão consideradas nos projetos a serem desenvolvidos.

Figura 5 – Ações do Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas

- Ações sugeridas – Para garantir que as metas intermediárias de enquadramento sejam alcançadas no tempo pretendido de 10 anos, sugere-se possíveis ações aplicáveis conforme as características de cada sub-bacia.
- Ações de recomposição da vegetação ciliar e da cobertura vegetal em áreas declivosas e próximo a nascentes.
- Parceria com municípios para proteção de mananciais locais de abastecimento urbano.
- Projetos e obras de prevenção e contenção da erosão em áreas urbanas e rurais, em parceria com municípios.
- Tratamento dos efluentes dos sistemas urbanos de água e esgoto.
- Sistemas de saneamento, caráter supletivo, nos municípios inseridos em unidades de conservação ou em áreas protegidas por legislações específicas de proteção de mananciais.
- Projetos e obras de estruturas para contenção de cheias, quando aplicável.
- Monitoramento dos lançamentos de efluentes domésticos e regularização das respectivas outorgas.
- Monitoramento das fontes difusas de poluição urbana e por insumos agrícolas.
- Monitoramento dos indicadores de estiagem prolongada.
- Incentivos ao uso múltiplo dos recursos hídricos, nos municípios afetados por reservatórios.
- Apoio às medidas contra inundações e apoio às atividades de Defesa Civil. Ampliar o sistema de monitoramento de cheia já existente (Univates) e incentivar novas redes de monitoramentos.
- Zoneamento de áreas inundáveis e estudos de normas quanto ao uso do solo mais condizente com a convivência com as cheias.

- Localizar e mapear áreas com problemas de erosão laminar, drenagens assoreadas e áreas suscetíveis a poluição identificando atividades causadoras.
- Realização de cursos e seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização em recursos hídricos.
- Treinamento e capacitação, educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos.
- Estudos de viabilidade e aperfeiçoamento de legislação de proteção dos mananciais atuais e futuros.
- Racionalização do uso da água no sistema de abastecimento urbano.
- Acompanhamento de áreas irrigadas através de sensoriamento remoto.
- Estudos, projetos e apoio e empreendimentos visando a difusão de valores ótimos de consumo das culturas irrigáveis, junto aos produtos rurais.
- Apoio à localização industrial.
- Divulgação de dados da quantidade e qualidade dos recursos hídricos.
- Apoio a empreendimentos e difusão de informações sobre recirculação, reutilização e processos que economizem a água em atividades industriais.
- Acompanhamento e controle da perfuração de poços para evitar a super-exploração de águas subterrâneas.
- Promoção da participação do setor privado.
- Articulação com o setor público e privado para questões que envolvem licenciamento, outorgas e inserção regional das hidrelétricas.
- Disciplinamentos do uso na agropecuária.
- Estudos e execução de áreas verdes.

Fonte: SEMA (2010, texto digital, encarte final).

3.4 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

O índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é um indicador que busca explicitar o desenvolvimento de um município, região ou do Estado. É medição efetivada pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS e composto de três blocos, que são IDESE saúde, IDESE educação e IDESE renda. O índice geral apresenta uma média aritmética entre estes. Tais blocos do IDESE são compostos de 12 indicadores que, mensuram o desenvolvimento dos municípios e região.

Dentre os anos de 2007 e 2013, verifica-se no Vale do Taquari, índices de IDESE geral entre 0,712 e 0,762 variando assim, 7,05%. Já o Rio Grande do Sul teve médias entre 0,677 e 0,732, com variação de 8,21%. A variação entre a região e o Estado foi de 4,02% e em ambos, a tendência dos anos analisados foi ascendente. Contudo, a região passou a perder representatividade entre 2012 e 2013.

Dos municípios do Vale do Taquari que apresentaram maior crescimento, estão Arvorezinha com 12,48%, Canudos do Vale com 12,17%, Colinas com 13,08%, Cruzeiro do Sul com 12,37%, Doutor Ricardo com 13,42% e Pouso Novo com 13,58%.

Entre os municípios que representaram menor percentual de crescimento no período analisado, estão os municípios de Nova Bréscia com 1,16%, Putinga com 0,42%, Santa Clara do Sul com 0,75% e Forquetinha com 2,59% de decréscimo.

Gráfico 4 – Idese Bloco Educação, Renda, Saúde – 2013



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

IDESE – Bloco Educação

Neste bloco é feita uma média aritmética composta de quatro sub-blocos divididos de acordo com faixas etárias. O primeiro é da população entre 4 e 5 anos e taxa de matrícula na pré-escola. O segundo considera a população entre 6 e 14 anos e as notas da Prova Brasil do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental. O terceiro sub-bloco considera a população entre 15 e 17 anos e taxa de matrícula no Ensino Médio. E leva em consideração que se dividem em quatro sub-blocos, de acordo com faixas etárias: E por fim, o quarto sub-bloco se refere à Escolaridade Adulta, considerando a população com 18 anos ou mais com, pelo menos o Ensino Fundamental completo.

Dentre os anos de 2007 e 2013 verifica-se no Vale do Taquari, índices de IDESE Educação entre 0,668 e 0,724 variando assim, 8,32%. Já o Rio Grande do Sul teve índices entre 0,627 e 0,679, com variação de 8,21%. A variação entre a região e o Estado foi de 8,29% e em ambos, a tendência dos anos analisados foi ascendente. Contudo, a região teve decréscimo no índice entre os anos de 2009 e 2010, retomando em seguida, a tendência de alta.

Dos municípios do Vale do Taquari que apresentaram maior crescimento estão Canudos do Vale com 24,74%, Capitão com 29,54%, Dois Lajeados com 24,39%, Fazenda Vilanova com 21,95% e Travesseiro com 28,93%.

Entre os municípios com decréscimo em seus índices, estão Coqueiro Baixo com -3,76%, Forquetinha com -18,17, Marques de Souza com -9,85%, Paverama com -2,81, Poço das Antas com -1,75%, Relvado com -3,25% e Westfália com -1,04%.

Dentre os índices que compõem o IDESE Educação, a taxa de matrícula na pré-escola apresentou 20 municípios com o ponto máximo do indicador. Por outro lado, Fazenda Vilanova, Marques de Souza e Forquetinha obtiveram índices menores que a região e o Estado.

Quanto ao Ensino Fundamental, os índices das notas da Prova Brasil do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental são levados em consideração. Nestes, a região possui uma média de 0,749 e o Estado, com média inferior, 0,694. Dos municípios analisados, 20 apresentaram índices superiores à média regional, enquanto que Cruzeiro do Sul, Roca Sales, Forquetinha, Progresso e Putinga apresentaram índices inferiores ao do Estado.

A taxa de matrícula no Ensino Médio no Estado, é inferior à região. Dentre os municípios da região, 5 delas apresentaram o ponto máximo do indicador. Além desses, outros 17 municípios obtiveram índices superiores à média regional. Entretanto 13 municípios apresentaram índices inferiores à média do Estado.

No que tange a Escolaridade Adulta, os municípios de Lajeado e Estrela obtiveram índices de 0,594 e 0,631 respectivamente. Além deles, Encantado, Teutônia, Taquari, Arroio do Meio, Santa Clara do Sul e Bom Retiro do Sul obtiveram índices acima de 0,500. Os demais municípios registraram índices abaixo desses e, Coqueiro Baixo, Progresso e Sérico ainda ficaram com seus índices em 0,290, 0,290 e 0,243 respectivamente.

Idese - Bloco Renda

O IDESE Renda é composto pelos sub-blocos da apropriação de renda e da geração de renda. Destes, é feita uma média aritmética de seus para obter o resultado.

Dentre os anos de 2007 e 2013 verifica-se no Vale do Taquari, índices de IDESE Renda entre 0,648 e 0,698 variando assim, 7,71%. Já o Rio Grande do Sul teve índices entre 0,682 e 0,752, com variação de 10,26%. A região teve um crescimento percentual inferior ao Estado desde 2007, com exceção do ano de 2009, onde a região registrou 0,699 e o Estado 0,698. E em 2012, os índices também se mantiveram próximos em taxa de crescimento, com índices de 0,730 e 0,729, respectivos à região e Estado.

Dos municípios do Vale do Taquari que apresentaram maior crescimento estão Arvorezinha com 16,57%, Cruzeiro do Sul com 18%, Doutor Ricardo com 25,94%, Estrela com 19%, Ilópolis com 18,97%, Muçum com 17,41% e Poço das Antas com 16,43%.

Entre os municípios que apresentaram decréscimo em seus índices, estão Dois Lajeados -3,61%, Fazenda Vilanova com -8,93%, Putinga com -10,57%, Sérico com -2,98%, Teutônia com -2,89%, Travesseiro com -1,79% e Vespasiano Corrêa com -2,01%.

Os índices que compõem a média do IDESE renda de 2013, foram maiores na média estadual em relação à região. O índice de geração de renda apresentou 28 municípios com média inferior às médias estaduais e regionais, enquanto que 8 municípios obtiveram índices superiores a ambos. E no que tange o índice de apropriação de renda, 14 municípios apresentaram índices superiores ao do Estado e Região, enquanto que os demais 22 apresentaram índices inferiores à ambos.

Idese - Bloco Saúde

O Idese Saúde é composto de cinco indicadores, divididos em três sub-blocos: saúde materno-infantil (SMI); condições gerais de saúde (CGS); e longevidade. Desses, extrai-se uma média aritmética dos índices desses sub-blocos.

Na saúde materno-infantil, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos e o número de consultas pré-natais por nascidos vivos, representam os índices da composição. Já nas condições gerais de saúde, quem compõe o sub-bloco é a taxa de mortalidade por causas evitáveis e a proporção de óbitos por causas mal definidas. E por fim, a Longevidade é mensurada através da taxa de mortalidade bruta.

Dentre os anos de 2007 e 2013 verifica-se no Vale do Taquari, índices de IDESE Saúde entre 0,845 e 0,864 variando assim, 2,23%. Já o Rio Grande do Sul teve índices entre 0,792 e 0,809, com variação de 2,15%. A região teve um crescimento percentual inferior ao Estado de 2007 a 2013, com exceção do ano de 2012, onde registrou crescimento superior.

Dos municípios do Vale do Taquari que apresentaram maior crescimento estão Colinas com 10,65%, Coqueiro Baixo com 8,55%, Doutor Ricardo com 7,24%, Poço das Antas com 10,45% e Pouso Novo com 8%.

Entre os municípios que apresentaram decréscimo em seus índices, estão Anta Gorda com -1,04%, Arroio do Meio com -2,81%, Capitão com -6,46%, Fazenda Vilanova com -0,36%, Ilópolis com -2,84%, Imigrante com -3,52%, Nova Bréscia com -1,91%, Roca Sales com -0,95% e Teutônia com -0,34%.

No ano de 2013, todos os índices que compõem o IDESE Saúde, foram superiores na região, em relação ao Estado. Contudo, nem todos os Municípios tiveram representação positiva, enquanto outros, obtiveram maior expressão que o Estado.

No sub-bloco da saúde materno-infantil, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos apresentou mais de 50% dos municípios com índices superiores ao da Região. Por outro lado, outros 8 municípios ficaram com médias menores que a média Estadual. E no que se refere ao número de consultas pré-natais por nascidos vivos, mais de 50% dos municípios apresentaram índices superiores à média regional e, apenas a cidade de Taquari apresentou índice menor que a média Estadual.

No sub-bloco das condições gerais de saúde, para a taxa de mortalidade por causas evitáveis, 7 municípios apresentaram índices inferiores à média Estadual; enquanto que outros 16 obtiveram índices superiores à média regional. Para a taxa de proporção de óbitos por causas mal definidas, em 2013, 20 municípios tiveram índices superiores ao da região; enquanto que apenas Dois Lajeados apresentou índice inferior à média Estadual.

E por fim, a Longevidade compõe o terceiro sub-bloco, cujo índice de mensuração é a taxa de mortalidade bruta padronizada. Neste, Colinas e Pouso Novo atingiram o ponto máximo do indicador e Coqueiro Baixo, também se aproximou dessa marca. Foram 21 municípios com

índices superiores à média regional. Enquanto que apenas Santa Clara, Bom Retiro do Sul e Taquari apresentaram indicadores inferiores à média Estadual.

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

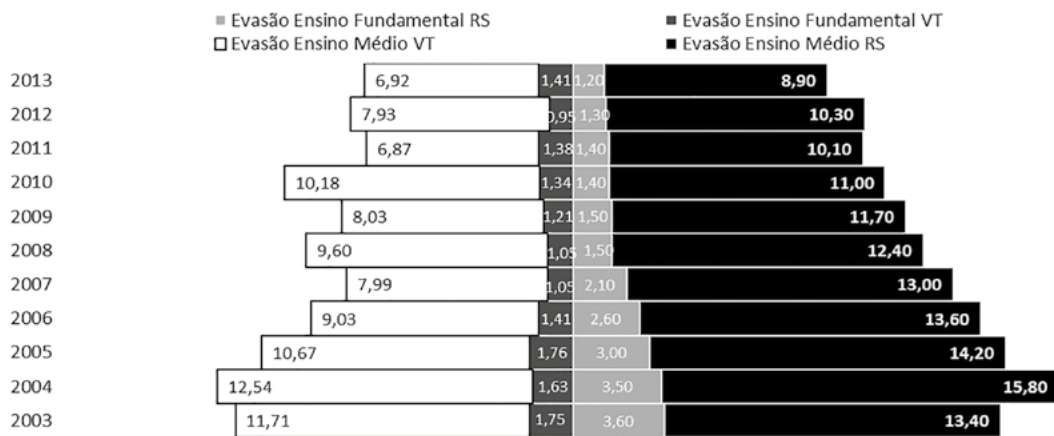
O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal acompanha o desenvolvimento socioeconômico em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Para fins de interpretação, o índice classifica o desenvolvimento de cada localidade de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

Em análise o Índice cresceu o equivalente a 37,31% Estado e 7,48% no Vale do Taquari. E dentre os municípios que mais cresceram à nível regional, estão Arvorezinha com 32,88%, Paverama com 24,30%, Canudos do Vale com 21,52% e Poço das Antas com 19,69%. Ainda, houveram cidades com decréscimo percentual, com é o caso de Roca Sales com -3,52% e Muçum com -5,74%.

3.4.1 Educação

Taxa de Evasão - Rede Estadual, Municipal e Particular

Gráfico 5 – Taxa de Evasão Ensino Fundamental e Médio no Vale do Taquari e RS, 2003 – 2013



Fonte: Adaptado de FEE, 2016.

Conforme podemos verificar nos índices da taxa de Evasão do Ensino Médio em rede Estadual e particular entre os anos de 2000 a 2013, o Vale do Taquari teve aumento de 50,19%, enquanto que o Estado decresceu em sua taxa o equivalente 44,37%. Na região, os 10 municípios com maior crescimento no índice foram Lajeado com aumento de 576,47%, Santa Clara do Sul com 360%, Poço das Antas com 258,97%, Putinga com 189,66%, Capitão com 77,42%, Muçum com 47,76%, Pouso Novo com 46,34%, Marques de Souza com 44,44%, Roca Sales com 15,38% e Arroio do Meio com 7,35%.

Entre os 9 municípios com percentual negativo nos anos mensurados, estão Paverama com 9,52%, Progresso com 24,10%, Arvorezinha com 25,53%, Relvado com 31,82%, Sério

com 36,51%, Ilópolis com 38,10%, Anta Gorda com 49,29%, Dois Lajeados com 74,42% e Teutônia com 83,87%.

No Ensino Fundamental, a taxa de Evasão no Vale do Taquari entre os anos de 2000 a 2013, obteve decréscimo percentual de 42,45%. Já no Estado, o decréscimo foi de 77,36%, no mesmo período analisado.

Entre os municípios com maior taxa de evasão no Ensino fundamental, destacam-se Sério com um crescimento percentual de 514,29%, Bom Retiro do Sul e Taquari com 500% de crescimento em cada localidade, Relvado com 420% e Marques de Souza com 350%. Por outro lado, houveram os municípios da região com decréscimo em seus índices de evasão, que foram neste caso Vespasino Correa, Santa Clara do Sul, Arvorezinha, Arroio do Meio, Pouso Novo, Poço das Antas, Lajeado, Anta Gorda, Capitão, Putinga, Doutor Ricardo, Paverama, Roca Sales e Teutônia.

Taxa de Reprovação - Rede Estadual, Municipal e Particular

Conforme podemos verificar nos índices da taxa de Reprovação do Ensino Fundamental em rede Estadual, Municipal e particular entre os anos de 2000 a 2013, o Vale do Taquari teve aumento de 54,17%, enquanto que o Estado aumentou em sua taxa o equivalente 84,56%. Na região, os 3 municípios com maior crescimento no índice foram Tabai com 135,42%, Estrela com 116,67% e Santa Clara do Sul, com 103,48%. Os demais municípios da região registraram taxas entre 90% e 15% de crescimento percentual, à exceção de Coqueiro Baixo e Dois Lajeados, com crescimento de 7,34% e 7,14% respectivamente.

No Ensino Médio, a taxa de Reprovação do Vale do Taquari entre os anos de 2000 a 2013, obteve decréscimo percentual de 27,65%. Já no Estado, o houve aumento de 0,65%, no mesmo período analisado.

Entre os municípios com maior taxa de reprovação no Ensino Médio, destaca-se Tabai com um crescimento percentual de 560,00%. Em seguida, temos Estrela com 85,96%, Teutônia com 80,95%, Roca Sales com 40,00%, Santa Clara do Sul com 32,14%, Bom Retiro do Sul com 26,67% e Anta Gorda com 4,65%.

Os municípios de Marques de Souza, Encantado, Lajeado, Ilópolis, Taquari, Arroio do Meio, Sério, Paverama, Progresso, Relvado, Cruzeiro do Sul, Imigrante, Dois Lajeados, Muçum, Arvorezinha e Nova Brésia registraram decréscimo percentual em seus índices de taxa de reprovação.

Taxa aprovação - Rede Estadual, Municipal e Particular

Nos índices da taxa de aprovação do Ensino Fundamental em rede Estadual, Municipal e particular entre os anos de 2000 a 2013, o Vale do Taquari registrou um aumento de 12,78%, enquanto que o Estado aumentou em sua taxa 7,64%.

Na região, os 3 municípios com maior crescimento no índice foram Doutor Ricardo com 32,28%, Pouso Novo com 26,43% e Ilópolis com 17,38%. Já aqueles que registraram decréscimo em seus índices foram Bom Retiro do Sul com 0,77%, Estrela com 1,32%, Imigrante com 0,21%, e Tabai com 4,76%.

No Ensino Médio, a taxa de aprovação do Vale do Taquari entre os anos de 2000 a 2013, obteve crescimento percentual de 3,06%. E no Estado, no mesmo período, houve aumento de 10,19%.

Entre os municípios com maior taxa de aprovação no Ensino Médio, destaca-se Teutônia com um crescimento percentual de 71,82%. Em seguida, temos Anta Gorda com 20,81%, Arvorezinha com 18,68%, Dois Lajeados com 12,80%, Imigrante com 11,84% e Nova Bréscia com 11,33%.

Os municípios de Marques de Souza, Roca Sales, Putinga, Poço da Antas, Santa Clara do Sul, Lajeado, Taquari, Encantado, Tabaí, Estrela e Bom Retiro do Sul registraram decréscimo percentual em seus índices de taxa de aprovação no Ensino.

Matricula Inicial - Estadual, Federal e Municipal

No Ensino Infantil à nível regional, os anos mensurados entre 2000 e 2015 registraram uma média de 78,12% de crescimento. Destes, o total de matrículas no ano de 2000 no Vale do Taquari foi de 8.682 e, em 2015, 15.464. O Estado, por sua vez, registrou 203.931 matrículas no Ensino Infantil, no ano de 2000 e, em 2015, 376.492, crescendo percentualmente o equivalente a 84,62%.

Entre os municípios do Vale do Taquari que apresentaram maior crescimento, destaca-se Santa Clara do Sul com 652,63%. Dentre os demais municípios que cresceram no referido índice, no mesmo período, estão Travesseiro com 333,33%, Roca Sales 197,01%, Teutônia com 156,59%, Arroio do Meio com 143,71%, Tabaí com 141,03%. Por outro lado, os municípios com decréscimo percentual em seus índices, foram Ilópolis, Progresso e Relvado, com 2,27%, 33,90% e 78,12% respectivamente.

No Ensino Fundamental, entre os anos de 2000 e 2014, o Vale do Taquari decresceu 22,73% em seu índice de número de matrículas. O Estado nesse mesmo período, decresceu 23,59%. A região passou de 47.324 matrículas no Ensino Fundamental no ano de 2000, para 36.658 em 2014. Paralelamente, o Rio Grande do Sul passou de 1.740.723 matrículas para 1.330.075, no mesmo período.

Os únicos municípios que registraram crescimento percentual em seus índices foram Fazenda Vilanova com 17,19% e Tabáí com 0,71%. Depois, Canudos do Vale, Coqueiro Baixo, Forquetinha e Westfália não apresentaram nenhuma diferença percentual em seus índices. Os demais municípios tiveram decréscimo percentual entre os anos de 2000 a 2014.

No Ensino Médio, a região obteve decréscimo de 20,96% entre os anos mensurados de 2000 a 2014, passando de 14.029 matrículas para 11.089 registradas. O Estado, por sua vez, registrou 465.882 matrículas no ano de 2000 e, em 2014, 363.975. Esse aumento equivale à um decréscimo de 21,87%.

Os municípios do Vale do Taquari que registraram maior crescimento em número de matrículas no Ensino Médio no período de 2000 a 2014 foram Progresso com 50% e Capitão com 34,38%, Sérico com 27,91% e Cruzeiro do Sul com 16,43%. Nesse mesmo período, os municípios de Imigrante, Arvorezinha, Nova Bréscia, Pouso Novo e Dois Lajeados registraram decréscimos percentuais entre 40% e 60%.

Os estabelecimentos de Educação para Jovens e Adultos (EJA) à nível regional, nos anos de 2000 a 2014, registraram uma média de 24,51% de crescimento em número de matrículas. No ano de 2000 foram registradas 1.734 matrículas e, em 2014, 20.159. Paralelamente, o Estado nestes mesmos períodos, registrou 75.730 e 142.933 matrículas, de forma que o crescimento percentual entre os anos mensurados, foi de 88,74%.

Os municípios que lideraram os índices de matrículas no Vale do Taquari foram Tabaí, com 60,87%, Teutônia com 44,93%, Teutônia com 44,92%, Lajeado com 26,07%, Bom Retiro do Sul, com 18,18% e Estrela com 6,67%. Ainda, com destaque entre os municípios que obtiveram crescimento nesse índice está Arvorezinha, com 1.488,89%. Já os municípios cujo índice decresceu foram Encantado e Taquari, com 38,52% e Taquari com 44,12%.

No Ensino Especial, entre os anos de 2000 e 2014, o Vale do Taquari decresceu 40,38% em seu índice de número de matrículas. O Estado nesse mesmo período, decresceu 30,29%. A região passou de 681 matrículas no Ensino Especial no ano de 2000, para 406 em 2014. Paralelamente o Rio Grande do Sul passou de 20.482 para 14.277 matrículas.

Os únicos municípios onde houve maior expressão em número de matrículas na Educação Especial, foram Arvorezinha, Putinga, Teutônia e Encantado, Taquari, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Muçum e Roca Sales.

Número de estabelecimentos - Estadual, Federal e Municipal

No Ensino Infantil a nível regional, os anos mensurados entre 2000 e 2015 registraram 63,71% de crescimento. Destes, o índice do Vale do Taquari foi de 248 estabelecimentos de Educação Infantil e em 2013, 406 estabelecimentos. No início desse período o Estado, que no ano de 2000 registrou 5.432 estabelecimentos, cresceu percentualmente o equivalente a 71,10%, passando a incluir 9.294 estabelecimentos de Educação Infantil.

Entre os municípios do Vale do Taquari que apresentaram mais de 100% de crescimento em número de estabelecimentos de Educação Infantil, estão Teutônia, Putinga, Taquari, Lajeado, Roca Sales, Capitão, Fazenda Vilanova, Sério, Tabaí e Travesseiro. Por outro lado, os municípios com decréscimo percentual em seus índices, foram Estrela, Progresso, Colinas, Poço das Antas, Vespasiano Corrêa e Relvado.

No Ensino Fundamental, entre os anos de 2000 e 2015, o Vale do Taquari decresceu 35,53% em seu índice de número de estabelecimentos. O Estado nesse mesmo período, decresceu 34,17%. A região passou de 425 estabelecimentos de Ensino Fundamental no ano de 2000, para 274 em 2015. Paralelamente o Rio Grande do Sul passou de 9.227 estabelecimentos para 6.074.

O único município que registrou crescimento percentual em seus índices foi Estrela, com 5,26%. Depois, Canudos do Vale, Colinas, Coqueiro Baixo, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Westfália não apresentaram nenhuma diferença percentual em seus índices. Os demais municípios tiveram decréscimo percentual entre os anos de 2000 a 2015.

No Ensino Médio, a região obteve 17,31% de crescimento percentual entre os anos mensurados de 2000 a 2014, passando de 52 estabelecimentos para 61. O Estado, por sua vez, possuía 1.092 estabelecimentos no ano de 2000 e, em 2014 já integra 1.495 estabelecimentos. Esse aumento equivale à 37,45%.

Dos municípios do Vale do Taquari com Estabelecimentos de Educação com Ensino Médio, Anta Gorda, Cruzeiro do Sul, Tabaí, Taquari e Estrela obtiveram, entre os anos de 2000 e 2014, um estabelecimento a mais em cada cidade. Por outro lado, no mesmo período, Lajeado, Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Muçum e Santa Clara do Sul perderam 1 estabelecimento em cada localidade.

Os estabelecimentos de Educação para Jovens e Adultos (EJA) à nível regional, nos anos de 2000 a 2015, registraram uma média de 25% de crescimento. Foram 6 estabelecimentos a

mais integrados ao Vale o Taquari, que então passou a contar com 30 unidades de EJA. Neste mesmo período, o Estado também passou a integrar mais Estabelecimentos de EJA, obtendo dessa forma, um crescimento de 25% no índice.

Entre os municípios do Vale do Taquari, os estabelecimentos de EJA foram criados nos municípios de Tabai, Estrela, Teutônia, Cruzeiro do Sul, Fazenda Vilanova, Marques de Souza, Paverama, Pouso Novo, Putinga (3 unidades criadas) e Roca Sales. Contudo Lajeado perdeu 2 estabelecimentos, Taquari perdeu 3, Bom Retiro do Sul e Encantado perderam 1 em cada cidade.

No Ensino Especial, entre os anos de 2000 e 2015, o Vale do Taquari decresceu 63,64% em seu índice de número de estabelecimentos. O Estado nesse mesmo período, decresceu 53,41%. A região passou de 22 estabelecimentos de Ensino Especial no ano de 2000, para 8 em 2015. Paralelamente o Rio Grande do Sul passou de 543 estabelecimentos para 253.

Os únicos municípios onde foram criados estabelecimentos de Educação Especial, foram Arvorezinha e Putinga. Por outro lado, Bom Retiro do Sul, Encantado, Teutônia, Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Muçum e Roca Sales perderam estabelecimentos, negativamente índice regional.

Número de concluintes - Estadual, Federal e Municipal

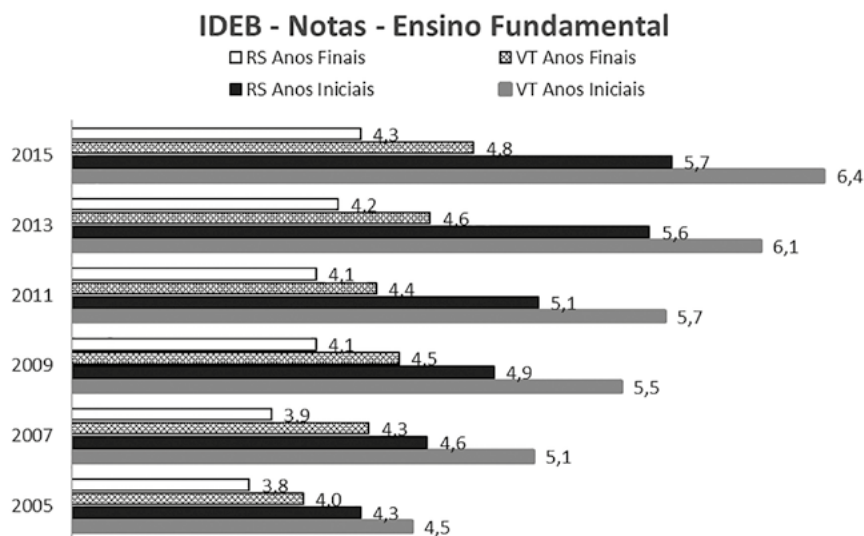
O Índice do número de Concluintes do Ensino Fundamental mensurados entre os anos de 2000 a 2014, apresentou decréscimo de 22,60% para o Vale do Taquari e 19,82% para o Estado. No ano base da análise, a região registrou 4434 concluintes do Ensino Fundamental e, em 2014, 3.432. O Estado registrou 142.963 concluintes no ano base e, 114.631 em 2014.

Na região, os municípios de Westfália, Fazenda Vilanova, Nova Bréscia e Progresso apresentaram crescimento percentual entre 17% e 93%. Ainda, Paverama, Canudos do Vale, Tabai, Cruzeiro do Sul cresceram de modo menos expressivo e Forquetinha, não apresentou nenhuma evolução no Índice. Todas os demais municípios da região apresentaram índices negativos entre 5% e 61%, onde os maiores decréscimos ocorreram para Poço das Antas, Arroio do Meio, Capitão e Dois Lajeados.

No Ensino Médio, o número de concluintes entre os anos de 2000 a 2014, obteve crescimento percentual de 11,91% no Vale do Taquari. E no Estado, no mesmo período, houve decréscimo de 2,99%.

Entre os municípios com maior número de concluintes do Ensino Médio, destacam-se Santa Clara do Sul e Progresso, com crescimentos de 100% e 80,56%, respectivamente. Em contrapartida, os municípios com maior decréscimo em número de concluintes foram Dois Lajeados com 33,33%, Nova Bréscia com 35,71% e Putinga com 52,17%.

Gráfico 6 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no ensino fundamental do Vale do Taquari e RS, 2005 – 2015



Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2016).

Referente ao IDEB, a média do Vale do Taquari para os anos entre 2005 e 2013 nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foi de 5,36; superior à média atingida pelo Estado no mesmo período, de 4,9. Durante os anos analisados, houve um aumento contínuo do índice tanto à nível regional, quanto à nível estadual.

Nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), a região foi conceituada com uma média de 4,14. O Estado, por sua vez, obteve média de 4,02, devido a índices mais baixos nos primeiros anos da análise.

Os municípios onde houve maior crescimento do índice nos anos analisados, deu-se principalmente devido ao baixo índice de cada um no ano base. Já em 2013, todos os municípios avaliados obtiveram conceituação entre 5 e 7, em âmbito de escolas públicas, municipais ou estaduais. Sendo que a maioria já se enquadra no conceito 6, estipulado como meta pelo Plano Nacional de Educação.

Os municípios com IDEB mais alto nos anos iniciais do Ensino Fundamental, foram Arvorezinha e Nova Bréscia. E nos anos finais, foram Dois Lajeados e Travesseiro.

3.4.2 Saúde

Entre os anos de 2003 e 2014, o Rio Grande do Sul passou de haviam 362 hospitais para 350; enquanto o Vale do Taquari, passou de 22 para 18 hospitais. Os municípios que perderam hospitais foram Imigrante, Paverama, Relvado, Santa Clara do Sul e Teutônia. Apenas o Município de Marques de Souza passou a contar com um novo hospital.

O Índice de número de leitos de internação em hospitais da região decresceu 16,30%, enquanto que no Estado decresceu 1,02%.

Entre os hospitais dos municípios que tiveram aumento no número de leitos estão Arroio do Meio com 27,54%, Progresso com 22,50%, Arvorezinha com 21,43%, Dois Lajeados

com 19,05%, Nova Bréscia com 16,63%, Ilópolis com 8,33% e Taquari com 1,25%. E dos municípios com decréscimo percentual no número de leitos estão Cruzeiro do Sul 2,78%, Anta Gorda com 5%, Encantado com 9,84%, Estrela com 10,53%, Muçum com 11,43%, Bom Retiro do Sul com 16,67%, Roca Sales com 17,39%, Teutônia com 19,23% e Lajeado, com 33,33%. Ainda, Imigrante, Poço das Antas e Relvado, decresceram em 100%

A taxa de mortalidade infantil é apresentada percentualmente, a cada mil nascidos vivos. No Vale do Taquari, entre os anos de 2000 a 2013, houve um decréscimo no índice, de 34,78%. Já no Estado, o decréscimo foi de 30,18% no mesmo período.

Os Municípios da região que tiveram aumento percentual da mortalidade infantil foram Putinga com 123,96%, Encantado com 105,70%, Estrela com 67,47%, Teutônia com 16,03% e Lajeado com 5,56%. Em contrapartida, os municípios com decréscimo da mortalidade infantil foram Fazenda Vilanova com redução de 22,63%, Arvorezinha com 43,72%, Taquari com 62,68%, Cruzeiro do Sul com 75,90%, Bom Retiro do Sul com 79,72% e por fim, os municípios de Arroio do Meio, Imigrante, Marques de Souza, Muçum, Paverama, Poço das Antas, Progresso, Sérico e Tabai, apresentaram decréscimo de 100% da mortalidade infantil.

A expectativa de Vida no Vale do Taquari conforme o Censo dos anos de 1991, 2000 e 2010 respectivamente, foram de 69, 74 e 76 anos. E para o Estado foram, respectivamente, 69, 72 e 75 anos.

Entre os municípios da região, o maior crescimento da expectativa de vida se deu em Progresso com 11,26%, em Relvado com 9,66%, em Tabai com 8,93%, Bom Retiro do Sul com 7,18%, Santa Clara do Sul com 6%, Capitão com 5,92%, Teutônia 5,90%, Ilópolis com 5,85% e Fazenda Vilanova com 5,08%. Já os municípios com decréscimo percentual foram Colinas com -0,24%, Travesseiro com -0,32% e Muçum com -1,02%.

Em se tratar de número de internações, entre os anos de 2000 e 2014, o Vale do Taquari passou para um decréscimo de 8,53%. O Estado, por sua vez, registrou decréscimo de 5,51% no mesmo período.

Dentre os municípios que tiveram o maior crescimento percentual em número de internações na região, destaca-se Teutônia com 43,10% e Dois Lajeados com 10,71%, Estrela com 7,45%, Lajeado com 6,05%, e Progresso com 2,44%.

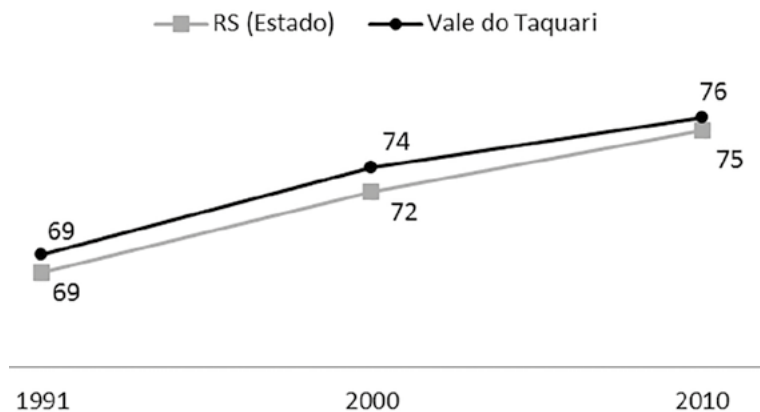
Os municípios com maior decréscimo em seus índices, foram Taquari com 54,47%, Muçum com 52,17%, Cruzeiro do Sul com 51,03%, Roca Sales com 50,77%, Putinga com 48,28% e Arvorezinha com 41,53%. Os demais municípios com decréscimo no número de internações foram Nova Bréscia com 26,92%, Anta Gorda com 26,10%, Bom Retiro do Sul com 23,01%, Encantado com 21,42% e Ilópolis com 8,68%.

No que se diz a respeito a número de óbitos no Vale do Taquari entre os anos de 2000 e 2014 apresentaram crescimento de 63,94%. Já no Estado o crescimento foi de 34,89% no mesmo período.

Nos municípios da região, há destaque no crescimento de óbitos registrados em Teutônia e Arroio do Meio, onde o crescimento do índice foi de 536,84% e 325%, respectivamente. Contudo, outros municípios também apresentaram crescimentos significativos, como é o caso de Encantado com 180%, Roca Sales com 160%, Nova Bréscia com 122%, Cruzeiro do Sul com 95,24%, Bom Retiro do Sul com 86,36%, Anta Gorda com 66,67%, Lajeado com 58,97%, Progresso com 50%, Estrela com 47,12% e Muçum com 7,69%.

Dentre os municípios onde o número de óbitos foi menor em 2014 em relação ao ano de 2000, destacam-se Imigrante com um decréscimo de 100%, Dois Lajeados com 92,86%, Putinga com 83,33%, Taquari com 70,42% e Ilópolis com 16,67%.

Gráfico 7 - Expectativa de vida no Vale do Taquari e RS, 2010

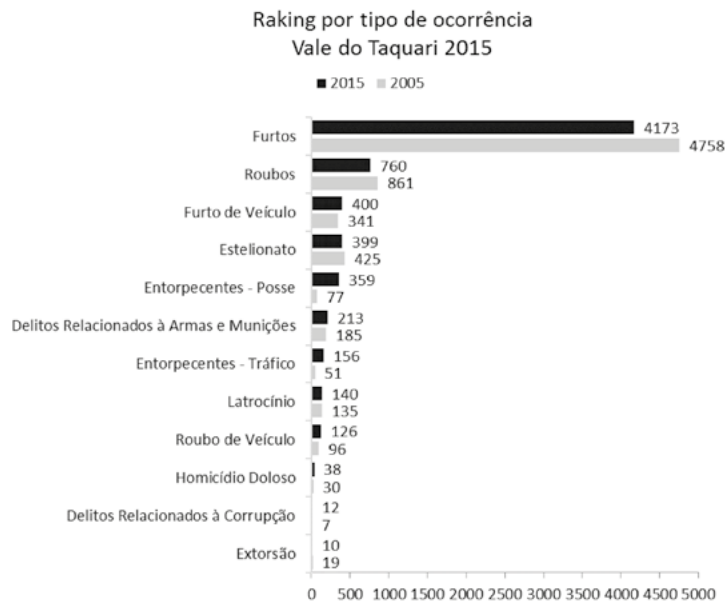


Fonte: Adaptado de FEE (2016).

3.4.3 Segurança

O número de ocorrências policiais cadastradas no Vale do Taquari e do estado reduziram ao longo de dez anos (2005 a 2015). O Vale apresentou redução de 2,85% (199 ocorrências a menos) enquanto o estado 10,75% (38.761 ocorrências a menos) do total de ocorrências registradas.

Gráfico 8 - Ocorrências cadastradas (delitos consumados) no Vale do Taquari 2015

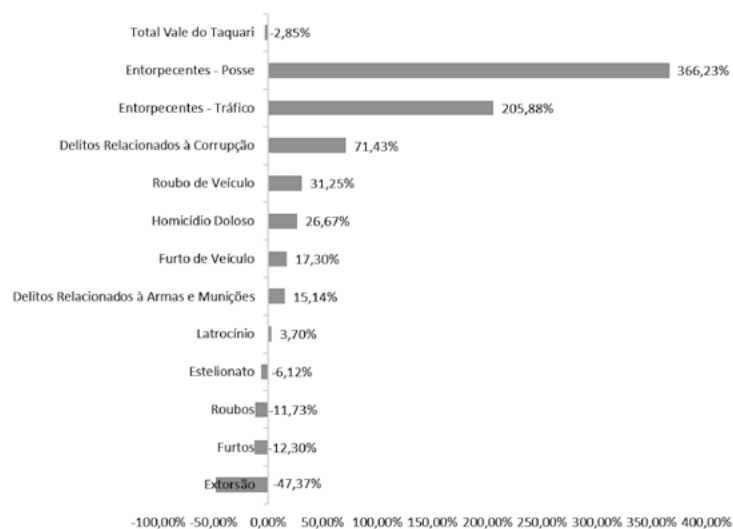


Fonte: Adaptado de FEE (2016).

Este decréscimo na região é registrado principalmente pela redução em 12,3% do número de furtos, que representaram 585 ocorrências a menos. Crimes de extorsão (-47,37%), roubos (-11,73%) e estelionato (-6,12%) também apresentaram redução.

Entretanto é válido analisar que o número de ocorrências registradas por posse de entorpecentes cresceu 366,26% neste mesmo período. Evoluiu-se de 77 casos em 2005 para 359 em 2015, com pico de 492 casos em 2013. Já o número de registros por tráfico de entorpecentes aumentou em 205,88% (51 casos em 2005 para 156 casos em 2015).

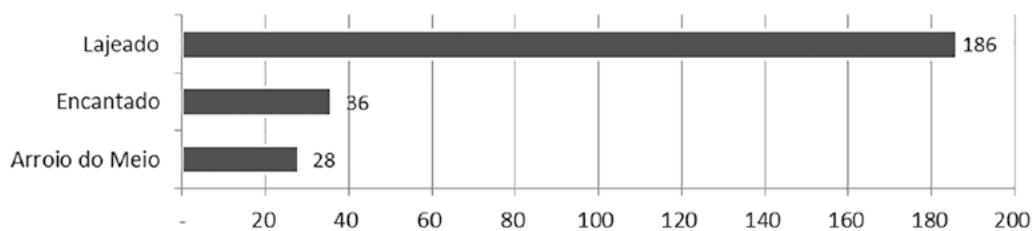
Gráfico 9 – Variação de ocorrências policiais 2005 -2015



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

Outro dado considerável é o número de furtos (sem a presença do proprietário) de veículos que cresceu 17,3%. Eram 341 casos em 2005 para 400 casos em 2015. Já o número de roubos de veículos (com a presença do proprietário) aumentou em 31,25%, saindo de 96 casos em 2005 para 126 casos em 2015.

Figura 6 - Capacidade do Estabelecimento Penal no Vale do Taquari, 2014



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

O Vale do Taquari apresenta desde 2009 a capacidade de 250 apenados. O Rio Grande do Sul por sua vez aumentou em 17,38%, apresentando 21.413 vagas em 2014.

A lotação dos presídios no país é evidente e o Vale do Taquari não foge à regra. No ano 2000 já apresentávamos 149,38% de ocupação das vagas, ou seja, 1,49 presos por vaga.

Em 2014 registrou-se 277,60% de ocupação, sendo 2,77 presos por vaga, situação nunca antes registrada. O estado apresentava 1,08 presos por vaga em 2000 e em 2014 registrou 1,31.

3.4.4 Habitação

O Vale do Taquari aumentou em 24,56% o número de domicílios particulares em 10 anos. Já a população aumentou em 11,82%. Desta forma, percebe-se que o número de pessoas por domicílio reduziu, tanto no estado como na nossa região. Esta redução está associada principalmente à implementação de programas habitacionais. É evidente a redução maior de pessoas por domicílio no Vale do Taquari, justificado por uma taxa de crescimento de número de domicílios maior do que a média estadual.

O crescimento do número de domicílios ainda retrata a taxa de urbanização da região que aumentou em 10,22%. É evidente que a maior concentração de urbanização está nos municípios com maior população como Lajeado (99,63% de taxa de urbanização), Encantado (87,17%) e Estrela (84,63%). Os municípios que mais aumentaram sua taxa de urbanização foram Imigrante (17,51% de crescimento da taxa de urbanização), Roca Sales (14,94%), Nova Bréscia (14,90%). Estrela, Tabai e Encantado foram os que menos variaram em sua taxa de urbanização (ambos inferiores a 2%).

3.4.5 Cultura

O Vale do Taquari é caracterizado pela colonização açoriana, alemã e italiana. É cultura da região o cultivo das tradições étnicas através de grupos de danças, entidades representativas e associações. De mesmo modo o Movimento Tradicionalista Gaúcho se faz presente, visto na tabela de eventos as programações desenvolvidas por estes centros.

Pode-se afirmar que todos os municípios da região possuem espaços destinados ao incentivo cultural, entre eles destaca-se o Centro Cultural Univates em Lajeado que colocou a região dentro da agenda de eventos nacionais e internacionais.

3.4.6 Equidade e inclusão social

Em se tratando dos temas de equidade e inclusão social, as informações e dados regionais, além das reuniões municipais indicam a existência de pobreza na região, mas em proporções menores do que outras regiões. São percebidas pessoas de baixa renda, mas é menos significativo a indigência e a extrema pobreza.

Já em se tratando da inclusão social, a região tem muito por avançar na percepção da pobreza para além das questões econômicas e para usar Marques (2012, p. 68), visualizar a “nova pobreza”, que vai muito além das limitações de renda, pois envolve as formas de trabalho, a migração, o papel, tamanho e a questão de gênero nas famílias, o mercado de consumo construído e apropriado, as políticas públicas e a atuação estatal.

Neste aspecto, as reuniões municipais indicam uma noção de pobreza vinculada à falta de renda e nestas condições, são menos percebidos os aspectos da pobreza como um processo inclusivo de todos os cidadãos.

Em se tratando especificamente dos dados existentes, quando enfatizado os programas de transferência de renda, no caso do Programa Bolsa Família, que atende famílias com rendimento médio mensal abaixo de R\$ 85,00, no caso de extrema pobreza e R\$ 170,00 para famílias consideradas na pobreza, o Vale do Taquari, em julho de 2016 tem 6.143 famílias atendidas.

Assim, observando a partir deste indicador, se considerarmos o número de domicílios de 112.127 (Censo, 2010), é um pouco menos de 6% dos domicílios que recebe esse benefício, comparando, nas mesmas condições, com o Estado, esse percentual é um pouco mais de 11%, ou seja, 403.162 famílias beneficiadas para uma quantidade de domicílios de 3.599.263. Nestas condições, pode-se inferir que o Vale do Taquari, comparativamente à média estadual, possui metade dos habitantes atendidos por programas de transferência de renda, especificamente o Programa Bolsa Família (MDS, 2016).

Considerando os dados censitários de 2010, a região possuía em torno de 2,6% da população do Vale do Taquari considerada pobre, ou seja, no período que recebia menos de R\$ 150,00 mensais de renda per capita.

Já em 2015, apesar de, em média, serem cadastradas pelos municípios 92% das famílias que com perfil para serem inseridas no Programa Bolsa Família, 25% destas efetivamente recebem o benefício de transferência de renda (MDS, 2015).

Se verificarmos os resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência, em 2000 no Vale eram 11% da população e o Censo de 2010 aponta 4,2% da população regional. A renda apropriada pelos 20% mais ricos em 2010 é de 47,3% e os 20% mais pobres é de 5,8%, se compararmos ao Estado do RS, essa média é de 58,7% e 3,6% (PORTAL ODMs, 2015).

Em igual condições, o índice de GINI da renda domiciliar na região, que em 1991 era de 0,499, passou nos anos 2000 para 0,465 e em 2010 para 0,413 (DATASUS, 2016).

Também, se verificarmos os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, a mesma evolução é demonstrada. Este indicador mede questões relativas à educação, longevidade e renda e em 1991 a média regional era de 0,480, em 2000, 0,623 e em 2010 a região possui um indicador de 0,728 (IBGE, 2016).

3.5 DIMENSÃO ESTRUTURAL

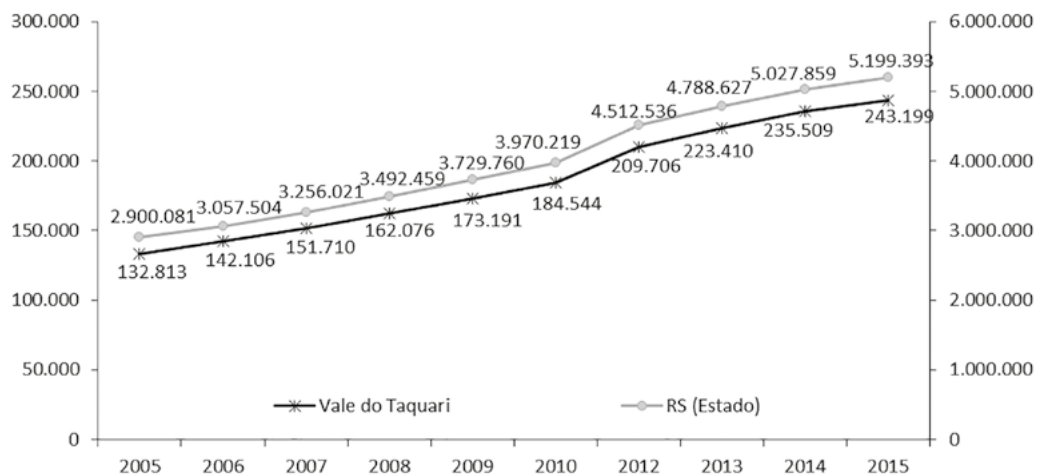
De acordo com o perfil socioeconômico, o Vale do Taquari (2015) apresenta os modais rodo, ferro e hidroviário para a circulação de mercadorias e do modal rodoviário para o transporte de passageiro. A BR-386 aproxima o Vale da região metropolitana acentuando suas oportunidades quanto posicionamento logístico.

3.5.1. Logística e transporte

Em análise à frota de veículos do Vale do Taquari, verifica-se um crescimento de 83% em 10 anos (2005 a 2015) de toda a frota. Com um crescimento médio de 6,29% ao ano, o Vale do Taquari apresentava um crescimento constante anual, esse crescimento reduziu nos últimos 2 anos, sendo de 5,42% em 2014 e 3,27% em 2015.

Essa retração no crescimento é vista de forma similar no aumento de frota de automóveis e caminhões, entretanto, a frota de motocicletas vem apresentando redução no crescimento desde 2008, onde cresceu 7,29%. Em 2009 cresceu 5%, 2010 apresentou 3,37%, seguido por 2,98% em 2011, 2,87% em 2012, 2,32% em 2013, 1,60% em 2014 e 1,57% em 2015.

Gráfico 10 – Quantidade de veículos no Vale do Taquari e RS, 2005 – 2015



Os dados referem-se a automóveis, caminhões e motocicletas.

Fonte: Adaptado de Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN (2016).

Em aumento de frota, Tabaí (123%), Fazenda Vilanova (119%), Paverama (97%) e Canudos do Vale (97%) lideram o aumento de 2005 a 2015 e Sérico (53%), Imigrante (57%) e Relvado (60%) são os municípios que menos cresceram. Em frota de caminhões Forquetinha lidera o crescimento, apresentando 124% de aumento, seguido de Tabaí (117%), Vespasiano Corrêa (105%) e Pouso Novo (104%). Muçum (6%), Sérico (16%) e Imigrante (25%) apresentaram os menores crescimentos.

Entre as três praças de pedágio presentes no Vale do Taquari ou que fornecem ligação direta com o Vale, a de Encantado tem maior fluxo de veículos. Foram 2.346.792 veículos em 2015, seguidos por 2.178.068 na praça de Cruzeiro do Sul e 1.398.864 em Boa Vista do Sul. De acordo com os dados de 2015, Encantado apresenta fluxo médio de 195.566 veículos por mês, enquanto Cruzeiro do Sul apresenta um fluxo de 181.505 e Boa Vista do Sul 116.572.

Com relação a arrecadação e investimentos, as três praças de pedágio apresentaram resultado positivo em 2015, totalizando R\$10.925.964,35 de resultado. Encantado apresentou resultado de R\$5.209.095,21, Cruzeiro do Sul de R\$3.460.184,30 e Boa Vista do Sul de R\$2.256.684,84. Sendo que os recursos arrecadados pelos pedágios vão para o caixa único, provavelmente os resultados apresentados por estas praças estão custeando obras e manutenção de rodovias não somente na região.

Em se tratando dos modais de transporte, o Vale do Taquari possui um entroncamento modal hidro-rodô-ferroviário e um aeródromo que se encontra interditado.

No entanto, esse modais de transporte estão subutilizados. Possui rodovias federais e estaduais, hidrovia, ferrovia, aeródromo e estes últimos três não estão sendo utilizados. No caso da hidrovia, no ano de 2014, vencemos uma etapa burocrática passando do governo federal para o governo estadual, a administração do porto. No entanto, temos que avançar para efetivamente o porto voltar a atividade plena.

Em se tratando da ferrovia, a região, apesar das articulações, não terá o tronco principal da ferrovia prevista passando pela região, a Ferrovia Norte-Sul, no entanto, trabalhamos com afinco para que um ramal passe pela região e interligue o Vale com Rio Grande.

No caso do aeródromo, o mesmo está interdito desde 2011, ainda em maio de 2015 o CODEVAT promoveu reunião regional para encaminhar o referido assunto, até o momento não avançou o esperado por indisponibilidade de recursos do município parceiro e responsável pelo início dos encaminhamentos, ou seja, as obras necessárias para posterior vistoria da ANAC e liberação para pousos e decolagens.

Por fim, as rodovias devem ser duplicadas, tanto o término da BR-386 como a RS-129/130. No caso da RS o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTEA foi pago pelos municípios e até o momento não foi encaminhado o projeto por parte da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR. Ainda, em se tratando das rodovias estaduais, o COREPE trecho 7, que compreende os pedágios de Cruzeiro do Sul, Boa Vista do Sul e Encantado atua desde dezembro de 2014 e avançou nas discussões regionais acerca dos referidos temas.

3.5.2 Energia e comunicações

Conforme apresentado no Perfil socioeconômico do Vale do Taquari (SEPLAN, 2015), três municípios (Lajeado, Taquari e Estrela) consomem dois terços do total de consumo de energia da região.

As comunicações na região são precárias. Conforme o perfil socioeconômico do Vale, o acesso à *internet*, celulares e telefonia fixa apresentam indicadores inferiores do que a média estadual quando da presença em domicílios. Essa média inferior pode estar relacionada a má qualidade dos serviços oferecidos.

O tema da energia elétrica no Vale do Taquari é compreendida em duas situações distintas:

1º - na geração de energia, onde nossa região tem possibilidade de gerar energia limpa, através de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs que, cumprindo o estabelecido em Lei, podem gerar energia para atender a demanda crescente; como em sua distribuição, que é fator recorrente de problemas tanto em áreas urbanas como rurais. O consumo de energia no Vale do Taquari cresceu, entre 2003/2013, 54%, o que demonstra o presente desenvolvimento e a ampla expansão do uso de equipamentos e máquinas elétricas.

2º - onde deve-se analisar a distribuição que ocorre hoje nos municípios, onde principalmente os 22 municípios com população menor do que 5 mil habitantes sofrem com a qualidade do fornecimento. Os relatos nas reuniões de diagnóstico do Planejamento Estratégico Regional, efetivadas em 2016, nestes municípios, referem-se muito as estruturas das redes, em sua maioria com postes ainda de madeira, quando da precipitação de grandes chuvas e temporais as comunidades interioranas ficam, no mínimo, 2 dias sem luz, até o devido reestabelecimento.

Também se encontra como realidade a ausência de rede trifásica para os produtores rurais. Em seus relatos as frases mais corriqueiras são que a “rede é fraca”, “a energia não vem com força”, problemas que acarretam na desmotivação do produtor em investimentos tecnológicos, inviabilizando a atividade agrária por falta de escala, onde o trabalho manual não se torna rentável.

Nova Brésia relata que a rede não atende à demanda. Pousos conta com apenas 30% do interior com rede trifásica, mas se pergunta se esta rede chegou tarde, pois já houve perda de população superior a 10% em um período de 10 anos. Doutor Ricardo relata a falta de assistência e a constante falta de fornecimento de energia por queda de postes. Anta Gorda reclama da instabilidade do fornecimento. Westfália e Roca Sales são exemplos de municípios

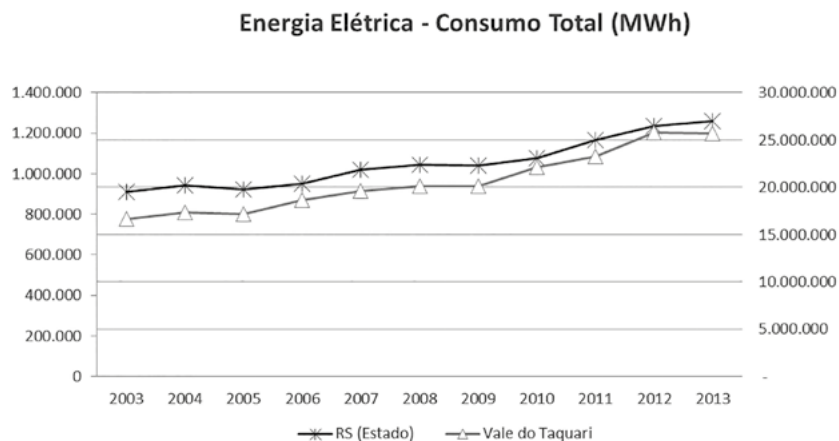
que não têm rede trifásica na zona rural. Estas situações repetem-se nos 36 municípios do Vale do Taquari.

Em relação ao atendimento das concessionárias de energia em pequenas localidades, verifica-se melhora quando da presença de empresas âncora nestes municípios, que conseguem obter poder de barganha em exigir melhor qualidade de atendimento e indiretamente a melhora se estende ao meio rural, embora que esta melhora não seja significativa.

Diferente desta realidade, está Dois Lajeados, onde a rede trifásica está presente em 95% da área rural. A partir do apoio da prefeitura, instalou-se a rede a todos produtores. Em função disso, verificou-se mais de 300% em aumento de consumo de energia no meio rural, onde conclui-se que a disponibilidade de energia trifásica com qualidade faz com que o produtor invista em tecnologia, aumentando sua produção, melhorando a rentabilidade da propriedade, evitando o êxodo rural e incrementando cada vez mais o consumo de energia.

Conclui-se alertando que o desenvolvimento não ocorrerá sem que estejam atendidas as necessidades básicas da população. A ineficiência do setor energético no Vale do Taquari influencia nosso crescimento, incentivando o êxodo rural e, desta forma, reduzindo a renda média familiar destas famílias nas zonas urbanas.

Gráfico 11 – Energia elétrica consumo total (MWh) no Vale do Taquari e RS, 2000 – 2015



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

É viável, por meio de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs que, cumprindo o estabelecido em Lei, podem gerar energia para atender à demanda crescente; como na distribuição de energia, que é fator recorrente de problemas tanto em áreas urbanas como rurais. O consumo de energia no Vale do Taquari cresceu, entre 2000/2010, 43%, enquanto no Estado foi de 18,5%.

A região quer crescer, as indústrias pretendem ampliar suas plantas produtivas, os produtores rurais pretendem ampliar o uso de equipamentos mais produtivos e seguros para melhor atender, mas estão condicionados pelo limite de disponibilidade de energia.

Atualmente existem projetos em estudo e encaminhados que possibilitam a geração de 260 megawatts de energia para nossa região, que demanda em torno de 200 megawatts, e produz atualmente somente 13 megawatts.

Ainda, não nos limitemos a pensar a geração somente a partir da matriz energética atual, é preciso ter presente as possibilidades alternativas de geração de energia, como biodigestores, energia solar, energia eólica, entre outras, que devem ser melhor discutidas, amadurecidas e criadas possibilidades para a inovação nesses empreendimentos.

Considerando as discussões regionais e para ter um diagnóstico mais efetivo das telecomunicações, o CODEVAT fez, no final do ano de 2014 um levantamento com todos os municípios. Os resultados desta pesquisa indicaram a telefonia fixa e a empresa que presta esse serviço. Todos os pesquisados responderam ter esse serviço, disponibilizado pela empresa que possui a Concessão atual, OI, e indicaram que na área urbana o serviço atende à sociedade. Nenhum dos pesquisados indicou não haver telefonia fixa nas áreas urbanas dos municípios. No entanto, em áreas rurais, 13 respondentes indicaram não ter telefonia fixa em localidades rurais, ou seja, 46,4% dos municípios do Vale, que responderam esse questionário, afirmam não ter telefonia fixa em localidades da zona rural.

Em se tratando da telefonia móvel, questões 3, 4 e 5. As operadoras que trabalham nos municípios do Vale do Taquari são VIVO, OI, TIM e CLARO. Dos respondentes, 22 indicam possuir sinal da VIVO, 15 da OI, 11 da TIM, 23 da CLARO, ou seja, vários municípios possuem todas as operadoras.

No entanto, quando questionado sobre a qualidade do sinal, a tabela abaixo indica que nenhuma operadora teve avaliação ótima, em se tratando de avaliação boa, a CLARO foi a que mais respondentes indicou como de qualidade boa, com 5 respostas positivas e na sequência a VIVO, com 4 afirmações de que a qualidade da operação é boa. A grande maioria indicou como qualidade regular de todas as operadoras, 13 indicações da VIVO, 6 da OI, 7 da TIM e 10 da CLARO. Seguidas pelas indicações de ruim ou péssima. Ou seja, de todas as respostas, 81,68% indicaram que o sinal das operadoras é regular, ruim ou péssimo.

Quando solicitadas sugestões e melhorias indicadas pelos respondentes, a percepção mais genérica é de que há a necessidade de instalação de mais antenas, para maior cobertura de sinal em toda a região.

Por fim, em se tratando dos serviços de *internet*, dos 28 respondentes, 22 indicaram possuir serviço de *internet* por cabo, 27 indicaram possuir serviço de *internet* via rádio, 28 possuem *internet* 3G e 5 possuem via satélite. Diferentemente da telefonia móvel, não houve nenhuma indicação de que os serviços de *internet* sejam péssimos, houver 12% de indicações de que estes são ruins; no entanto, mais da metade, 52,44% indicaram esses serviços como regulares e um percentual significativo, 40,24%, indicaram o referido serviço como bom.

Nestas condições, as entidades, CODEVAT, AMVAT e demais entidades regionais acionaram deputados federais, governo do Estado e Ministério Público Federal para buscar a melhoria da qualidade da telefonia. Até o momento, alguns aspectos avançaram, mas a maioria dos municípios possui muitas dificuldades, algumas em telefonia fixa, mais no acesso à *internet* e, principalmente, no acesso à telefonia móvel.

3.5.3 Saneamento Básico

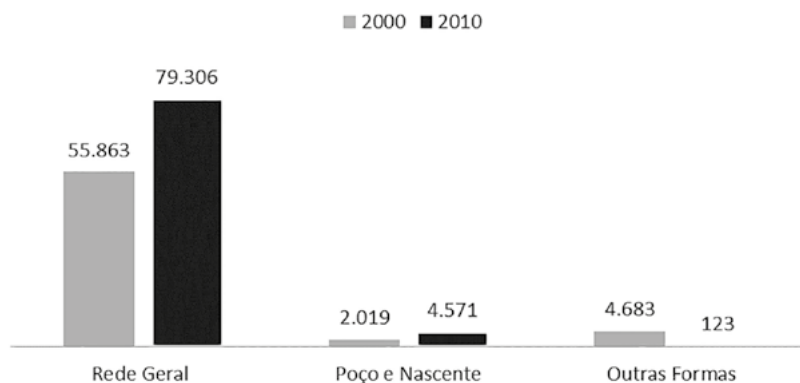
Em se tratando do saneamento da nossa região, 85% das residências em 2010 estavam ligadas à rede geral de abastecimento de água e 93% dos domicílios possuíam coleta de lixo. Apesar de termos avançado, os temas são recorrentes e a coleta de lixo não está atrelada a um programa de resíduos sólidos, com melhor aproveitamento destes resíduos e educação ambiental transversal.

Agora, o tema que mais nos preocupa é o esgotamento sanitário, enquanto no estado do RS, 48% dos domicílios estão ligados à rede de esgoto, na região somente 11% dos domicílios estão nessas mesmas condições.

Saneamento deve ser foco de políticas públicas abrangentes e eficazes, não somente de planos, mas de execução de projetos e ações que deem conta da melhoria da qualidade de vida da população.

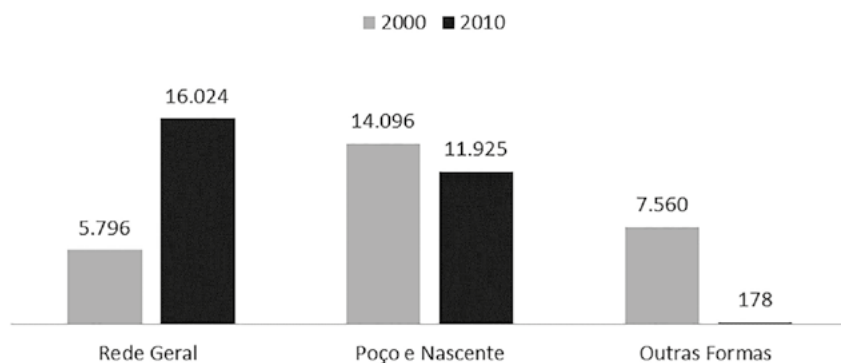
Considerando a disponibilidade de dados municipais ou regionais, pode-se incluir informações acerca do saneamento no ano de 2010. Este amplia a visão e a relação sociedade e meio ambiente. Em se tratando de abastecimento de água, a região tem 15% da população que não é atendida pela rede geral de água, ou seja, são 16.496 domicílios que se utilizam de poço ou nascente para abastecimento de água.

Gráfico 12 - Abastecimento de água no Vale do Taquari Urbano 2010



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

Gráfico 13 - Abastecimento de água no Vale do Taquari Rural 2010



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

Praticamente 93% do lixo nos municípios é coletado, o restante é jogado, enterrado ou queimado. No entanto, estes 93% que são coletados, em sua grande maioria, são destinados para o município de Minas do Leão, sem nenhum tipo de separação e/ou reutilização do reciclável.

Em se tratando de esgotamento, somente 11% dos domicílios da região estão ligados a uma rede geral de esgoto, a maioria, 57%, possui fossa séptica e ainda 30% possui fossa

rudimentar e em torno de 5% dos domicílios não possui banheiro ou se utiliza de vala (FEE, 2016; CODEVAT, 2014).

Ainda, para não tratar especificamente do saneamento nas áreas urbanas, no meio rural há uma concentração elevada na criação de animais, conforme exposto anteriormente e com baixa adequação para o correto manejo e possível reutilização dos dejetos orgânicos.

O tema aqui levantado é tão saliente que foi diagnosticado no Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, que 35% das doenças de veiculação hídrica do Estado do RS, ocorrem nesta Bacia. Também, segundo o Plano, todos os pontos analisados neste trecho da bacia, resultaram em classes de água 3 ou 4, considerando Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA (SEMA, 2012).

3.5.4 Urbanismo e mobilidade

A urbanização do Vale do Taquari ocorre de forma consistente. Conforme estudo, os dados não indicam moradores vivendo em aglomerados subnormais, como favelas e similares. Por fim, quando avaliado o percentual de moradores com direito à propriedade, isto é, com moradia própria ou alugada, 94,63% dos moradores as têm. Isso indica que a condição de moradia da população do Vale do Taquari é significativamente melhor que a do Brasil, onde 36,6% da população urbana, em 2012, vivia em moradias inadequadas (AGOSTINI, 2016).

Em suma, nenhum município da região destoa muito da média regional. Em se tratando do direito à propriedade, somente Relvado fica abaixo dos 90%, demonstrando que 88,4% dos moradores possuem moradia própria ou alugada. Esses indicadores melhoraram no Brasil como um todo, novamente decorrentes de vários fatores e alguns específicos, como Programas de acesso à moradia como o Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

Em 2015 verificou-se na região um movimento dos municípios para regularização de loteamentos, onde as prefeituras desenvolveram suas próprias legislações no sentido de somente autorizar a implantação de novos loteamentos que atendam às condições básicas de infraestrutura e mobilidade. Ainda que tarde, esta regularização causará impactos positivos no desenvolvimento dos municípios.

Apesar da região ainda possuir seis municípios sem acesso asfáltico, destacam-se os municípios com boas estruturas viárias internas, grande parte já pavimentada, o que facilita e fortalece a mobilidade. Também os municípios, enxergando-se como microrregião, fortalecem estas vias, um suportando o outro no processo de desenvolvimento.

Ainda na região, apesar de ser regulamentada apenas para municípios com mais de vinte mil habitantes, já existe o despertar dos pequenos municípios para a implantação de planos diretores e de mobilidade. O Vale também deveria pensar planos diretores microrregionais para que os municípios possam potencializar seus desenvolvimentos, desta forma, trabalhando em conjunto facilitaria a eliminação de deficiências com relação à mobilidade e ao urbanismo. Nos municípios com população acima de trinta mil habitantes já ocorre a implantação de estacionamento pago.

Também é de se ressaltar que o Vale do Taquari cresce em sua urbanização. Uma vez que o movimento de urbanização do estado ocorreu de forma mais forte na década de 1980, no Vale do Taquari ocorreu na década de 1990 em diante. Em uma década, de 2000 a 2010 aumentou 16,06% a urbanização da região. Doutor Ricardo (62,52%), Imigrante (54,58%) e Nova Bréscia (45,75%) foram os municípios que mais aumentaram sua urbanização. Já

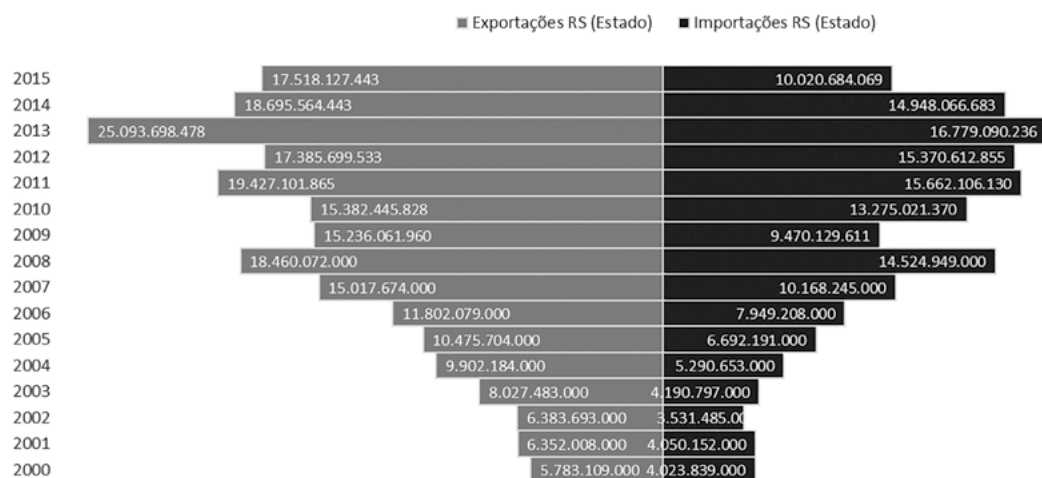
Encantado (0,72%), Estrela (2,18%) e Tabaiá (2,74%) foram os que menos urbanizaram. Dezessete dos trinte e seis municípios da região elevaram a urbanização em mais de 25% e onze ficaram com taxa de até 10%.

3.6 DIMENSÃO ECONÔMICA

Em análise às exportações no Vale do Taquari, verifica-se o crescimento médio de 16% ao ano no período de 2000 a 2007, apresentando o pico de U\$757.231.451,00. Em 2008, registrou-se uma retração de 9% e em 2009, a região reduziu em 51% o valor exportado, resultando em U\$340.392.933,00, devido principalmente à alteração de políticas de venda de grandes empresas da região, que passaram a realizar suas exportações por via de outros Estados.

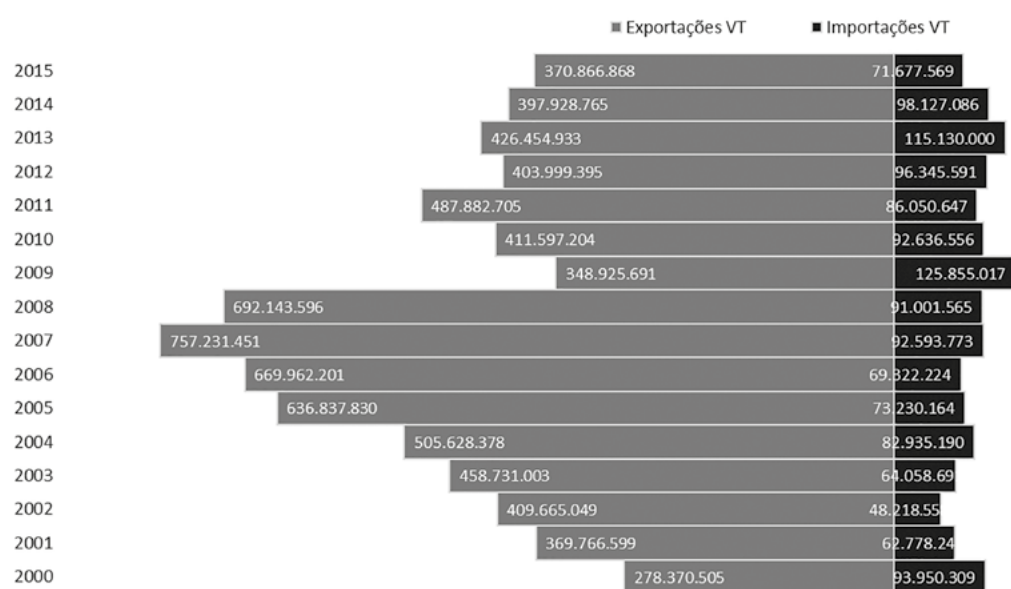
Já em 2010 e 2011 verifica-se uma retomada de crescimento, apresentando 19% de incremento médio. Por sua vez, 2012 o Vale do Taquari reduz em 26% as exportações da região, seguido de um aumento em 19% em 2013 e mais duas reduções seguidas de 7% em 2014 e 2015, fechando este último ano com U\$370.866.868,00.

Gráfico 14 - Exportações e importações no Rio Grande do Sul, 2015



Fonte: Adaptado de MDIC (2016).

Gráfico 15 - Exportações e importações no Vale do Taquari, 2015



Fonte: Adaptado de MDIC (2016).

Analisando o crescimento da exportação em um período de 10 anos, verifica-se as maiores variações em Westfália, Poço das Antas, Arvorezinha, Doutor Ricardo, Fazenda Vilanova e Putinga, respectivamente, em função destes municípios não realizarem exportações em 2005.

Entre os municípios que exportavam em 2005, analisando uma evolução em um período de 10 anos, verifica-se um crescimento de 656% em Dois Lajeados, 288% em Cruzeiro do Sul e 262% em Anta Gorda. Ainda Encantado (94%), Arroio do Meio (86%), Imigrante (23%), Roca Sales (22%) e Muçum (8%) apresentaram variação positiva.

Entre os municípios com retração nas exportações, verifica-se Estrela com redução de 12%, seguido de Paverama (66%), Taquari (69%), Lajeado (72%), Teutônia (89%) e Bom Retiro do Sul (95%).

Tendo por base as análises acima, a variação na exportação do Vale do Taquari no período de 10 anos foi de retração em 41%, enquanto o Estado teve acréscimo em 67%.

Em 2005, os municípios com maior representatividade nas exportações da região foram Lajeado com 46%, Taquari (13%), Teutônia (10%) e Encantado (7%). Todos os demais representam menos que 5% cada um e por isso não foram citados. Já em 2015 verifica-se que Encantado toma a liderança com 24% das exportações do Vale do Taquari, seguido por Lajeado (21%), Roca Sales (10%), Muçum (8%), Arroio do Meio (8%), Westfália (7%) e Taquari (7%).

Relativo às importações, verifica-se um comportamento estável, onde não se constata uma crescente demanda pelas importações, mas sim períodos de crescimento e decréscimo aleatórios, mantendo uma baixa variação nesta demanda. Afirma-se isto uma vez que comparadas as importações nos períodos de 2015 e 2005, encontra-se uma variação negativa de 2,09%.

O pico das importações no Vale do Taquari ocorreu em 2009, quando registrou-se U\$125.855.017,00. O pior desempenho nos últimos 10 anos registrou-se em 2015, com U\$71.701.691,00.

Poucos municípios apresentaram crescimento em importação no período 2005-2015, entretanto, entre os que aumentaram, variaram muito. Registra-se Roca Sales com aumento de 661,91%, seguido de Lajeado com 421,64%, Estrela (409,19%) e Encantado (82,21%).

Entre os que apresentaram redução, Paverama e Santa Clara do Sul apresentam o pior desempenho reduzindo em 100% suas importações, ou seja, deixaram de importar. Muçum reduziu as importações em 89,80%, Imigrante em 73,58%, Taquari (46,87%), Teutônia (20,36%), Bom Retiro do Sul (14,55%) e Arroio do Meio (14,49%) também reduziram suas importações.

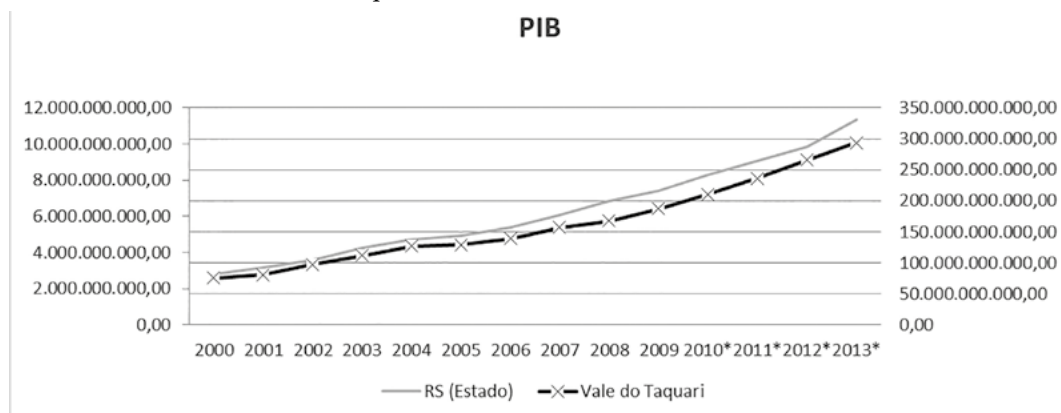
Anta Gorda, Arvorezinha, Cruzeiro do Sul, Poço das Antas e Putinga figuram entre os municípios que não realizavam importações em 2005 e fecharam 2015 como importadores.

Em 2005 Taquari era responsável por 57% das importações do Vale do Taquari, Arroio do Meio (13%), Lajeado (6%), Teutônia (6%), Muçum (6%) e Encantado (3%). Estes seis municípios foram responsáveis por 92% das importações da região na época. Atualmente, em 2015, Lajeado é responsável por 32% das importações, Taquari (31%), Arroio do Meio (12%), Estrela (8%), Encantado (5%), Teutônia (5%), somando 95% do total de importações nestes seis municípios.

Muçum foi o que mais perdeu posições, saindo de 5,94% de participação em 2005 para 0,62% em 2015. Lajeado, por sua vez, foi quem mais aumentou participação nas importações (de 6% em 2005 para 32% em 2015).

Em relação ao Estado, em 2005 o Vale do Taquari representava 1,09% do total de importações, em 2015 reduziu-se para 0,72% das importações.

Gráfico 16 – PIB no Vale do Taquari e RS, 2000 – 2013



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

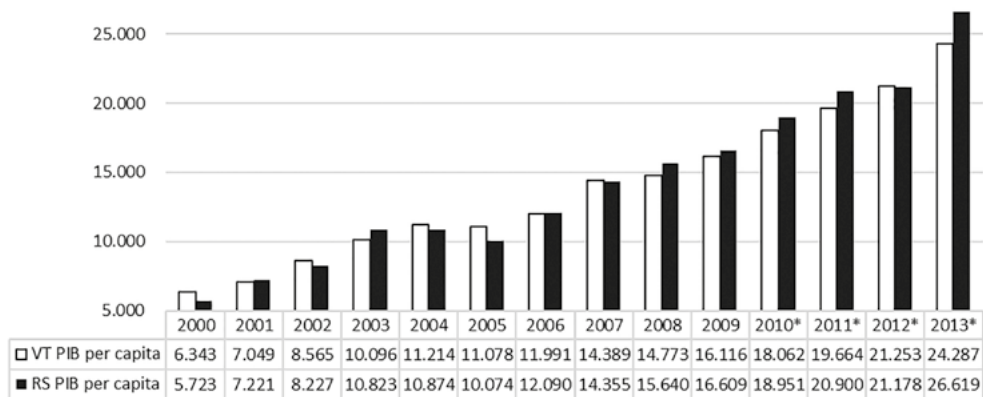
O Produto Interno Bruto da região no ano de 2000 foi de R\$ 2.590.714.713,00 e, em 2013 atingiu R\$ 10.064.115.396,00, registrando assim, um crescimento de 288,47%. Já o Rio Grande do Sul, no mesmo período, passou de R\$ 81.814.713.666,00 para R\$ 331.095.182.854,00, resultando em um crescimento de 304,69%.

Os municípios do vale do Taquari que registraram maior percentual de crescimento foram Tabaí com 574,35%, Poço das Antas com 564,87%, Imigrante com 562,93% e Muçum com 494,12%. Abaixo desses, Colinas, Fazenda Vilanova e Ilópolis cresceram mais de 400%.

Os Municípios de Capitão, Doutor Ricardo, Lajeado, Relvado, Paverama, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Arvorezinha, Estrela, Anta Gorda, Vespasiano Corrêa e Canudos do Vale

cresceram entre 300% e 400%. O restante dos municípios cresceu menos de 300%, dentre os quais, os que cresceram abaixo de 200% foram Bom Retiro do Sul com 188,07%, Sérico com 177,76%, Teutônia com 156,69% e Taquari com 140,81%.

Gráfico 17 – PIB per capita no Vale do Taquari e RS, 2000 – 2013



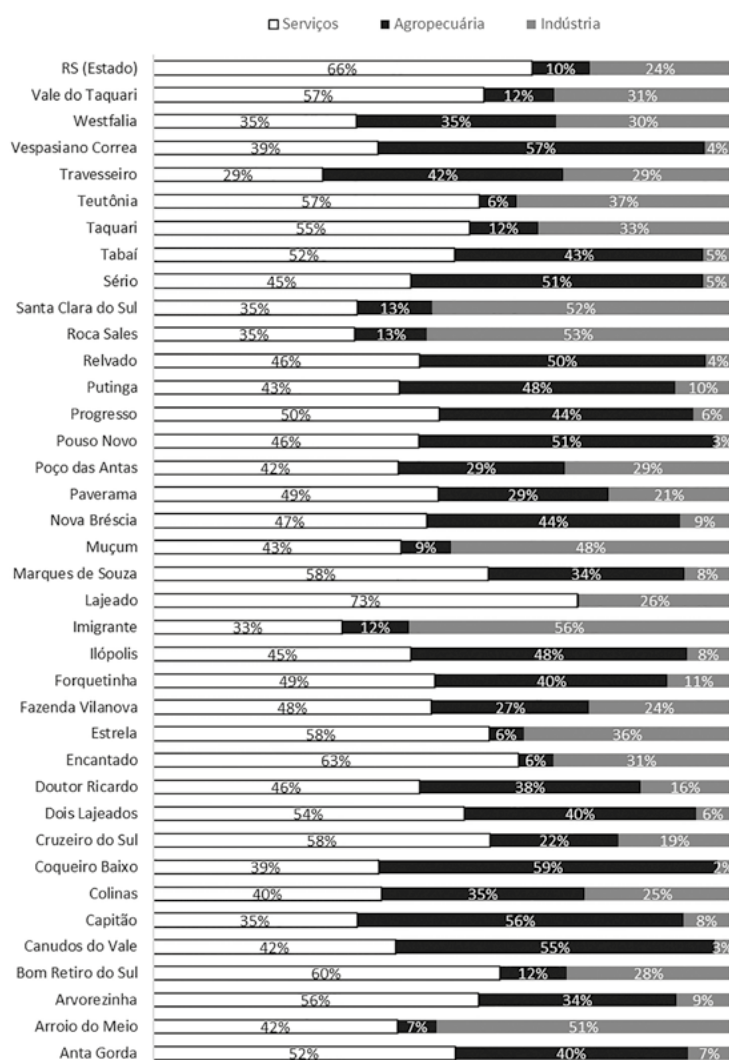
Fonte: Adaptado de FEE (2016).

O Produto Interno Bruto Per Capita da região no ano de 2000 foi de R\$ 202.982,00 e, em 2013 atingiu R\$ 874.316,00, registrando assim, um crescimento de 330,74%. Já o Rio Grande do Sul, no mesmo período, passou de R\$ 2.844.407,00 para R\$ 13.229.615,00, resultando em um crescimento de 365,11%.

Os municípios do Vale do Taquari com destaque em termos de crescimento percentual foram Imigrante com 712,64% e Poço das Antas com 514,70%. Ainda, com crescimento maior de 400% ficaram Muçum, Colinas, Tabai e Ilópolis.

Os municípios de Roca Sales, Santa Clara do Sul, Taquari e Teutônia cresceram percentualmente entre 100% e 200%.

Gráfico 18 – Valor adicionado Bruto no Vale do Taquari e RS, 2013



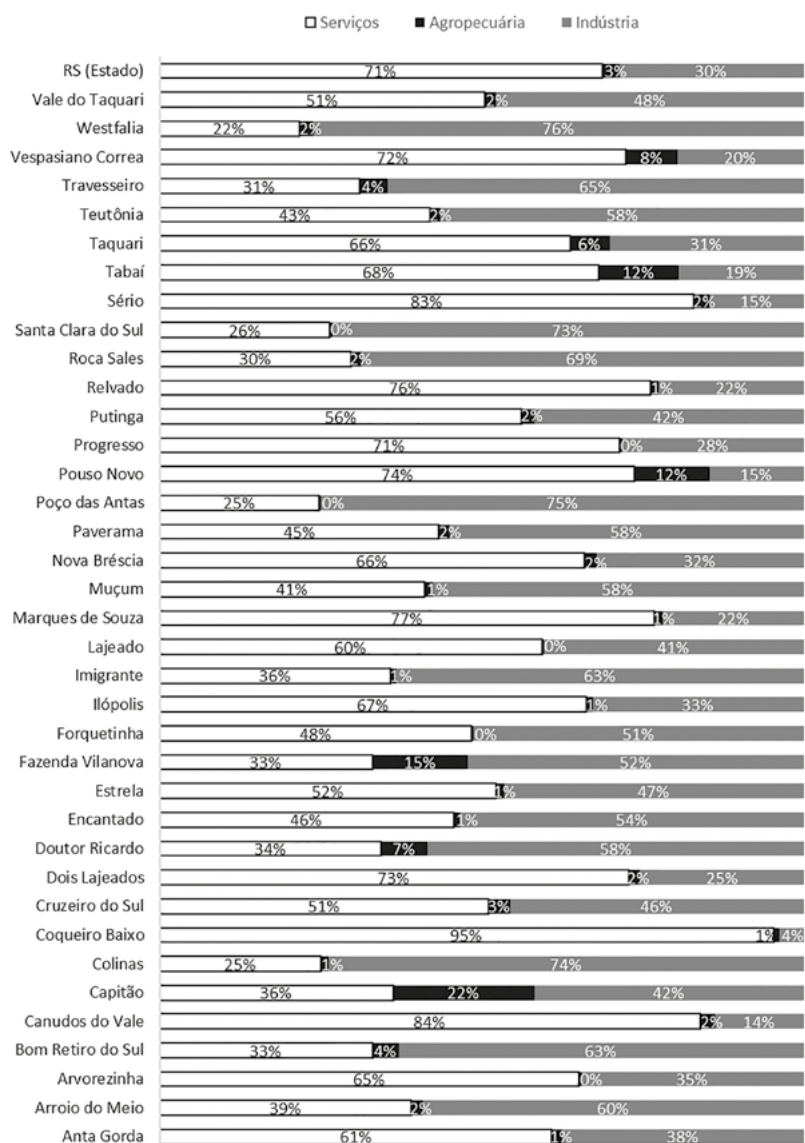
Fonte: Adaptado de FEE (2016).

O Valor Adicionado Bruto Total da região no ano de 2000 foi de R\$ 2.326.580.159,00 e, em 2013 atingiu R\$ 8.943.271.539,00, registrando assim, um crescimento de 284,40%. Já o Rio Grande do Sul, no mesmo período, passou de R\$ 71.872.891.212,00 para R\$ 285.483.671.313,00, resultando em um crescimento de 297,21%.

Os municípios do Vale do Taquari com destaque em termos de crescimento percentual foram Tabaí com 576%, Poço das Antas com 531,95% e imigrante com 506,52%. Ainda, com crescimento maior de 400% ficaram Muçum, Colinas, Ilópolis e Fazenda Vilanova.

Os municípios de Forquetinha, Bom Retiro do Sul, Sério, Teutônia e Taquari cresceram percentualmente entre 100% e 200%.

Gráfico 19 – Distribuição do trabalho formal no Vale do Taquari, 2013

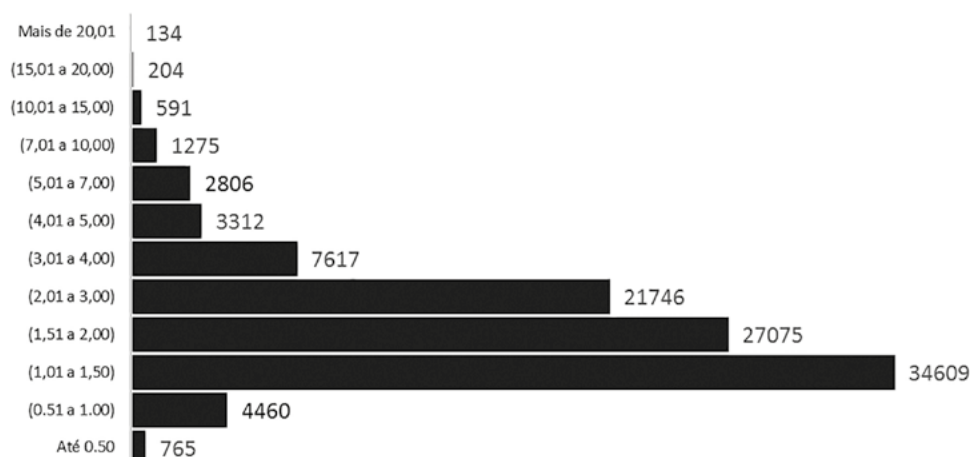


Fonte: Adaptado de FEE (2016).

O Trabalho Formal Total da região no ano de 2002 apresentou crescimento de 53,71%, avançando de 71.356 formalizações para 109.682. No Estado, o crescimento percentual registrado no mesmo período foi de 53,30%, de forma que a média de ambas se equipararam.

Os municípios do Vale do Taquari com destaque em termos de crescimento percentual foram Travesseiro com 347,37%, Forquetinha com 270,41%, Poço das Antas, com 244,26% e Westfália com 216,02%. Já os municípios da região que registraram decréscimo foram Bom Retiro do Sul com 5,49% e Paverama com 33,12%.

Gráfico 20 - Distribuição dos trabalhadores formais por faixa salarial no Vale do Taquari, 2013



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

3.6.1 Setor Agropecuário

O Valor Adicionado Bruto Agropecuário da região no ano de 2000 foi de R\$ 239.953.270,00 e, em 2013 atingiu R\$ 1.095.442.284,00, registrando assim, um crescimento de 356,52%. Já o Rio Grande do Sul, no mesmo período, passou de R\$ 5.983.469.195,00 para R\$ 28.798.796.090,00, resultando em um crescimento de 381,31%.

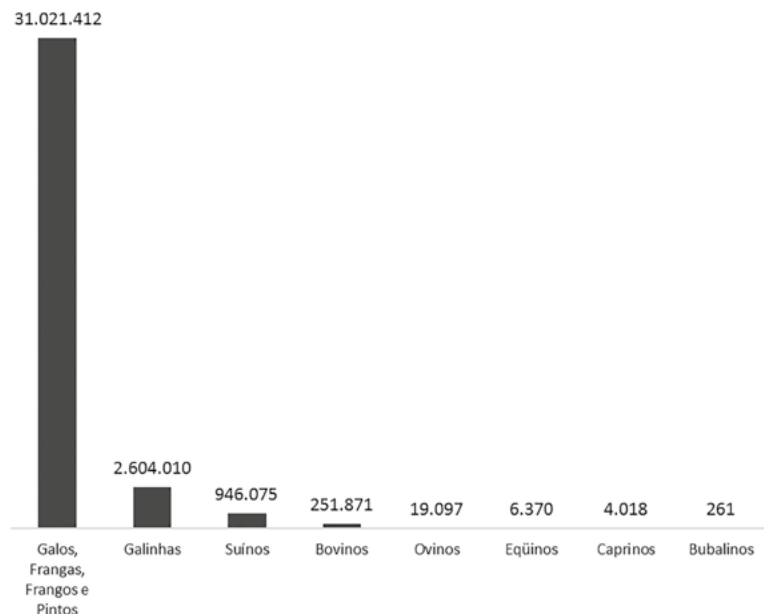
Na região, Tabaí e Paverama destacaram-se dos demais, com crescimento percentual de 1.320,42% e 866,61%, respectivamente. Ainda, com crescimento maior de 600% ficaram Ilópolis, Taquari e Bom Retiro do Sul. Capitão cresceu 582,64% e abaixo desta, ficaram Colinas, Westfália, Relvado, Encantado, Travesseiro e Anta Gorda, com crescimento superior a 400%.

Os municípios de Sério, Forquetinha e Imigrante cresceram percentualmente entre 100% e 200%; enquanto as demais cresceram acima de 200%. No que se diz a respeito do Trabalho Formal gerado pela Agropecuária, na região registrou entre os anos de 2001 e 2013 um crescimento de 48,97%, avançando de 1.264 formalizações de trabalho, para 1.883. No mesmo período, o Estado obteve crescimento de 23,44% com 15.905 formalizações de trabalho de diferença entre o ano inicial e o final mensurados.

Os municípios do Vale do Taquari que registraram maior crescimento foram Taquari com 10.433,33% e Doutor Ricardo com 2.700%. Todos os demais, registraram índices abaixo de 500%. E ainda houveram aqueles que registraram decréscimo na formalização do trabalho agropecuário, com foi o caso de Arroio do Meio, Muçum, Putinga, Santa Clara do Sul, Marques de Souza, Arvorezinha, Lajeado e Ilópolis.

Em se tratando da pecuária do Vale do Taquari, nos anos 2000 a região criava 24.159.255 cabeças e passou a criar, em 2014, 34.853.114 cabeças. Prioritariamente o Vale cria frangos e galinhas. Os frangos representam 89,01% e as galinhas 7,47%, da quantidade de cabeças. Na sequência temos a criação de suínos, com 2,71% da quantidade de cabeças. Em quarto lugar está a criação de bovinos com 0,72%.

Gráfico 21 – Pecuária (quantidade de animais) no Vale do Taquari, 2014



Fonte: Adaptado de FEE (2016).

Os dados indicam as características regionais de produção de frangos e suínos. O restante da produção da pecuária não é significativo. Já a produção leiteira, a terceira em representatividade do Vale, foi, em 2014, a terceira produção do Estado, representando 7,81% do leite produzido no RS (FEE, 2016).

3.6.2 Setor Industrial

O Valor Adicionado Bruto Industrial da região no ano de 2000 foi de R\$ 988.211.497,00 e, em 2013 atingiu R\$ 2.279.088.896,00, registrando assim, um crescimento de 176,16%. Já o Rio Grande do Sul, no mesmo período, passou de R\$ 21.433.103.031,00 para R\$ 69.500.269.530,00, resultando em um crescimento de 224,27%.

Na região, os municípios que se destacaram dos demais foram Poço das Antas com crescimento de 1.573,75%, Imigrante com 1.122,98% e Muçum com 1.027,07%. Abaixo desses, Colinas apresentou 757,12% de crescimento percentual, Doutor Ricardo ficou com 647,69% e Fazenda Vilanova com 615, 21%.

Os municípios de Marques de Souza, Canudos do Vale, Bom Retiro do Sul, Teutônia, Taquari, Sérico Coqueiro Baixo e Pouso Novo tiveram crescimento percentual inferior a 100% e, ainda, Anta Gorda apresentou crescimento de 24,54%.

No que se refere ao Trabalho Formal gerado pela Indústria na região, entre os anos de 2011 e 2013, apresentou um crescimento de 42,72%, variando de 36,040 formalizações de trabalho para 51.436. No mesmo período, o Estado cresceu 44,04%, avançando de 638.446 formalizações para 919.609.

Na região, os municípios que se destacaram dos demais foram, Forquetinha com crescimento de 6.066,67% e Taquari com 5.009, 68%. Abaixo desses, Doutor Ricardo apresentou

714,29%, Travesseiro ficou com 661,90% e Pouso Novo com 457,14%. Os municípios de Nova Bréscia, Tabai, Bom Retiro do Sul, Anta Gorda, Capitão e Paverama apresentaram decréscimo em seus índices, inferiores a 50%.

3.6.3 Setor de Serviços

O Valor Adicionado Bruto Serviços da região no ano de 2000 foi de R\$ 1.098.415.392,00 e, em 2013 atingiu R\$ 5.118.740.356,00, registrando assim, um crescimento de 366,01%. Já o Rio Grande do Sul, no mesmo período, passou de R\$ 44.456.318.986,00 para R\$ 187.184.605.694,00, resultando em um crescimento de 321,05%.

Na região, Imigrante destacou-se dos demais, com um crescimento percentual de 572,59%. Ainda, com crescimento maior de 400% ficaram Lajeado, Tabai, Poço da Antas, Cruzeiro do Sul e Dois Lajeados. Os municípios de Putinga e Sério cresceram 185,36% e 184,58%, respectivamente. Os demais municípios cresceram percentualmente entre 200% a 400%.

Em relação ao Trabalho Formal gerado pelos Serviços, na região apresentou crescimento de 109,88%, sendo que no ano 2001 o total de trabalhos formais agropecuários foi de 25.872 e em 2013, foi de 54.299. O Estado, por sua vez, cresceu o equivalente a 72,11%, variando de 1.276.176.126 em 2001, para 2.196.342 em 2013.

Entre os municípios que mais cresceram estão Taquari com 1991,88%, Westfália com 411,11% e Forquetinha com 262,50%. E, quanto aos índices menos expressivos, Relvado cresceu 22,96% no mesmo período.

3.6.4 Setor de turismo

No Rio Grande do Sul, temos 294 municípios que participam das 27 regiões turísticas do Estado. No Vale do Taquari, temos 18 municípios que fazem parte da rota turística: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Colinas, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Ilópolis, Lajeado, Muçum, Nova Bréscia, Progresso, Relvado, Sério, Teutônia, Vespasiano Corrêa e Westfália.

Figura 7 - Classificação dos municípios do Vale do Taquari

Município	Classificação
Anta Gorda	E
Arroio do Meio	D
Arvorezinha	D
Colinas	D
Dois Lajeados	E
Doutor Ricardo	D
Encantado	D
Estrela	D
Ilópolis	D
Lajeado	C
Muçum	E
Nova Bréscia	D

Município	Classificação
Progresso	E
Relvado	D
Sério	E
Teutônia	D
Vespasiano Corrêa	E
Westfália	D

Fonte: SETUR (2016).

Os 294 municípios do Rio Grande do Sul presentes no Mapa do Turismo se dividem em cinco categorias, de acordo com a Categorização dos municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. O instrumento, elaborado pelo Ministério do Turismo, identifica o desempenho da economia do turismo para tornar mais fácil a identificação e apoio a cada um.

Dentro da metodologia, os municípios contemplados nas categorias A, B e C contam com 95% dos empregos formais em meios de hospedagem 87% dos estabelecimentos formais de meios de hospedagem, 93% do fluxo doméstico e têm fluxo internacional. O conjunto de municípios dos grupos D e E, reúnem características de apoio às cidades geradoras de fluxo turístico. Muitas vezes são aquelas que fornecem mão de obra ou insumos necessários para atendimento aos turistas.

A seguir os roteiros turísticos consolidados na região do Vale do Taquari.

Caminho dos Moinhos

Localizada na região Alta do Vale do Taquari, a Rota Caminho dos Moinhos contempla os municípios de Anta Gorda, Arvorezinha, Ilópolis e Putinga. O passeio mostra ao turista admiráveis registros da imigração italiana, do começo do século passado, por meio de elaboradas construções de madeira. É integrada pelo Moinho Colognese, em Ilópolis; os Moinhos Vicenzi e Dallé, em Anta Gorda; o Moinho Marca, em Putinga; e os Moinhos Fachinetto e Castaman, em Arvorezinha.

Caminhos da Forqueta

Localizado em Arroio do Meio, o roteiro Caminhos da Forqueta oferece visitação a igrejas, museu, apiário, alambique, café colonial, restaurante, horta orgânica, relógio de chás, compostagem orgânica, trilha e mirante.

Rota da Erva-Mate

A Erva-Mate extraída dos melhores ervais do Sul do Brasil é um produto economicamente importante para a região Alta do Vale do Taquari, dela é feito o tradicional chimarrão, bebida símbolo do Rio Grande do Sul. A Erva-Mate inspirou a formação da Rota da Erva-Mate, que é constituída pela união de 10 municípios: Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Itapuca, Nova Bréscia, Putinga e Relvado. No percurso de aproximadamente 80 quilômetros, que inicia na ERS-129 em Encantado e segue pela rodovia ERS-332, o turista encontra um conjunto de atrativos turísticos com belas paisagens naturais emolduradas entre vales e morros.

Rota Germânica

A Rota Germânica, conhecida por seus 15 pontos turísticos – 12 em Teutônia e três em Westfália –, permite ao turista conhecer um pouco mais da cultura germânica, por meio das tradições que ainda são cultivadas, como a confecção do sapato de pau, símbolo dos dois municípios. O acervo turístico deste roteiro é farto, pois oferece empreendimentos variados que produzem artigos de decoração e joias em pedras, cachaça e licor, produtos agroecológicos, essências naturais e artesanatos variados.

Rota Turística Trilhas e Memórias

A Rota Turística Trilhas e Memórias está sendo formatado com o objetivo de integrar os municípios de Boqueirão do Leão, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul e Sério.

O turista conhece nesta região as marcas das colonizações alemã e italiana, paisagens deslumbrantes por entre os vales e os rios, aliadas à acolhida de um povo simples e hospitaleiro. As belezas naturais, a cultura dos antepassados ainda preservada, o modo de vida das colônias e a hospitalidade desse povo são um convite para que os visitantes conheçam a Rota Trilhas e Memórias.

Roteiro Encantado

Localizado no município de Encantado, o roteiro promove um passeio de puro charme e encanto.

O Roteiro Encantado é um trajeto surpreendente, onde o visitante encontra uma bela paisagem e uma variedade de outras belezas turísticas, culturais, religiosas, artesanais e históricas. Além do cenário, a farta gastronomia é um atrativo à parte.

Roteiro Turístico Delícias da Colônia

O Roteiro Turístico Delícias da Colônia oferece um *tour* por pontos turísticos de Estrela, Colinas e Imigrante. Nos passeios, os visitantes contemplam desde as pastagens aos casarios de época, passando por locais que exaltam a gastronomia típica e a hospitalidade interiorana.

Roteiro Turístico Taquari Açoriana

O Roteiro Turístico Taquari Açoriana realiza um *tour* pela cidade de Taquari. O município, situado a 100 quilômetros de Porto Alegre, recebeu, no ano de 1760, os primeiros imigrantes provindos do arquipélago dos Açores, os quais iniciaram sua estratégia colonizadora.

Sendo a ‘cidade-mãe’ e a única de colonização açoriana do Vale do Taquari, o município proporciona ao visitante um roteiro atraente, onde é possível conhecer locais agradáveis e de rara beleza, personagens e fatos marcantes de sua história e da cultura gaúcha.

O legado açoriano está presente em tudo: na bem detalhada arquitetura das residências, praças e ruas estreitas, na profunda religiosidade de seu povo, no seu peculiar e rico artesanato, nos sabores e aromas da culinária diferenciada – com destaque aos doces de inspiração portuguesa – na musicalidade de suas cantigas, na alegria de sua gente e na receptividade calorosa de seus habitantes para com os visitantes.

Tour Lajeado

Localizado no município de Lajeado, o *Tour* é feito no conforto do “Cedelinho”, um ônibus turístico aberto.

O ponto de partida é a Casa de Cultura, prédio inaugurado em 20 de agosto de 1900 e que, pelo seu valor histórico e arquitetônico, foi tombado em 1º de agosto de 1984. No local, o visitante conhece o Museu Histórico Municipal Bruno Born e também a área que, de 1900 a 1910, serviu de presídio. Logo após, o destino segue até a Ciclovia e o Belvedere, localizados às margens do Rio Taquari, na Rua Osvaldo Aranha, onde se encontra a primeira via calçada da cidade e vários prédios históricos. O trajeto leva o turista para a Igreja Santo Inácio de Loyolla, onde o visitante informa-se sobre a parte religiosa da cidade e conhece a Torre da Igreja Evangélica. O percurso passa ainda pelo Parque do Engenho, o qual é admitido pelos historiadores como local de origem da cidade de Lajeado. A próxima parada do passeio é dedicada ao descanso. No Parque Professor Theobaldo Dick, situado no centro da cidade, o visitante encontra uma área para apreciar a natureza, com espaços para a prática de esportes e palco de apresentações artísticas. Logo após, o roteiro segue para o Jardim Botânico, onde é possível realizar uma trilha ecológica para conhecer as belezas naturais, com uma área de 25 hectares, localizada no Bairro Moinhos D'Água. O Tour por Lajeado encerra no Parque Histórico, onde o turista conhece um pouco da cultura alemã, e aprecia a gastronomia local. O parque, além dos prédios de estilo enxaimel, uma característica das habitações alemãs, também possui espaço destinado à realização de eventos de lazer e gastronomia, onde o tradicional café colonial pode ser apreciado.

Outros Atrativos

Além das Rotas e Roteiros, a região também conta com outros atrativos que igualmente são locais reconhecidos por suas belezas naturais e pela hospitalidade de seus habitantes (AMTURVALES, 2016).

3.6 DIMENSÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Discutir a gestão pública trata-se de, mais que discutir a gestão municipal, a ação dos diversos órgãos de estado e da união que atuam na região.

Especificamente em se tratando da gestão municipal, podemos analisar a contribuição da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que criou, em 2012, o Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF.

Esse indicador exprime a gestão do município em quatro diferentes aspectos: primeiro, o IFGF Receita própria que calcula a autonomia na geração de recursos, ou seja, calcula a capacidade de geração de receita própria pelo município e sua maior ou menor dependência de receitas de outros entes federados; segundo, IFGF Gastos com Pessoal, que avalia o comprometimento das receitas com as despesas de pessoal; terceiro, IFGF Investimentos, que analisa a parcela do orçamento que é destinada para investimentos. Neste indicador, os municípios que utilizaram mais de 20% da receita corrente líquida em investimentos, são pontuados com a nota máxima; quarto, IFGF Liquidez calcula se são mantidos recursos no caixa compatíveis com as despesas que se iniciam no ano seguinte, ou seja, se restos a pagar são equivalentes ao caixa ao final do ano; quinto, IFGF Custo da Dívida, calcula o comprometimento com o pagamento de juros e

amortizações de dívidas contraídas em anos anteriores. São considerados melhores os municípios que possuem menores comprometimentos de recursos com esse perfil (FIRJAN, 2016).

Nestas condições, é criado um indicador IFGF e analisado ao longo do tempo. Assim, é considerado conceito A – Gestão de Excelência, pontuações superiores a 0,8; conceito B – Boa Gestão, pontuações entre 0,6 e 0,8; conceito C – Gestão em Dificuldade, pontuações entre 0,4 e 0,6; e, conceito D - Gestão Crítica, pontuações abaixo de 0,4.

Avaliando os referidos indicadores para o Vale do Taquari e a média estadual, em 2006 o indicador médio do Vale do Taquari era de 0,6344 e a média dos municípios do Estado da mesma forma, 0,6005. Em 2015, tanto a média regional como a estadual baixaram, o Vale está com 0,5619 e a média do RS 0,4999, sendo que a queda do indicador no Vale foi relativamente menor que a queda da média estadual. Esses resultados do IFGF colocam os municípios do Vale, em média, na condição de Gestão em Dificuldade, conceito C.

Gráfico 22 - Índice de gestão fiscal (Receita Própria, Gastos com Pessoal) no Vale do Taquari, 2015

Índice FIRJAN de Gestão Fiscal 2015											
IFGF Geral		IFGF Receita Própria		IFGF Gastos com Pessoal		IFGF Investimentos		IFGF Liquidez		IFGF Custo da Dívida	
Sério	0,7881	Teutônia	0,5346	Sério	0,8540	Capitão	1,0000	Arroio do Meio	1,0000	Canudos do Vale	1,0000
Dois Lajeados	0,7298	Lajeado	0,5298	Travesseiro	0,8137	Dois Lajeados	1,0000	Dois Lajeados	1,0000	Coqueiro Baixo	1,0000
Estrela	0,7230	Encantado	0,4968	Encantado	0,8037	Paverama	1,0000	Estrela	1,0000	Forquetinha	1,0000
Santa Clara do Sul	0,6851	Estrela	0,4912	Lajeado	0,8032	Poço das Antas	1,0000	Forquetinha	1,0000	Muçum	1,0000
Poço das Antas	0,6739	Santa Clara do Sul	0,3706	Poço das Antas	0,8011	Poço das Antas	1,0000	Roca Sales	1,0000	Pouso Novo	1,0000
Teutônia	0,6582	Arroio do Meio	0,3691	Canudos do Vale	0,7902	Relvado	1,0000	Sério	1,0000	Roca Sales	1,0000
Putinga	0,6545	Anta Gorda	0,3417	Westfalia	0,7608	Sério	1,0000	Putinga	0,9949	Santa Clara do Sul	1,0000
Lajeado	0,6483	Paverama	0,3145	Doutor Ricardo	0,7566	Westfalia	1,0000	Santa Clara do Sul	0,8864	Sério	1,0000
Westfalia	0,6346	Muçum	0,3112	Coqueiro Baixo	0,7485	Vespasiano Correa	0,9912	Vespasiano Correa	0,7364	Tabaí	1,0000
Travesseiro	0,6340	Roca Sales	0,2971	Forquetinha	0,7444	Doutor Ricardo	0,9812	Coqueiro Baixo	0,7004	Vespasiano Correa	1,0000
Arroio do Meio	0,6332	Taquari	0,2665	Pouso Novo	0,7218	Colinas	0,8500	Arvorezinha	0,6689	Poço das Antas	0,9980
Forquetinha	0,6263	Arvorezinha	0,2643	Santa Clara do Sul	0,7137	Travesseiro	0,8441	Travesseiro	0,6661	Putinga	0,9958
Doutor Ricardo	0,6218	Bom Retiro do Sul	0,2638	Arroio do Meio	0,7134	Teutônia	0,7534	Ilópolis	0,6637	Dois Lajeados	0,9919
Imigrante	0,5841	Cruzeiro do Sul	0,2563	Capitão	0,6978	Estrela	0,7530	Canudos do Vale	0,6560	Marques de Souza	0,9901
Canudos do Vale	0,5838	Dois Lajeados	0,2354	Imigrante	0,6941	Imigrante	0,7249	Poço das Antas	0,5990	Relvado	0,9896
Ilópolis	0,5823	Ilópolis	0,2264	Putinga	0,6823	Arvorezinha	0,6672	Teutônia	0,5987	Cruzeiro do Sul	0,9560
Roca Sales	0,5768	Progresso	0,2232	Ilópolis	0,6765	Santa Clara do Sul	0,6298	Imigrante	0,5791	Lajeado	0,9453
Arvorezinha	0,5667	Imigrante	0,2171	Teutônia	0,6754	Anta Gorda	0,6290	Fazenda Vilanova	0,5592	Nova Brésia	0,9435
Encantado	0,5654	Sério	0,2042	Relvado	0,6699	Ilópolis	0,6272	Lajeado	0,5561	Anta Gorda	0,9321
Coqueiro Baixo	0,5515	Marques de Souza	0,1993	Colinas	0,6603	Canudos do Vale	0,6082	Westfalia	0,5378	Travesseiro	0,9171
Anta Gorda	0,5397	Putinga	0,1975	Paverama	0,6603	Putinga	0,5917	Encantado	0,4987	Estrela	0,8942
Colinas	0,5323	Doutor Ricardo	0,1886	Cruzeiro do Sul	0,6588	Progresso	0,5802	Marques de Souza	0,4921	Ilópolis	0,8865
Pouso Novo	0,5191	Forquetinha	0,1726	Marques de Souza	0,6533	Tabaí	0,5791	Doutor Ricardo	0,4915	Capitão	0,8836
Vespasiano Correa	0,5188	Poço das Antas	0,1516	Roca Sales	0,6076	Lajeado	0,5722	Nova Brésia	0,4871	Encantado	0,8805
Relvado	0,5085	Nova Brésia	0,1513	Nova Brésia	0,6067	Nova Brésia	0,5255	Bom Retiro do Sul	0,4567	Imigrante	0,8570
Progresso	0,5000	Relvado	0,1502	Progresso	0,5922	Taquari	0,4802	Progresso	0,4476	Westfalia	0,8531
Capitão	0,4992	Colinas	0,1485	Muçum	0,5846	Coqueiro Baixo	0,4370	Cruzeiro do Sul	0,4410	Progresso	0,8530
Cruzeiro do Sul	0,4949	Westfalia	0,1427	Anta Gorda	0,5754	Forquetinha	0,4222	Anta Gorda	0,4383	Teutônia	0,8173
Paverama	0,4936	Pouso Novo	0,1408	Taquari	0,5730	Cruzeiro do Sul	0,4185	Muçum	0,4320	Fazenda Vilanova	0,7958
Nova Brésia	0,4927	Vespasiano Correa	0,1338	Arvorezinha	0,5727	Bom Retiro do Sul	0,3986	Colinas	0,4138	Arvorezinha	0,7774
Marques de Souza	0,4769	Capitão	0,1283	Estrela	0,5718	Fazenda Vilanova	0,3965	Capitão	0,0000	Doutor Ricardo	0,7771
Bom Retiro do Sul	0,4511	Coqueiro Baixo	0,1208	Dois Lajeados	0,5673	Arroio do Meio	0,3949	Paverama	0,0000	Arroio do Meio	0,7583
Fazenda Vilanova	0,4439	Fazenda Vilanova	0,1160	Bom Retiro do Sul	0,5505	Marques de Souza	0,3346	Pouso Novo	0,0000	Bom Retiro do Sul	0,7546
Muçum	0,4281	Tabaí	0,1034	Fazenda Vilanova	0,5472	Encantado	0,3225	Relvado	0,0000	Colinas	0,6592
Taquari	0,3558	Canudos do Vale	0,0957	Tabaí	0,0000	Roca Sales	0,2142	Tabaí	0,0000	Taquari	0,5892
Tabaí	0,2536	Travesseiro	0,0862	Vespasiano Correa	0,0000	Muçum	0,1303	Taquari	0,0000	Paverama	0,4929

Fonte: Adaptado de Firjan (2016).

Se analisarmos o IFGF Receita Própria, em 2006 esse indicador do Vale era de 0,2581 e a média estadual 0,2820. Em 2015, temos nos municípios da região uma média de 0,2400 e do Estado 0,2981. O indicador demonstra que os municípios da região necessitam mais de receitas decorrentes de outros entes federados do que a média dos municípios do Estado, mas, mais que

isso, que a dependência dos municípios da região aumentou, enquanto que a dependência dos municípios do Estado, em média, diminuiu.

O outro indicador, IFGF Gastos com Pessoal, nos municípios do Vale do Taquari em 2006 era de 0,8162 e a média do RS era de 0,7345, dados que demonstravam um adequado gasto com pessoal. No entanto, em 2015 o indicador do Vale passa a ser de 0,6417 e do RS 0,4987, demonstrando uma queda significativa. Reflete um aumento dos gastos com pessoal nos municípios do RS e da região e coloca ambos com conceito C – Gestão em Dificuldade.

Se verificarmos o IFGF Investimentos, os investimentos nos municípios do Vale aumentam de 0,6380 em 2006 para 0,6627 em 2015, enquanto que a média estadual diminui de 0,5556 no mesmo ano para 0,5060. Esse dado reflete aspecto positivo na ação municipal e aumento dos investimentos nas localidades do Vale do Taquari, maior que a média dos municípios do RS.

Já em se tratando do IFGF Liquidez, o indicador do Vale reduz em torno de 12% (coeficiente de variação nos anos), passando de 0,6959 para 0,5556, e a liquidez da média estadual reduz em torno de 11% (coeficiente de variação nos anos), de 0,7124 para 0,5450. Destacam a dificuldade de manter disponibilidade de recursos para pagamentos futuros e não fechamento de caixa ao final de cada ano.

Por fim, IGFG Custos da dívida, os indicadores do Vale são positivos, tiveram leve queda, mas são muito próximos à pontuação máxima. Em 2006 era 0,9260 e no Estado 0,8621 e em 2015, os municípios do Vale apresentaram um indicador de 0,8941 e no Estado 0,8400. Como a metodologia utiliza o teto de dívida de 13% da Receita Corrente Líquida, a margem de endividamento é considerada desta forma.

Em suma, os indicadores de liquidez e custos da dívida dos municípios do Vale provêm de conceitos bons e excelentes de gestão; se verificados os indicadores de investimentos e gastos com pessoal, a avaliação passa a ser de gestão em dificuldade e por fim, se avaliado a geração de receita própria, o conceito é de gestão crítica.

Como a maioria dos municípios do Vale, 22 dos 36 municípios possuem menos de 5.000 habitantes, ou seja, são municípios relativamente pequenos, sua dependência dos recursos federais, ou seja, da distribuição do Fundo de Participação Municipal – FPM é significativa e comprova o dado determinado. Assim, coloca esses municípios muito atrelados às dinâmicas das políticas públicas dos governos federais e estaduais.

O índice de retorno do ICMS calcula a participação de cada um dos municípios no rateio de ICMS do Estado do RS. O fator que equivale a 75% deste índice é o Valor Adicionado Fiscal, que é calculado considerando as saídas e entradas de mercadorias e serviços em todas as empresas de cada município. Ainda, “outras variáveis e seus pesos correspondentes são: população, 7%; área, 7%; número de propriedades rurais, 5%; produtividade primária, 3,5%; inverso do valor adicionado *per capita*, 2%; e pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), 0,5%” (SEFAZ, 2016, texto digital).

Em 2015 o município que mais retorno de ICMS teve na região foi Lajeado, com índice de 0,6282, seguido por Teutônia (0,3332), Estrela (0,3017), Arroio do Meio (0,2776) e Encantado (0,2153). São cinco dos maiores municípios da região, tanto em termos de população, como aqueles que concentram as indústrias da região. Os cinco municípios com menor retorno de ICMS da região foram Forquetinha (0,0351), Doutor Ricardo (0,0355), Sérico (0,0370), Pouso Novo (0,0373) e Tabaí (0,0376). No entanto, estes não são tão diversos dos municípios restantes e que contribuem com pequena parcela do retorno de ICMS, pois

possuem características próximas, fundamentalmente agrícolas, possuem população com menos de 5.000 habitantes e menor quantidade de empresas industriais e comerciais.

Tabela 1 - Índice de Retorno do ICMS, dos municípios do Vale do Taquari, 2014-2015

Municípios	Índice		Diferença (%)
	2014	2015	
Anta Gorda	0,083	0,083	-0,14%
Arroio do Meio	0,273	0,278	1,60%
Arvorezinha	0,085	0,085	0,05%
Bom Retiro do Sul	0,080	0,077	-3,26%
Canudos do Vale	0,040	0,042	6,06%
Capitão	0,089	0,092	2,88%
Colinas	0,064	0,066	1,98%
Coqueiro Baixo	0,043	0,042	-0,53%
Cruzeiro do Sul	0,129	0,129	0,03%
Dois Lajeados	0,072	0,064	-10,98%
Doutor Ricardo	0,034	0,036	3,58%
Encantado	0,213	0,215	1,14%
Estrela	0,308	0,302	-1,98%
Fazenda Vilanova	0,066	0,066	0,33%
Forquetinha	0,036	0,035	-2,88%
Ilópolis	0,044	0,044	2,17%
Imigrante	0,093	0,094	2,07%
Lajeado	0,592	0,629	6,19%
Marques de Souza	0,057	0,057	0,52%
Muçum	0,048	0,047	-1,99%
Nova Brésia	0,097	0,093	-4,08%
Paverama	0,072	0,067	-7,19%
Poço das Antas	0,042	0,045	9,20%
Pouso Novo	0,036	0,037	2,31%
Progresso	0,066	0,065	-0,41%
Putinga	0,056	0,058	1,97%
Relvado	0,048	0,047	-2,46%
Roca Sales	0,143	0,137	-4,12%
Santa Clara do Sul	0,072	0,072	-0,06%
Sério	0,037	0,037	0,96%
Tabaí	0,040	0,038	-5,28%
Taquari	0,186	0,198	6,67%
Teutônia	0,355	0,333	-6,16%

Municípios	Índice		Diferença (%)
	2014	2015	
Travesseiro	0,063	0,063	-0,80%
Vespasiano Corrêa	0,052	0,050	-4,18%
Westfália	0,117	0,128	9,66%

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda do RS (2016).

3.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

O Vale do Taquari possui entidades de caráter local, microrregional e regional, das mais diversas representações, desde o próprio CODEVAT, até entidades regionais como Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT, Associação dos Vereadores do Vale do Taquari – AVAT, Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales – AMTURVALES, Colegiado de Desenvolvimento Rural do Vale do Taquari – CODETER Vale do Taquari, Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Taquari – CONSISA, Câmara de Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari – CIC/VT, além de associações, sindicatos, Rotary's, Lions Clubs, ONGs, que, de forma integrada ou não, buscam soluções para diferentes temas locais, setoriais e regionais. Além disso, trabalha de forma participativa em entidades e conselhos criados no âmbito estadual e com papel regional, como o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e o Conselho Regional das Rodovias Pedagiadas – COREPE, trecho 7.

Também, o Vale sedia uma regional da EMATER/ASCAR, que contribui com a assistência técnica aos produtores rurais e possui instituições de ensino como a UNIVATES, a UERGS e a Faculdade La Salle, além de estruturas de pesquisa como a FEPAGRO.

Na UNIVATES está o Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari – TECNOVATES e são implementados projetos do Programa Polos do Estado.

No entanto, apesar de existirem diversas e diferentes formas de participação social, a região destaca sua baixa representação política partidária em se tratando de deputados estaduais, deputados federais e senadores. É aspecto relevante dos debates e indicado como uma das dificuldades de articulação regional a referida falta de representação.

Também, aspecto relevante e salientado na maioria das reuniões municipais, é a pouca participação nas diversas entidades existentes e a falta de lideranças para assumir as referidas.

Ainda, indicado como aspecto relevante é a necessidade de qualificação da gestão pública, dos servidores de forma geral, para melhor contribuir com a população do Vale. Por fim, uma integração entre as ações de todos os atores regionais, poderia ocorrer via uma agência de desenvolvimento regional e nestas condições, este aspecto é fundamental na perspectiva regional. Havendo assim, instâncias de decisão e uma instância de execução das demandas regionais.

4 ANÁLISE SITUACIONAL

O Vale do Taquari é 1,71% da área total do Estado, 3,08% da população e 3,43% do PIB do Estado (FEE, 2016).

A densidade demográfica é 80% maior que a média estadual. No entanto, há uma diversidade significativa entre os municípios. Dos 36 municípios em uma área geográfica igual ao município de Alegrete, temos 1 município com mais de 70 mil habitantes, 5 municípios com população entre 20 e 30 mil habitantes e no outro extremo, 22 municípios com 5 mil habitantes ou menos.

Ainda, na última década, a população do Vale aumentou 10,53% e do RS 6,77%, basicamente identificado como fator relevante para esta situação de migração de outras regiões do Estado do RS. Aspecto que também está retratado no Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari (SEPLAN, 2015). No entanto, conforme o mesmo documento salienta, parte dos municípios do Vale receberam mais população do que o restante. Fundamentalmente os municípios que tiveram taxas de crescimento populacional positiva são os com características mais industriais, que concentram os maiores municípios, com comércio e prestação de serviços, coordenadorias regionais e órgãos do Estado e da União e as instituições de Ensino regional, como, prioritariamente, a UNIVATES.

Também, conforme retratado nas discussões da dimensão social, devem ser avaliados e possuírem diretriz regional, os aspectos que indicam o envelhecimento populacional, a queda da população de 0 a 14 anos e aumento da população acima de 50 anos. Esse aspecto é relevante em diversos países, no Estado do RS e no Vale do Taquari.

Ainda, as famílias do Vale têm praticamente o mesmo número de habitantes que a média estadual, em torno de 3 pessoas por domicílio.

O Vale do Taquari se urbanizou posteriormente a média estadual, no entanto, na última década a variação da população urbana e rural foi praticamente igual a estadual. Saliente ainda a discussão do êxodo rural, mas, mais que isso, o êxodo dos pequenos municípios com características rurais e esse aspecto é explícito na Figura 3 do Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari (SEPLAN, 2015, p. 12).

Atualmente, os indicadores sociais do Vale do Taquari IDESE, IDHM, Índice de Gini, dados de concentração de pobreza, entre outros, já destacados, indicam melhores resultados da média regional comparativamente a média estadual.

Os referidos dados indicam que a região tende a ser mais igualitária que a média estadual. No entanto, nas reuniões municipais, são citados como aspectos relevantes e de avaliação contraditória, as migrações e os deslocamentos populacional intrarregional e intramunicipal, indicando que a pobreza está atrelada às pessoas que migram para os municípios do Vale.

Avaliando os indicadores e informações da educação, os dados de aprovação, evasão, entre outros, as variações são praticamente as mesmas que as estaduais; no entanto, as notas do IDEB associadas aos dados anteriormente citados, indicam uma condição relativamente adequada da educação na região.

O aspecto mais saliente em se tratando da educação é a modernização da própria educação, na formação de professores, na qualificação das estruturas, no processo de ensino

e aprendizagem, voltado para as particularidades regionais e que atendam às complexidades sociais atuais.

Em se tratando da saúde regional, há um consenso de que saúde deve ser tratada regionalmente, com atendimento preventivo e curativo, de baixa, média e alta complexidade. A expectativa de vida na região é maior e a mortalidade infantil menor, no entanto, muitos aspectos da saúde devem ser avaliados em termos regionais.

Em nossa região temos 18 hospitais, tanto pequenos hoje considerando classe 1, que fazem os atendimentos básicos, como os de classe 2, inclusive hospitais com atendimento de especialidades para o Estado do RS. Mas, a especialidade com maior demanda é a traumatologia. Temos dois hospitais, Teutônia e Taquari, que atendem média complexidade em traumatologia, realizando cirurgias eletivas custeadas integralmente pelo Sistema Único de Saúde – SUS. No entanto, isso não possibilita o atendimento da alta complexidade e das urgências nesta área.

Nessas condições, aspectos relevantes e que deverão confirmar projetos regionais para a saúde são: a) a discussão estratégica sobre prioridades e diretrizes regionais; b) a manutenção da tecnologia dos hospitais e unidades de atendimento atualizadas; c) a utilização, de forma hierarquizada, da resolubilidade regional existente; d) os investimentos compatíveis conforme o perfil assistencial de cada serviço e de cada instituição; e) o aperfeiçoamento do processo de gestão na região, tanto no setor privado como no setor público, com vistas a otimizar os serviços e a qualificar a assistência médica-hospitalar; f) a qualificação e formação de mão de obra (atendentes ou técnicos/enfermeiros e afins), com revisão curricular de alguns cursos técnicos; g) a qualificação da atenção primária em saúdes nas unidades básicas; h) os investimentos no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU Regional; e, i) qualificação de atendimento e políticas públicas de saúde voltadas à população idosa.

O aspecto social mais destacado em todas as reuniões municipais foi a segurança, ou melhor, o aumento da insegurança em todos os municípios da região.

Em termos de ocorrências policiais fica nítido o problema regional com a posse e tráfico de entorpecentes. A região é central em termos de logística e facilidade de acesso para aquisição de drogas ilícitas e os relatos dos setores da segurança pública confirmam que as maiores ocorrências têm relação direta ou indireta com drogas.

A região não acredita que os dados de diminuição de furtos e roubos citados no diagnóstico retratem a realidade, a suposição concreta é que as vítimas estejam recorrendo menos aos serviços públicos de segurança.

Em se tratando do efetivo carcerário, no Vale do Taquari são quase 3 presos por vaga e a região construiu, com recursos da comunidade, uma ala feminina no presídio de Lajeado.

Em suma, se temos clareza que os números de atendimentos do serviço de segurança aumentaram, que, a cada dia, reforça-se a necessidade de um olhar mais atento ao tema da prevenção e combate à drogadição, a necessidade de atendimento a crimes complexos, e que temos baixa reposição do efetivo, baixo reaparelhamento técnico e carência no desenvolvimento de inteligência técnica e informacional, é necessário a qualificação da segurança pública.

Regionalmente é imprescindível o aumento do efetivo, tanto da Polícia Civil como da Brigada Militar, considerando que temos somente 65% dos postos de segurança do previsto e que este é calculado baseado em dados dos anos de 1990, ou seja, com uma defasagem de quase três décadas. Também são projetos a serem elencados à carteira de projetos e que já fazem parte do diagnóstico regional: a) a necessidade de instalação de um Posto Avançado do Instituto Geral de Perícias – IGP. A região está em discussão com a Secretaria de Segurança e com os órgãos

de Estado, para que a comunidade regional construa a estrutura necessária ao funcionamento do IGP regional; a implantação de um Sistema de vídeo monitoramento. Um projeto regional foi financiado pelos municípios e aguarda recursos para viabilização; o aumento de vagas prisionais (presídios, alas femininas, albergues). Uma ala feminina no presídio de Lajeado foi construída pela comunidade regional e após aguardar o deslocamento de pessoal, encontra-se em funcionamento.

Em se tratando de questões econômicas, o Vale do Taquari é responsável por 25% da produção de frangos, 15% da produção de suínos e 8% da produção leiteira gaúcha.

Apesar da concentração do perfil no agronegócio, direta e indiretamente, representa 80% da economia regional (FETAG; UNIVATES, 2005), destacando-se o setor industrial vinculado à produção de alimentos, couro e calçados, químico, bebidas e móveis.

As propriedades rurais são de pequeno porte, com média de 13,50 hectares e, nestas condições, têm uma baixa produção de grãos na região, ou seja, em torno de 70% dos grãos necessários para a pecuária são trazidos de fora do Estado.

Os dados do Produto Interno Bruto, Valor Adicionado Bruto, da Indústria, Agropecuário e Serviços, e do Trabalho Formal, indicam que na última década, 2003-2013, o Vale do Taquari cresceu igual à média estadual. Ou seja, é uma região com crescimento consolidado, que obteve resultados positivos, mas não se destacou em relação à média estadual.

Ao analisar o PIB per capita, a variação é menor que a média estadual justamente por indicar o crescimento populacional maior do que a média do RS. E alterações um pouco diversas acontecem na formalização do trabalho maior no agropecuária e serviços que a média estadual. Estes indicam a urbanização posterior do Vale e a necessidade de pessoal para trabalhar na atividade primária, que antes era exercida fundamentalmente pelos familiares e, hoje, começa a ter mão de obra empregada para tais atividades.

Saliente na maioria dos questionários, e em boa parte das reuniões municipais, a necessidade de ampliação e investimentos no turismo regional. É visível a necessidade de mudança cultural na percepção do turismo como um valor regional. Esta região funda-se nos valores do trabalho e ainda necessita avançar na perspectiva de negócios, de emprego e de renda que o turismo pode proporcionar. A região possui uma Associação de Turismo, a AMTURVALES, que nasceu de uma discussão regional via planejamento no final da década de 1990, possui roteiros turísticos, empresas privadas que atuam no turismo e 18 dos 36 municípios fazem parte dos municípios considerados turísticos no Estado do RS.

Assim, possui todas as condições e características para desenvolver diversos tipos de turismo, desde turismo vinculado às questões da natureza e religião, como turismo de negócios e eventos.

O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Para tanto, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas. Movimentos dos sindicatos, das entidades regionais e do CODETER – Colegiado do Território Rural do Vale do Taquari, criado em 2011, são destacados na ação em prol do desenvolvimento da agricultura familiar. Além deste, faz dois anos que a região possui um Arranjo Produtivo Local - APL de Agroindústrias que tem o apoio e articulação regional, inclusive com recursos da consulta popular.

A questão da carga orgânica oriunda da produção dessa região, tema recorrente debatido em todos os setores, identificado enquanto prioridade no Colegiado do Território Rural –

CODETER e no Plano da Bacia Hidrográfica. Para tanto, inúmeras alternativas, proposições, produtos e projetos inovadores foram discutidos e alguns implementados. No entanto, esse aspecto deve fazer parte do rol de projetos regionais.

O tema mobilidade regional é recorrente e, nessas condições, deve ser pensado em seus diferentes modais de transporte, desde os acessos asfálticos pendentes até a interligação dos modais e transporte rodoviário – aéreo – ferro – hidroviário. Um planejamento de mobilidade urbana nos municípios e de mobilidade regional deve ser discutido e tratado no Vale do Taquari.

Além de um planejamento para dar conta dos aspectos citados, especificamente devem ser trabalhados os projetos da:

a) Duplicações das ERS-129/130

Segundo publicação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA (2014), a duplicação da RS-129/130 urge. Nos trechos entre Venâncio Aires e Arroio do Meio, a indicação é de duplicação e entre este até Muçum, a execução de terceiras faixas. O volume de tráfego de veículos supera 26.000 veículos/dia, no trecho de Lajeado. O estudo foi financiado pelos municípios lindeiros e o Conselho Regional das Rodovias Pedagiadas – COREPE, trecho 7, aprovou, no mês de abril/2014, a execução do projeto com recursos oriundos das praças de pedágio. Nas atuais condições, está em fase de elaboração do Termo de Referência para posterior contratação e execução do projeto.

b) Duplicação da BR-386, de Lajeado a Iraí

Mais de 50% dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul transitam por esta rodovia. Foi a rodovia federal onde mais acidentes ocorreram nos anos de 2012 e 2013. Para tanto, é imprescindível para o Vale do Taquari, para o Estado do RS e para o Brasil, a execução da duplicação da BR-386 até o final do trecho no Estado, em Iraí. O EVTEA está em execução, via Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Na sequência, deve haver um esforço para a contratação do projeto de Duplicação.

c) Aeródromo Regional, localizado em Estrela

O Aeródromo do Vale do Taquari, localizado no município de Estrela, possui uma pista de 570 metros e está inoperante. Pode este ser, juntamente com a ferrovia, hidrovia e as rodovias que perpassam essa região, uma conexão eficaz dos diferentes modais de transporte.

No entanto, necessitamos de apoio para executarmos etapas necessárias para a liberação da pista hoje existente e ampliação do aeródromo.

Neste aeródromo seria possível tráfego de aeronaves de pequeno e médio porte. A região percebe como é fundamental esse modal de transporte para aqueles interessados no Vale, possibilitarem suas vindas à região, tanto em se tratando de empreendedores, como para turismo, para atendimentos de saúde, entre outros.

- Ferrovia

O traçado da Ferrovia Norte-Sul na parte Sul do Brasil está em estudo. O EVTEA deve ser entregue no mês de dezembro do corrente ano. O Vale necessita dos diferentes modais de

transporte para possibilitar o escoamento da produção e a intermediação da logística entre as regiões deste Estado.

- *Porto*

O Vale do Taquari, considerando os diversos modais de transporte, a atual estrutura existente do porto hidroviário em Estrela, quer e precisa que este tenha melhor utilização. Além deste, temos um Porto em Taquari que deve ser ampliado e qualificado.

Fundamental, além dos modais especificamente citados, é considerar que no Vale temos uma estimativa de 1,81 habitantes para cada veículo e que ainda temos acessos a municípios sem asfalto. Aspecto esse salientado em todas as reuniões municipais que não o possuem: de Arroio do Meio a Travesseiro - 5,9 Km; de Nova Bréscia a Coqueiro Baixo - 9,6 Km; de Boqueirão do Leão a Sério - 7 Km; de Forquetinha a Sério - 5 Km; de Arroio do Meio a Capitão - 16,5 Km.

Além das indicações do saneamento rural, pela grande produção de carga orgânica da produção animal, o Vale do Taquari possui somente 11% dos domicílios ligados a uma rede de saneamento, além de possuir 5% de residências sem banheiros e 15% sem rede geral de abastecimento de água.

Por fim, também é saliente o potencial poluidor regional que, em 2009, segundo dados da FEE (2016), era a quinta região do Estado com maior potencial poluidor.

Já em se tratando das telecomunicações, a pesquisa efetivada pelo CODEVAT indica que, em se tratando da telefonia fixa: 46,4% dos municípios do Vale afirmam não ter telefonia fixa em localidades da zona rural; da telefonia móvel: 81,68% indicaram que o sinal das operadoras é regular, ruim ou péssimo; da *internet*: Diferentemente da telefonia móvel, não houve nenhuma indicação de que os serviços de *internet* sejam péssimos, houveram 12% de indicações de que estes são ruins, no entanto, mais da metade, 52,44% indicaram esses serviços como regulares e um percentual significativo, 40,24%, indicaram o referido serviço como bom.

Por fim, em se tratando do tema da energia, a região quer crescer, as indústrias pretendem ampliar suas plantas produtivas, os produtores rurais pretendem ampliar o uso de equipamentos tecnológicos, mas estão condicionados ao limite de disponibilidade de energia. Atualmente existem no Vale do Taquari projetos em estudo e encaminhados que possibilitam a geração de 260 megawatts de energia para nossa região, que demanda em torno de 200 megawatts, e produz somente 13 megawatts.

Ainda, é preciso ter presente a geração de energias alternativas, como biodigestores, energia solar, energia eólica, entre outras, que devem ser melhor discutidas, amadurecidas e criadas possibilidades para a inovação nesses empreendimentos.

Institucionalmente é perceptível que a região precisa qualificar gestores e lideranças, além de trabalhar em todas as instâncias de representação setoriais, partidárias, para consolidar-se regionalmente.

No Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari (SEPLAN, 2015) são indicados como iniciativas promissoras: a) O apoio à produção agropecuária; b) O fortalecimento da identidade regional vinculada à agricultura familiar; c) O fomento à multimodalidade na infraestrutura de transportes; e, d) a promoção da expansão industrial. Todos aspectos diagnosticados na região, tanto através dos dados levantados como das discussões nas reuniões municipais. Estes fazem parte das matrizes e deverão compor as diretrizes regionais, para posteriormente serem destacados projetos.

Já no que se refere às questões que merecem atenção, especificamente tratando da dependência econômica das atividades ligadas à cultura do fumo. A região não identifica essa dependência, possui alguns municípios que produzem somente fumo, que já houve uma alteração de produção e que esse aspecto é saliente na região vizinha, Vale do Rio Pardo, e municípios limítrofes a essa região, mas não se trata de tema que mereça atenção do Vale do Taquari.

Nos anos 2000 o Vale do Taquari colheu 11.894 hectares de fumo, o que equivalia a 8,18% da produção estadual e a área colhida foi decaindo, sendo que em 2014 esta foi de 9.789, equivalendo a 4,78% da área colhida no Estado.

Na região, 82% da produção de 2014 está concentrada em quatro municípios: Arvorezinha, Anta Gorda, Progresso e Putinga. Dois destes aumentaram sua produção de 2000 para 2014 e dois diminuíram a produção. Arvorezinha passou de uma área colhida de 2.100 hectares para 1.950 hectares; Progresso passou de uma área colhida de 1.100 hectares em 2000 para 1.545 hectares em 2014; já Anta Gorda de 1.100 hectares agora produz 1.800 hectares; e, Putinga, de 770 hectares passou a produzir 1.190 hectares (FEE, 2016).

Os dados corroboram a percepção regional, de que este não se trata de um tema que merece atenção regional, e sim, é delimitado em quatro municípios dos 36 do Vale do Taquari.

Ainda, a região não verifica sua perda de competitividade atrelada ao setor calçadista. A região não mais é atrelada a esse setor, nas condições que o mesmo comprometa o setor industrial do Vale.

O “ramo de couro e calçados predomina, principalmente, em Teutônia, Bom Retiro do Sul, Santa Clara do Sul e Roca Sales” (SEPLAN, 2015, p. 19). Novamente estamos tratando de quatro dos 36 municípios do Vale do Taquari. O setor já foi mais significativo para o Vale do Taquari, mas perdeu sua predominância e mesmo nos municípios que é mais significativo, mantém-se por ter se adaptado a nova lógica das cadeias globais de valor e da agregação para competir internacionalmente.

Assim, a região tem consciência e estimula a produção de alimentos, possui clareza e indica que deve diversificar cadeias produtivas, mas, mais que isso, consolidar e agregar valor às já existentes.

Agora, em se tratando dos aspectos que indica despejos domésticos e agroindustriais, a região tem total concordância, levanta como questão fundamental e inclui os despejos industriais também na construção de projetos regionais.

Em se tratando das inundações, o tema está atrelado ao estudo de alerta de desastres que está em construção, a ação das defesas civis nos municípios e do planejamento regional.

Por fim, o tema do envelhecimento populacional é saliente e deve ser compreendido em suas mais diversas dimensões e indicado na carteira de projetos.

Considerando todas as informações supracitadas, são construídas as matrizes por dimensão e a matriz regional, para posteriormente, apresentarmos as diretrizes do plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Taquari.

5 MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

5.1 MATRIZES POR DIMENSÕES

As matrizes foram construídas a partir dos dados, das reuniões municipais, das análises efetivadas e validadas pela comunidade regional.

São apresentadas as matrizes das dimensões econômica, social, estrutural, ambiental e institucional.

Posteriormente, é apresentada a matriz prioritária regional. A matriz regional é um primeiro exercício de priorização regional, onde o grupo de trabalho de cada uma das dimensões indicou os temas prioritários em cada uma destas, em se tratando de oportunidades, ameaças, fortalezas e fraquezas.

Fatores de origem interna	
<p>MATRIZ FOFA – Dimensão Econômica</p>	<p>FORTALEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Existência de diversificação produtiva no Agronegócio (agricultura e pecuária). Aspectos físicos e naturais favoráveis (clima, recursos hídricos, temperatura e biodiversidade). Diversificação das cadeias produtivas. Disponibilidade de acessos rodoviários e centralização da região com relação ao Estado. Aumento populacional maior que a média estadual. Presença ativa do associativismo e cooperativismo. Presença de roteiros turísticos. Grande quantidade de dejetos orgânicos produzidos no meio rural. Formação histórico-cultural da população, voltada ao trabalho, à articulação e à participação. <p>FRAQUEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Falta de agregação de valor aos produtos e cadeias produtivas incompletas. Incidente pesquisa e desenvolvimento tecnológicos na produção. Baixa infraestrutura e aproveitamento das características para a promoção do turismo. Necessidade de aquisição de grãos de outras regiões do Estado. Persistência de êxodo rural e de cidades pequenas em decorrência de poucas políticas públicas. Envelhecimento populacional. Nascente cultura de planejamento. Falta de mão de obra qualificada. Dependência de políticas públicas, prioritariamente no meio rural. Roubo animais no campo (abigato). Inexistência de áreas para empreendimentos considerados de grande porte. Falta de estímulo ao associativismo e cooperativismo.
<p>OPORTUNIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> Ampliação das cadeias globais de valor. Desenvolvimento das novas cadeias produtivas e de insumos. Perspectiva de retomada do crescimento brasileiro. Os setores primário e secundário estimulam o setor terciário. Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Aumento da (i)migração. Possibilidade de transformação de resíduos. Ampliação dos certificados de qualidade e das exigências dos consumidores. Ampliação do consumo de produtos orgânicos. Sistemas verticais de integração produtor e empresa, dos negócios da pecuária. Aumento e diversificação do turismo. Aumento do comércio <i>online</i> (<i>e-commerce</i>). <p>Fatores de origem externa</p>	<p>POTENCIALIDADES</p> <p>O Vale do Taquari possui potencialidades vinculadas às suas características naturais, de formação social e logística, que podem ter adequado aproveitamento no agronegócio, na geração de resíduos, no turismo, no adequado aproveitamento da migração de pessoas para a região e em sua diversificação produtiva, prioritariamente nas cadeias de alimentos, resíduos e ambiente.</p> <p>RISCOS</p> <p>Os riscos estão associados ao não aproveitamento dos setores significativos regionais, ao não aproveitamento das cadeias produtivas nascentes e consolidadas, à não implementação de projetos inovadores para fazerem frente à competitividade internacional. Riscos vinculados à manutenção do êxodo rural e do êxodo dos pequenos municípios do Vale do Taquari. Riscos de estar atrelado às políticas públicas estaduais e federais.</p>
<p>AMEAÇAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Elevação dos preços dos insumos e infraestrutura produtiva para produção agropecuária. Sistemas verticais de integração produtor e empresa, dos negócios pecuária. Alterações constantes das políticas governamentais. Insolvência da União e do Estado. Queda preço das <i>commodities</i> no mercado internacional. Aumento da (i)migração. Persistência do êxodo rural e êxodo de pequenos municípios. Aumento do comércio <i>online</i> (<i>e-commerce</i>). 	<p>DESAFIOS</p> <p>Os desafios estão vinculados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à adequada utilização dos aspectos logísticos e estruturais, para aumento da competitividade, inovação, geração de emprego e renda. Desafios vinculados à consolidação de cadeias produtivas, aos negócios associativos, ao enfrentamento do envelhecimento populacional, à baixa disponibilidade de mão de obra qualificada, a falta de planejamento a longo prazo e à dependência de políticas públicas em setores mais carentes.</p> <p>LIMITAÇÕES</p> <p>As limitações estão vinculadas à infraestrutura e à logística dependente de políticas governamentais, às limitações atreladas à dependência das cadeias globais de valor, dos preços dos produtos e serviços no mercado internacional. Limitações na perspectiva de receber (i)migrantes com baixa qualificação profissional.</p>

<p>MATRIZ FOFA – Dimensão Estrutural</p>	<p>FORTALEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Boa quantidade de mídia escrita e falada. Fácil e rápido acesso entre os municípios da região. Existência de praças de pedágio. Disponibilidade de recursos hídricos. Inexistência de favelas. Existência de porto, aeródromo e ferrovia. Vias de acessos rodoviários que perpassam a região. Possibilidade de geração de energia na região. 	<p>Fatores de origem interna</p> <p>FRAQUEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Indisponibilidade de telefonia fixa, móvel e internet em diversos municípios. Baixa qualidade da energia distribuída. Baixa autonomia no tratamento dos resíduos. Baixo sistema de tratamento de esgotos. Existência de sub-habitações Municípios sem acesso asfáltico Subutilização dos modais (aéreo, ferroviário e hidroviário). Incipiente gestão de mobilidade urbana. Existência de praças de pedágio. Ausência de estruturas para avançar nas concepções de cidades sustentáveis, cidades digitais e na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
<p>OPORTUNIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> Novas concessões das rodovias. Maior uso dos meios de comunicação. Legislações sanitárias, ambientais, de regulação dos negócios e empreendimentos. Acessos alternativos intra e interregiões. Maior consumo de energia. Programas de novas tecnologias para telecomunicações. Políticas de acesso à compra de veículos. Implantação dos modais de transportes. <p>AMEAÇAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Alterações constantes das políticas governamentais. Legislações sanitárias, ambientais, de regulação dos negócios e empreendimentos. Morosidade nos Licenciamento ambientais. Insolência da União e do Estado. Dependência de agências de regulação, especificamente no caso do aeródromo, da ANAC. Baixo investimento das concessionárias de energia. Novas concessões das rodovias. Incipientes programas para habitação e aquisição de terras no meio rural. Morosidade de viabilização da ampliação do uso da hidrovía. Definição do tronco da ferrovia distante da região. Baixa qualidade da água. 	<p>POTENCIALIDADES</p> <p>As potencialidades estruturais estão vinculadas à centralidade da região no Estado, ao fato de possuir a intermodalidade de transportes e as possibilidades de geração de energia na região e ao adequado uso dos recursos hídricos.</p> <p>RISCOS</p> <p>Os riscos de não execução das necessidades estruturais do Vale do Taquari estão vinculadas a não implementação de políticas públicas que inviabilizem as obras de infraestrutura necessárias, sejam elas rodoviárias, ferroviárias, aeroviárias, hidroviárias, de saneamento, energia e telecomunicações.</p>	<p>DESAFIOS</p> <p>Os desafios estruturais perpassam as perspectivas da geração de energia, do uso adequado dos modais de transporte, da qualificação das telecomunicações, de saneamento no meio rural, urbano e industrial. Desafios vinculados aos deslocamentos intermunicipais e inter-regionais, ao adequado planejamento da mobilidade urbana e adequado dos municípios às novas perspectivas de urbanidade e qualidade de vida no mundo.</p> <p>LIMITAÇÕES</p> <p>As limitações estão relacionadas ao não planejamento da mobilidade urbana e intermunicipal, ao não planejamento e execução de projetos de saneamento, ao pouco acesso às telecomunicações nos municípios, ao isolamento e êxodo atrelados a não disponibilidade de infraestrutura nos municípios. Limitações de uso dos resíduos e energia, já que atualmente não podem ser ampliadas a produção em função de não ter o adequado uso dos resíduos orgânicos e de energia com qualidade suficiente.</p>
<p>Fatores de origem externa</p>		

<p style="text-align: center;">MATRIZ FOFA – Dimensão Social</p>	<p style="text-align: center;">FORTALEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indicadores sociais melhores que a média estadual (IDESE, IDHM, Gini, Firjan). 2. População com bom nível cultural, que respeita as autoridades. 3. Diversidade étnica e cultural. 4. Resultados escolares acima da média estadual. 5. Disponibilidade de ensino superior. 6. Existência de hospitais em diferentes municípios. 7. Consenso de que a saúde deva ser regionalizada fortalecendo a existência dos hospitais. 8. Existência de ações de promoção da saúde preventiva e integral. 9. Existência de um Consórcio de Saúde (Consisa). 10. Expectativa de vida, com qualidade. 11. Convívio comunitário e eventos culturais. 12. Judiciário efetivo. 13. A expansão do atendimento às necessidades sociais da população nos municípios. 14. Rede de saúde e educação vigorosas. 15. Organização de grupos para discussão de problemas. 16. Região com boa geração de empregos. 	<p style="text-align: center;">Fatores de origem interna</p> <p>FRAQUEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Geração de vagas de trabalho vinculadas à baixa qualificação profissional. 2. Carência de estrutura física e humana nos órgãos de segurança pública. 3. Falta de apoio social para envelhecimento social. 4. Persistência do êxodo rural e êxodo de pequenos municípios. 5. Saúde prioritariamente voltada às ações curativas. 6. Insuficiência de qualificação dos gestores públicos. 7. Carência de profissionais e de possibilidades de formação voltadas às particularidades regionais. 8. Falta de vagas em creches. 9. Falta de atendimento em especialidades da saúde, como a odontologia 10. Dependência química. 11. Falta de estrutura de segurança. 12. Priorização de esportes voltados aos tradicionais. 13. Violência contra as mulheres e crianças. 14. Grande parte das ocorrências policiais vinculadas a entorpecentes. 15. Baixa capacidade carcerária. 16. Desigualdades regionais nos indicadores sociais. 17. Falta de política regional de hospitais. 18. Taxa de trabalho infantil acima da média estadual.
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso universalizado à educação. 2. Disponibilidade de coordenadorias regionais da Educação, Saúde e Segurança. 3. Disponibilidade de atendimento para as mais diversas especialidades da saúde. 4. Aumento da (i)migração. 5. Programas estaduais e federais voltados à gestão social. 6. Disponibilidade de assistência à saúde em todos os níveis de densidade tecnológica. <p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desatualização das tabelas do SUS – Sistema Único de Saúde. 2. Retirada de coordenadorias regionais da região. 3. Insolvência do Estado e União. 4. Política setorial da educação alterada constantemente. 5. Aumento do analfabetismo funcional e nivelamento da educação pelos menores resultados. 6. Aumento da (i)migração. 7. Alterações constantes das políticas governamentais. 8. Persistência do êxodo rural e êxodo de pequenos municípios. 9. Baixo incentivo às instituições públicas estaduais e comunitárias. 10. Dependência química. 11. Redução da sucessão rural. <p style="text-align: center;">Fatores de origem externa</p>	<p style="text-align: center;">POTENCIALIDADES</p> <p>As potencialidades regionais estão atreladas aos bons indicadores de saúde regional, a formação social, aos consensos e resolução de questões de forma conjunta, a existência de entidades e representações que agem em prol dos temas sociais regionais.</p> <p style="text-align: center;">RISCOS</p> <p>Os riscos da região estão relacionados à não implementação de políticas públicas de caráter social e a não ação regional adequada em função da (i)migração. Também são riscos regionais os aspectos atrelados a não efetivação de um trabalho regional que aja sobre aspectos relevantes como a a saúde preventiva, a qualidade na educação, a efetiva segurança, a inclusão social e o combate a dependência química.</p>	<p style="text-align: center;">DESAFIOS</p> <p>Os desafios sociais estão atrelados ao envelhecimento populacional, à saúde preventiva e integral, ao enfrentamento à dependência química, a disponibilidade de pessoal e estrutura na segurança pública, a qualificação do desenvolvimento municipal.</p> <p style="text-align: center;">LIMITAÇÕES</p> <p>As limitações estão atreladas ao baixo efetivo na segurança, a dificuldade de coordenação e ação cooperada na saúde, ao envelhecimento populacional, a não inclusão social e baixos resultados na educação das crianças e adolescentes.</p>

<p>MATRIZ FOFA – Dimensão Ambiental</p>	<p>Fatores de origem interna</p>	
	<p>FORTALEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Existência do Rio Taquari e de recursos hídricos. Aspectos físicos e naturais favoráveis (clima, recursos hídricos, temperatura, biodiversidade). Plano da bacia hidrográfica Taquari-Antas. Plano integrado de prevenção e gestão de riscos e desastres ambientais. Formação histórico-cultural da população, voltada ao trabalho, à articulação e à participação. Espécies endêmicas. 	<p>FRAQUEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Desconhecimento das necessidades ambientais regionais. Uso de água subterrânea. Não existência de planos de saneamento ou implementação dos mesmos. Uso de agrotóxicos na agricultura. Caça predatória. Alta quantidade de carga orgânica produzida e subutilizada. Manejo inadequado das áreas de APP (áreas de preservação permanente) e assoreamento dos rios. Região com alto potencial poluidor industrial. Destino inadequado do lixo. Existência de domicílios sem banheiro e sem rede de água. Polluição do rio em função dos dejetos urbanos/rurais/industriais. Carência de estruturas que atendam animais domésticos. Masculinização do meio rural e falta de dados sobre a mulher no campo.
<p>OPORTUNIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> Existência de novas tecnologias para uso e reúso de insumos e produtos. Cadeia produtiva da silvicultura. Existência de Lei Recursos Hídricos no Estado do RS. Consumo orgânicos / certificado de qualidade Formação de Centrais de Reciclagem de lixo. Implantação de cobrança pelo uso da água. Consolidação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Conscientização para o uso dos recursos naturais. <p>Fatores de origem externa</p>	<p>POTENCIALIDADES</p> <p>As potencialidades regionais estão atreladas aos aspectos físicos e naturais, a existência de planos dos recursos hídricos e de desastres naturais. As potencialidades vislumbram a ação em função destes planos e levam em conta a legislação atual, os novos negócios e as perspectivas para as questões ambientais em todos os locais.</p>	<p>DESAFIOS</p> <p>Os desafios estão na perspectiva de utilizar adequadamente a legislação para conhecer as características e necessidades regionais, para fazer os planos que são necessários e mais que isso, executar as ações propostas para os mesmos. Educar para manejo no campo e uso adequado dos recursos naturais.</p>
	<p>AMEAÇAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Cadeia produtiva da silvicultura. Não implementação da Lei Recursos Hídricos no Estado do RS. Alterações constantes das políticas governamentais. Insolvência do Estado e União. Implantação de cobrança pelo uso da água. Existência de desastres naturais (temporais, enchentes, vendavais). 	<p>RISCOS</p> <p>Os riscos da região estão associados a não implementação de políticas públicas, não efetividade de legislação e fiscalização e não implementação das ações propostas nos planos já existentes. Além disso, os riscos também estão associados à incompreensão do homem como parte do ambiente.</p>

<p>MATRIZ FOFA – Dimensão Institucional</p>	<p>FORTALEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Articulação interinstitucional plural. 2. Grande número de eventos que gera cansaço participativo. 3. Existência de diversidade sociocultural. 4. Presença de uma grande diversidade de instituições. 5. Vida comunitária plural. 6. Formação histórico-cultural da população, voltada ao trabalho, à articulação e à participação. 7. Presença ativa do associativismo e cooperativismo. 	<p>Fatores de origem interna</p> <p>FRAQUEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de uma Central de Projetos ou Agência de Desenvolvimento Regional. 2. Pouca representatividade e articulação na política regional. 3. Incipiente comunicação interinstitucional com a sociedade. 4. Número grande de eventos não articulados. 5. Falta de articulação para a formação de lideranças. 6. Políticas públicas voltadas a perspectiva de política de governo. 7. Incipiente perspectiva de planejamento público a longo prazo. 8. Inexistência ou pouca atividade de secretarias e conselhos específicos nos municípios. 9. Baixa representatividade política partidária da região no Estado e União, e em entidades âmbito estadual. 10. Despreparo para gestão a partir da perspectiva participativa e plural. 11. Reatividade dos serviços e políticas públicas. 12. Desconhecimento das possibilidades de articulação para adequação dos municípios às concepções de cidades sustentáveis, cidades digitais e na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 13. Falta de efetivo humano comprometido nas instituições. 14. Diversas regionalizações.
<p>OPORTUNIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de grande número de relações e parcerias. 2. Aumento dos processos de participação social. 3. Condicionabilidade para acesso a programas e recursos, da existência de secretarias e conselhos municipais específicos. 4. Ambiente favorável às relações institucionais. 5. Proximidade das instituições de ensino no Vale e fora dele. 	<p>POTENCIALIDADES</p> <p>As potencialidades estão atreladas à existência e à diversidade de entidades públicas e privadas, locais, regionais e setoriais, articuladas, que podem ser melhor utilizadas em prol do desenvolvimento considerando o aumento da perspectiva da participação social.</p>	<p>DESAFIOS</p> <p>Os desafios são de articular o planejamento, a gestão e execução do plano regional, melhorar a relação da entidades da região, qualificar líderes e atores públicos e privados, aumentar a representatividade regional e qualificar a gestão pública. Desafios ainda atrelados a homogeneização da regionalização das entidades privadas e públicas.</p>
<p>Fatores de origem externa</p> <p>AMEAÇAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Baixa intervenção de políticas públicas estaduais e federais na região. 2. Regiões que têm maior representatividade política. 3. Poderes decisórios localizados em outras regiões. 4. Alteração constantes das políticas governamentais. 5. Insolvência do Estado e União. 6. Falta de planejamento em muitas instâncias. 7. Descrédito da política partidária e de representação. 8. Falta sintonia entre diversos entes que pensam o planejamento e desenvolvimento. 9. Representação e representatividade dos conselhos municipais. 10. Falta de comprometimento nas relações institucionais. 11. Diversas regionalizações. 	<p>RISCOS</p> <p>Os riscos da dimensão institucional estão vinculados ao não trabalho conjunto das entidades regionais, à existência de trabalho paralelo e às forças contrárias. Ao descrédito da participação e de resultados de suas ações na relação com os governos e na implementação das políticas públicas.</p>	<p>LIMITAÇÕES</p> <p>As limitações estão na inexistência de articulação para a implementação do plano estratégico, da inexistência de um executor regional das políticas ou das ações deliberadas regionalmente, da falta de cultura do planejamento e da pouca articulação regional para eleger representantes partidários do Vale do Taquari. Ainda, as limitações estão atreladas às diversas e diferentes regionalizações existentes.</p>

5.2 MATRIZ REGIONAL

MATRIZ FOEA REGIONAL		Fatores de origem interna	Fatores de origem externa
<p>OPORTUNIDADES</p> <ol style="list-style-type: none"> Desenvolvimento das novas cadeias produtivas e de insumos. Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Aumento e diversificação do turismo. Acessos alternativos intra e interregiões. Programas de novas tecnologias para telecomunicações. Implantação dos modais Acesso universalizado à educação. Disponibilidade de coordenadorias regionais da Educação, Saúde e Segurança. Disponibilidade de assistência à saúde em todos os níveis de densidade tecnológica Existência de novas tecnologias para uso e reuso de insumos e produtos. Consolidação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Consentimento para o uso dos recursos naturais Aumento dos processos de participação social. Ambiente favorável às relações institucionais. Proximidade das instituições de ensino no Vale e fora dele. 		<p>FORTALEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Aspectos físicos e naturais favoráveis (clima, recursos hídricos, temperatura, biodiversidade). Disponibilidade de recursos hídricos. Diversificação das cadeias produtivas. Existência de porto, aeródromo e ferrovia. Possibilidade de geração de energia na região. Disponibilidade de ensino superior. Consenso de que a saúde deve ser regionalizada fortalecendo a existência dos hospitais. A expansão do atendimento às necessidades sociais da população nos municípios. Plano da bacia hidrográfica Taquari-Antas. Plano integrado de prevenção e gestão de riscos e desastres ambientais. Formação histórico-cultural da população, voltada ao trabalho, à articulação e à participação. Presença de uma grande diversidade de instituições. 	<p>FRAQUEZAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Incipiente pesquisa e desenvolvimento tecnológicos na produção. Baixa infraestrutura e aproveitamento das características para a promoção do turismo. Persistência de êxodo rural e de cidades pequenas. Indisponibilidade de telefonia fixa, móvel e <i>internet</i> em diversos municípios. Baixa qualidade da energia distribuída. Municípios sem acesso asfáltico Geração de vagas de trabalho vinculadas à baixa qualificação profissional. Carência de estrutura física e humana nos órgãos de segurança pública. Saúde prioritariamente voltada às ações curativas. Não existência de planos de saneamento ou implementação dos mesmos. Alta quantidade de carga orgânica produzida e subutilizada. Região com alto potencial poluidor industrial. Políticas públicas voltadas a perspectiva de política de governo. Incipiente perspectiva de planejamento público a longo prazo. Falta de efetivo humano comprometido nas instituições.
<p>AMEAÇAS</p> <ol style="list-style-type: none"> Elevação dos preços dos insumos e infraestrutura produtiva para produção agropecuária. Sistemas verticais de integração produtor e empresa, dos negócios pecuária. Alterações constantes das políticas governamentais. Morosidade nos Licenciamento ambientais. Baixo investimento das concessionárias de energia. Morosidade de viabilização da ampliação do uso da hidrovia. Desatualização das tabelas do SUS – Sistema Único de Saúde. Retirada de coordenadorias regionais da região. Insolvência do Estado e União. Existência de desastres naturais (temporais, enchentes, vendavais). Falta de planejamento em muitas instâncias. Falta sintonia entre diversos entes que pensam o planejamento e desenvolvimento. Representação e representatividade dos conselhos municipais. 			

A matriz FOEA regional é uma priorização de aspectos das dimensões apresentadas. Serve como base para a hierarquização e novas priorizações que serão feitas durante o processo de planejamento, portanto, no momento, não cabe determinar potencialidades, desafios e limitações, já que as diretrizes regionais são por dimensões.

5.3 DIRETRIZES DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DIRETRIZES DA DIMENSÃO ECONÔMICA

Diretriz 1: Estimular, via projetos e ações, a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio, por meio de investimentos e incentivos, da busca à sua complementação e sustentabilidade (econômica, social e ambiental), da qualificação dos empreendimentos por meio de certificados de qualidade e/ou registros de procedência e do estímulo aos negócios voltados a pequenos e médios empreendimentos, baseados no associativismo e/ou cooperativismo.

Diretriz 2: Estimular investimentos em cadeias produtivas alternativas às do agronegócio, que possam também aproveitar as características regionais.

Diretriz 3: Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares, micro e pequenas empresas regionais.

Diretriz 4: Viabilizar e ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de patentes, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão de obra.

Diretriz 5: Articular projetos e ações que viabilizem investimentos no turismo regional, utilizando-se os atrativos rurais, religiosos, negócios, eventos, naturais e culturais para inserir a região neste mercado.

Diretriz 6: Desenvolver projetos e ações que promovam a geração de emprego e renda.

Diretriz 7: Mediar e articular ações para que haja a adequação de legislações vigentes (sanitárias/ambientais) às particularidades territoriais.

Diretriz 8: Incrementar projetos e ações que visem a sucessão familiar e a migração de retorno para o meio rural e aos pequenos municípios.

DIRETRIZES DA DIMENSÃO ESTRUTURAL:

Diretriz 1: Implementar projetos e ações que possibilitem o acesso de todos os municípios às tecnologias da informação, em se tratando de telefonia, fixa e móvel e *internet*.

Diretriz 2: Promover projetos e ações que viabilizem a implantação de sistemas que qualifiquem a energia distribuída nos meios urbano e rural.

Diretriz 3: Mediar ações para a ampliação da geração de energia no Vale do Taquari.

Diretriz 4: Implantar sistemas e/ou programas para saneamento (tratamento de esgotos, destinação de lixo, tratamento de resíduos e tratamento de água).

Diretriz 5: Alavancar projetos e ações que qualifiquem a gestão dos recursos hídricos e o abastecimento de água (subterrânea e superficial).

Diretriz 6: Qualificar a logística regional visando à melhor exploração das potencialidades dos transportes rodoviário, ferroviário, aéreo e fluvial disponíveis.

Diretriz 7: Efetivar os acessos asfálticos aos municípios que não os tem.

Diretriz 8: Atuar nas estruturas de concessões de pedágio para o melhor uso dos recursos pagos pela sociedade.

Diretriz 9: Mediar projetos e ações que visem a qualificação da mobilidade urbana local e intermunicipal.

Diretriz 10: Ampliar projetos e ações que implementem programas de habitações populares para prevenir e/ou evitar a formação de centros habitacionais irregulares ou ocupação de áreas de risco e de preservação permanente.

DIRETRIZES DA DIMENSÃO SOCIAL:

Diretriz 1: Promover segurança pública de qualidade, suprindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos.

Diretriz 2: Ampliar estruturas e consolidar espaços e gestão de acolhimento à vítimas de violência.

Diretriz 3: Conduzir o atendimento da saúde na perspectiva da regionalização da saúde do Vale do Taquari.

Diretriz 4: Criar e ampliar projetos e ações que visem ao atendimento de saúde integral (preventiva e curativa), atuando nas mais diversas complexidades (baixa, média e alta).

Diretriz 5: Ampliar o atendimento em especialidades da saúde, inclusive saúde bucal.

Diretriz 6: Promover a qualificação profissional e cidadã por meio da educação formal, não formal e profissionalizante, vinculadas aos saberes regionais.

Diretriz 7: Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental.

Diretriz 8: Aumentar a qualificação da educação, via formação de professores, estruturas e instrumentos/metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.

Diretriz 9: Criar e ampliar projetos e ações que possibilitem a migração de retorno nos pequenos municípios e no meio rural;

Diretriz 10: Proporcionar projetos e ações que visem a redução da pobreza, inclusão e assistência social;

Diretriz 11: Promover projetos e ações para estimular a criação de espaços culturais e de esporte e lazer;

Diretriz 12: Desenvolver projetos e ações que tratem das questões de dependência química;

Diretriz 13: Estimular projetos e ações de atendimento integral ao idoso;

Diretriz 14: Criar e ampliar projetos e ações que possibilitem a acolhida aos (i)migrantes.

Diretriz 15: Priorizar a atenção primária com foco na promoção à saúde.

DIRETRIZES DA DIMENSÃO AMBIENTAL:

Diretriz 1: Implementar a fase C do Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e Executar as ações do Plano da Bacia.

Diretriz 2: Executar as ações do plano “Estratégia Integrada de Prevenção/Gestão de Riscos – EIGER para a Bacia do Taquari-Antas”.

Diretriz 3: Trabalhar as ações regionais e locais em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODSs.

Diretriz 4: Articular a implementação de projetos e ações que reduzam a carga orgânica despejada nos recursos hídricos (área urbana, rural e setor industrial), possibilitando, além da qualificação dos recursos hídricos, melhoria nas condições ambientais e sociais regionais.

Diretriz 5: Promover projetos e ações que viabilizem manejo adequado e redução da utilização de agrotóxicos na produção.

Diretriz 6: Aparelhar os órgãos de gestão e de fiscalização para promover a eficácia das ações ambientais.

Diretriz 7: Promover projetos e ações que reduzam a poluição industrial.

Diretriz 8: Articular projetos e ações para beneficiar resultados positivos em prol do meio ambiente.

Diretriz 9: Eliminar a existência de domicílios sem banheiro e acesso à rede de água.

Diretriz 10: Estimular projetos e ações para adequado manejo, uso e reúso de resíduos.

Diretriz 11: Estimular estudos, projetos e ações relacionados à tributação do mercado imobiliário em zonas de APP.

DIRETRIZES DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL:

Diretriz 1: Favorecer espaços e estimular a participação plural e cidadã.

Diretriz 2: Articular a formação de lideranças locais, setoriais e regionais.

Diretriz 3: Ampliar a representatividade política e classista em instâncias regionais.

Diretriz 4: Alavancar as relações interinstitucionais locais/regionais.

Diretriz 5: Criar mecanismos e estruturas de gestão e execução do planejamento estratégico regional.

Diretriz 6: Qualificar os mecanismos de gestão pública (pessoal e de estrutura) e do controle social (conselhos).

Diretriz 7: Estimular a execução e gestão de planejamento público.

Diretriz 8: Promover a visibilidade e a comunicação das instituições com a sociedade.

Diretriz 9: Homogeneizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Taquari.

6 ESTRATÉGIAS REGIONAIS

As estratégias regionais foram construídas a partir das análises das diretrizes setoriais. Tais estratégias delimitam as perspectivas dos grandes objetivos a serem atingidos pelo Vale do Taquari nos próximos 15 anos. Para tanto, abaixo, as sete estratégias, suas justificativas, questões pertinentes, objetivo, decisão consensuada regionalmente e ações a serem implementadas.

Tais estratégias foram tema de discussões regionais em três turnos de trabalho nos dias 27 e 29 de setembro e de Assembleia Regional, no dia 01º de dezembro de 2016.

Por fim, para cada uma das estratégias foram definidas entidades prioritariamente responsáveis. Como cada estratégia se tornará uma Comissão Setorial, está explícito neste documento no item de gestão e implementação as referidas Comissões e responsáveis regionalmente.

Descrição das Estratégias:

1) Construir o Vale do Taquari a partir da perspectiva do desenvolvimento harmônico e sustentável.

De acordo com Barden (2001) o Estado do Rio Grande do Sul é colonizado de forma diferenciada do restante do Brasil, e esses aspectos são evidentes no Vale do Taquari, devido que a região criou uma dinâmica própria de desenvolvimento, com pouco contato com outras regiões. Isto possibilitou a diversidade produtiva, criação de pequenas vilas e posteriormente, vários pequenos municípios, propriedades de pequeno porte diversificadas e com mão de obra familiar, hoje reconhecidamente vinculadas à agricultura familiar.

A colonização açoriana, alemã e italiana contribuiu para dar características próprias à região, formatando ao longo dos anos uma região com indicadores de desenvolvimento acima da média do estado.

Deste modo, considera-se estratégica a manutenção e ampliação do desenvolvimento harmônico e sustentável nesta região. Os principais desafios neste sentido encontram-se em manter um processo de desenvolvimento que contribua para o equilíbrio entre os municípios e diminua as desigualdades locais, priorizando áreas mais defasadas social e ambientalmente.

Os desafios do desenvolvimento harmônico e sustentável também estão relacionados ao enfrentamento da pobreza, que apesar de apresentar indicadores melhores que em outras regiões, sabe-se que esta realidade é presente. A renda apropriada pelos 20% mais ricos em 2010 foi de 47,3% e os 20% mais pobres de 5,8%, comparado ao estado do RS, essa média é de 58,7% e 3,6% (PORTAL ODMs, 2015).

No aspecto econômico o PIB do Vale do Taquari apresentou um crescimento acumulado nos últimos 10 anos (288,47%) inferior ao do Rio Grande do Sul (304,69%). Na busca pelo desenvolvimento harmônico e sustentável devemos buscar manter um crescimento igual ou maior ao estado.

Outra diretriz importante paralelo a este objetivo estratégico são os indicadores de gestão pública. Em avaliação aos dados de 2006 e 2015, verificou-se um pior desempenho tanto do estado quanto da região, mesmo que a região apresente indicadores melhores que o estado.

Dados do IFGF colocam os municípios do Vale, em média, na condição de Gestão em Dificuldade, conceito C.

Uma das principais demandas a ser enfrentada nesta estratégia vincula-se à constante redução do número de pequenas propriedades no campo. Essa redução, realidade na região há mais de 10 anos pode interferir principalmente com impacto social e econômico na saúde financeira das famílias.

Ainda, a degradação de nosso sistema educacional faz frente a tentativa de avanço com o turno inverso nas escolas. É também através da escola em que se enraízam as vocações do Vale do Taquari em seus habitantes, por meio de uma cultura colaborativa e de cooperação.

A segurança, por sua vez, demonstra uma defasagem em equipamentos e estrutura, o que traz insegurança à comunidade. A confirmação do avanço do tráfico de drogas e, por conseguinte, seus resultados na sociedade foram comprovados por avaliações estatísticas. Não há como desenvolver de forma sustentável uma região em um ambiente inseguro.

A proposta desta estratégia está em perseguir o desenvolvimento da região de forma sólida, de forma igual em todos os eixos prioritários do desenvolvimento sustentável, a fim de que se minimize qualquer problema que virá a ser enfrentado em decorrência de crises econômicas ou políticas.

É conhecida a necessidade de articulação de todos os aspectos, estruturais, da economia, da educação, da segurança, alinhados à construção histórica do desenvolvimento regional, que nos direcionam para as condições e a preservação de aspectos reconhecidamente positivos na região, como a valoração do trabalho, o associativismo e cooperativismo.

Os meios considerados para se obter êxito na implantação desta estratégia condizem com as vocações da região. O fazer junto emerge em meio às dificuldades econômicas enfrentadas pelo poder público e desta maneira é necessário a soma de forças de todos os entes que trabalham em prol do desenvolvimento regional para que haja resultados positivos no delineamento dos projetos propostos na busca da sustentabilidade do Vale.

Inúmeras são as formas organizadas que trabalham dentro da região e é evidente que a soma do trabalho é capaz de gerar um resultado exponencial para com o desenvolvimento.

A decisão regional em se tratando da referida estratégia é insigne, não havendo compreensão de que o Vale deva se comparar com outras regiões enfatizando ser mais ou menos desenvolvido, e sim, um sentimento de pertencimento e de identificação das pessoas que aqui vivem, que se trata de uma região desenvolvida, com qualidade de vida, condições de atendimento nas principais áreas sociais e que este desenvolvimento é percebido em todos os municípios da região.

Para consolidar a referida estratégia, foram construídos projetos regionais que atendem às principais questões tratadas pela sociedade: segurança, saúde, educação, assistência social, desenvolvimento econômico no meio rural, sanidade básica e manutenção das formas associadas.

2) Consolidar o Vale do Taquari como referência em produção de alimentos, agregando valor e obtendo a maior parte de integração nas operações produtivas oriundas do agronegócio

Historicamente, em meados de 1740, a colonização do Vale do Taquari já traçou as características agrárias que temos hoje. A distribuição das primeiras sesmarias ocorreram em tamanhos inferiores do que o costumeiro na época. Este menor tamanho ocorreu devido às peculiaridades geomorfológicas da região. Em 1850 o Vale foi colonizado por alemães e italianos que diferentemente dos primeiros colonizadores açorianos, tiveram que pagar por suas terras,

sendo o trabalho a forma para acumular recursos e tornar-se independentes. As características da produção agrofamiliar surgem desde esta época.

Em se tratando da representatividade econômica, o Vale do Taquari é responsável por 25% da produção de frangos, 15% da produção de suínos e 8% da produção leiteira gaúcha. Direta e indiretamente, 80% da economia regional está vinculada ao agronegócio (FETAG e UNIVATES, 2005).

Ao analisar a importância econômica do agro na região, constata-se característica das propriedades rurais do Vale serem de pequeno porte, com média de 13,50 hectares, fornecendo, nestas condições, uma baixa capacidade para a produção de grãos. Assim sendo, em torno de 70% dos grãos consumidos na pecuária regional são trazidos de fora do Estado.

Os dados econômicos como Produto Interno Bruto, Valor Adicionado Bruto, da Indústria, Agropecuário e Serviços, e do Trabalho Formal, indicam que na última década, 2003-2013, o Vale do Taquari cresceu igual a média estadual. Ou seja, é uma região com crescimento consolidado, que obteve resultados positivos, mas não se destacou em relação à média estadual. Quando verificado o PIB per capita, a variação é menor que a média estadual justamente por indicar o crescimento populacional maior do que a média do RS. Na formalização do trabalho o indicador é maior no setor agropecuário e serviços do que a média estadual. Estes indicam a urbanização posterior do Vale e ao surgimento da necessidade de pessoal para trabalhar na atividade primária, que antes era exercida fundamentalmente pelos familiares e hoje começa a ter mão de obra empregada para tais atividades.

O Valor Adicionado Bruto Agropecuário da região no ano de 2000 foi de R\$ 239.953.270,00 e, em 2013 atingiu R\$ 1.095.442.284,00, registrando assim, um crescimento de 356,52%. Já o Rio Grande do Sul, no mesmo período, passou de R\$ 5.983.469.195,00 para R\$ 28.798.796.090,00, resultando em um crescimento de 381,31%, colocando o Vale em situação de menor crescimento do que o estado.

O Trabalho Formal gerado pela Agropecuária na região registrou entre os anos de 2001 e 2013 um crescimento de 48,97%, avançando de 1264 formalizações de trabalho, para 1883. No mesmo período, o Estado obteve crescimento de 23,44% com 15.905 formalizações de trabalho de diferença entre o ano inicial e o final mensurados. Conforme descrito acima, este crescimento está relacionado à redução das famílias no meio rural e a substituição destas famílias por mão de obra contratada.

Na pecuária, nos anos 2000, a região criava 24.159.255 cabeças e passou a criar, em 2014, 34.853.114 cabeças. Prioritariamente o Vale cria frangos e galinhas. Os frangos representam 89,01% e as galinhas 7,47%, da quantidade de cabeças. Na sequência temos a criação de suínos, com 2,71% da quantidade de cabeças. Em quarto lugar está a criação de bovinos com 0,72%.

Os dados indicam as características regionais de produção de frangos e suínos. O restante da produção da pecuária não é significativo. Já a produção leiteira, a terceira em representatividade do Vale, foi, em 2014, a terceira produção do Estado, representando 7,81% do leite produzido no RS (FEE, 2016).

Através da análise destes dados, firma-se no Vale o enraizamento de sua característica histórica para a produção de alimentos. Deve-se buscar a consolidação desta característica com ações que potencializam os seus ganhos tendo em consideração a mudança do perfil da família no campo.

O aprimoramento da sucessão familiar também é necessário para a manutenção da característica agrofamiliar. Os esforços realizados até o momento têm apresentado resultados positivos, mas de modo geral a cada ano reduz o número de pequenos produtores.

Esses aspectos afetam diretamente a situação econômica dos pequenos municípios, que em sua maioria são prioritariamente rurais. Somado o aspecto cultural, onde regionalmente estas famílias não têm *expertise* para outras atividades fora do campo, o êxodo rural causa um dano social para os centros urbanos como causa primária à redução da renda média familiar.

Essa estratégia tem por objetivo fortalecer a geração de valor nas pequenas propriedades rurais do Vale. Seja através de abertura de novas cadeias rurais ou ampliação da geração de valor nas cadeias existentes é necessário aprimorar a gestão e melhorar os resultados das pequenas propriedades, buscando assim estagnar a constante redução do número de produtores.

São conhecidos os caminhos para se atender esse objetivo, mas para que isso seja realizado com eficácia, deve-se garantir a aplicação de programas e dos projetos regionais com esta finalidade.

Alguns programas já debatidos entre os envolvidos são alternativos para o sucesso. A formação de arranjos produtivos locais para as agroindústrias é uma delas.

A promoção de novas associações e formas organizadas para se obter poder de barganha, seja para compra ou para venda de produtos também é opção. Se busca também aumento da aproximação entre produtores e integradas para uma parceria ganha-ganha.

De mesmo modo, a implantação de um selo de origem nos produtos produzidos no Vale do Taquari pode gerar valor às famílias rurais e também a toda cadeia beneficiadora destes itens. Por fim, a promoção do apoio de políticas públicas a todos estes aspectos são necessários para a concretização em projetos que gerem resultados na ponta.

A soma dos esforços das organizações como CODETER, STR's, FETAG, COOPERATIVAS, EMATER, entre outros demonstra a necessidade estratégica do aperfeiçoamento do agronegócio.

A união dessas organizações se faz importante para que se potencialize o resultado da aplicação de projetos que objetivam, por exemplo, a implantação de sistemas de sanidade animal no Vale. Também, a profissionalização da gestão administrativa das propriedades tem ganhado força e se aplica de forma escalar quando somado aos projetos de todas as entidades envolvidas.

3) Agregar valor em novas cadeias e promover a diversificação produtiva do Vale do Taquari.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal cresceu o equivalente a 37,31% Estado e 7,48% no Vale do Taquari e os municípios que mais cresceram à nível regional, estão Arvorezinha com 32,88%, Paverama com 24,30%, Canudos do Vale com 21,52% e Poço das Antas com 19,69%. Ainda, houveram cidades com decréscimo percentual, com é o caso de Roca Sales com -3,52% e Muçum com -5,74%. Por analisar emprego e renda além de educação e saúde o índice Firjan é importante na avaliação da capacidade de promoção de novas cadeias.

Em possibilidades de diversificação econômica, avalia-se que o Rio Grande do Sul tem 294 municípios que participam das 27 regiões turísticas do Estado. No Vale do Taquari, temos 18 municípios que fazem parte da rota turística: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Colinas, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Ilópolis, Lajeado, Muçum, Nova Bréscia, Progresso, Relvado, Sério, Teutônia, Vespasiano Corrêa e Westfália. Através do crescente

aumento da demanda por rotas turísticas, a qualificação da região para atender este mercado é um bom aliado no fortalecimento econômico regional.

Analisando o aspecto ambiental, de acordo com o Perfil Socioeconômico o Vale do Taquari (SEPLAN, 2015) possui grande disponibilidade de recursos hídricos, pertencendo à sub-bacia Taquari-Antas. Entretanto, esses rios e arroios recebem grande parte dos dejetos, esgotos, agrotóxicos e contaminantes dos municípios da região. Ao mesmo tempo em que esta disponibilidade nos dá oportunidades de diversificação, o seu mau uso traz danos irreversíveis ao Vale.

O Rio Taquari recebe, na Região, grandes volumes de efluentes domésticos e industriais, que se somam aos produzidos a montante, no COREDE Serra.

O aspecto populacional também é aliado no processo de diversificação, uma vez que pessoas com perfis diferentes e conhecimentos diversos encontram no Vale do Taquari oportunidades de empreender e colocar em uso seus conhecimentos, fortalecendo novas economias e formando aglomerações que até então não eram vistas.

Para o aproveitamento das oportunidades do Vale deve-se cruzá-las as com nossas forças. Desta forma, a ampliação das cadeias globais de valor é importante, uma vez que a presença de diversas cadeias são grandes oportunidades de aprimorar os ganhos.

Ainda, como citado anteriormente, a migração de pessoas de diversas regiões do estado tem aumentado a *expertise* da região, logo, um Vale que era especialista na produção de poucos itens tem se tornado capaz de desenvolver novas cadeias produtivas, tanto quanto o desenvolvimento de insumos. Esta diversificação traz um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado, não nos tornando suscetíveis a possíveis crises pontuais.

Ao mesmo tempo em que possuímos a formação de *clusters* em determinados segmentos, deve-se buscar a formação de economias aglomerativas diversificadas, sustentando a estratégia proposta.

Entre as situações a serem analisadas, devemos compreender enquanto região quais as principais cadeias que devem ser fomentadas. Tendo a característica principal do Vale a produção de alimentos, entender de que forma esta produção pode gerar novas cadeias de valor sem degradar o meio ambiente em que estamos inseridos.

A potencialização da eficiência nas propriedades rurais também é desafio, trazendo novamente a qualificação dos produtores como base para a diversificação e para a criação de novas formas de produção. Precisamos, enquanto região, definir práticas que geram mais resultados no fortalecimento de novas cadeias produtivas, utilizando, quando possível, comparações com outras regiões que já utilizaram metodologias para encontrar as cadeias produtivas com maior potencial de crescimento. Também, deve-se fomentar novas cadeias produtivas através de leis de incentivo.

Esta estratégia traz como objetivo a exploração de novas alternativas de emprego e renda em consonância com as potencialidades e interesses das microrregiões dentro do Vale do Taquari.

Além, tem-se o foco na construção de uma região sólida enquanto desenvolvimento sustentável, com um crescimento harmônico e diversificado, minimizando riscos em um ambiente com economia consolidada.

A diversidade das cadeias produtivas traz a consolidação econômica e o fortalecimento regional, estabelecendo o crescimento sustentável com menos vulnerabilidade ao impacto de crises econômicas.

Entre as alternativas estão a floricultura, produção hortigranjeira, alimentos orgânicos, piscicultura, apicultura, erva-mate, cosméticos, produtos de higiene e limpeza, turismo, produção de energia alternativas e renováveis, desenvolvimento tecnológico, entre outros.

O Vale do Taquari conta com produtores e empresários interessados no investimento em novas cadeias produtivas e principalmente, existem condições propícias para o desenvolvimento dessas novas atividades.

4) Desenvolver o empreendedorismo e inovação, pesquisa e desenvolvimento e formas associadas como fundamentos nas mais diversas dimensões do desenvolvimento regional no Vale do Taquari

A cultura da região está historicamente ancorada a presença do associativismo e cooperativismo, que desponta como uma fortaleza significativa local e traz ganhos para o desenvolvimento.

Com mais de 60 anos de construções coletivas, os desafios hoje estão vinculados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. A região necessita avançar para além do construir junto o que se sabe fazer para co-criar novas soluções e produtos, desenvolvendo inovações no intuito de produzir novas possibilidades agregando maior valor.

Ainda, é preciso manter e gerar novos estímulos a manutenção das formas associadas, tendo em vista que isso é essencial para a perpetuação da movimentação econômica estabelecida por estes meios. O incentivo ao empreendedorismo também se faz necessário para que a população pró-ativa continue presente na região, qualificando constantemente nossos indicadores de desenvolvimento, tornando-nos melhores a cada período.

Estas características hoje têm capilaridade em todas as áreas de desenvolvimento regional, fortalecendo os resultados positivos demonstrados pelos indicadores. A exemplo disso, nossa característica demográfica evidencia a necessidade de se ter estes parâmetros como um ponto estratégico, uma vez que a iminência da maioria de municípios com menos de cinco mil habitantes e com áreas totais abaixo da média do estado trazem uma necessidade de união de esforços para se construir e pensar de melhor forma o todo. Até mesmo os maiores municípios da região, que de forma isolada podem se ver sustentáveis sem a presença dos demais municípios do Vale do Taquari, não seriam destaques sem o contexto da região.

Assim, o construir junto se torna estratégico para a região, uma vez que a história registra que esta forma moldou a região que temos hoje e que trouxe indicadores de desenvolvimento acima da média. É vontade da nossa população a manutenção das características que nos trouxeram até aqui.

Os desafios estão vinculados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e à adequada utilização dos aspectos logísticos e estruturais, para aumento da competitividade, inovação, geração de emprego e renda. Desafios vinculados à consolidação de cadeias produtivas, aos negócios associativos, ao enfrentamento do envelhecimento populacional, a baixa disponibilidade de mão de obra qualificada, a falta de planejamento a longo prazo e a dependência de políticas públicas em setores mais carentes.

Busca-se tornar o vale referência em pensamento inovador, não apenas em se tratando de desenvolvimento de produto, mas sim em todos os eixos de desenvolvimento. Economia, estrutura, meio social, ambiental e institucional deve ser pensado de forma inovadora, com pensamento coletivo na construção de soluções viáveis à realidade da região e que sejam capazes de suprir as deficiências apontadas.

Ainda o estímulo ao desenvolvimento de novas soluções para as cadeias produtivas existentes é capaz de estimular a melhoria do progresso econômico, criando novas formas de se produzir retorno financeiro.

A promoção da qualificação da mão de obra e da população de forma geral é fundamental neste processo para que haja o entendimento de que este direcionamento estratégico é de grande impacto em todas as demais propostas.

A inclusão e ampliação dos ecossistemas de inovação nas cidades polo e se possível em todas as cidades do Vale são necessárias para o enraizamento desses conceitos a fim de que em médio prazo esta cultura esteja entre nossas vocações.

Diversas entidades que fomentam empreendedorismo já promovem ações na região. Essas ações devem ser fomentadas com programas de apoio ao empreendedorismo.

A instituição pública, por sua vez, necessita estar presente nestes meios empreendedores para que ocorra o intraempreendedorismo dentro do setor público. É evidente que órgãos públicos com características empreendedoras trazem mais desenvolvimento à região e mais resultados positivos.

Por fim, a Integração entre empresas e pesquisadores se faz importante para aprimorar o uso do conhecimento científico na geração de emprego e renda, além, evidentemente da geração de novos produtos e processos.

A decisão em implantar estratégia com este propósito está alinhada à promoção da qualificação da mão de obra regional neste quesito. Vinculado a essa qualificação, busca-se promover e ampliar a atuação de entidades fomentadoras do empreendedorismo e da inovação.

O estabelecimento de parcerias entre empresários e pesquisadores pode também potencializar os resultados na geração de inovação. Ainda, não apenas vinculado ao empresariado, a criação de programas de promoção do empreendedorismo na gestão pública e do intraempreendedorismo trarão resultados ao desenvolvimento.

5) Ampliar no Vale do Taquari a perspectiva do ambiente e do desenvolvimento sustentável como responsabilidade coletiva, priorizando o saneamento básico

Tema recorrente em nossa região, debatido em todos os setores, identificado enquanto prioridade no Colegiado do Território Rural – CODETER e no Plano da Bacia Hidrográfica, a questão da carga orgânica oriunda da produção desta região. Para tanto, inúmeras alternativas, proposições, produtos e projetos inovadores foram discutidos e alguns implementados. No entanto, esse aspecto deve fazer parte do rol dos projetos regionais.

Em se tratando do saneamento da nossa região, 85% das residências em 2010 estavam ligadas à rede geral de abastecimento de água e 93% dos domicílios possuíam coleta de lixo. Apesar de termos avançado, os temas são recorrentes e a coleta de lixo não está atrelada a um programa de resíduos sólidos, com melhor aproveitamento desses resíduos e educação ambiental transversal.

Agora, o tema que mais nos preocupa é o esgotamento sanitário pois, enquanto no estado do RS 48% dos domicílios estão ligados a rede de esgoto, na região somente 11% dos domicílios estão nessas condições.

Saneamento deve ser foco de políticas públicas abrangentes e eficazes, não somente de planos, mas de execução de projetos e ações que deem conta da melhoria da qualidade de vida da população.

Considerando a disponibilidade de dados municipais ou regionais, pode-se incluir informações acerca do saneamento no ano de 2010. Este amplia a visão e a relação sociedade e meio ambiente. Ainda com relação a água e no lixo, a região tem 15% da população que não é atendida pela rede geral de água, ou seja, são 16.496 domicílios que se utilizam de poço ou nascente para abastecimento.

Praticamente 93% do lixo nos municípios é coletado, o restante é jogado, enterrado ou queimado. No entanto, estes 93% que são coletados, em sua grande maioria, são destinados para o município de Minas do Leão, sem nenhum tipo de separação e/ou reutilização do reciclável.

Do esgoto, onde somente 11% dos domicílios da região estão ligados a uma rede geral, a maioria, 57%, possui fossa séptica e ainda 30% possui fossa rudimentar e em torno de 5% dos domicílios não possui banheiro ou se utiliza de vala (FEE, 2016; CODEVAT, 2014).

Ainda, para não tratar especificamente do saneamento nas áreas urbanas, no meio rural há uma concentração elevada na criação de animais, conforme exposto anteriormente e com baixa adequação para o correto manejo e possível reutilização dos dejetos orgânicos.

O tema aqui levantado é tão saliente que foi diagnosticado no Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, que 35% das doenças de veiculação hídrica do Estado do RS, ocorrem nesta Bacia. Também, segundo o Plano, todos os pontos analisados neste trecho da bacia, resultaram em classes de água 3 ou 4, considerando Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. (SEMA, 2012).

Essas questões a serem enfrentadas vão além do problema em si e à tona trazem a necessidade de um enfrentamento contra uma cultura de não valorização dos problemas que não estão em frente aos olhos no dia a dia. A mudança de hábito e a reestruturação das cidades através do devido tratamento de esgoto deve ser trabalhado às pressas, para que se minimize os danos que já são observados.

Esta estratégia objetiva a manutenção do desenvolvimento sustentável na região. Uma vez que geograficamente possuímos uma área pequena, faz-se necessária a preservação ao meio ambiente onde estamos inseridos para a geração de possibilidade de crescimento sem geração de dano as necessidades básicas da comunidade.

Considera-se alternativa a implantação dos planos municipais de saneamento básico, bem como o respeito à legislação ambiental vigente. Políticas de preservação da água juntamente ao controle e conscientização ao uso de agrotóxicos são aliados nesta estratégia. Avançar no trabalho de conceitos como a logística reversa além do aparelhamento e estruturação dos órgãos de fiscalizações e fazem necessário neste fim.

É evidente que a decisão pela priorização desta estratégia está diretamente ligada a preservação de um meio ambiente saudável e capaz de suportar o crescimento e desenvolvimento regional não gerando desastres ecológicos prezando pela minimização dos problemas da atualidade, por exemplo, o grande número de doenças vinculados ao consumo de água não potável no Vale.

6) Aprimorar a matriz estrutural do Vale do Taquari

Ao se pensar questões estruturais da região, os aspectos de mobilidade e transporte são recorrentes. Dentre eles os modais rodoviário, aeroviário e ferroviário possuem demandas específicas a serem tratadas, em prol do desenvolvimento.

O tema mobilidade regional é recorrente e nestas condições deve ser pensado em seus diferentes modais de transporte. Desde os acessos asfálticos pendentes até a interligação dos modais e transporte rodoviário – ferroviário - hidroviário – aéreo. Um planejamento de mobilidade urbana nos municípios e de mobilidade regional deve ser discutido e tratado no Vale do Taquari.

De acordo com o perfil socioeconômico o Vale do Taquari (2015) apresenta os modais rodo, ferro e hidroviário para a circulação de mercadorias e do modal rodoviário para o transporte de passageiro. A BR-386 aproxima o Vale da região metropolitana acentuando suas oportunidades quanto posicionamento logístico. Contudo, de acordo com o perfil socioeconômico, ressalta-se que seis municípios não têm acesso asfáltico.

Em se tratando dos modais de transporte, o Vale do Taquari possui um entroncamento modal hidro-rodo-ferroviário e um aeródromo que se encontra interditado.

No entanto, esse modais de transporte estão subutilizados. Possui rodovias federais e estaduais, hidrovia, ferrovia, aeródromo e estes últimos três não estão sendo utilizados. No caso da hidrovia, no ano de 2014, vencemos uma etapa burocrática passando do governo federal para o governo estadual, a administração do porto. No entanto, temos que avançar para efetivamente o porto voltar à atividade plena.

Em se tratando da ferrovia, a região, apesar das articulações, não terá o tronco principal da ferrovia prevista passando pela região, a Ferrovia Norte-Sul, no entanto, trabalhamos com afinco para que um ramal passe pela região e interligue o Vale com Rio Grande.

No caso do aeródromo, o mesmo está interditado desde 2011, ainda em maio de 2015 o CODEVAT promoveu reunião regional para encaminhar o referido assunto, até o momento não avançou o esperado por indisponibilidade de recursos do município parceiro e responsável pelo início dos encaminhamentos, ou seja, as obras necessárias para posterior vistoria da ANAC e liberação para pousos e decolagens.

Por fim, as rodovias devem ser duplicadas, tanto o término da BR-386 como da RS-129/130. No caso da RS o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTEA foi pago pelos municípios e até o momento não foi encaminhado o projeto por parte da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR. Ainda, em se tratando das rodovias estaduais, o COREPE trecho 7, que compreende os pedágios de Cruzeiro do Sul, Boa Vista do Sul e Encantado atua desde dezembro de 2014 e avançou nas discussões regionais acerca dos referidos temas.

Ainda, salienta-se a urbanização e suas necessidades intrínsecas de cunho estrutural. Nesse quesito, o Vale do Taquari desenvolve de forma consistente. Os dados regionais não indicam moradores vivendo em aglomerados subnormais, como favelas e similares. Por fim, quando avaliado o percentual de moradores com direito à propriedade, isto é, com moradia própria ou alugada, 94,63% dos moradores as têm. Isso indica que a condição de moradia da população do Vale do Taquari é significativamente melhor que a do Brasil, onde 36,6% da população urbana, em 2012, vivia em moradias inadequadas (AGOSTINI, 2016).

Em suma, nenhum município da região destoa muito da média regional. Em se tratando do direito à propriedade, somente Relvado fica abaixo dos 90%, demonstrando que 88,4% dos moradores possuem moradia própria ou alugada. Esses indicadores melhoraram no Brasil como um todo, novamente decorrentes de vários fatores e alguns específicos, como Programas de acesso à moradia como o Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

Apesar da região ainda possuir seis municípios sem acesso asfáltico, destacam-se os municípios com boas estruturas viárias internas, grande parte já pavimentada, o que facilita e

fortalece a mobilidade. Também os municípios ao se enxergarem como microrregião fortalecem estas vias, um suportando o outro no processo de desenvolvimento.

Ainda na região, apesar de ser regulamentada apenas para municípios com mais de vinte mil habitantes, já existe o despertar dos pequenos municípios para a implantação de planos diretores e de mobilidade. O Vale também deve pensar planos diretores microrregionais para que os municípios possam potencializar seu desenvolvimento, desta forma, trabalhando em conjunto facilitaria a eliminação de deficiências com relação a mobilidade e ao urbanismo. Nos municípios com população acima de trinta mil habitantes já ocorre também a implantação de estacionamento pago.

O objetivo principal da estratégia proposta é sanar as deficiências apontadas na justificativa acima. Consideram-se algumas alternativas como programas de pavimentação, programas de desenvolvimento de energia e aprimoramento da matriz energética além do melhor uso dos recursos disponíveis. A decisão em apontar uma estratégia vinculada à matriz estrutural relaciona-se à necessidade básica de se possuir estrutura que comporte o desenvolvimento que se quer. Sem capacidade de comportar estruturalmente o crescimento e o desenvolvimento, não há como ser sustentável.

7) Consolidar a identidade do Vale do Taquari, a partir da integração interinstitucional e intramunicipal

O Vale do Taquari possui entidades de caráter local, microrregional e regional, das mais diversas representações, desde o próprio CODEVAT, até entidades regionais como Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT, Associação dos Vereadores do Vale do Taquari – AVAT, Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales – AMTURVALES, Colegiado de Desenvolvimento Rural do Vale do Taquari – CODETER Vale do Taquari, Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Taquari – CONSISA, Câmara de Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari – CIC/VT, além de associações, sindicatos, Rotary's, Lions Clubs, JCI, ONGs, que, de forma integrada ou não, buscam soluções para diferentes temas locais, setoriais e regionais. Além disso, trabalha de forma participativa em entidades e conselhos criados no âmbito estadual e com papel regional, como o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e o Conselho Regional das Rodovias Pedagiadas – COREPE, trecho 7.

Também, o Vale sedia uma regional da EMATER/ASCAR, que contribui com a assistência técnica aos produtores rurais e possui instituições de ensino como a UNIVATES, a UERGS e a Faculdade La Salle, além de estruturas de pesquisa como a FEPAGRO.

Na UNIVATES está a sede do Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari – TECNOVATES e são implementados projetos vinculados ao Programa Pólos do Estado do RS.

No entanto, apesar de existirem diversas e diferentes formas de participação social, a região destaca sua baixa representação política partidária em se tratando de deputados estaduais, deputados federais e senadores. É aspecto relevante dos debates e indicado como uma das dificuldades de articulação regional, a referida falta de representação.

Também, aspecto relevante é salientado na maioria das reuniões municipais, é a pouca participação nas diversas entidades existentes e a falta de lideranças para assumir as referidas.

Ainda, indicado como aspecto relevante é a necessidade de qualificação da gestão pública, dos servidores de forma geral, para melhor contribuir com a população do Vale.

Por fim, uma integração entre as ações de todos atores regionais, poderia ocorrer via uma agência de desenvolvimento regional e nessas condições, esse aspecto é fundamental na perspectiva regional. Havendo assim, instâncias de decisão e uma instância de execução das demandas regionais.

Esses aspectos apresentados demonstram o enfrentamento que o Vale do Taquari tem a frente para que possa buscar de forma equilibrada o seu desenvolvimento. A criação de espaços que fortaleçam a participação plural e a construção de políticas diversificadas atendendo a população de forma geral assim como a permanência dos espaços que existem somados a qualificação constante destes atores aparecem como desafio.

O principal objetivo a ser destacado através dessa estratégia está em buscar maior integração entre as diversas entidades que trabalham em prol do desenvolvimento da região e municípios, mediante conselhos e articuladores que visem à união de planos e projetos, a fim de aumentar a força e efetividade na execução dos mesmos. A partir dessa integração e do reconhecimento de estratégias e rumos que nos levem ao desenvolvimento harmônico, ao considerar os interesses socioambientais, através de seus representantes, da iniciativa privada e do crescimento econômico.

7 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

Durante os mesmos turnos nos quais foram tratadas estratégias, também foram discutidos os referenciais estratégicos do Vale do Taquari. Neste caso, além das discussões regionais, foram abertas consultas *online* para pessoas que tivessem interesse em contribuir com o processo de construção da visão, vocações e valores do Vale do Taquari .

Os referenciais definidos regionalmente foram construídos a partir da atualização dos referenciais regionais do plano regional do Vale do Taquari, de 2009. A aprovação destes se deu no dia 1º de dezembro de 2016 e demonstram uma discussão madura e qualificada na região que se pretende perceber como desenvolvida, não necessariamente comparando desenvolvimento com outras regiões do Estado.

Assim, a visão estratégica é a descrição de um cenário futuro desejável para a região. Envolve os sonhos dos cidadãos, isto é, “a identificação das principais características que a sociedade gostaria de alcançar ou pelas quais [...] gostaria de ser conhecida no futuro” (SIEDENBERG, 2009, p. 46). Desta forma, a visão estratégica do Vale do Taquari pode ser descrita como: **Ser uma região que se reconhece como desenvolvida, com qualidade de vida, baseada em valores humanos e sentimento de pertencimento, com fortes e duradouros relacionamentos interinstitucionais.**

Já as vocações validam ou ressaltam os principais potenciais da região. “Também podem ser entendidas como aptidões, capacidades ou talentos passíveis de serem desenvolvidos pelos municípios e suas instituições” (SIEDENBERG, 2009, p. 48). Considerando o exposto, as vocações da região estão ou pretendem estar vinculadas:

- à economia diversificada, a partir da produção de alimentos na agricultura familiar;
- à inovação e ao empreendedorismo;
- à educação como fundamento na rede de formação cidadã e profissional;
- à saúde integral e preventiva;
- à preservação da segurança e da ordem pública;
- ao turismo e ao lazer;
- ao associativismo e às formas cooperadas.

Por fim, como referenciais estratégicos, são explicitados os valores da região, valores ou princípios norteadores entendidos como “credos, códigos de conduta, preceitos ou doutrinas que regem a vida dos cidadãos” (SIEDENBERG, 2009, p. 49). São valores a serem ressaltados no Vale do Taquari:

- valores familiares, solidários, comunitários, de formação histórico-cultural e de respeito pelos saberes populares;
- valores voltados para o trabalho, honestidade, ética, compromisso e organização;
- valores de identificação em que cada cidadão sente ser parte da construção do Vale do Taquari;
- valores de respeito ao coletivo, às autoridades, às leis e à ordem pública;
- valores de transparência, lealdade, credibilidade e reciprocidade.

8 CARTEIRA DE PROJETOS

A carteira de projetos, da mesma forma que o restante dos aspectos, foram discutidos e aprovados regionalmente. Estão explícitas por estratégia e hierarquizados conforme decisão em assembleia no dia 01º de dezembro.

Para a hierarquização, além da participação direta dos membros do CODEVAT que estiveram na reunião, foi encaminhado *e-mail* com formulário para os COMUDES que não puderam participar, também contribuirão com a priorização regional.

Após todas as contribuições, os projetos seguem hierarquizados em cada uma das estratégias.

ESTRATÉGIA 1 - Construir o Vale do Taquari a partir da perspectiva do desenvolvimento harmônico e sustentável

1. Instalação de Coordenadoria Regional do IGP
2. Regionalização da Saúde
3. Contratação de Efetivo de Segurança Pública
4. Ampliar e consolidar o tempo integral na Educação Básica do Vale do Taquari
5. Priorizar a atenção primária com foco na promoção à saúde.
6. Promover a qualificação profissional e cidadã por meio da educação formal, não formal e profissionalizante, vinculadas aos valores regionais.
7. Acompanhar e fortalecer a implementação das políticas públicas de inserção/inclusão/redução da pobreza e assistência social voltados a crianças, gênero, etnias, jovens, pessoas com deficiência e idosos.
8. Adequar a estrutura dos órgãos de segurança do Vale do Taquari
9. Promoção da Educação Permanente para Profissionais da Área da Saúde
10. Implementar práticas integrativas e complementares na rede de saúde regional (PICs)
11. Reinserção Social de apenados e egressos do Sistema Penal
12. Promover projetos e ações para estimular a criação de espaços culturais e de esporte e lazer.
13. Ampliar pontos de atenção na rede para enfrentamento do uso abusivo de álcool e outras drogas para dependentes químicos.
14. Ampliar estruturas e consolidar espaços e gestão de acolhimento à vítimas de violência.
15. Instalação de Delegacia de Polícia Especializada – DEFREC

ESTRATÉGIA 2 - Consolidar o Vale do Taquari como referência em produção de alimentos, agregando valor e obtendo a maior parte de integração nas operações produtivas oriundas do agronegócio

1. Fomentar programas de sucessão familiar no meio rural.
2. Criar um programa regional de qualificação na gestão da propriedade
3. Fomentar a implantação do programa de uso, manejo e conservação do solo e da água
4. Consolidar o APL das Agroindústrias do Vale do Taquari.
5. Incentivar a produção orgânica através de qualificações relacionadas a sua viabilidade econômica e práticas operacionais.
6. Promover a aproximação das integradoras com produtores.
7. Promover a maximização (otimização de custos, produtividade) de resultados das propriedades rurais do Vale do Taquari
8. Implantação de certificados/selo de origem dos produtos do Vale do Taquari
9. Viabilizar a implantação do sistema de atenção a sanidade agropecuária (SIM, SUASA/SISBI, SUSAF), regionalmente ou microrregionalmente
10. Implantar centro(s) de comercialização e abastecimento de produtos agropecuários.
11. Promover produções agropecuárias alternativas às cadeias consolidadas, para viabilizar as pequenas propriedades.
12. Incentivar a adesão/existência/ampliação das políticas de incentivo à produção agropecuária, nos municípios do Vale do Taquari
13. Promover formas associadas (associativismo) de produtores de pequeno porte
14. Incentivar o armazenamento de produtos/matérias-primas/produção nas propriedades rurais

ESTRATÉGIA 3 - Desenvolver o empreendedorismo e inovação, pesquisa e desenvolvimento, e formas associadas como fundamentos nas mais diversas dimensões do desenvolvimento regional no Vale do Taquari

1. Promover o intraempreendedorismo (geral) na gestão pública.
2. Ampliar a ação do Parque Tecnológico, a Incubadora Tecnológica, o Programa Pólos, CEV (Centro de Empreendedorismo do Vale) os Aceleradores financeiros, e outras instâncias, estruturas, que viabilizam a inovação e o empreendedorismo.
3. Consolidar ambientes de inovação regional através de eventos de qualificação e disseminação de metodologias inovadoras.
4. Criar programa de parcerias entre setor privado empresas e pesquisadores, instituições de pesquisa.
5. Consolidar as dimensões de inovação e empreendedorismo (conselhos municipais de desenvolvimento) dentro dos Conselhos Municipais de desenvolvimento ou através da formação de conselhos municipais de inovação e empreendedorismo (leis de inovação).
6. Formatar incentivos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento e inovação decorrentes.

ESTRATÉGIA 4 - Ampliar no Vale do Taquari a perspectiva do desenvolvimento sustentável como responsabilidade coletiva, priorizando o saneamento básico

1. Promover o Projeto de Saneamento Regional: Abastecimento de água, Esgotamento sanitário, drenagem urbana e tratamento de resíduos (urbanos, rurais e industriais).
2. Promover investimentos, projetos inovadores, incentivos, para o adequado uso da carga orgânica rural, para geração de energia e biofertilizantes.
3. Capacitar produtores para o adequado uso de agrotóxicos e fertilizantes.
4. Criar política de preservação dos cursos d'água do Vale do Taquari, considerando a legislação vigente.
5. Ampliar as Estratégias de combate a Riscos e Desastres e as Defesas Cívicas municipais, para monitoramento e atendimento em períodos de eventos extremos.
6. Promover políticas públicas para adequar as residências, sem condições básicas de saneamento.
7. Promover parcerias entre integradoras e produtores para recolhimento e uso de resíduos gerados na produção rural.
8. Criar mecanismos de fiscalização, estruturas dos municípios (planos diretores), uniformização, capacitação, fazer cumprir a legislação ambiental.

ESTRATÉGIA 5 - Agregar valor em novas cadeias e promover a diversificação produtiva do Vale do Taquari

1. Incentivar a produção de energias alternativas e renováveis
2. Fortalecer a cadeia produtiva de hortigranjeiros, com qualificação dos produtores e técnicos; organização da cadeia produtiva; fortalecimento da produção de alimentos orgânicos; produção para o programa nacional de alimentação escolar.
3. Fortalecer e ampliar os empreendimentos turísticos regionais, com qualificação de atores criação de novos roteiros turísticos.
4. Fortalecer a cadeia produtiva da erva-mate.
5. Fortalecer a cadeia produtiva da piscicultura, com qualificação dos produtores e técnicos; organização da cadeia produtiva
6. Integrar Rotas Turísticas Regionais, com planejamento regional de turismo para integração das ações.
7. Fortalecer a cadeia produtiva de cosméticos, produtos de higiene e limpeza
8. Fortalecer a cadeia produtiva da apicultura.
9. Incrementar e fortalecer a cadeia produtiva da floricultura, com a qualificação dos produtores e técnicos; organização da cadeia produtiva.
10. Criar um Inventário turístico do Vale do Taquari, com coleta de dados/informações; análise e planejamento.

ESTRATÉGIA 6 - Aprimorar a matriz estrutural do Vale do Taquari

1. Qualificar a distribuição da Energia Elétrica
2. Estruturar programa de adequação de habitações irregulares do Vale do Taquari
3. Promover acesso de todos os municípios à tecnologia da informação.
4. Criar um ramal da conexão ferroviária regional à Ferrovia Norte-Sul.
5. Produção extensiva de biogás
6. Mobilidade entre os municípios (acessos asfálticos, pontes, etc.)
7. Implementar planos de mobilidade urbana nos municípios do Vale do Taquari.
8. Duplicar a RSTs 129/130, entre Venâncio Aires e Encantado/Muçum.
9. Consolidar os acessos asfálticos aos municípios da região que ainda não o tem.
10. Qualificar Energia Elétrica
11. Duplicar a BR-386, entre Lajeado e Tio Hugo.
12. Promover a implantação e efetivação da legislação acerca dos recursos hídricos na bacia hidrográfica.
13. Fortalecer o transporte fluvial, com reestruturação dos portos de Estrela e Taquari para atendimento às demandas por transporte fluvial.
14. Pavimentar a estrada que liga Muçum a Santa Teresa, que interliga duas regiões do Estado do RS.
15. Adequar as rodovias RST-453 e RS-128.
16. Criar gasoduto para o Vale do Taquari: Desenvolvimento de projeto para a viabilização de gasoduto para o Vale do Taquari.
17. Fortalecer o transporte aéreo, com consolidação e ampliação do aeródromo regional na cidade de Estrela.

ESTRATÉGIA 7 - Consolidar a identidade do Vale do Taquari, a partir da integração interinstitucional e intermunicipal

1. Ampliar a representatividade política e classista em instâncias regionais.
2. Criar mecanismos e estruturas de gestão e execução do planejamento estratégico regional.
3. Articular a formação de lideranças locais, setoriais e regionais.
4. Estimular a execução e gestão de planejamento público.
5. Promover a visibilidade e a comunicação das instituições com a sociedade.
6. Qualificar os mecanismos de gestão pública (pessoal e de estrutura) e do controle social (conselhos).
7. Alavancar as relações interinstitucionais locais/regionais.
8. Homogeneizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Taquari.
9. Favorecer espaços e estimular a participação plural e cidadã.

ESTRATÉGIA 1 - Construir o Vale do Taquari a partir da perspectiva do desenvolvimento harmônico e sustentável

Prioridade 1 - Projeto N°2

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Instalação de Coordenadoria Regional do IGP
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instalar uma Coordenadora do IGP - Instituto Geral de Perícias no Vale do Taquari
Justificativa: <p>A instalação e a readequação de entes policiais especializados proverá maiores e melhores condições de atendimento às demandas regionais de policiamento ao mesmo tempo em que minimizará a sobrecarga de atividades dos entes de policiamento já alocados regionalmente.</p> <p>Analisando dados, verifica-se que o número de ocorrências policiais cadastradas no Vale do Taquari e do estado reduziram ao longo de dez anos (2005 a 2015). O Vale apresentou redução de 2,85% (199 ocorrências a menos) enquanto o estado 10,75% (38.761 ocorrências a menos) do total de ocorrências registradas.</p> <p>Esse decréscimo na região é registrado principalmente pela redução em 12,3% do número de furtos, que representaram 585 ocorrências a menos. Crimes de extorsão (-47,37%), roubos (-11,73%) e estelionato (-6,12%) também apresentaram redução.</p> <p>Entretanto é válido analisar que o número de ocorrências registradas por posse de entorpecentes cresceu 366,26% neste mesmo período. Evoluiu-se de 77 casos em 2005 para 359 em 2015, com pico de 492 casos em 2013. Já o número de registros por tráfico de entorpecentes aumentou em 205,88% (51 casos em 2005 para 156 casos em 2015).</p> <p>Outro dado considerável é o número de furtos (sem a presença do proprietário) de veículos que cresceu 17,3%. Eram 341 casos em 2005 para 400 casos em 2015. Já o número de roubos de veículos (com a presença do proprietário) aumentou em 31,25%, saindo de 96 casos em 2005 para 126 casos em 2015.</p> <p>Entretanto, considera-se a hipótese de que a redução do número de ocorrências esteja relacionada ao fato da população se quer realizar o registro dos crimes cometidos. A partir da banalização dos crimes que ocorrem diariamente na cidade, resulta na redução da credibilidade do trabalho da segurança pública, invertendo a análise anteriormente proposta, concluindo que a violência aumentou pela análise da redução do número de ocorrências.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Convênio do Departamento de Perícias do Interior com Univates.
Meta: Convênio Assinado
Prazo: 3 meses
Produto 2: Licença Ambiental para Obra
Meta: Licença Emitida
Prazo: 3 meses
Produto 3: Construção do Instituto Geral de Perícias

Meta: Obra civil pronta
Prazo: 24 meses
Produto 4: Licitação para compra de equipamentos
Meta: Obra civil pronta
Prazo: 2 meses
Produto 5: Aparelhamento do IGP
Meta: Recebimento de aparelhos e materiais para trabalho.
Prazo: 1 mês
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$2.350.000,00
Produto 1: -
Produto 2: R\$10.000,00
Produto 3: R\$1.490.000,00
Produto 4: R\$10.000,00
Produto 5: R\$840.000,00

Prioridade 2 - Projeto N°6

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Regionalização da Saúde
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Adequar a regionalização da saúde, considerando os níveis: atenção básica, especialidades e complexidades.
Justificativa: <p>Existe um consenso de que saúde deve ser tratada regionalmente, com atendimento preventivo e curativo, de baixa, média e alta complexidade. A expectativa de vida na região é maior e a mortalidade infantil menor, no entanto, muitos aspectos da saúde devem ser avaliados em termos regionais. No Vale do Taquari temos 18 hospitais, tanto pequenos hospitais hoje considerando classe 1, que fazem os atendimentos básicos, como os de classe 2, inclusive hospitais com atendimento de especialidades para o Estado do RS. Mas, a especialidade com maior demanda é a traumatologia. Temos dois hospitais, nos municípios de Teutônia e Taquari, que atendem média complexidade em traumatologia, realizando cirurgias eletivas custeadas integralmente pelo Sistema Único de Saúde – SUS. No entanto, isso não possibilita o atendimento da alta complexidade e das urgências nesta área. Nestas condições, são aspectos relevantes a discussão estratégica sobre prioridades e diretrizes regionais; a manutenção da tecnologia dos hospitais e unidades de atendimento atualizadas; a utilização, de forma hierarquizada, da resolubilidade regional existente; os investimentos compatíveis conforme o perfil assistencial de cada serviço e de cada instituição; o aperfeiçoamento do processo de gestão na região, tanto no setor privado como no setor público, com vistas a otimizar os serviços e qualificar a assistência médica-hospitalar; a qualificação e formação de mão de obra (atendentes ou técnicos/enfermeiros e afins), com revisão curricular de alguns cursos técnicos; a qualificação da atenção primária em saúdes nas unidades básicas; os investimentos no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU Regional; e, qualificação de atendimento e políticas públicas de saúde voltadas à população idosa.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Qualificação do serviço municipal de saúde para que conheçam sua realidade de demanda, mediante a confecção de controles quantitativos e mensurações decorrentes do uso de ferramentas estatísticas.
Meta: Certificado de Qualificação em Metodologias de Mensuração de Índices de Saúde Municipais.
Prazo: 12 meses.
Produto 2: Readequação do recorte territorial da 16ª Coordenadoria de Saúde, com base no recorte oficial regido pelo Corede Vale do Taquari. Incluindo assim, os municípios de Tabaí e Arvorezinha e excluindo os municípios de Boqueirão do Leão, São José do Herval e São Valentim.
Meta: Coordenadoria com redistribuição
Prazo: 24 meses
Produto 3: Melhoria da comunicação entre os serviços de referência e a atenção básica, bem como nos demais níveis de atenção nos municípios, através de um sistema de comunicação informatizado que ligue todos os pontos da rede de saúde do Vale do Taquari. Assim será possível melhorar a sinergia no atendimento aos pacientes que buscam atendimentos nas entidades que são referências em suas demandas, bem como melhorará a interação entre as entidades de saúde em prol de objetivos em comum.
Meta: Sistema de informação integrado.
Prazo: 36 meses
Produto 4: Revisão da utilização dos hospitais na região para definir quais devem permanecer atendendo como hospitais gerais, ou de retaguarda, ou como unidades de atendimento de nível básico; bem como para definir novos centros de referências ao atendimento de especialidades médicas.
Meta: Melhorar a alocação de recursos de saúde e a utilização de suas estruturas.
Prazo: 36 meses
Produto 5: Ampliar o número de UTIs Adulto nos hospitais da região
Meta: Criar, equipar e manter 40 UTIs Adulto nos hospitais da região
Custo: R\$121.800.000,00
Prazo: 180 meses
Produto 6: Ampliar o número de UTIs Pediátricas dos hospitais da região
Meta: Criar, equipar e manter 40 UTIs Pediátricas nos hospitais da região
Custo: R\$121.800.000,00
Prazo: 180 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$244.140.000,00
Produto 1: R\$240.000,00
Produto 2: R\$0,00
Produto 3: R\$300.000,00
Produto 4: R\$0,00
Produto 5: R\$121.800.000,00
Produto 6: R\$121.800.000,00

Prioridade 3 - Projeto N°4

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Contratação de Efetivo de Segurança Pública
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Complementar o efetivo de segurança pública nos municípios do Vale do Taquari
Justificativa: <p>De acordo com as das reuniões setoriais do planejamento estratégico, principalmente os municípios localizados no interior (Colinas, Pouso Novo, Doutor Ricardo, Ilópolis, Roca Sales, entre outros) os munícipes relataram que a quantidade de efetivo policial contratada atualmente é menor que a necessidade. Em muitos casos apenas 1 policial deve realizar suporte para vários municípios, desta forma o socorro acaba sendo demorado, como consequência aumenta a insegurança da população.</p> <p>A incidência do tráfico de drogas, confirmado pelo aumento em 360% do número de ocorrências por tráfico, também confirma o fato acima.</p> <p>De acordo com a Brigada Militar, em 2016, o efetivo da tropa é de 21.269 policiais militares (PMs). Havendo déficit de mais de 40%, dos 37.050 previstos por lei estadual, a maior diferença desde 1975.</p> <p>O Estado tem se mostrado incapaz de repor o efetivo em proporção equivalente ao número de Policiais que se aposentam ou se afastam de seus cargos, o que prevê uma perspectiva não favorável com relação a segurança.</p> <p>Desta forma, este projeto justifica-se para a manutenção da ordem pública e do combate à criminalidade através de um efetivo de acordo com a necessidade regional, sendo possível o atendimento das demandas municipais.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 4: Aumento do efetivo de segurança pública. Meta: Contratação de 220 profissionais para a região do Vale do Taquari. Custo: R\$990.000,00 (média de R\$4.500,00 por contratado) Prazo: 60 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$990.000,00
Produto 1: R\$990.000,00

Prioridade 4 - Projeto N°10

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliar e consolidar o tempo integral na Educação Básica do Vale do Taquari
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Auxiliar na formação dos jovens cidadãos através da permanência em turno integral na escola.

Justificativa:

Dentre os anos de 2007 e 2013 verifica-se no Vale do Taquari, índices de IDESE Educação entre 0,668 e 0,724 variando assim, 8,32%. Já o Rio Grande do Sul teve índices entre 0,627 e 0,679, com variação de 8,21%. A variação entre a região e o Estado foi de 8,29% e em ambos, a tendência dos anos analisados foi ascendente. Em se tratando de evasão escolar, no Ensino Médio em rede Estadual e particular entre os anos de 2000 a 2013, o Vale do Taquari teve aumento de 50,19%, enquanto que o Estado decresceu em sua taxa o equivalente 44,37%, e no Ensino Fundamental, a taxa de Evasão no Vale do Taquari entre os anos de 2000 a 2013, obteve decréscimo percentual de 42,45%. Já no Estado, o decréscimo foi de 77,36%, no mesmo período analisado.

Analisando estes dados verifica-se que apesar da educação ter uma melhor avaliação do que o estado, a região apresenta uma evasão superior.

Já os índices da taxa de aprovação do Ensino Fundamental em rede Estadual, Municipal e particular entre os anos de 2000 a 2013, o Vale do Taquari registrou um aumento de 12,78%, enquanto que o Estado aumentou em sua taxa 7,64%, e no Ensino Médio, a taxa de Aprovação do Vale do Taquari entre os anos de 2000 a 2013, obteve crescimento percentual de 3,06%. No Estado, no mesmo período, houve aumento de 10,19%.

Avaliando os indicadores e informações da educação, os dados de aprovação, evasão, entre outros, as variações são praticamente as mesmas que as estaduais, no entanto, as notas do IDEB associadas aos dados anteriormente citados, indicam uma condição relativamente adequada da educação na região. O aspecto mais saliente em se tratando da educação é a modernização da própria educação, na formação de professores, na qualificação das estruturas, no processo de ensino e aprendizagem, voltado para as particularidades regionais e que atendam as complexidades sociais atuais.

Para que esta qualificação continue a se desenvolver é necessário que possamos propiciar o tempo integral na educação básica, fortalecendo assim o desenvolvimento pessoal dos jovens e dessa forma, atingir os objetivos propostos para o desenvolvimento regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Implantar o turno integral em 85 escolas do Vale do Taquari (falta implantar em 82)

Meta: escolas com turno integral funcionando.

Prazo: 30 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$331.461,39

Produto 1: R\$331.461,39

Prioridade 5 - Projeto N°8

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Priorizar a atenção primária com foco na promoção à saúde.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliar as atividades para atenção primária com foco na promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida.

Justificativa:

De acordo com a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) deve-se utilizar um conceito ampliado de saúde, visando promover a qualidade de vida, a equidade, e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de vida, ambiente, educação, condições de trabalho, moradia, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais.

A promoção da saúde é uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso país, visando a criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle social na gestão das políticas públicas.

Em se tratando da saúde regional, há um consenso de que saúde deve ser tratada regionalmente, com atendimento preventivo e curativo, de baixa, média e alta complexidade. A expectativa de vida na região é maior e a mortalidade infantil menor, no entanto, muitos aspectos da saúde devem ser avaliados em termos regionais.

Em nossa região temos 18 hospitais, tanto pequenos hospitais hoje considerados classe 1, que fazem os atendimentos básicos, como os de classe 2, inclusive hospitais com atendimento de especialidades para o Estado do RS.

Entretanto, a falta de repasses de recursos do estado e a centralização de encaminhamentos de especialidades para grandes centros de atendimento estão eliminando a viabilidade econômica destas pequenas redes de atendimento.

Também deve ser ampliado o atendimento dos Programas de Saúde da Família, que hoje são melhor estruturados nos municípios com população inferior a 5.000 habitantes. Esses programas são capazes de realizar a atenção primária e promover a saúde de forma preventiva, melhorando os indicadores na área e entregando à população melhor qualidade de vida.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aplicação da Política Nacional de Promoção da Saúde com foco na atenção básica

Meta: Programa implementado

Prazo: 60 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 152.507.587,95

Produto 1: R\$ 152.507.587,95 (R\$1.440,34 por pessoa)

Prioridade 6 - Projeto N°11

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Promover a qualificação profissional e cidadã por meio da educação formal, não formal e profissionalizante, vinculadas aos valores regionais.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Elevar o nível de conhecimento da população vinculado à profissionalização e ao aumento da *expertise* local, alimentando também a presença dos valores regionais entre as relações.

Justificativa:

Verifica-se no Vale do Taquari um saldo migratório positivo considerando o período de 2005 a 2010. Foram 19.330 imigrantes perante 13.089 emigrantes, resultando em um saldo populacional de 6.241 pessoas que vieram principalmente das regiões do Vale do Rio dos Sinos, Fronteira Oeste e Alto da Serra do Botucaraí.

Os dados da Fundação de Economia e Estatística mostram que está população tem baixa escolaridade e vem a região em busca de emprego e prosperidade.

Por outro lado, a região apresente a bons indicadores de educação. Dentre os anos de 2007 e 2013 verifica-se no Vale do Taquari, índices de IDESE Educação entre 0,668 e 0,724 variando assim, 8,32%. Já o Rio Grande do Sul teve índices entre 0,627 e 0,679, com variação de 8,21%. A variação entre a região e o Estado foi de 8,29% e em ambos, a tendência dos anos analisados foi ascendente.

Os índices da taxa de aprovação do Ensino Fundamental em rede Estadual, Municipal e particular entre os anos de 2000 a 2013, o Vale do Taquari registrou um aumento de 12,78%, enquanto que o Estado aumentou em sua taxa 7,64.

Avaliando os indicadores e informações da educação, os dados de aprovação, evasão, entre outros, as variações são praticamente as mesmas que as estaduais; no entanto, as notas do IDEB associadas aos dados anteriormente citados, indicam uma condição relativamente adequada da educação na região.

Neste intuito busca-se qualificar a população através de conhecimentos profissionalizantes somados aos valores locais que agregam o crescimento coletivo e contribuem para o desenvolvimento regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Pesquisa de opinião sobre a demanda de trabalhadores especializados quanto aos conhecimentos técnicos e profissionais necessários, junto às empresas e entidades de classe empresarial, cooperativas de produtores rurais, e sindicato dos trabalhadores rurais dos municípios.

Meta: Realizar pesquisa de opinião sobre o perfil da demanda de trabalhadores especializados quanto aos conhecimentos técnicos e profissionais necessários, nos municípios da região.

Custo: R\$ 50.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 2: Curso de qualificação profissional identificado no diagnóstico;

Meta: Certificado de realização (6 cursos)

Custo: R\$345.000,00 (bianaual)

Prazo: 180 meses

Produto 3: Curso de qualificação técnica identificado no diagnóstico

Meta: Certificado de realização (2 cursos)

Custo: R\$615.000,00 (bianaual)

Prazo: 180 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 6.270.000,00

Produto 1: R\$ 50.000,00

Produto 2: R\$ 2.415.000,00

Produto 3: R\$ 4.315.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Acompanhar e fortalecer a implementação das políticas públicas de inserção/inclusão/redução da pobreza e assistência social voltados a crianças, gênero, etnias, jovens, pessoas com deficiência e idosos.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aumentar a renda das famílias e inclusão social.
Justificativa: <p>Quando enfatizados os programas de transferência de renda, no caso do Programa Bolsa Família, que atende famílias com rendimento médio mensal abaixo de R\$ 85,00, no caso de extrema pobreza e R\$ 170,00 para famílias consideradas na pobreza, o Vale do Taquari, em julho de 2016 registrou 6.143 famílias atendidas. Assim, observando a partir desse dado, se considerarmos o número de domicílios de 112.127 (Censo, 2010), são em torno de 6% dos domicílios que recebem esse benefício, comparando nas mesmas condições com o Estado, esse percentual é um pouco maior de 11%.</p> <p>Avaliando ainda os dados censitários de 2010, a região possuía em torno de 2,6% da população do Vale do Taquari considerada pobre, ou seja, recebendo menos de R\$ 150,00 mensais de renda <i>per capita</i>.</p> <p>Dados da Assistência Social Municipal de Lajeado, maior município do Vale, apresentam que em torno de 30% da população do município vive hoje em condições de vulnerabilidade social.</p> <p>Ainda, o avanço do tráfico de entorpecentes, que é realidade nos pequenos municípios também contribui para o aumento da exposição a condições vulneráveis, resultando no aumento da criminalidade.</p> <p>Com relação ao envelhecimento populacional, o Vale do Taquari apresenta população idosa percentualmente maior que a média do Rio Grande do Sul e em um período de 5 anos (2006 a 2011) viu sua população acima de 80 anos quase dobrar.</p> <p>O acompanhamento destas populações, bem como o assistencialismo necessário para que exista condições humanas de vida para estes cidadãos não devem deixar de ser prestados, a fim de que haja sustentabilidade no desenvolvimento regional.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Promover a implantação e execução de leis e ações que amparem a população alvo do projeto.
Meta: Leis implantadas
Prazo: 12 meses
Produto 2: Programa de qualificação e fortalecimento da economia local
Meta: Cursos implementados
Prazo: 24 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$220.000,00
Produto 1: -
Produto 2: R\$220.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Adequar a estrutura dos órgãos de segurança do Vale do Taquari
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover a adequação de estrutura e o aparelhamento dos órgãos de segurança do Vale do Taquari.
<p>Justificativa:</p> <p>A instalação e readequação de entes policiais especializados se faz necessária para prover maiores e melhores condições de atendimento às demandas regionais de policiamento ao mesmo tempo em que minimizará a sobrecarga de atividades dos entes de policiamento já alocados regionalmente.</p> <p>Analisando dados, verifica-se que o número de ocorrências policiais cadastradas no Vale do Taquari e do estado reduziram ao longo de dez anos (2005 a 2015). O Vale apresentou redução de 2,85% (199 ocorrências a menos) enquanto o estado 10,75% (38.761 ocorrências a menos) do total de ocorrências registradas.</p> <p>Este decréscimo na região é registrado principalmente pela redução em 12,3% do número de furtos, que representaram 585 ocorrências a menos. Crimes de extorsão (-47,37%), roubos (-11,73%) e estelionato (-6,12%) também apresentaram redução.</p> <p>Entretanto, é válido analisar que o número de ocorrências registradas por posse de entorpecentes cresceu 366,26% neste mesmo período. Evoluiu-se de 77 casos em 2005 para 359 em 2015, com pico de 492 casos em 2013. Já o número de registros por tráfico de entorpecentes aumentou em 205,88% (51 casos em 2005 para 156 casos em 2015).</p> <p>Outro dado considerável é o número de furtos (sem a presença do proprietário) de veículos que cresceu 17,3%. Eram 341 casos em 2005 para 400 casos em 2015. Já o número de roubos de veículos (com a presença do proprietário) aumentou em 31,25%, saindo de 96 casos em 2005 para 126 casos em 2015.</p> <p>Entretanto, considera-se a hipótese de que a redução do número de ocorrências esteja relacionada ao fato da população se quer realizar o registro dos crimes cometidos. A partir da banalização dos crimes que ocorrem diariamente na cidade, resultou na redução da credibilidade do trabalho da segurança pública, invertendo a análise anteriormente proposta, concluindo que a violência aumentou pela análise da redução do número de ocorrências.</p> <p>Assim sendo, faz-se necessária uma readequação estrutural dos órgãos de segurança para que o baixo efetivo não afete ainda mais os indicadores de segurança da região.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aparelhamento dos órgãos de segurança pública
Meta: Equipamentos adquiridos
Prazo: 24 meses
Produto 2: Construção e adequação das estruturas de segurança pública
Meta: Obra estrutural concluída
Prazo: 36 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$6.500.000,00
Produto 1: R\$5.000.000,00
Produto 2: R\$1.500.000,00 Valores estimados com base no Plano Plurianual do Estado

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promoção da Educação Permanente para Profissionais da Área da Saúde
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover a educação permanente para profissionais na área de saúde, em parceria entre Universidades e municípios.
<p>Justificativa:</p> <p>A capacitação é uma das estratégias mais usadas para enfrentar os problemas de desenvolvimento dos serviços de saúde. Grande parte do esforço para alcançar a aprendizagem ocorre por meio da capacitação, isto é, de ações intencionais e planejadas que têm como missão fortalecer conhecimentos, habilidades, atitudes e práticas que a dinâmica das organizações não oferece por outros meios, pelo menos em escala suficiente.</p> <p>Desta forma surge a necessidade da educação permanente sendo aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. A educação permanente se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais. A educação permanente pode ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações. Ela é feita a partir dos problemas enfrentados na realidade e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm. Propõe que os processos de educação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do processo de trabalho, e considera que as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações.</p> <p>Assim essa capacitação espera resultados na melhora do desempenho do pessoal em todos os níveis de atenção e funções do respectivo processo de produção, contribuindo para o desenvolvimento de novas competências para os profissionais da saúde, como também servir de substrato para transformações culturais de acordo com as novas tendências, como a geração de práticas desejáveis de gestão, a atenção e as relações com a população, entre outros ganhos intangíveis.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Definição do Programa de qualificação periódica de profissionais de saúde
Meta: Cronograma de qualificações
Prazo: 9 meses
Produto 2: Realização de cursos de qualificação conforme cronograma Produto 1
Meta: Certificados de Participação
Prazo: 24 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$300.000,00
Produto 1: -
Produto 2: R\$300.000,00 (projeção de qualificações em 10 microrregionais)

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implementar práticas integrativas e complementares na rede de saúde regional (PICs)
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implantar a Política de Práticas Integrativas a fim de introduzir novos métodos de prevenção e combate a doenças.
<p>Justificativa:</p> <p>A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, aprovada em 2006, veio atender à demanda da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da população brasileira, assim como à necessidade de normatização e harmonização dessas práticas na rede pública de saúde. Essa política traz diretrizes e ações para inserção de serviços e produtos relacionados à medicina tradicional chinesa/acupuntura, homeopatia e plantas medicinais e fitoterapia, assim como para observatórios de saúde do termalismo social e da medicina antroposófica.</p> <p>Os benefícios no cuidado relativo às Práticas Integrativas alcançam pessoas nos diversos ciclos de vida, na promoção, prevenção e tratamento dos principais agravos, com recursos tecnológicos simplificados, humanização do atendimento e com potencial para lidar com conflitos complexos, por atuar no eixo bio-psico-social.</p> <p>A ampliação destes serviços é uma realidade em todas as regiões do Brasil, uma vez que seus resultados vêm contribuindo para os avanços institucionais e promovendo a defesa da vida.</p> <p>A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares é transversal em suas ações no SUS e possui convergência com várias Políticas Nacionais, tais como: Atenção Básica, Promoção da Saúde, Educação Permanente, Assistência Farmacêutica, Plantas Medicinais e Fitoterápicos, Povos e Comunidades Tradicionais, entre outras, e as ações decorrentes desta interação são imprescindíveis para melhoria da atenção à saúde da população (BRASIL, 2012a).</p> <p>Ao longo dos últimos anos, observou-se que estas práticas complementares no SUS trouxe inúmeros avanços para a saúde no país, contribuindo para a normatização e a institucionalização das experiências na rede pública e como indutora de políticas estaduais e municipais.</p> <p>O avanço do envelhecimento populacional na região, além da característica geográfica de 22 municípios com menos de 5.000 habitantes é um fator que vem ao encontro dos benefícios que estas práticas podem trazer, melhorando a qualidade de vida no Vale do Taquari.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aplicar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
Meta: Política implantada
Prazo: 12 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: -
Produto 1: -
Produto 2: -

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Reinserção Social de apenados e egressos do Sistema Penal
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Investir em programas de reinserção social para privados de liberdade e egressos do sistema penal, a fim de diminuir o índice de reincidência em criminalidade.
<p>Justificativa:</p> <p>Dada a falta de segurança nos presídios, onde os apenados comandam crimes e formam um Estado paralelo na cadeia, ocorre que a instituição se torna “uma escola do crime”, levando à reincidência, a maioria dos que são absolvidos. Assim, é necessário investir maciçamente em programas que proporcionem o reingresso desses apenados à sociedade, através de acesso à educação básica e profissionalizante. Deste modo, terão condições de competir no mercado de trabalho, de se sustentar e prover condições dignas para si e, quando for o caso, para suas famílias.</p> <p>Mesmo durante o período em que o apenado estiver cumprindo pena, quando possível é necessário que o mesmo trabalhe, para que exerça atividades que proporcionem valor à sociedade e permita que ele interaja com ela, de modo a se inserir e se reincluir. Entretanto, esse trabalho precisa ser fiscalizado.</p> <p>Ainda se faz necessário o apoio da iniciativa privada, em parceria com o poder público, no sentido de proporcionar aos apenados, opções de trabalho. Conforme o atual Comandante do Comando Regional de Policiamento do Vale do Taquari, a maior parte dos apenados reincidem em crimes. O Comandante ainda salienta que “O crime é um ciclo vicioso de onde o apenado não consegue sair. Se fala em reinserção social, mas ressocialização, muitas vezes não é o que ocorre, visto que mesmo antes do crime, o apenado nunca foi incluído e sim, marginalizado.</p> <p>Nesse contexto, projetos relacionados ao fomento de cursos profissionalizantes como, por exemplo, de pintor, garçom, marcenaria, cozinha, entre outros que proporcionem aos apenados uma opção de trabalho, podem se constituir como alternativa para trabalhar a inserção dessas pessoas em sociedade e atraí-las para novas formas de convívio e interação.</p> <p>Atualmente existe o PAC, um projeto social executado pela SUSEPE nas casas prisionais. Eles proporcionam trabalho ao apenado, entretanto em Lajeado não é realizado.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Implantação do Protocolo de Ação Conjunta (PAC) nas cidades que sediam os presídios Estaduais do Vale do Taquari
Meta: Implantação do PAC
Prazo: 18 meses
Produto 2: Promoção de cursos profissionalizantes para os apenados dos Presídios estaduais do Vale do Taquari.
Meta: Promoção de cursos profissionalizantes
Prazo: 24 meses
Produto 3: Divulgação do Programa e Formação de parceria entre as empresas do Vale do Taquari para inserção dos apenados no mercado de trabalho
Meta: Aceitação e adesão das empresas do Vale do Taquari ao PAC.

Prazo: 12 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$450.000,00
Produto 1:-
Produto 2: R\$450.000,00
Produto 3:-

Prioridade 12 - Projeto N°15

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover projetos e ações para estimular a criação de espaços culturais e de esporte e lazer.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Criar espaços de cultura, estímulo ao esporte e lazer através de legislação e promoção destas atividades
<p>Justificativa:</p> <p>A partir da Constituição de 1988, o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros. Isso é assegurado também, praticamente, em todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios de nosso país. No entanto, de um lado a política de hierarquização de necessidades, de outro a pouca difusão de pesquisas e de sistematização, a partir de discussões e experiências concretas vivenciadas em políticas públicas inovadoras, diferentes daquelas do evento por si só, e os poucos recursos disponíveis, fazem com que a área ainda careça de ações que abranjam de forma efetiva os Municípios, os Estados e a esfera Federal.</p> <p>O esporte e o lazer vêm ganhando importância enquanto políticas públicas há pouco tempo. Até recentemente, acreditava-se também que gostar de esporte era suficiente para assumir cargos diretivos e desenvolver políticas públicas para a área. Aos poucos, isso foi mudando e passou-se a entender o esporte e o lazer como setores importantes para o desenvolvimento social e a necessidade de investir neste conhecimento.</p> <p>Falar em políticas de esporte, lazer, cultura e educação é, sem sombra de dúvida, falar em desenvolvimento humano. Quando alcançarmos os objetivos mais gerais dessas áreas como a garantia do acesso, a qualidade da universalidade, certamente teremos contribuído significativamente para o desenvolvimento do cidadão brasileiro.</p> <p>No Vale do Taquari, existe uma área grande de possibilidades a serem exploradas tanto para o lazer quanto a criação de espaços culturais e de turismo. Existem 18 municípios que fazem parte de rotas turísticas: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Colinas, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Ilópolis, Lajeado, Muçum, Nova Bréscia, Progresso, Relvado, Sério, Teutônia, Vespasiano Corrêa e Westfália.</p> <p>Além das Rotas e Roteiros, a região também conta com outros atrativos que igualmente são locais reconhecidos por suas belezas naturais e pela hospitalidade de seus habitantes (AMTURVALES, 2016).</p> <p>Estes ambientes devem ser utilizados de melhor forma para se potencializar os ganhos do lazer e de práticas culturais somando a melhoria da qualidade de vida da população.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Desenvolvimento de espaços culturais e otimização do uso dos espaços existentes
Meta: Grupo de trabalho formado
Prazo: 6 meses
Produto 2: Implantação de políticas de estímulo ao esporte, cultura e lazer.
Meta: Legislação implantada
Prazo: 21 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: -
Produto 1:-
Produto 2:-

Prioridade 13 - Projeto N°13

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliar pontos de atenção na rede para enfrentamento do uso abusivo de álcool e outras drogas para dependentes químicos.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Reduzir o número de dependentes químicos através de assistência e devido tratamento.
Justificativa: <p>Em análise as ocorrências policiais é nítido o problema regional com a posse e tráfico de entorpecentes. A região é central em termos de logística e facilidade de acesso para aquisição de drogas ilícitas e os relatos dos setores da segurança pública confirmam que as maiores ocorrências têm tido relação direta ou indireta com drogas.</p> <p>Analisando os dados relativos ao número de ocorrências policiais registradas por posse de entorpecentes, verifica-se crescimento de 366,26% ao longo de dez anos (2005 a 2015). Evoluiu-se de 77 casos em 2005 para 359 em 2015, com pico de 492 casos em 2013. Já o número de registros por tráfico de entorpecentes aumentou em 205,88% (51 casos em 2005 para 156 casos em 2015).</p> <p>Assim sendo, torna-se evidente a necessidade de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária associada à rede de serviços sociais e de saúde, que tenha ênfase na reabilitação e reinserção social dos seus usuários, sempre considerando que a oferta de cuidados a pessoas que apresentem problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas deve ser baseada em dispositivos extra-hospitalares de atenção psicossocial especializada, devidamente articulados à rede assistencial em saúde mental e ao restante da rede de saúde.</p> <p>Tais dispositivos devem fazer uso deliberado e eficaz dos conceitos de território e rede, bem como da lógica ampliada de redução de danos, realizando uma procura ativa e sistemática das necessidades a serem atendidas, de forma integrada ao meio cultural e à comunidade em que estão inseridos.</p>

O uso de álcool e outras drogas é um grave problema de saúde pública e se reconhece a necessidade de superar o atraso histórico no combate a estas doenças buscando subsidiar a construção coletiva de seu enfrentamento.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Ampliar a ação do Fórum de Combate ao Uso de Drogas de Lajeado para a região do Vale do Taquari

Meta: Grupo de Trabalho regional formado

Custo: R\$ 0,00

Prazo: 6 meses

Produto 2: Estruturar Centros de Enfrentamento de Uso de Álcool e Drogas, com estrutura para internações.

Meta: Centros estruturados e em funcionamento

Custo: R\$ 850.000,00 para cada uma das 3 unidades, divididas microrregionalmente (R\$ 500.000,00 para a estruturação do local + R\$ 120.000,00 para aquisição de mobiliário + R\$ 180.000,00 para a aquisição de equipamentos ambulatoriais, de segurança e didáticos + R\$ 50.000,00 para a aquisição e instalação de equipamentos e sistema informatizado e rede de internet)

Prazo: 48 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.550.000,00

Produto 1: -

Produto 2: R\$ 2.550.000,00

Prioridade 14 - Projeto N°14

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Ampliar estruturas e consolidar espaços e gestão de acolhimento à vítimas de violência;

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Incentivar a denúncia e o devido acolhimento às vítimas de violência no Vale do Taquari.

Justificativa:

Diante dados da Delegacia da Mulher é incidente o número de casos de agressão e violência no Vale do Taquari, principalmente contra a mulher, adolescentes e crianças. Também é fato de que quase em sua totalidade a incidência desta violência está concentrada em regiões de maior vulnerabilidade social.

Ainda se não bastasse, a vítima é acometida de outra violência quando realiza uma denúncia, a violência do preconceito. Estima-se que apenas 20% dos casos são efetivamente denunciados, o que mostra a enorme necessidade de haver estruturas adequadas para o acolhimento destas vítimas, onde parte das agressões não são denunciadas em função de vergonha e da exposição gerada pelo fato.

Também é de suma importância o atendimento de uma equipe multidisciplinar formada por médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais para que o amparo à vítima seja capaz de minimizar os possíveis traumas gerados pelo ato.

Hoje, a estrutura disponível em Lajeado não é convidativa, a vítima muitas vezes acaba compartilhando locais dentro da delegacia com o próprio agressor.

É inaceitável essas condições quando se trabalha pelos direitos dos cidadãos e principalmente pela proteção de pessoas vulneráveis e expostas a ambientes inseguros. A região necessita melhorar seus espaços e estrutura para atender as vítimas da violência.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Construir Delegacia de Amparo às Vítimas de Violência

Meta: Delegacia construída

Prazo: 36 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$850.000,00

Produto 1: R\$850.000,00

Prioridade 15 - Projeto N°3

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Instalação de Delegacia de Polícia Especializada – DEFREC

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Instalar uma Delegacia de Polícia especializada em furtos, roubos e tráfico de entorpecentes (DEFREC) no Vale do Taquari a fim de reduzir o grande crescimento de ocorrências policiais nestas áreas nos últimos 10 anos.

Justificativa:

A instalação e a readequação de entes policiais especializados faz-se necessária para prover maiores e melhores condições de atendimento às demandas regionais de policiamento, ao mesmo tempo em que minimizará a sobrecarga de atividades dos entes de policiamento já alocados regionalmente.

Analisando dados, verifica-se que o número de ocorrências policiais cadastradas no Vale do Taquari e do estado reduziram ao longo de dez anos (2005 a 2015). O Vale apresentou redução de 2,85% (199 ocorrências a menos) enquanto o estado 10,75% (38.761 ocorrências a menos) do total de ocorrências registradas.

Este decréscimo na região é registrado principalmente pela redução em 12,3% do número de furtos, que representaram 585 ocorrências a menos. Crimes de extorsão (-47,37%), roubos (-11,73%) e estelionato (-6,12%) também apresentaram redução.

Entretanto é válido analisar que o número de ocorrências registradas por posse de entorpecentes cresceu 366,26% neste mesmo período. Evoluiu-se de 77 casos em 2005 para 359 em 2015, com pico de 492 casos em 2013. Já o número de registros por tráfico de entorpecentes aumentou em 205,88% (51 casos em 2005 para 156 casos em 2015).

Outro dado considerável é o número de furtos (sem a presença do proprietário) de veículos que cresceu 17,3%. Eram 341 casos em 2005 para 400 casos em 2015. Já o número de roubos de veículos (com a presença do proprietário) aumentou em 31,25%, saindo de 96 casos em 2005 para 126 casos em 2015.

Entretanto, considera-se a hipótese de que a redução do número de ocorrências esteja relacionada ao fato da população se quer realizar o registro dos crimes cometidos. Através da banalização dos crimes que ocorrem diariamente na cidade, resultou a redução da credibilidade do trabalho da segurança pública, invertendo a análise anteriormente proposta, concluindo que a violência aumentou pela análise da redução do número de ocorrências.

Assim sendo, faz-se necessária uma estrutura de segurança especializada em furtos, roubos e tráfico de entorpecentes, sendo que esta é a incidência de crimes com maior crescimento na região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estabelecimento de uma DEFREC na região

Meta: delegacia implantada

Prazo: 18 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$250.000,00

Produto 1: R\$250.000,00

ESTRATÉGIA 2 - Consolidar o Vale do Taquari como referência em produção de alimentos, agregando valor e obtendo a maior parte de integração nas operações produtivas oriundas do agronegócio

Prioridade 1 - Projeto N°28

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fomentar programas de sucessão familiar no meio rural.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Reduzir o êxodo rural na região, através da sucessão familiar das propriedades.

Justificativa:

O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Para tanto, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas.

Movimentos dos sindicatos, do NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, do CODETER – Colegiado do Território Rural do Vale do Taquari, das entidades regionais, são destacados na ação em prol do desenvolvimento da agricultura familiar. Além destes, fazem dois anos que a região possui um APL de Agroindústrias que tem o apoio e articulação regional, inclusive com recursos da consulta popular.

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2010), dentre os 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, 21 deles possuem características essencialmente rurais, com uma taxa de urbanização inferior a 50%.

O Vale do Taquari se urbanizou posteriormente à média estadual; no entanto, na última década a variação da população urbana e rural foi praticamente igual a estadual. Saliente ainda a discussão do êxodo rural e da sucessão familiar, debatido entre as diversas entidades regionais. Em entrevistas com representantes das entidades locais dos municípios predominantemente rurais, foi unânime a preocupação com os jovens que migram de suas cidades natais para outras mais urbanizadas, bem como da questão da sucessão familiar que nesses casos, acaba não ocorrendo pela falta de quem prossiga com o agronegócio criado em família.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aprovação de curso técnico em agropecuária em escolas públicas estaduais e municipais dos 21 municípios do Vale do Taquari com taxa de urbanização inferior a 50% pelo Ministério da Educação.

Meta: Aprovação de curso técnico em Agropecuária em, no mínimo, 1 escola pública ou municipal das cidades citadas no produto 1 pelo Ministério da Educação.

Custo: 0,00

Prazo: 12 meses

Produto 2: Contratar professores para suprir o quadro de disciplinas específicas dos cursos técnicos em agropecuária nas escolas em que a aprovação do curso for viabilizada.

Valor do Investimento: R\$ 11.995.200,00 (800 horas X 3 turmas de Ensino médio X R\$ 17,00 por hora média de professor licenciado X 21 escolas X 168 meses)

Meta: Contratar professores para suprir o quadro de disciplinas específicas dos cursos técnicos em agropecuária.

Custo: R\$ 11.995.200,00

Prazo: 36 meses

Produto 3: Tornar a educação, participativa nas escolas rurais, através de reuniões periódicas com os pais dos alunos dos cursos técnicos em agropecuária.

Meta: Realização de reuniões periódicas entre pais de alunos dos cursos técnicos em agropecuária, organizadas por Conselhos de Pais e Mestres (CPM's).

Custo: R\$ 0,00

Prazo: 36 meses

Produto 4: Identificação de soluções e alternativas, mediante reuniões de CPM e dinâmicas escolares, para o êxodo rural nas localidades e para a melhoria contínua da qualidade de vida no meio rural.

Meta: Realização de reuniões periódicas entre pais de alunos dos cursos técnicos em agropecuária, organizadas por Conselhos de Pais e Mestres (CPM's) e projetos escolares com foco em sucessão familiar e êxodo rural.

Custo: R\$ 0,00

Prazo: 48 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 11.995.200,00

Produto 1: 0,00

Produto 2: R\$ 11.995.200,00

Produto 3: 0,00

Produto 4: 0,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criar um programa regional de qualificação na gestão da propriedade
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Qualificar os produtores rurais para o uso e a prática de ferramentas de gestão nas propriedades rurais.
<p>Justificativa:</p> <p>O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Para tanto, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas.</p> <p>Movimentos dos sindicatos, do NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, do CODETER – Colegiado do Território Rural do Vale do Taquari, das entidades regionais, são destacados na ação em prol do desenvolvimento da agricultura familiar. Além destes, faz dois anos que a região possui um APL de Agroindústrias que tem o apoio e articulação regional, inclusive com recursos da consulta popular.</p> <p>Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2010), dentre os 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, 21 deles possuem características essencialmente rurais, com uma taxa de urbanização inferior a 50%.</p> <p>O Vale do Taquari se urbanizou posteriormente a média estadual, no entanto, na última década a variação da população urbana e rural foi praticamente igual a estadual. Saliente ainda a discussão do êxodo rural e da sucessão familiar, debatido entre as diversas entidades regionais. Em entrevistas com representantes das entidades locais dos municípios predominantemente rurais, foi unânime a preocupação com os jovens que migram de suas cidades natais para outras mais urbanizadas, bem como da questão da sucessão familiar que nesses casos, acaba não ocorrendo pela falta de quem prossiga com o agronegócio criado em família.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Gestão dos programas de qualificação gerencial da propriedade rural.
Meta: Grupo de trabalho formado (Emater, Sebrae, Nedet, Codeter, Cooperativas)
Custo: R\$ 0,00
Prazo: 6 meses
Produto 2: Plano de otimização da implantação dos programas por área geográfica
Meta: Divisão geográfica da implantação dos programas
Custo: R\$ 0,00
Prazo: 3 meses
Produto 3: <i>Dashboard</i> de indicadores para medir desempenho dos programas
Meta: Indicadores em uso
Custo: R\$ 0,00
Prazo: 3 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 0,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fomentar a implantação do programa de uso, manejo e conservação do solo e da água
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implementar práticas comunitárias para a conservação do solo e da água nos municípios do Vale do Taquari
Justificativa: <p>De acordo com o plano da bacia Taquari-Antas considera-se de grande importância para o desenvolvimento a fauna, flora (inclusive campos e florestas nativas), diversidade biológica, patrimônio biótico, mata ciliar, preservação de nascentes, fontes de água e demais recursos que constituem a riqueza natural da bacia.</p> <p>A abundante disponibilidade hídrica também é um fator positivo. A disponibilidade é quantitativa (as vazões médias são maiores que a demanda) e qualitativa (preservação da água). Além dos recursos hídricos superficiais, as águas subterrâneas da bacia também têm destaque, principalmente em função do seu papel para o abastecimento humano.</p> <p>Entretanto, diante tantos aspectos positivos, a degradação desse meio é preocupante. A crescente poluição, que tem como fonte a carga orgânica de origem doméstica, que por sua vez é resultado de um saneamento básico incipiente, grande despejo de esgoto in-natura e falta de tratamento de esgotos, somada a poluição do meio rural, com contaminação por agrotóxicos e alta carga orgânica decorrente das atividades de criação animal nos remete a uma realidade preocupante. Percentualmente, a região possui apenas 11% do esgotamento tratado mediante central de tratamento, 58% mediante fossa séptica e o restante deságua em no solo e em rios.</p> <p>A poluição industrial de mesmo modo, mensurada pelo índice de potencial poluidor, é em média maior na região do que no Estado. Isso tudo resultou numa Classe de Água 4. O Vale do Taquari concentra hoje 35% das doenças relacionadas ao consumo de água no estado.</p> <p>A falta de recursos financeiros para tratar dejetos e a escassez de investimentos em esgotamento domiciliar, industrial e no meio rural é uma fraqueza que explica essa situação. A destruição ou degradação de mata ciliar, ocupação de APP e outras áreas frágeis, degradação de APP, má conservação de nascentes e mata ciliar são outros tipos de fraquezas apontadas que contribuem para a destruição da bacia.</p> <p>A baixa articulação entre políticas ambientais tanto internamente nos municípios como entre municípios vizinhos e a falta de Planos mais amplos colaboram para a degradação dos rios e do meio ambiente.</p> <p>O fomento para uma rápida implantação do programa de uso, manejo e conservação do solo e da água é prioridade para a manutenção de um desenvolvimento sustentável regional.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Implantação do Programa Estadual do Solo e da Água
Meta: Programa em execução nos 36 municípios
Custo: R\$ 720.000,00 (R\$ 5000,00 com material didático por município da região, anualmente em 4 edições)
Prazo: 48 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 720.000,00
Produto 1: R\$ 720.000,00

Prioridade 4 - Projeto N°24

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Consolidar o APL das Agroindústrias do Vale do Taquari.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar os APLs de forma autônoma e sustentável; - Criar, fortalecer e ampliar os programas de fomento à produção primária de alimentos; - Criar, fortalecer e ampliar os programas de fomento à agregação de valor aos alimentos minimamente processados e industrializados; - Criar, fortalecer e ampliar os programas de fomento a comercialização de produtos produzidos pela agricultura familiar, através de melhorias nas estruturas armazenagem, logísticas e pontos de vendas; - Criar, fortalecer e ampliar os repasses de recursos para incentivo aos APLs;
<p>Justificativa:</p> <p>O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Para tanto, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas. Movimentos dos sindicatos, das entidades regionais e do CODETER – Colegiado do Território Rural do Vale do Taquari, criado em 2011, são destacados na ação em prol do desenvolvimento da agricultura familiar. Além deste, fazem dois anos que a região possui um APL de Agroindústrias que tem o apoio e articulação regional, inclusive com recursos da consulta popular.</p> <p>O Arranjo Produtivo Local (APL) – Agroindústrias Familiares do Vale do Taquari é o conjunto de agroindústrias, produtores e instituições que, em um mesmo território, mantêm vínculos de cooperação, com produtos semelhantes, e informações sobre os mesmos mercados. Para promover a organização dos Arranjos Produtivos Locais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul dispõe do Projeto de Fortalecimento dos APLs, coordenado pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) e a Entidade Gestora a Fundação do Alto Taquari de Educação Rural e Cooperativismo (FATERCO).</p> <p>Na região, o APL da região atua desde 2013 e compreende 13 municípios (Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Muçum, Nova Bréscia, Putinga, Relvado, Roca Sales, Vespasiano Corrêa). Suas 64 agroindústrias e 30 instituições do poder público, da sociedade civil e de pesquisa, atuam conjuntamente objetivando promover o desenvolvimento regional através da coordenação de ações e apoio à execução de projetos de soluções coletivas.</p>

Por meio dessa política pública, o APL – Agroindústrias Familiares do Vale do Taquari fomenta o desenvolvimento local e sustentável dos territórios e seus setores econômicos, sintonizando com a Política Industrial e a Política de Desenvolvimento do Estado e do País. A região do Vale do Taquari tem sua base econômica e social alicerçada na produção rural familiar e agroindustrialização de alimentos, sendo que 82% da sua atividade produtiva gira em torno do agronegócio (APL Vale do Taquari, 2017).

Dentre os benefícios proporcionados pelo APL, destacam-se o acesso a financiamento, ao Fundo de Fortalecimento dos APLs (FUNDO APL) para investimentos em projetos cooperados, acesso a projetos e programas de instituições apoiadoras do APL nas áreas de promoção comercial, financiamento, capacitação, pesquisa, tecnologia e inovação, capacitação das empresas por meio do projeto Extensão Produtiva e Inovação e acesso a serviços produtivos, apoio para elaboração do plano de desenvolvimento, acesso ao Projeto Simbiose Industrial, maior incentivo no FUNDOPEM/Integrar, apoio à participação em feiras, disponibilização de recursos financeiros para legalização e estruturação das agroindústrias e capacitação para produtores.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Diagnóstico sobre a procedência dos alimentos consumidos pela população do Vale do Rio Pardo e Taquari

Meta: Levantar dados sobre o mercado de alimentos consumidos no VRP e Taquari para tornar a atividade mais atrativas aos agricultores familiares.

Custo: R\$ 400.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 2: Produção primária de alimentos

Meta: Produzir todos os alimentos com viabilidade técnica de produção na região para atender 100% da demanda dos Vales do Rio Pardo e Taquari

Custo: R\$ 11.000.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 3: Industrialização de alimentos/formalização dos empreendimentos

Meta: Ampliar em 50% o número de empreendimentos de processamento mínimo e de industrializados com formalização/legalização de 90% de todos eles.

Custo: R\$ 7.000.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 4: Comercialização de alimentos/estruturas de armazenagem

Meta: Ampliar e melhorar as estruturas de armazenagem para atender 100% da demanda regional de alimentos dos Vales do Rio Pardo e Taquari nos mercados institucional e de consumidores em geral.

Custo: R\$ 10.000.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 5: Criação de Leis Municipais que prevejam parte do percentual de impostos arrecadados por meio da agricultura familiar, ao sustento do APL.

Meta: Criação de Leis Municipais nos 21 municípios do Vale do Taquari com taxa de urbanização inferior a 50% que destinem parte do percentual de impostos arrecadados através da agricultura familiar, ao sustento do APL.

Custo: 0,00
Prazo: 48 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 28.400.000,00
Produto 1: R\$ 400.000,00
Produto 2: R\$ 11.000.000,00
Produto 3: R\$ 7.000.000,00
Produto 4: R\$ 10.000.000,00
Produto 5: R\$ 00,00

Prioridade 5 - Projeto N°27

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Incentivar a produção orgânica através de qualificações relacionadas a sua viabilidade econômica e práticas operacionais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Agregar ainda mais qualidade aos alimentos produzidos no Vale do Taquari.
<p>Justificativa:</p> <p>A região estimula a produção de alimentos e indica que deve diversificar cadeias produtivas, mas, mais que isso, consolidar e agregar valor às já existentes.</p> <p>Conforme o Ministério da Agricultura, na agricultura orgânica não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos, ou quaisquer substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Ainda é ressaltado que, para ser considerado orgânico, o produto tem que ser produzido em um ambiente onde se utiliza como base do processo produtivo, os princípios agroecológicos que contemplam o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais.</p> <p>Dentre os conceitos fundamentais na produção orgânica, estão a relação de confiança entre produtor e consumidor e o controle de qualidade (Ministério da Agricultura).</p> <p>A Política Nacional da Agricultura Orgânica, nº 10.831/2003, inclui a produção, armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização e fiscalização dos produtos. Atualmente, há 15 mil produtores atuando com agricultura orgânica numa área estimada de 800 mil hectares no Brasil</p> <p>Visando, além da importância da agricultura orgânica, outros aspectos e ações ambientais são necessárias, tais como a utilização adequada de máquinas e implementos agrícolas para não danificar a estrutura e a vida do solo. A exemplo disso, há a possibilidade de integrar a agricultura com a criação animal na propriedade visto que o esterco poderá ser transformado em composto, muito importante para a agricultura orgânica. Os animais devem preferencialmente receber ração produzida nas propriedades rurais, ter instalações adequadas e pastear livremente. Outro aspecto a ser citado seria a valorização da orgânica visa também o bem-estar do agricultor, a preservação da sociedade rural e costumes e a auto-suficiência do pequeno agricultor.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Oferecer curso de qualificação em agricultura orgânica e práticas agroecológicas.
Meta: Certificação de 1 membro por família das agroindústrias produtoras de alimentos orgânicos nas 21 cidades do Vale do Taquari com menos de 50% de taxa de urbanização em agricultura orgânica e práticas agroecológicas quanto à sua viabilidade econômica e operacional.
Custo: R\$ 105.000,00 quinquenalmente (R\$ 5000,00 por município em 3 edições)
Prazo: 36 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 315.000,00

Prioridade 6 - Projeto N°29

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover a aproximação das integradoras com produtores.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover a interação entre empresas integradoras e produtores integrados, a fim de prover melhorias para ambas as partes.
Justificativa: <p>A integração é uma relação contratual pela qual o produtor rural se responsabiliza por parte do processo produtivo, como a produção de frutas ou criação de frango e suínos, repassando essa produção à agroindústria, como matéria-prima a ser processada e transformada no produto final</p> <p>Gustavo Lima/Câmara dos Deputados</p> <p>Conforme a lei da Integração N° 6459/13, que trata dos contratos de integração e estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, ao produtor interessado em aderir ao sistema de integração será apresentado pelo integrador o Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC), contendo informações como a descrição do sistema de produção, os requisitos sanitários e ambientais, os riscos econômicos, a estimativa de investimentos e a obrigatoriedade ou não de o produtor adquirir exclusivamente do integrador bens, serviços ou insumos.</p> <p>Para saber lidar com as novas técnicas implementadas a partir da ação das empresas integradoras, e com os direitos, deveres e obrigações de ambas as partes nos contratos de integração, às linhas de financiamento e empréstimos bancários, aos processos de produção, possibilidades de ampliação e normas de sistemas de qualidade, há de se prover qualificação aos produtores agropecuários, rompendo assim, com as desigualdades de conhecimento existentes entre eles e os órgãos financiadores e empresas integradoras.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Capacitação para secretários e conselheiros municipais de agricultura acerca da integração do agropecuarista, bem como os direitos e deveres de ambas as partes.
Meta: Certificados de capacitação para secretários e conselheiros municipais de agricultura dos 21 municípios da região com taxa de urbanização inferior a 50%.
Custo: R\$ 20.000,00 com frequência de uma (01) edição a cada 10 anos.

Prazo: 120 meses
Produto 2: Capacitar os agropecuaristas integrados, sobre a Lei 6459/13, que trata dos contratos de integração e estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores.
Meta: Certificação de um (01) membro por família das agroindústrias produtoras de alimentos orgânicos nas 21 cidades do Vale do Taquari com menos de 50% de taxa de urbanização em agricultura orgânica e práticas agroecológicas quanto à sua viabilidade econômica e operacional.
Custo: R\$ 210.000,00 com frequência de 1 edição a cada 10 anos.
Prazo: 36 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 460.000,00
Produto 1: R\$ 40.000,00
Produto 2: R\$ 420.000,00

Prioridade 7 - Projeto N°17

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover a maximização (otimização de custos, produtividade) de resultados das propriedades rurais do Vale do Taquari
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Maximizar os resultados financeiros e a produtividade da agricultura familiar através do Programa de gestão sustentável da agricultura familiar (RS- SDR)
Justificativa: <p>O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Para tanto, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas.</p> <p>Movimentos dos sindicatos, do NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, do CODETER – Colegiado do Território Rural do Vale do Taquari, das entidades regionais, são destacados na ação em prol do desenvolvimento da agricultura familiar. Além desses, faz dois anos que a região possui um APL de Agroindústrias que tem o apoio e articulação regional, inclusive com recursos da consulta popular.</p> <p>Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2010), dentre os 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, 21 deles possuem características essencialmente rurais, com uma taxa de urbanização inferior a 50%.</p> <p>O Vale do Taquari se urbanizou posteriormente à média estadual, no entanto, na última década a variação da população urbana e rural foi praticamente igual a estadual. Saliente ainda a discussão do êxodo rural e da sucessão familiar, debatido entre as diversas entidades regionais. Em entrevistas com representantes das entidades locais dos municípios predominantemente rurais, foi unânime a preocupação com os jovens que migram de suas cidades natais para outras mais urbanizadas, bem como da questão da sucessão familiar que nesses casos, acaba não ocorrendo pela falta de quem prossiga com o agronegócio criado em família.</p>

Em meio a essas questões acerca da agricultura familiar, em várias entrevistas realizadas com os representantes dos municípios durante o processo de atualização do plano estratégico regional, surgiu a premissa de que, pela maximização dos resultados nas atividades agropecuárias, o jovem poderia obter maior lucratividade e utilizar práticas que melhorassem a produtividade. Sobre esse tema, a Emater tem auxiliado na execução do Programa de gestão sustentável da agricultura familiar (RS- SDR), juntamente com a FETAG e o apoio das Prefeituras.

O Programa Gestão Sustentável da Agricultura Familiar, é concebido mediante Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) e com execução por meio de sua conveniada, a Emater/RS, visa ao desenvolvimento sustentável por meio da incorporação da gestão integral da propriedade rural, incentivando o protagonismo da juventude, promovendo a autonomia das mulheres rurais e a geração de renda, tendo como ferramentas de apoio os programas e políticas públicas do Estado.

O objetivo do Programa, é promover a gestão e a adequação socioeconômica e ambiental das propriedades rurais familiares. A intenção é trabalhar de forma sistêmica, realizando o acompanhamento das atividades e promovendo a implantação de um sistema de gestão de forma a gerar instrumentos e conhecimento para diagnosticar, projetar, monitorar e avaliar sistemas de produção, com a abrangência de todas as atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiar.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Qualificação microrregional sobre o programa de gestão sustentável da agricultura familiar (RS- SDR)

Meta: Qualificar representantes regionais e municipais no programa de gestão sustentável da agricultura familiar (RS- SDR)

Custo: R\$ 40.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 2: Implantar o programa de gestão sustentável da agricultura familiar (RS- SDR)

Meta: Implantar o programa de gestão sustentável da agricultura familiar (RS- SDR) 36 municípios do Vale do Taquari

Custo: 0,00

Prazo: 48 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 40.000,00

Produto 1: R\$ 40.000,00

Produto 2: R\$ 0,00

Prioridade 8 - Projeto N°22

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação de certificados/selo de origem dos produtos do Vale do Taquari
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Criação e Implantação de um Selo Regional para as agroindústrias e/ou produtos <i>in natura</i> .
Justificativa: <p>A necessidade de políticas uniformes de incentivo estimula os produtores a investirem em seus negócios. A criação de um selo regional de qualidade relacionada à origem, possibilita a solidificação de procedência dos produtos do Vale do Taquari</p> <p>O certificado garante a qualidade dos produtos e dá ao consumidor a credibilidade que precisa para poder consumir. O programa possibilita aos agricultores familiares a agregação de valor na comercialização dos produtos, garantindo renda e melhorando as condições de vida das famílias, além de contribuir para o desenvolvimento econômico em nível municipal, regional e estadual. Quando os consumidores locais e visitantes passam a identificar os produtos de agroindústrias familiares produzidos na região por meio de um selo de qualidade, passam a aliar a procedência local a padrões de produção superiores.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de comissão para criação e implantação do selo de origem “PRODUZIDO NO VALE DO TAQUARI”
Meta: Criar comissão de organização para a implantação do selo de origem na região do Vale do Taquari.
Custo: R\$ 0,00
Prazo: 12 meses
Produto 2: Implantar o selo de origem “PRODUZIDO NO VALE DO TAQUARI”, mediante programa de certificação participativa.
Meta: Implantar o selo de origem “PRODUZIDO NO VALE DO TAQUARI”
Custo: R\$ 30.000,00 (Registro de marca e renovações)
Prazo: 24 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000,00
Produto 1: R\$ 0,00
Produto 2: R\$ 30.000,00

Prioridade 9 - Projeto N°16

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Viabilizar a implantação do sistema de atenção à sanidade agropecuária (SIM, SUASA/SISBI, SUSAF), regionalmente ou microrregionalmente
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Padronizar os procedimentos de inspeção dos produtos de origem animal.

Justificativa:

Conforme a Secretaria de Agricultura, Pecuária e agronegócio, o SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte), regulamentado pelo Decreto Estadual nº 49340 de 05 de julho de 2012, permite aos estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeção Municipais e que estejam engajados neste Sistema, o comércio em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, o que só caberia àqueles registrados na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA). Esse é um benefício que advém da padronização dos procedimentos de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal em todos os municípios do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, o SISBI faz parte do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar.

Segundo a Emater de Lajeado, as dificuldades de implantação dos sistemas de sanidade agropecuária são burocráticas e a dificuldade de obter conhecimentos sobre a aplicação e pela falta de diretrizes e um modelo de como precisa ser a legislação municipal torna o processo ainda mais complicado. Citou-se ainda que, é preciso primeiramente estar de acordo com as normas do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), para depois chegar ao SUSAF. Dessa forma é imprescindível que os municípios, que ainda não possuem os sistemas referidos implantados, se unam em prol da obtenção de informações e facilidades que possam facilitar a implantação.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Formação de um grupo de trabalho para atendimento e troca de informações que auxiliem na implantação dos sistemas, bem como para ideias que beneficiem a consolidação dos mesmos.

Meta: Obter todas as informações necessárias para a implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI e do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF.

Custo: R\$ 0,00

Prazo: 12 meses

Produto 2: Realizar um seminário sobre o funcionamento e implantação de sistemas de atenção à sanidade agropecuária.

Meta: Certificar, no mínimo, um conselheiro ou secretário de agricultura em qualificação em funcionamento e implantação de sistemas de atenção à sanidade agropecuária, dentre os 21 municípios do Vale do Taquari com taxa de urbanização inferior a 50%.

Custo: R\$ 20.000,00 – preço para 1 de 4 edições anuais.

Prazo: 12 meses

Produto 3: Implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI e do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF

Meta: Implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI e do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF nos 21 municípios do Vale do Taquari com taxa de urbanização inferior a 50%.

Custo: R\$ 0,00

Prazo: 48 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: 80.000,00
Produto 1: R\$ 0,00
Produto 2: R\$ 80.000,00
Produto 3: R\$ 0,00

Prioridade 10- Projeto N°25

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantar centro(s) de comercialização e abastecimento de produtos agropecuários.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Proporcionas ao produtores, comerciantes e consumidores, alternativas de compra de alimentos com qualidade diferenciada e procedência confiável.
<p>Justificativa:</p> <p>Atualmente, a região do Vale do Taquari tem sua base econômica e social alicerçada na produção rural familiar e agro industrialização de alimentos, sendo que 82% da sua atividade produtiva gira em torno do agronegócio (APL Vale do Taquari, 2017). Assim, é de fundamental importância para a prosperidade da cadeia produtiva de alimentos da região, que a qualidade do que é produzido, e a conservação dos alimentos, principalmente <i>in natura</i>, sejam sempre prioridades. Ainda, por questões logísticas, os alimentos consumidos <i>in natura</i>, precisam ser comercializados em um curto espaço de tempo, enquanto ainda mantém sabor e qualidade.</p> <p>Por outro lado, a região tem armazenado parte da sua produção, junto ao centro de abastecimento da Capital do Estado, há mais de 100 Km do Vale. Com isso, o comércio de alimentos acaba sendo prejudicado, em função do tempo que o alimento demora para chegar ao consumidor, seja ele um atacado, supermercado.</p> <p>Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (2010) os Centros de abastecimento – CEASA, são espaços econômicos e sociais diversificados que reúnem vendedores e compradores, produtores e comerciantes, consumidores e prestadores de serviços, agentes públicos e informais em uma intensa relação comercial e social, realizada em curto espaço de tempo.</p> <p>Assim, os CEASAs proporcionam aos produtores e comerciantes uma maior aproximação com o mercado, a melhoria na qualidade de seus produtos e facilidades em operações bancárias, redução de custos de comercialização maximização nos lucros e acesso a novas tecnologias e tendências de mercado. Em contrapartida, o consumidor atacadista, acaba reduzindo seu tempo de espera na distribuição do produto, obtém produtos com qualidade superior e uma maior regularidade na oferta e preço. E ainda, há o papel do governo, sendo facilitado em função dos CEASAs, pois há através desses centros, uma maior facilidade para incrementar e difundir políticas, há redução das de economias de aglomeração, facilidade para controle e fiscalização efetiva do abastecimento alimentar.</p>

Ceasa em qualquer lugar tem a função de facilitar a cadeia de abastecimento, encurtando o caminho entre o produtor e o consumidor final. Isso reduz o preço final para o consumidor, aumenta o resultado do produtor e possibilita melhor qualidade aos produtos. A principal importância é aproximar a lavoura e o campo dos grandes centros oferecendo os produtos horti-fruti a baixo custo. Dentre seus objetivos também está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Elaboração dos projetos executivos das obras de construção

Meta: Projeto executivo das obras de construção

Custo: R\$ 250.000,00 (para cada uma de 3 obras)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Obtenção de terrenos concedidos pelas prefeituras das cidades que irão sediar os CEASAs

Meta: Obtenção dos terrenos para a instalação dos CEASAs

Custo: R\$ 0,00

Prazo: 12 meses

Produto 3: Licenças necessárias à viabilização da obra e início das atividades.

Meta: Obtenção das licenças necessárias para viabilizar a execução das obras

Custo: R\$ 0,00

Prazo: 12 meses

Produto 4: Execução das obras de construção dos CEASAs.

Meta: Construção e aparelhamento de 3 CEASAs no Vale do Taquari

Custo: R\$ 1.000.000,00 (R\$ 500.000,00 para construção, R\$ 100.00,00 para mobiliário, R\$ 100.00,00 equipamentos de informática, R\$ 30.00,00 para Sistema de Gestão informatizado, R\$ 250.00,00 para 5 veículos leves com baú, R\$ 20.00,00 estrutura de rede) para cada um de 3 CEASAs

Prazo: 24 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.750.000,00

Produto 1: R\$ 750.000,00

Produto 2: R\$ 00,00

Produto 3: R\$ 00,00

Produto 4: R\$ 3.000.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover produções agropecuárias alternativas às cadeias consolidadas, para viabilizar as pequenas propriedades.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implantar e consolidar cadeias alternativas ao agronegócio
<p>Justificativa:</p> <p>Tanto as redes e cadeias produtivas globais como os agrupamentos regionais ou locais de empresas baseiam sua forma de produção na gestão eficiente de cadeias de fornecedores. Podemos também interpretá-las como redes interorganizacionais com o objetivo em comum é a obtenção, uso e transformação de recursos para prover pacotes de bens e serviços.</p> <p>Uma cadeia produtiva consiste em um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos. No Vale do Taquari, as principais cadeias produtivas consolidadas se baseiam na agropecuária. Porém, mesmo sendo conveniente manter a identidade regional, há muitas outras cadeias a serem exploradas, inclusive relacionadas a produção de alimentos.</p> <p>Em entrevista à Emater da cidade da região, citou-se a necessidade de prestar mais apoio às cadeias de piscicultura, avicultura colonial (carne e ovos), olivicultura, noqueira pecan, apicultura e meliponicultura, olericultura, fruticultura e floricultura. Porém, para isso, foi feita a ressalva da importância de realizar-se em conjunto com as diversas entidades que representam a agroindústria familiar, um diagnóstico que comprove o interesse da população nas cadeias a serem sugeridas. Assim, se propõe a criação de um grupo de trabalho que trate da diversificação e consolidação de novas cadeias produtivas.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Formação de um grupo técnico composto de representantes de entidades relacionadas às cadeias produtivas de alimentos da região, para estudo da viabilidade de novas cadeias produtivas.
Meta: Formação de um grupo técnico composto de representantes de, no mínimo, uma entidade por município com taxa de urbanização inferior a 50%, relacionadas às cadeias produtivas de alimentos da região, para estudo da viabilidade de novas cadeias produtivas.
Custo: R\$ 0,00
Prazo: 6 meses
Produto 2: Implementação e consolidação de novas cadeias produtivas na região.
Meta: Implementação e consolidação de, no mínimo, 5 novas cadeias produtivas na região.
Custo: R\$ 1.000.000,00 para fomento de ações de cada cadeia divididos em 5 anos.
Prazo: 60 meses
Produto 3: Formação de parcerias entre produtores das novas cadeias e cooperativas, bem como a adesão a Programas nacionais de alimentação como fornecedores.

<p>Meta: Formação de parcerias nos 21 municípios com taxa de urbanização inferior a 50%, entre produtores das novas cadeias e cooperativas, bem como a adesão a Programas nacionais de alimentação como fornecedores para maximizar a produtividade e os resultados financeiros e consolidar as cadeias.</p> <p>Custo: R\$ 0,00</p>
<p>Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 4: Qualificação dos produtores das novas cadeias quanto à viabilidade econômica e operacional das atividades agropecuárias a que aderirem.</p>
<p>Meta: Certificar todos os produtores dos 21 municípios com taxa de urbanização inferior a 50%, quanto à viabilidade econômica e operacional das atividades agropecuárias das novas cadeias produtivas a que aderirem.</p> <p>Custo: R\$ 105.000,00 (R\$ 5000,00 X 21 municípios) para cada 1 de 3 edições.</p>
<p>Prazo: 72 meses</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 5.315.000,00</p>
<p>Produto 1: R\$ 0,00</p>
<p>Produto 2: R\$ 5.000.000,00</p>
<p>Produto 3: R\$ 0,00</p>
<p>Produto 4: R\$ 315.000,00</p>

Prioridade 12- Projeto N°19

<p>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Título: Incentivar a adesão/existência/ampliação das políticas de incentivo à produção agropecuária, nos municípios do Vale do Taquari.</p>
<p>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Objetivo: Proporcionar informações acerca de alternativas de programas à nível nacional, estadual aos quais os produtores possam aderir para fins de investimento, obtenção de renda e melhoria da sua qualidade de vida.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Para tanto, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas.</p> <p>Movimentos dos sindicatos, do NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, do CODETER – Colegiado do Território Rural do Vale do Taquari, das entidades regionais, são destacados na ação em prol do desenvolvimento da agricultura familiar. Além destes, fazem dois anos que a região possui um APL de Agroindústrias que tem o apoio e articulação regional, inclusive com recursos da consulta popular.</p>

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2010), dentre os 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, 21 deles possuem características essencialmente rurais, com uma taxa de urbanização inferior a 50%.

O Vale do Taquari se urbanizou posteriormente à média estadual, no entanto, na última década a variação da população urbana e rural foi praticamente igual à estadual. Saliente ainda a discussão do êxodo rural e da sucessão familiar, debatido entre as diversas entidades regionais. Em entrevistas com representantes das entidades locais dos municípios predominantemente rurais, foi unânime a preocupação com os jovens que migram de suas cidades natais para outras mais urbanizadas, bem como da questão da sucessão familiar que nesses casos, acaba não ocorrendo pela falta de quem prossiga com o agronegócio criado em família.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Implementar um fórum debate de Secretários e conselheiros municipais de agricultura do Vale do Taquari.

Meta: Implementar um fórum debate de Secretários e conselheiros municipais de agricultura do Vale do Taquari com presença de no mínimo um representante por cidade.

Custo: R\$ 0,00

Prazo: 36 meses

Produto 2: Incentivo aos produtores rurais à adesão de programas nacionais e Estaduais de apoio à agricultura familiar por meio de seminários a nível municipal.

Meta: Certificação de participação em seminário sobre programas nacionais e Estaduais de apoio à agricultura familiar para os 21 municípios com taxa de urbanização inferior a 50%

Custo: R\$ 105.000,00 (R\$ 5.000,00 X 21 municípios) para cada 1 de 3 edições.

Prazo: 60 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 315.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: 0,00

Produto 2: R\$ 315.000,00

Prioridade 13- Projeto N°20

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Promover formas associadas (associativismo) de produtores de pequeno porte

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Incentivar a criação de associações em comunidades locais para fins de aquisição de produtos, equipamentos e infraestrutura de uso mútuo.

Justificativa:

O tema da agropecuária e agricultura familiar é prioridade regional. Para tanto, fundamental são as ações cooperativas já existentes e novas, ampliação da qualificação do produtor rural, da infraestrutura rural e fortalecimento das cadeias produtivas.

Movimentos dos sindicatos, do NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, do CODETER – Colegiado do Território Rural do Vale do Taquari, das entidades regionais, são destacados na ação em prol do desenvolvimento da agricultura familiar. Além destes, faz dois anos que a região possui um APL de Agroindústrias que tem o apoio e articulação regional, inclusive com recursos da consulta popular.

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (2010), dentre os 36 municípios que compõem o Vale do Taquari, 21 deles possuem características essencialmente rurais, com uma taxa de urbanização inferior a 50%.

O Vale do Taquari se urbanizou posteriormente à média estadual, no entanto, na última década a variação da população urbana e rural foi praticamente igual a estadual. Saliente ainda a discussão do êxodo rural e da sucessão familiar, debatido entre as diversas entidades regionais. Em entrevistas com representantes das entidades locais dos municípios predominantemente rurais, foi unânime a preocupação com os jovens que migram de suas cidades natais para outras mais urbanizadas, bem como da questão da sucessão familiar que nesses casos, acaba não ocorrendo pela falta de quem prossiga com o agronegócio criado em família.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Articulação de entidades para a criação de associações para compra de insumos e máquinas agrícolas, beneficiamento e venda de produtos agropecuários.

Meta: Criação de associações para compra de insumos e máquinas agrícolas em, no mínimo, uma comunidade rural por município com taxa de urbanização abaixo de 50%.

Custo: R\$ 0,00

Prazo: 48 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

Produto 1: R\$ 0,00

Prioridade 14 - Projeto N°21

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Incentivar o armazenamento de produtos/matérias-primas/produção nas propriedades rurais

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Incentivar o armazenamento de grãos nas propriedades e comunidades locais.

Justificativa:

Boas Práticas Agropecuárias (BPAs) é parte fundamental das Boas Práticas nas Cadeias Agroalimentares que significa a utilização e a implementação de procedimentos adequados em todas as etapas de obtenção, produção, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de matérias-primas, insumos e produtos agroalimentares, devendo ser mantidos desde os elos primários de produção a campo até os consumidores, fornecendo garantias auditáveis de qualidade e de segurança, assim como a agregação de valores aos sistemas de produção de alimentos e animais.

As práticas adequadas de produção, visam a promover e a assegurar que os produtos agropecuários e os seus derivados sejam de qualidade, seguros e adequados para o uso a que se destinam.

Para atingir os objetivos, os produtores rurais, os profissionais/técnicos envolvidos e as empresas agroalimentares devem aplicar os princípios e procedimentos das Boas Práticas Agropecuárias (BPAs), prioritariamente, nas seguintes principais áreas: Qualidade da água (na propriedade rural e demais fases de distribuição e processamento); Nutrição animal e uso adequado das pastagens; Adequado manejo geral dos animais; Sanidade e bem-estar animal; Melhoramento genético animal e adequação zootécnica do rebanho ao ambiente e expectativas de produção; Higiene de obtenção e de processamento em nível de campo; Identificação e segregação de produtos e de animais sob tratamento veterinário ou pesticidas; Registro e acompanhamento de dados e de procedimentos; Rastreabilidade dos animais e dos produtos; Armazenamento e transporte adequados de matérias-primas, insumos e alimentos; Uso sustentável do meio ambiente; Gestão socioeconômica.

Dentre os procedimentos e adoções de Boas Práticas Agropecuárias (BPAs), a serem adotadas pelos produtores, está o uso de Silos secadores de grãos, com ar natural ou calor, que conforme mencionados em entrevista com a Emater, estão sendo adquiridos mediante a formação de associações locais para silagem, visto que este mantém qualidade da produção, enquanto que, ao armazenar em outros locais onde o coletivo é maior, a tendência é de que produtos de má qualidade se misturem aos de boa procedência.

Além disso o armazenamento local livra o produtor das oscilações de preço, e caso o produtor possua um produto com qualidade superior, ainda pode comercializá-lo mantendo essa variável como sendo um diferencial competitivo entre os demais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Curso de Qualidade na Classificação de Grãos e Boas Práticas no Armazenamento de Grãos

Meta: Certificação em Curso de Qualidade na Classificação de Grãos e Boas Práticas no Armazenamento de Grãos para, no mínimo, um representante por família produtora de grãos no total das 21 cidades com taxa de urbanização inferior a 50%.

Prazo: 60 meses

Produto 2: Articulação de entidades para a criação de associações em comunidades locais das cidades da região para compra e uso de silos secadores de grãos.

Meta: Criação de, no mínimo, uma associação por cidade com taxa de urbanização inferior a 50% para compra e uso de silos secadores de grãos.

Prazo: 24 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 315.000,00

Produto 1: R\$ 315.000,00 em 3 edições (R\$ 5.000,00 X 21 municípios X 3 Edições)

Produto 2: 0,00

ESTRATÉGIA 3 - Desenvolver o empreendedorismo e inovação, pesquisa e desenvolvimento, e formas associadas como fundamentos nas mais diversas dimensões do desenvolvimento regional no Vale do Taquari

Prioridade 1 - Projeto N°32

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover o intraempreendedorismo (geral) na gestão pública.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Capacitação dos servidores para compreensão da necessidade de otimização de uso dos recursos públicos obtendo mais eficácia na gestão pública.
Justificativa: <p>O intraempreendedorismo na gestão pública ocorre por meio da força de vontade das pessoas em empreender dentro das instituições das quais fazem parte, motivadas por atender a sociedade através da prestação de serviços com qualidade. O empreendedor público dispõe de condições que lhe permite atuar como agente de transformação e agregador de valor à sociedade por meio da prestação eficaz de seus serviços.</p> <p>O empreendedorismo público se manifesta através da mudança do ambiente institucional, criação de entidades e organizações públicas, criação e gestão de novos recursos públicos. Enquanto que a inovação no interesse público ocorre quando esses recursos são utilizados mediante a concepção de novas ideias sobre a relevância destes ou de novos mecanismos para a sua implementação (KLEIN et al., 2010).</p> <p>Contudo há questões a serem enfrentadas dentro das instituições públicas diretamente ligadas a interesses multifacetados e alinhamentos de objetivos individuais, que podem muitas vezes refletir problemáticas de entendimento. Ainda podem ocorrer fatores externos, como por exemplo, os interesses privados em torno dos interesses públicos sejam diferentes e, portanto, acabem modificando o rumo das decisões públicas. Nesse contexto, o intraempreendedorismo no âmbito público enfrenta também a questão de que é preciso primeiramente desenvolver uma cultura de inovação que, por sua vez, gere o ambiente favorável ao empreendedorismo.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Promoção de cursos de qualificação em Intraempreendedorismo na gestão pública nos municípios do Vale do Taquari.
Meta: Certificações em cursos de qualificação em Intraempreendedorismo na gestão pública para os servidores públicos dos municípios do Vale do Taquari.
Prazo: 24 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$180.000,00 (média de R\$5.000,00 por município do Vale do Taquari para promoção de cursos de qualificação).
Produto 1: R\$180.000,00

Prioridade 2 - Projeto N°31

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliar a ação do Parque Tecnológico, a Incubadora Tecnológica, o Programa Pólos, CEV (Centro de Empreendedorismo do Vale) os Aceleradores financeiros, e outras instâncias, estruturas, que viabilizam a inovação e o empreendedorismo.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Incentivar o desenvolvimento tecnológico e a agregação de valor através da geração de inovação em produtos e processos.

Justificativa:

A produção de tecnologia desde a 2ª Guerra Mundial é considerada poder de barganha para países desenvolvidos. É evidente que os países que detêm o conhecimento sobre tecnologia de ponta obtêm vantagem competitiva em diversos aspectos.

Através da exponencialidade que a tecnologia alcança hoje, principalmente a digital, surge a necessidade das regiões em promover o adequado uso destes conhecimentos e, principalmente, utilizá-lo para a promoção de novas fontes de renda e geração de valor.

A formação e a promoção de locais adequados para a produção deste conhecimento ou para a aplicação de conhecimentos existentes em produtos e processos transforma tecnologia em agregação de valor, fortalecendo o desenvolvimento regional.

Muito além de um local para produção de conhecimento, os parques tecnológicos e centros de inovação dão suporte com capital e maquinário para a produção intelectual, viabilizando a prática de possíveis ideias de transformação existentes.

Os usos destas tecnologias tornam mais competitivas as indústrias locais, além de, é claro promover a diversificação produtiva, formando novos *clusters* além de fortalecer os existentes. Hoje em dia é difícil enxergar o desenvolvimento regional sem transpassar por ele: o desenvolvimento tecnológico.

Para Nascimento e Labiak Júnior (2011), os empreendedores procuram ambientes em que possam criar laços de cooperação, compartilhar conhecimento e desenvolver projetos inovadores, com universidades e centros de pesquisa. Esses ambientes são chamados de *habitats* de inovação e assim são conceituados: “*habitats* de inovação são ambientes que oferecem estímulos ao desenvolvimento empreendedor nas várias fases da empresa, desde o nascimento da ideia até a consolidação de uma grande organização com foco em tecnologia e inovação.

Assim, entende-se fundamental a interferência desses atores de desenvolvimento tecnológico na lógica da geração de valor e crescimento sustentável regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Promoção e parcerias dos meios de pesquisa e desenvolvimento tecnológico regionais

Meta: Ampliar e consolidar parcerias regionais

Custo: 0,00

Prazo: 180 meses

Produto 2: Financiamento de projetos nas estruturas de empreendedorismo, inovação e desenvolvimento tecnológico (Parques Científico e Tecnológico, Incubadoras Tecnológicas, Programa Pólos, entre outros).

Meta: Execução de três projetos de ciência e tecnologia, em cada região, por ano.

Custo: R\$ 600.000,00 /anual

Prazo: 180 meses

Produto 3: Ampliação da atuação das Incubadoras Tecnológicas

<p>Meta: Ampliar a ação das incubadoras tecnológicas</p> <p>Custo: R\$ 200.000,00/bianual</p> <p>Prazo: 180 meses</p>
<p>Produto 4: Programas de qualificação em empreendedorismo inovação e novas metodologias (intraempreendedores, atores dos conselhos municipais e instâncias de articulação regionais, gestão pública e empresários)</p>
<p>Meta: Qualificar com 1 curso técnico por região ou 3 cursos de curta duração por região, a cada dois anos.</p> <p>Custo: R\$ 300.000,00/bianual</p> <p>Prazo: 180 meses</p>
<p>Produto 5: Equipamentos para execução de pesquisa em ciência e tecnologia nos Parques Tecnológicos regionais</p>
<p>Meta: Aquisição de equipamentos para pesquisas.</p> <p>Custo: R\$500.000,00/bianual.</p> <p>Prazo: 180 meses</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 16.000.000,00</p>
<p>Produto 1: R\$ 0,00</p>
<p>Produto 2: R\$ 9.000.000,00</p>
<p>Produto 3: R\$ 1.040.000,00</p>
<p>Produto 4: R\$ 2.100.000,00</p>
<p>Produto 5: R\$ 3.500.000,00</p>

Prioridade 3 - Projeto N°30

<p>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Título: Consolidar ambientes de inovação regional através de eventos de qualificação e disseminação de metodologias inovadoras.</p>
<p>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Objetivo: Criar programas de capacitação de metodologias de criação e inovação e ambientes descentralizados de promoção da inovação.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>De acordo com Costa, Barbosa e Silva (2011) o empreendedorismo na universidade é o motivador chave para a prestação de serviços especializados e a geração de soluções inovadoras, dando suporte à informação tecnológica, e aos diversos outros mecanismos que permitem uma melhor utilização pelo setor produtivo. Isso provocaria um impacto direto no aumento da produção, e conseqüentemente, no desenvolvimento do país. Porém, para se alcançar esta evolução, é necessário que se invista nas Incubadoras das universidades, que são fundamentais para este processo.</p>

Ainda Costa, Barbosa e Silva (2011) ressalta que a função conferida às universidades tem como resultado um aumento de ações governamentais com o objetivo de constituir políticas e diretrizes que as auxiliem neste processo. Questões como o financiamento das pesquisas, a cooperação entre as universidades e as empresas, as incubadoras de base tecnológica, o empreendedorismo e inovação, e principalmente a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia, passam a ocupar as pautas das discussões dos responsáveis pelas políticas das universidades.

A disseminação destes conceitos para além do meio acadêmico proporciona a formação antecipada de pessoas capazes de pensar de forma inovadora acelerando o despertar da geração de conhecimento nestas pessoas, potencializando os resultados para a produção tecnológica.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Programa de qualificação em metodologias de inovação e criação colaborativa nas escolas

Meta: Certificados de participação

Prazo: 18 meses

Produto 2: Evento regional de produção da inovação

Meta: Evento realizado

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$100.000,00

Produto 1: R\$40.000,00

Produto 2: R\$60.000,00

Prioridade 4 - Projeto N°33

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Criar programa de parcerias entre setor privado empresas e pesquisadores, instituições de pesquisa

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliar a geração de valor e acelerar a produção de inovação e tecnologias através de parcerias instituições pesquisadoras com empresas privadas.

Justificativa:

Segundo a da Lei de Inovação (Lei no 10.973/2004), no que diz respeito ao incentivo à realização de parcerias entre instituições públicas de pesquisa e empresas, com objetivos de desenvolvimento tecnológico. A referida lei, em seus artigos 4, 8 e 9, visa a criar ambiente propício para a interação entre diversas instituições do sistema nacional de inovação, como centros públicos e privados de pesquisa, empresas e agentes de financiamento.

Conforme a referida lei, surge a necessidade de interações entre instituições de pesquisa, empresas no estágio atual do desenvolvimento científico e tecnológico. Estas parcerias entre as diversas instituições transcendem a criação de novos produtos e ou processos e têm sua relevância na aprendizagem coletiva gerando relevância e efeitos positivos da interação na geração do conhecimento.

Também é fato que através destas parcerias se consegue agregar valor aos produtos criando maior retorno financeiro e de forma mais rápida, além de que a parceria acelera a entrada das tecnologias no mercado consumidor.

O Vale do Taquari, por meio do Parque Tecnológico da Univates deve potencializar a criação de valor, ampliando os *clusters* localizados na região e com a aproximação de pesquisa e mercado consumidor, promovendo a parceria do setor privado com instituições de pesquisa e, desta forma, agregando ao desenvolvimento regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Workshop de validação de propostas de parceria

Meta: evento realizado

Prazo: 6 meses

Produto 2: Programa de cocriação e desenvolvimento

Meta: Cronograma de aplicação de oficinas de colaboração

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

Prioridade 5 - Projeto N°35

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Consolidar as dimensões de inovação e empreendedorismo (conselhos municipais de desenvolvimento) dentro dos Conselhos Municipais de desenvolvimento ou através da formação de conselhos municipais de inovação e empreendedorismo (leis de inovação)

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Difundir e qualificar a geração de inovação no Vale do Taquari através da ação de conselhos municipais de inovação e empreendedorismo.

Justificativa:

A produção de tecnologia desde a 2ª Guerra Mundial é considerada poder de barganha para países desenvolvidos. É evidente que os países que detinham (detém) o conhecimento sobre tecnologia de ponta obtém vantagem competitiva em diversos aspectos.

Através da exponencialidade que a tecnologia alcança hoje, principalmente a digital, surge a necessidade das regiões em promover o adequado uso destes conhecimentos e principalmente, utilizá-lo para a promoção de novas fontes de renda e geração de valor.

A formação e promoção de locais adequados para a produção deste conhecimento ou para a aplicação de conhecimentos existentes em produtos e processos transforma tecnologia em agregação de valor, fortalecendo o desenvolvimento regional.

Os usos destas tecnologias tornam mais competitivas as indústrias locais, além é claro, de promover a diversificação produtiva, formando novos *clusters* além de fortalecer os existentes. Hoje em dia é difícil enxergar o desenvolvimento regional sem transpassar por ele o desenvolvimento tecnológico.

Para Nascimento e Labiak Júnior (2011), os empreendedores procuram ambientes em que possam criar laços de cooperação, compartilhar conhecimento e desenvolver projetos inovadores, com universidades e centros de pesquisa. Esses ambientes são chamados de habitats de inovação e assim são conceituados: “habitats de inovação são ambientes que oferecem estímulos ao desenvolvimento empreendedor nas várias fases da empresa, desde o nascimento da ideia até a consolidação de uma grande organização com foco em tecnologia e inovação.

Assim, entende-se fundamental a interferência desses atores de desenvolvimento tecnológico na lógica da geração de valor e crescimento sustentável regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Conselhos Municipais formados

Meta: Conselhos operando

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

Prioridade 6 - Projeto N°34

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Formatar incentivos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento e inovação decorrentes.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliar o trabalho frente a geração de inovação com crescimento dos estudos em pesquisa e desenvolvimento através de maior investimento nesta área.

Justificativa:

A produção de tecnologia desde a 2ª Guerra Mundial é considerada poder de barganha para países desenvolvidos. É evidente que os países que detinham (detém) o conhecimento sobre tecnologia de ponta obtém vantagem competitiva em diversos aspectos.

Através da exponencialidade que a tecnologia alcança hoje, principalmente a digital, surge a necessidade das regiões em promover o adequado uso destes conhecimentos e principalmente, utilizá-lo para a promoção de novas fontes de renda e geração de valor.

A formação e promoção de locais adequados para a produção desse conhecimento ou para a aplicação de conhecimentos existentes em produtos e processos transforma tecnologia em agregação de valor, fortalecendo o desenvolvimento regional.

Muito além de um local para produção de conhecimento, os parques tecnológicos e centros de inovação dão suporte com capital e maquinário para a produção intelectual, viabilizando a prática de possíveis ideias de transformação existentes.

Os usos dessas tecnologias tornam mais competitivas as indústrias locais, além é claro, de promover a diversificação produtiva, formando novos *clusters* além de fortalecer os existentes. Hoje, é difícil enxergar o desenvolvimento regional sem transpassar por ele o desenvolvimento tecnológico.

Para Nascimento e Labiak Júnior (2011), os empreendedores procuram ambientes em que possam criar laços de cooperação, compartilhar conhecimento e desenvolver projetos inovadores, com universidades e centros de pesquisa. Esses ambientes são chamados de habitats de inovação e assim são conceituados: “habitats de inovação são ambientes que oferecem estímulos ao desenvolvimento empreendedor nas várias fases da empresa, desde o nascimento da ideia até a consolidação de uma grande organização com foco em tecnologia e inovação.

Assim, entende-se que a produção de inovação é ator principal do desenvolvimento de diversas regiões do mundo hoje.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Articular a aplicação de recursos de fundos de investimentos estaduais, federais e internacionais para a produção de inovação regional

Meta: Contrato com fundos de capital

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

ESTRATÉGIA 4 - Ampliar no Vale do Taquari a perspectiva do desenvolvimento sustentável como responsabilidade coletiva, priorizando o saneamento básico

Prioridade 1 - Projeto N°66

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Promover o Projeto de Saneamento Regional: Abastecimento de água, Esgotamento sanitário, drenagem urbana e tratamento de resíduos (urbanos, rurais e industriais)

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliar e qualificar a estrutura e os serviços de saneamento básico nos municípios da região

Justificativa:

O Tema do Saneamento deve ser foco de políticas públicas abrangentes e eficazes, não somente de planos, mas de execução de projetos e ações que deem conta da melhoria da qualidade de vida da população. Este amplia a visão e a relação sociedade e meio ambiente.

Conforme o censo do IBGE de 2010, 85% das residências estão ligadas a rede geral de abastecimento de água, totalizando nesse caso, 93.477 domicílios; enquanto que os demais, sem atendimento, totalizam 16.496 domicílios, que se utilizam de poço ou nascente para abastecimento de água.

Quanto à coleta de lixo, ocorre em 93% das residências; o restante é jogado, enterrado ou queimado. Do que é coletado, em sua grande maioria, são destinados para o município de Minas do Leão, sem nenhum tipo de separação e/ou reutilização do reciclável.

O fator mais agravante em se tratar de saneamento, está relacionado ao esgotamento. Enquanto que no estado do RS, 48% dos domicílios estão ligados a rede de esgoto, na região somente 11% dos domicílios estão nestas mesmas condições. A maioria dos domicílios da região, representando 57% do total, possui fossa séptica e ainda 30% possui fossa rudimentar e em torno de 5% dos domicílios não possuem banheiro ou se utiliza de vala (FEE, 2016; CODEVAT, 2014).

Nessa perspectiva, os planos de saneamento municipais, se constituem em uma ferramenta de vital importância para que seja possível realizar ações de forma conjunta e organizada, que contemplem as necessidades de toda a população em se tratar de saneamento básico. Com a publicação da Lei n.º 11.445/2007, a Lei de Saneamento Básico, todas as prefeituras têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Sem o PMSB, a partir de 2014, a Prefeitura não poderá receber recursos federais para projetos de saneamento básico.

O saneamento básico foi definido pela Lei n.º 11.445/2007 como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativo aos processos de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Ainda, para não tratar especificamente do saneamento nas áreas urbanas, no meio rural há uma concentração elevada na criação de animais, conforme exposto anteriormente e com baixa adequação para o correto manejo e possível reutilização dos dejetos orgânicos. O tema aqui levantado é tão saliente que foi diagnosticado no Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, que 35% das doenças de veiculação hídrica do Estado do RS, ocorrem nesta Bacia. Também, segundo o Plano, todos os pontos analisados, 105 neste trecho da bacia, resultaram em classes de água 3 ou 4, considerando Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. (SEMA, 2012).

Assim sendo, é evidente a urgência na tomada de ações que venham a trazer ganhos com relação a questão sanitária regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Acesso à comunidade regional aos quatro serviços do saneamento (água, esgotos, resíduos e drenagem)

Meta: Universalização de acesso ao saneamento nos municípios da região

Prazo: 180 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$550.000.000,00

Produto 1: R\$550.000.000,00

Prioridade 2 - Projeto N°39

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Promover investimentos, projetos inovadores, incentivos, para o adequado uso da carga orgânica rural, para geração de energia e biofertilizantes

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Utilizar biomassa proveniente da produção rural para produzir energias alternativas

Justificativa:

Tema recorrente em nossa região, debatido em todos os setores, identificado enquanto prioridade no Colegiado do Território Rural – CODETER e no Plano da Bacia Hidrográfica, é a questão da carga orgânica oriunda da produção desta região. Para tanto, inúmeras alternativas, proposições, produtos e projetos inovadores foram discutidos e alguns implementados. No entanto, esse aspecto deve fazer parte das prioridades no rol dos projetos regionais.

Conforme o Secretário de Minas e Energia do Estado, Lucas Redecker, o tratamento adequado para os resíduos orgânicos – em grande parte provenientes do agronegócio –, pode ocorrer em consonância com outros projetos que propiciem também o aumento da participação de fontes renováveis na nossa matriz energética, com a atração de novos investimentos para o setor, geração de renda adicional para o agricultor com a expansão das atividades da propriedade rural, geração de empregos, diminuição do efeito estufa, entre outros.

Tais benefícios podem ocorrer através da utilização da biomassa na produção de energia e combustíveis. Dentre eles, a obtenção de biometano e biogás se destacam, devido a vantagens que se dão em diversas áreas, como a comercialização na própria região onde serão produzidos, oferta em regiões não atendidas por gasoduto e a diminuição da dependência do gás importado.

A biomassa é considerada como recurso renovável, segundo o Atlas das Biomassas do Rio Grande do Sul, porque faz parte do fluxo natural e repetitivo dos processos na natureza, sendo as plantas que iniciam o processo de fotossíntese para captar a energia solar e, quando a biomassa sofre combustão, a energia armazenada é liberada na forma de calor. Nesse processo é liberado CO₂, o qual é absorvido pelas plantas e, desta forma, o ciclo do carbono é fechado. A biomassa residual, objeto do presente estudo, caracteriza-se como subprodutos das transformações naturais ou industriais, como resíduos de poda e de cultivos agrícolas, lodos de estação de tratamento de efluentes, resíduos orgânicos e dejetos de animais. De acordo com a Aneel (2005, p. 77), a biomassa vista como uma fonte de energia “é todo recurso renovável oriundo de matéria orgânica (de origem animal ou vegetal) que pode ser utilizado na produção de energia”.

Ainda tratando do tema da energia, a região quer crescer, as indústrias pretendem ampliar suas plantas produtivas, os produtores rurais pretendem ampliar o uso de equipamentos tecnológicos, mas estão condicionados ao limite de disponibilidade de energia. Atualmente, existem no Vale do Taquari projetos em estudo e encaminhados que possibilitam a geração de 260 megawatts de energia para nossa região, que demanda em torno de 200 megawatts, e produz atualmente somente 13 megawatts. Contudo, é preciso ter presente a geração de energias alternativas, como biodigestores, energia solar, energia eólica, entre outras, relacionadas à biomassa, que devem ser melhor discutidas, amadurecidas e criadas possibilidades para a inovação nesses empreendimentos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Implantação de leis municipais reguladoras para a produção de energias alternativas por meio de biomassa

Meta: implantação de leis municipais reguladoras para a produção de energias alternativas por meio de biomassa nos 36 municípios da região

Prazo: 24 meses

Produto 2: Acompanhamento e orientação a empresas que produzam energias alternativas por meio de biomassa.

Meta: Regularização de 100% das propriedades rurais produtoras de energias alternativas através de biomassa, mediante normas de leis municipais
Prazo: 60 meses
Produto 3: Implantação de biodigestores nas propriedades rurais da região
Meta: Implantação de biodigestores em 100% das propriedades rurais que produzam para integradoras e cooperativas da região.
Prazo: 120 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 70.000.000,00
Produto 1: -
Produto 2: -
Produto 3: R\$ 70.000.000,00

Prioridade 3 - Projeto N°37

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Capacitar produtores para o adequado uso de agrotóxicos e fertilizantes.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Capacitar trabalhadores rurais na norma reguladora 31 do Ministério do Trabalho - NR 31: SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA AGRICULTURA, PECUÁRIA SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E AQUICULTURA.
Justificativa: <p>A Norma Regulamentadora 31 - NR 31 - do Ministério do Trabalho estabelece as diretrizes a serem observadas na organização e no ambiente de trabalho. Assim, é possível que a segurança, saúde e meio ambiente do trabalho sejam compatíveis com o desenvolvimento das atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e agricultura. Dessa forma a NR 31 se aplica a essas atividades, bem como às de exploração industrial desenvolvidas em estabelecimentos agrários.</p> <p>As empresas, integradoras e cooperativas de produção que congreguem forças com produtores e agronegócios, também se responsabilizam pelo cumprimento da norma. Assim todo trabalhador rural tem direito à ambientes de trabalho, seguros e saudáveis, ser consultado sobre as medidas de prevenção que serão adotadas pelo empregador, escolher sua representação em matéria de segurança e saúde no trabalho, de reivindicar medidas de correção quanto a circunstâncias de risco para a segurança e saúde, interrompendo o trabalho se necessário, de receber instruções em matéria de segurança e saúde, entre outros.</p> <p>Em contrapartida os empregadores rurais devem resguardar a segurança e saúde de seus funcionários visando a eliminação de riscos através da substituição ou adequação dos processos produtivos, máquinas e equipamentos, através da adoção de medidas de proteção pessoal e coletiva, contemplando a melhoria das condições e do meio ambiente de trabalho, a promoção da saúde e da integridade física dos trabalhadores rurais e campanhas educativas de prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho. Em análise à Norma, se faz imprescindível que trabalhadores rurais tenham acesso às diretrizes descritas por ela, bem como seus empregadores.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Promover capacitação sobre a norma regulamentadora 31 - NR31 do Ministério do Trabalho: SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA AGRICULTURA, PECUÁRIA SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E AQUICULTURA para trabalhadores rurais da região do Vale do Taquari, por intermédio das secretarias municipais de meio ambiente.
Meta: Certificação a 100% das famílias dos trabalhadores rurais que lidam com agrotóxicos e fertilizantes na região do Vale do Taquari, cuja matéria-prima seja destinada a cooperativas e integradoras.
Prazo: 48 meses
Produto 2: Criação e implantação de leis municipais reguladoras para instituir a obrigatoriedade de capacitação em NR 31 para os trabalhadores rurais.
Meta: Criação e implantação de leis municipais reguladoras para instituir a obrigatoriedade de capacitação em NR 31 para os trabalhadores rurais nos 36 municípios.
Prazo: 18 meses
Produto 3: Fiscalização das leis municipais reguladoras de obrigatoriedade de capacitação em NR 31 para trabalhadores rurais pelas secretarias de agricultura.
Meta: 100% das famílias dos trabalhadores rurais que lidam com agrotóxicos e fertilizantes na região do Vale do Taquari, cuja matéria-prima seja destinada a cooperativas e integradoras devem possuir ao menos um membro certificado em NR31.
Prazo: 60 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$240.000,00
Produto 1: R\$240.000,00
Produto 2:

Prioridade 4 - Projeto N°36

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criar política de preservação dos cursos d'água do Vale do Taquari, considerando a legislação vigente.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Melhorar a qualidade da água da nossa região
Justificativa: De acordo com o Perfil Socioeconômico o Vale do Taquari (SEPLAN, 2015), o Vale do Taquari possui grande disponibilidade de recursos hídricos, pertencendo a sub-bacia Taquari-Antas. Entretanto, esses rios e arroios recebem grande parte dos dejetos, esgotos, agrotóxicos e contaminantes dos municípios da região. Ainda de acordo com o Perfil Socioeconômico, a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água é atualmente o principal foco de degradação dos recursos hídricos no Vale do Taquari e no Estado, resultado de décadas de baixos investimentos em saneamento básico. O Rio Taquari recebe, na Região, grandes volumes de efluentes domésticos e industriais, que se somam aos produzidos a montante, no COREDE Serra.

A poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos. Treze dos municípios do Vale são atendidos pela CORSAN, entretanto o único município que conta com serviço de tratamento de esgoto é Muçum.

Desta forma surge a necessidade da efetivação da Lei das Águas (Lei n 9.433) que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRe criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). Um de seus principais objetivos é assegurar a disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados, bem como promover uma utilização racional e integrada dos recursos hídricos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Instituição de leis municipais que normatizem a política de preservação dos cursos d'água, considerando o que é previsto no plano da Bacia Taquari-Antas.
Meta: Instituição de lei em cada um dos 36 municípios da região para a normatização da política de preservação dos cursos d'água, considerando o que é previsto no plano da Bacia Taquari-Antas.
Prazo: 24 meses
Produto 2: Formação de parceria entre governos municipais e veículos de mídia local, associações e sindicatos, para a disseminação da política de preservação dos cursos d'água.
Meta: Formação de parceria entre o governo municipal de cada um dos 36 municípios com 1 veículo de mídia local e, no mínimo, 1 entidade representativa social, como por exemplo, associação ou sindicato, para a disseminação da política de preservação dos cursos d'água.
Prazo: 36 meses
Produto 3: Mapeamento de nascentes e preservação do curso das águas
Meta: Nascentes preservadas
Prazo: 60 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto:-
Produto 1: 0,00
Produto 2: 0,00
Produto 3: R\$ 1.600.000,00

Prioridade 5 - Projeto N°47

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliar as Estratégias de combate a Riscos e Desastres e as Defesas Cíveis municipais, para monitoramento e atendimento em períodos de eventos extremos.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Consolidar a resiliência das cidades do Vale do Taquari, frente a desastres naturais e fenômenos adversos provenientes da ação do meio ambiente.

Justificativa:

No Brasil os desastres naturais no Brasil são em sua maioria por meio de inundações, enxurradas, deslizamentos e seca. Assim, faz-se necessária a promoção e prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Desta forma, segurança das pessoas, minimizando os danos decorrentes de desastres e preservação do meio ambiente, pode ser obtida através da estruturação de um sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

A Campanha “**Construindo Cidades Resilientes**” conforme citado no próprio site, fora lançada internacionalmente em 2010, a cargo do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres - UNISDR/ONU. A Campanha foi anunciada durante o período de adoção do Marco de Ação de Hyogo (2005-2015), embasando os 10 passos essenciais para fins de incremento da resiliência a desastres, em nível local.

No Brasil, inclusive, a Campanha é auxiliada e pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que busca por meio das ações listadas em prol da resiliência das cidades, uma maior coordenação interfederativa e o alinhamento da Campanha com as políticas públicas federais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Cadastro de todas as cidades do Vale do Taquari na campanha “Construindo Cidades Resilientes” promovida pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres - UNISDR/ONU.

Meta: Cadastro de todas as cidades do Vale do Taquari na campanha “Construindo Cidades Resilientes” promovida pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres - UNISDR/ONU.

Prazo: 6 meses

Produto 2: Instituição de Leis que prevejam normas de adequação de cada município do Vale do Taquari na campanha “Construindo Cidades Resilientes” promovida pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres - UNISDR/ONU

Meta: Instituição de Leis municipais que prevejam normas de adequação de cada município do Vale do Taquari na campanha “Construindo Cidades Resilientes”.

Prazo: 12 meses

Produto 3: Ampliação da atuação de Defesas Civas e Bombeiros Voluntários para ação em todos os municípios do Vale do Taquari. Promover políticas públicas para adequar as residências, sem condições básicas de saneamento.

Meta: Presença de, no mínimo, uma das entidades descritas em cada um dos municípios da região, através de 2 responsáveis, no mínimo.

Prazo: 36 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover parcerias entre integradoras e produtores para recolhimento e uso de resíduos gerados na produção rural.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover a ação de Integradores e integrados do meio rural para que se utilizem da biomassa produzida nas atividades agropecuárias, para fabricação de insumos e produção de biogás.
Justificativa: <p>Tema recorrente em nossa região, debatido em todos os setores, identificado enquanto prioridade no Colegiado do Território Rural – CODETER e no Plano da Bacia Hidrográfica, é a questão da carga orgânica oriunda da produção desta região.</p> <p>Em vista disto, é perceptível na região a necessidade da implantação dos conceitos de desenvolvimento sustentável, o qual está vinculado à ideia de atender às reais necessidades que devem ser satisfeitas para assegurar as condições essenciais de vida a todos, sem comprometer os limitados recursos disponíveis, e que se possa renová-los na medida em que sejam necessários às futuras gerações.</p> <p>Nesse contexto, nasce a preocupação com a produção dos resíduos orgânicos provenientes da biomassa nas atividades de pecuária, constituídos por esterco e outros produtos resultantes da atividade biológica do gado bovino, suíno, caprino e outros. Hoje, o produtor, muitas vezes integrado a uma empresa sob contrato de prestação de serviços, não sabe qual o melhor destino para esses resíduos e acaba por contaminar solo e lençóis freáticos pelo descarte incorreto dessa biomassa, constituindo assim, um problema de ordem sanitária.</p> <p>Contudo, há de se criar consciência tanto da parte das integradoras, quanto por seus integrados, os produtores agropecuários, das responsabilidades que ambos têm sobre esse resíduo, haja vista que a integradora, conforme o artigo 10º da Lei Nacional da Integração, também é corresponsável pelos impactos ambientais decorrentes das atividades do integrado cujo resultado seja aproveitado para seus fins econômicos. E é nesse contexto, que se propõe que este tipo de resíduo seja utilizado de matéria-prima para a produção de biogás, que também pode ocupar um papel relevante no suprimento energético, principalmente para a cocção de alimentos nas zonas rurais (RESÍDUOS NO BRASIL, 2009) e ainda, ser transformado em energia elétrica.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Oficina para representantes de conselhos e secretários municipais de agricultura e meio ambiente sobre a LEI Nacional da Integração nº 13.288/2016 (LEI ORDINÁRIA) 16/05/2016 que DISPÕE SOBRE OS CONTRATOS DE INTEGRAÇÃO, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS ENTRE PRODUTORES INTEGRADOS E INTEGRADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, especialmente no que normatiza o artigo 10º, sobre as responsabilidades ambientais.
Meta: Certificação de participação em Oficina para no mínimo 1 representante de conselho e 1 secretário municipal de agricultura e de meio ambiente das cidades que compõem a região, sobre a LEI Nacional da Integração nº 13.288/2016
Prazo: 12 meses

Produto 2: Formulação de plano de uso da biomassa proveniente da agropecuária, pelas produtoras, como matéria-prima para fabricação de insumos e produção de biogás.
Meta: Formação de parceria entre Integradoras e integrados para o recolhimento da biomassa proveniente da agropecuária.
Prazo: 36 meses
Produto 3: Adequação dos produtores rurais e integradoras à LEI Nacional da Integração nº 13.288/2016 (LEI ORDINÁRIA) 16/05/2016 que DISPÕE SOBRE OS CONTRATOS DE INTEGRAÇÃO, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS ENTRE PRODUTORES INTEGRADOS E INTEGRADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, especialmente no que normatiza o artigo 10º, sobre as responsabilidades ambientais.
Meta: Atendimento total dos produtores rurais e integradoras às responsabilidades ambientais e destinação de resíduos orgânicos.
Prazo: 60 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$180.000,00
Produto 1: R\$180.000,00
Produto 2: -
Produto 3: -

Prioridade 8 - Projeto N°42

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criar mecanismos de fiscalização, estruturas dos municípios (planos diretores), uniformização, capacitação, fazer cumprir a legislação ambiental.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implementar Planos Diretores em todas as Cidades do Vale do Taquari e ampliar a atuação da fiscalização na região.
Justificativa: <p>Para além dos aspectos da preservação e recuperação ambiental, as cidades devem atentar para a efetividade dos direitos humanos e garantia da qualidade de vida às gerações presentes e futuras, considerando também os aspectos sociais, econômicos, culturais, demográficos e estruturais. Assim consta na lei 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, na forma de um direito, que conceitua a cidade sustentável como aquela na qual são garantidos: o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.</p> <p>Quanto à concepção de meio ambiente, também deve ser pautada em toda sua amplitude, como a própria Constituição Brasileira de 1988 prevê, relacionando-a não só à preservação da fauna e da flora, mas a bens de natureza cultural, moral, material e psicológica e ao equilíbrio ecológico. Cabe ressaltar aqui, que o equilíbrio referido, diz respeito à harmonia entre todas formas de vida, com o meio, em que todas convivem.</p>

O desenvolvimento de cidades sustentáveis deve ser idealizado sob a ótica de uma sociedade preocupada com a recuperação ambiental, ou seja, de devolver ao ambiente suas características originais, a estabilidade e o reestabelecimento do equilíbrio natural em focos de degradação. Para tanto a regulamentação e normas protetoras desse meio ambiente, depende de normas, estabelecidas principalmente por meio do Plano diretor, o instrumento jurídico de fundamental importância para garantir a qualidade de vida nas cidades.

Conforme trata o art. 182, §1º da Constituição Federal, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. E como cada município possui características socioeconômicas, geográficas e políticas próprias, o plano deve ser elaborado em consonância com as especificidades de cada uma.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Implementação de Planos Diretores nos 36 municípios da região

Meta: Implementação de Planos Diretores nos 36 municípios da região

Prazo: 36 meses

Produto 2: Qualificação dos processos de fiscalização

Meta: Processos revisados qualificados

Prazo: 36 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: 3 milhões de reais

Despesas Correntes: R\$720.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: -

Produto 2: R\$720.000,00

Prioridade 9 - Projeto N°40

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Ampliar e aparelhar os órgãos fiscalizadores ambientais e as redes de monitoramento de qualidade de água.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Aprimorar os mecanismos de gestão e fiscalização ambiental

Justificativa:

Tendo em vista a necessidade de estabelecer um equilíbrio sustentável entre o necessário desenvolvimento econômico e demográfico e a disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade, que contemple os diversos usos da água, é fundamental o estabelecimento monitoramento hídrico, de forma a orientar a elaboração de políticas públicas para a recuperação da qualidade ambiental em corpos d'água interiores como rios e reservatórios, contribuindo assim com a gestão sustentável dos recursos hídricos.

O monitoramento da água visa a permitir uma avaliação adequada da qualidade da água fornecendo subsídios para a avaliação das condições dos mananciais e para a tomada de decisões associada ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Outra a ser considerada é a melhoria dos mecanismos de gestão ambiental no que diz respeito à ferramentas administrativas utilizadas e gestão dos processos operacionais. Há de se ter clareza que o poder público e entidades que o compõem devem buscar aprimoramento e a melhoria contínua. Contudo, é preciso que sejam incentivados e posto em contato com novas formas de desempenharem suas funções mediante a apresentação de casos externos, palestras seminários, bem como a partir de bibliografias adequadas para tal.

Ainda, é preciso que as Secretarias municipais de Meio Ambiente tenham à disposição, sistemas informatizados para a gestão dos diagnósticos e das informações que coletam acerca das propriedades e fenômenos naturais, para cadastramento de fauna e flora para fins de preservação, devidamente integrados com os dados de escrituração das propriedades de outras entidades ou departamentos públicos, dados topográficos, inventários meteorológicos e de recursos hídricos da bacia a que pertencem.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Adoção de novos mecanismos de gestão para a fiscalização ambiental e qualidade da água.

Meta: Aumento da Fiscalização ambiental

Prazo: 12 meses

Produto 2: Adoção de sistemas informatizados para auxílio na fiscalização ambiental e no monitoramento das águas, com integração entre municípios da região.

Meta: Adoção de sistema informatizado e integrado entre municípios da região, para fiscalização ambiental e qualidade da água.

Prazo: 36 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: tem projeto isolado

Produto 1: -

Produto 2: R\$2.000.000,00

Prioridade 10 - Projeto N°38

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Incentivar a logística reversa.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Reduzir a emissão, realizar reciclagem e restituição de resíduos sólidos do setor industrial.

Justificativa:

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (estabelecida pela lei 12.305 de 02/08/2010), a logística reversa pode ser definida como “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”.

O retorno de resíduos sólidos para as empresas de origem, evita que os mesmos contaminem solo, rios, mares e florestas. Ainda ocorre através dessa prática a economia nos processos produtivos das empresas, uma vez que estes resíduos entram novamente na cadeia produtiva, diminuindo o consumo de matérias-primas.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação de consórcios entre indústrias da região para viabilizar a logística reversa de embalagens de produtos adquiridos a granel e reutilizáveis ou de embalagens de produtos químicos, em lotes maiores para outras regiões do Estado e de outros

Meta: Criação de, no mínimo, um consórcio por Microrregião para a viabilização da logística reversa em lotes

Prazo: 18 meses

Produto 2: Convênio entre o consórcio formado e transportadoras dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário para promoção da logística reversa de embalagens de produtos adquiridos à granel e reutilizáveis ou de embalagens de produtos químicos.

Meta: Convênio entre o Consórcio da logística reversa e transportadoras da região

Prazo: 36 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

Prioridade 11 - Projeto N°41

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Criar benefícios para domicílios “amigos” do meio ambiente

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Promover benefícios para aumentar a consciência ambiental da população

Justificativa:

Com o crescimento populacional, o aumento acúmulo de recursos, da industrialização de bens de consumo, dentre outros fatores, tornam a degradação ambiental uma questão cada vez mais preocupante. Nesse contexto, a forma como vivemos e consumimos os recursos naturais e descartamos nossos resíduos soma-se à questão e, deve ser repensada para o desenvolvimento de novas práticas de consumo e de interação com o meio ambiente.

Nesse contexto, desenvolvimento de cidades sustentáveis deve ser idealizado sob a ótica de uma sociedade preocupada com a recuperação ambiental, ou seja, de devolver ao ambiente suas características originais, a estabilidade e o reestabelecimento do equilíbrio natural em focos de degradação. Quanto à concepção de meio ambiente, também deve ser pautada em toda sua amplitude, como a própria Constituição Brasileira de 1988 prevê, relacionando-a não só à preservação da fauna e da flora, mas a bens de natureza cultural, moral, material e psicológica e ao equilíbrio ecológico. Cabe ressaltar aqui, que o equilíbrio referido, diz respeito à harmonia entre toda forma de vida, com o meio, em que todas convivem.

O emprego de leis que prevejam tributações e incentivos aos contribuintes que os levem a repensar suas condutas enquanto sujeitos do meio em que vivem, responsáveis por sua preservação e proteção é a alternativa que proposta no presente projeto. Assim, se sugere que sejam incluídas nestas leis incentivos fiscais nos impostos de habitação àqueles que adotam práticas sustentáveis relacionadas aos recursos hídricos, consumo de energia e reciclagem de lixo, tendo em vista os índices cada vez mais altos de degradação ambiental decorrentes da interação do homem com estes três fatores em nossa região (dados extraídos do IBGE e Concessionárias de Energias).

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação de Leis fiscais Municipais, elaboradas em conjunto entre os municípios do Vale do Taquari, incentivando residências e empresas à aquisição e de equipamentos que auxiliem na produção de energias limpas, coleta de água da chuva e reciclagem de lixo orgânico.

Meta: Redução na produção de lixo orgânico na região, produção de energia através de painéis fotovoltaicos e utilização de composteiras em empresas e residências.

Prazo: 18 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

Prioridade 12 - Projeto N°48

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Implantar a Agência da Região Hidrográfica do Guaíba, para execução dos projetos relativos aos recursos hídricos.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Implantar a Agência da Região Hidrográfica do Guaíba, para execução dos projetos relativos aos recursos hídricos criados pelos COREDES e pelos Comitês das Bacias que as compõem.

Justificativa:

De acordo com o Perfil Socioeconômico o Vale do Taquari (SEPLAN, 2015), o Vale do Taquari possui grande disponibilidade de recursos hídricos, pertencendo a sub-bacia Taquari-Antas. Entretanto, esses rios e arroios recebem grande parte dos dejetos, esgotos, agrotóxicos e contaminantes dos municípios da região.

Ainda de acordo com o Perfil Socioeconômico, a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água é atualmente o principal foco de degradação dos recursos hídricos no Vale do Taquari e no Estado, resultado de décadas de baixos investimentos em saneamento básico. O Rio Taquari recebe, na Região, grandes volumes de efluentes domésticos e industriais, que se somam aos produzidos à montante, no COREDE Serra.

A poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos. Treze dos municípios do Vale são atendidos pela CORSAN, entretanto o único município que conta com serviço de tratamento de esgoto é Muçum.

<p>Desta forma surge a necessidade da efetivação da Lei das Águas (Lei n 9.433) que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRe criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). Um de seus principais objetivos é assegurar a disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados, bem como promover uma utilização racional e integrada dos recursos hídricos.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Implantação da Agência da Região Hidrográfica do Guaíba, para que sirva de instrumento operativo à execução dos projetos relativos aos recursos hídricos.</p>
<p>Meta: Implantação da Agência da Região Hidrográfica do Guaíba.</p>
<p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 2: Aquisição de uma Sede e contratação de pessoas para a Agência da Região Hidrográfica do Guaíba.</p>
<p>Meta: Agência em operação</p>
<p>Prazo: 48 meses</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$2.500.000,00</p>
<p>Produto 1: -</p>
<p>Produto 2: R\$2.500.000,00 (Aquisição da Sede R\$ 250.000,00 + Contratação de 5 funcionários para equipe técnica com salário mensal de R\$ 2.500,00, por 180 meses)</p>

Prioridade 13 - Projeto N°46

<p>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Título: Potencializar o SIOUT – Sistema Integrado de Outorga.</p>
<p>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Objetivo: Implantar sistema que integre todas as informações de outorgas e outras formas de concessão dos recursos hídricos provenientes da região.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>De acordo com o Perfil Socioeconômico o Vale do Taquari (SEPLAN, 2015), o Vale do Taquari possui grande disponibilidade de recursos hídricos, pertencendo a sub-bacia Taquari-Antas. Entretanto, esses rios e arroios recebem grande parte dos dejetos, esgotos, agrotóxicos e contaminantes dos municípios da região.</p> <p>Ainda de acordo com o Perfil Socioeconômico, a poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água é atualmente o principal foco de degradação dos recursos hídricos no Vale do Taquari e no Estado, resultado de décadas de baixos investimentos em saneamento básico. O Rio Taquari recebe, na Região, grandes volumes de efluentes domésticos e industriais, que se somam aos produzidos à montante, no COREDE Serra.</p> <p>A poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água colabora para a degradação dos recursos hídricos. Treze dos municípios do Vale são atendidos pela CORSAN, entretanto o único município que conta com serviço de tratamento de esgoto é Muçum.</p>

Desta forma surge a necessidade da efetivação da Lei das Águas (Lei n 9.433) que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRe criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). Um de seus principais objetivos é assegurar a disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados, bem como promover uma utilização racional e integrada dos recursos hídricos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação de um Inventário que relacione todas as concessões de uso dos recursos hídricos do Vale do Taquari à empresas, residências e propriedades agrícolas.

Meta: Inventário de outorgas e outros registros de concessão de uso dos recursos hídricos do Vale do Taquari.

Prazo: 18 meses

Produto 2: Implantação de um sistema integrado regional de outorgas de água

Meta: Implantação de um sistema integrado regional de outorgas de água

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$200.000,00

Produto 1: -

Produto 2: R\$200.000,00

Prioridade 14 - Projeto N°49

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecer as instituições existentes que atendem animais domésticos.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Prestar auxílio às entidades que prestam assistência a animais abandonados nos âmbitos de orientação, qualificação, gestão de processos e fluxo de informações.

Justificativa:

A execução das ações, das atividades e das estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública, além de raiva e leishmanioses, estende-se para outras doenças de transmissão vetorial.

Assim, tais doenças subdividem-se em três grupos, sendo: zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde (MS), zoonoses de relevância regional ou local e zoonoses emergentes ou reemergentes. As zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde são: peste, leptospirose, febre maculosa brasileira, hantavirose, doença de Chagas, febre amarela, febre D, chikungunya e febre do Nilo Ocidental.

Outras doenças de transmissão vetorial que acometem somente a espécie humana, como dengue e malária, também podem ser parte integrante das atribuições da área de vigilância de zoonoses.

O fortalecimento dos órgãos que atendam animais domésticos visa a prevenção de doenças e também a proteção dos animais.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Auxílio, via Sebrae, Univates, IFE, Acil e Sinduscon às Entidades que atendem animais domésticos abandonados para ajudar nas questões de obtenção de renda, divulgação e comunicação das campanhas de doação e arrecadação de mantimentos, apoio a questões de qualificação em administração financeira e de pessoas voluntárias das entidades.
Meta: Sustentabilidade das entidades assistenciais a animais abandonados
Prazo: 18 meses
Produto 2: Formação de convênio com Emater, UERGS, Univates, Secretarias municipais de agricultura para auxílio em medicina veterinária e análises clínicas.
Meta: Atendimento veterinário a animais abandonados, sem custo para as entidades.
Prazo: 12 meses
Produto 3: Registro dos animais domésticos, para rastreabilidade e controle de saúde
Meta: Rastreabilidade de todos os animais domésticos existentes no Vale do Taquari
Prazo: 36 meses
Produto 4: Criação de um sistema regional integrado de rastreabilidade e controle de saúde de animais domésticos.
Meta: Criação de um sistema regional integrado de rastreabilidade e controle de saúde de animais domésticos.
Prazo: 24 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$380.000,00
Produto 1: 0,00
Produto 2: 0,00
Produto 3: R\$180.000,00
Produto 4: R\$200.000,00

ESTRATÉGIA 5 - Agregar valor em novas cadeias e promover a diversificação produtiva do Vale do Taquari

Prioridade 1 - Projeto N°59

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Incentivar a produção de energias alternativas e renováveis
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
<ul style="list-style-type: none"> - Estimular a produção de energia através da pesquisa de novas tecnologias; - Contribuir para que os entes federados estimulem o desenvolvimento, produção e distribuição de energias renováveis e alternativas.

Justificativa:

Tema recorrente em nossa região, debatido em todos os setores, é a questão da produção e uso de energias renováveis. Para tanto, inúmeras alternativas, proposições, produtos e projetos inovadores foram discutidos e alguns implementados. Dentre essas, destaca-se a transformação da energia solar em energia elétrica.

Conforme o Secretário de Minas e Energia do Estado, Lucas Redecker, energias renováveis caracterizadas como não convencionais (pequenas centrais hidrelétricas, solar, eólica, oceanos, biogás e biometano) geram menores impactos ambientais que as fontes convencionais, contribuindo com a segurança e a sustentabilidade ambiental das políticas energéticas.

Tais benefícios podem ocorrer através da utilização de placas fotovoltaicas que transformam a energia solar em energia elétrica. Ainda é possível tornar essa fonte sustentável com o passar do tempo, de modo que, ao comparar seus custos de aquisição de equipamentos e projeto, com os custos oriundos da prestação de serviços das concessionárias de energia convencionais, têm-se uma economia considerável, a tal ponto que mesmo a aquisição de um projeto poderia ser paga com tal diferença. Dessa circunstância inclusive, se pode tirar uma média de *payback* de 7 a 8 anos para o caso de domicílios.

Tratando-se da energia proveniente das hidrelétricas, as indústrias pretendem ampliar suas plantas produtivas, os produtores rurais pretendem ampliar o uso de equipamentos tecnológicos, mas estão condicionados ao limite de disponibilidade de energia. Atualmente existem no Vale do Taquari projetos em estudo e encaminhados que possibilitam a geração de 260 megawatts de energia para nossa região, que demanda em torno de 200 megawatts, e produz atualmente somente 13 megawatts. Contudo, é preciso ter presente a geração de energias alternativas, energia solar, biodigestores, energia eólica, entre outras, relacionadas à biomassa, que devem ser melhor discutidas, amadurecidas e criadas possibilidades para a inovação nesses empreendimentos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação e ampliação de leis em âmbito federal estadual e municipais de incentivo fiscal à população e empresas que fazem captação de energia solar para transformação em energia elétrica.

Meta: Criação de leis que contemplem a produção de energias renováveis e alternativas.

Custo: 0,00

Prazo: 180 meses

Produto 2: Pesquisa em produção em energias renováveis orientadas a partir das peculiaridades regionais.

Meta: Desenvolver dois projetos de pesquisa em parcerias com empresas a cada dois anos.

Custo: R\$ 3.500.000,00

Prazo: 180 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$24.500.000,00

Produto 1: 0,00

Produto 2: R\$24.500.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecer a cadeia produtiva de hortigranjeiros, com qualificação dos produtores e técnicos; organização da cadeia produtiva; fortalecimento da produção de alimentos orgânicos; produção para o programa nacional de alimentação escolar.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover qualificação em Olericultura, feiras e feiradas municipais e destinação de parte da produção da região a merenda escolar.
<p>Justificativa:</p> <p>A região estimula a produção de alimentos e indica que deve diversificar cadeias produtivas, mas, mais que isso, consolidar e agregar valor às já existentes.</p> <p>Conforme o Ministério da Agricultura, na agricultura orgânica não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos, ou quaisquer substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Ainda é ressaltado que, para ser considerado orgânico, o produto tem que ser produzido em um ambiente onde se utiliza como base do processo produtivo, os princípios agroecológicos que contemplam o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais.</p> <p>Dentre os conceitos fundamentais na produção orgânica, estão a relação de confiança entre produtor e consumidor e o controle de qualidade (Ministério da Agricultura).</p> <p>A Nacional da Agricultura Orgânica, nº 10.831/2003, inclui a produção, armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização e fiscalização dos produtos. Atualmente, há 15 mil produtores atuando com agricultura orgânica numa área estimada de 800 mil hectares no Brasil</p> <p>Visando, além da importância da agricultura orgânica, outros aspectos e ações ambientais são necessárias, tais como a utilização adequada de máquinas e implementos agrícolas para não danificar a estrutura e a vida do solo. À exemplo disso, há a possibilidade de integrar a agricultura com a criação animal na propriedade visto que o esterco poderá ser transformado em composto, muito importante para a agricultura orgânica. Os animais devem preferencialmente receber ração produzida nas propriedades rurais, ter instalações adequadas e pastear livremente. Outro aspecto a ser citado seria a valorização da orgânica visa também o bem-estar do agricultor, a preservação da sociedade rural e costumes e a autossuficiência do pequeno agricultor.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Qualificação de produtores e técnicos em Olericultura
Meta: Certificação em Olericultura para um representante da secretaria municipal de agricultura por cidade do Vale do Taquari e, certificação para um mínimo de 10 produtores por cidade.
Prazo: 18 meses
Produto 2: Viabilização de feiras municipais periódicas e feiras provisórias nos municípios do Vale do Taquari.
Meta: Que cada cidade possua sua feira municipal semanal e uma feira anual.
Prazo: 36 meses

Produto 3: Alimentação escolar oriunda de produtos da agricultura familiar do Vale do Taquari, conforme a lei nº 11.947/2009, que determina que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional da Alimentação Escolar (FNDE) para a merenda nas escolas brasileiras, devem ser destinados à aquisição dos produtos da agricultura familiar.
Meta: Cumprir com a determinação da lei nº 11.947/2009
Prazo: 48 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$270.000,00
Produto 1: R\$270.000,00 (6 microrregionais mais uma qualificação técnica por cidade)
Produto 2: -
Produto 3: -

Prioridade 3 - Projeto N°56

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecer e ampliar os empreendimentos turísticos regionais, com qualificação de atores criação de novos roteiros turísticos.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Consolidar a cadeia produtiva do turismo regional
Justificativa: <p>No Rio Grande do Sul, temos 294 municípios que participam das 27 regiões turísticas do Estado. No Vale do Taquari, temos 18 municípios que fazem parte da rota turística: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Colinas, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Ilópolis, Lajeado, Muçum, Nova Bréscia, Progresso, Relvado, Sério, Teutônia, Vespasiano Corrêa e Westfália. Os 294 municípios do Rio Grande do Sul presentes no Mapa do Turismo se dividem em 5 categorias, de acordo com a Categorização dos municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. O instrumento, elaborado pelo Ministério do Turismo, identifica o desempenho da economia do turismo para tornar mais fácil a identificação e apoio a cada um.</p> <p>Dentro da metodologia, os municípios contemplados nas categorias A, B e C contam com 95% dos empregos formais em meios de hospedagem, 87% dos estabelecimentos formais de meios de hospedagem, 93% do fluxo doméstico e têm fluxo internacional. O conjunto de municípios dos grupos D e E, reúnem características de apoio às cidades geradoras de fluxo turístico. Muitas vezes são aquelas que fornecem mão de obra ou insumos necessários para atendimento aos turistas.</p> <p>Em paralelo ao contexto Estadual, a região possui uma Associação de Turismo, a AMTURVALES, que nasce de uma discussão regional via planejamento no final da década de 1990, possui roteiros turísticos, empresas privadas que atuam no turismo e 18 dos 36 municípios fazem parte dos municípios considerados turísticos no Estado do RS. Assim, possui todas as condições e características para desenvolver diversos tipos de turismo, desde turismo vinculado às questões da natureza e religião, até turismo de negócios e eventos.</p>

Os municípios do Vale do Taquari salientaram mediante seus representantes, a necessidade de mudança cultural na percepção do turismo como um valor regional. Esta região funda-se nos valores do trabalho e ainda necessita avançar na perspectiva de negócios, de emprego e renda que o turismo possa proporcionar.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Fortalecer e ampliar os empreendimentos turísticos regionais.
Meta: Mobilização dos atores regionais
Custo: 0,00
Prazo: 60 meses
Produto 2: Promover a ação “Aprendendo Turismo nas escolas” para alunos das escolas públicas nos municípios da região
Meta: Promover a ação “Aprendendo Turismo nas escolas”
Custo: R\$200.000,00 quinquenalmente
Prazo: 180 meses
Produto 3: Capacitação de profissionais que atuam na área de turismo nas regiões.
Meta: Capacitar 80 profissionais trienalmente
Custo: R\$200.000,00
Prazo: 180 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.600.000,00
Produto 1: R\$ 0,00
Produto 2: R\$ 200.000,00
Produto 3: R\$ 200.000,00
Produto 4: R\$ 1.500.000,00

Prioridade 4 - Projeto N°54

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecer a cadeia produtiva da erva-mate.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aumentar o retorno financeiro para os produtores através de exploração de oportunidades no uso da erva mate.
Justificativa: <p>Ao longo de seu desenvolvimento o Vale do Taquari concentrou sua produção agrícola na cadeia de integrados, com produção de suínos e frango além da produção de leite.</p> <p>Diante há necessidade de agregação de valor para tornar solvente as operações nas propriedades agrícolas, se busca expandir a diversificação da produção dentro das propriedades.</p> <p>A região geograficamente localizada e chamada de alto taquari desenvolveu a produção de erva mate como alternativa. Atualmente é considerada como um dos principais polos do estado na produção deste item.</p>

O fato que acomete este dado é a não agregação de valor ao produto. Os benefícios da erva-mate vêm sendo estudados profundamente e pesquisas científicas comprovam eficácia do seu uso para a produção de cosméticos, alimentos diversos e mesmo o chá.

A possibilidade de desenvolvimento da cadeia da erva mate permitirá promover a geração de valor em cima de uma matéria prima a qual a região já possui *know how* promovendo o desenvolvimento sustentável do Vale do Taquari.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Fomentar Grupo de Trabalho para discussão da cadeia produtiva da Erva Mate.

Meta: Grupo de Trabalho formado.

Prazo: 6 meses

Produto 2: Qualificação dos produtores de erva mate – Compreensão da cadeia produtiva / formas de diversificação da produção / como agregar valor ao produto.

Meta: Curso realizado

Prazo: 18 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$50.000,00

Produto 1: -

Produto 2: R\$50.000,00

Prioridade 5 - Projeto N°52

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecer a cadeia produtiva da piscicultura, com qualificação dos produtores e técnicos; organização da cadeia produtiva.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Promover a diversificação da produção rural através da ampliação da piscicultura e organização da sua cadeia.

Justificativa:

Ao longo de seu desenvolvimento o Vale do Taquari concentrou sua produção agrícola na cadeia de integrados, com produção de suínos e frango além da produção de leite.

Diante há necessidade de agregação de valor para tornar solvente as operações nas propriedades agrícolas, se busca expandir a diversificação da produção dentro das propriedades.

A piscicultura atualmente avança em um mercado que cresce cerca de 10% ao ano, tornando-se uma via de diversificação produtiva também como forma de agregar valor às propriedades da região.

Esta cultura é presente no Vale do Taquari, mas ainda de forma não expressiva. É viável sua expansão através de qualificação dos produtores e com melhoria da cadeia produtiva existente hoje.

Busca-se a expansão da cadeia produtiva da piscicultura a fim de promover o desenvolvimento regional e promover a diversificação produtiva eliminando a dependência de cadeias integradas que apesar de consolidadas podem vir a eliminar o poder de barganha dos produtores, reduzindo suas margens.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Divulgar os benefícios e resultados possíveis com a piscicultura
Meta: Reuniões microrregionais realizadas
Prazo: 12 meses
Produto 2: Promover cursos de qualificação para a implantação e melhoria da piscicultura
Meta: Cursos realizados
Prazo: 18 meses
Produto 3: Fornecer incentivo aos produtores para implantação da piscicultura
Meta: Horas/Máquina cedidas
Prazo: 24 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$300.000,00
Produto 1: -
Produto 2: R\$50.000,00
Produto 3: R\$250.000,00

Prioridade 6 - Projeto N°57

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Integrar Rotas Turísticas Regionais, com planejamento regional de turismo para integração das ações.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Divulgar e aumentar o número de turistas no Vale do Taquari
Justificativa: <p>No Rio Grande do Sul, temos 294 municípios que participam das 27 regiões turísticas do Estado. No Vale do Taquari, temos 18 municípios que fazem parte da rota turística: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Colinas, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Ilópolis, Lajeado, Muçum, Nova Brésia, Progresso, Relvado, Sério, Teutônia, Vespasiano Corrêa e Westfália.</p> <p>Em boa parte das reuniões municipais, é saliente a necessidade de ampliação e investimentos no turismo regional. É visível a necessidade de mudança cultural na percepção do turismo como um valor regional. Esta região funda-se nos valores do trabalho e ainda necessita avançar na perspectiva de negócios, de emprego e renda que o turismo possa proporcionar. A região possui uma Associação de Turismo, a AMTURVALES, que nasce de uma discussão regional via planejamento no final da década de 1990, possui roteiros turísticos, empresas privadas que atuam no turismo e 18 dos 36 municípios fazem parte dos municípios considerados turísticos no Estado do RS.</p> <p>Assim, possui todas as condições e características para desenvolver diversos tipos de turismo, desde turismo vinculado às questões da natureza e religião, até turismo de negócios e eventos.</p> <p>A integração das rotas existentes através de planejamento entre os municípios faz-se necessária para que possa ser gerado mais valor através da exploração turística.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 5: Criação, integração e sinalização dos roteiros turísticos.
Meta: Criar 6 novos roteiros turísticos por região. Sinalizar todas as rotas turísticas.
Custo: R\$1.500.000,00
Prazo: 180 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$1.500.000,00
Produto 1: R\$1.500.000,00

Prioridade 7 - Projeto N°55

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecer a cadeia produtiva de cosméticos, produtos de higiene e limpeza.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer a cadeia produtiva buscando identificar meios de agregar valor ao setor.
Justificativa: <p>Devido a característica proativa de sua população o empreendedorismo se faz presente de forma constante no Vale do Taquari. Inicialmente surge na década de 60 as cooperativas e ao longo dos anos desenvolvem-se diversas cadeias produtivas formando diversos <i>clusters</i> na região.</p> <p>Esta formação é fruto da migração de pessoas de outras regiões do estado, que aqui no Vale encontram condições para empreender, fortalecendo a diversificação produtiva da região.</p> <p>Diante está diversificação, a produção de cosméticos, produtos de higiene e limpeza aparecem com força e tem demonstrado crescimento constante em suas áreas de atuação.</p> <p>A ampliação destas cadeias, bem como a busca por formas de agregar mais valor ao processo são oportunidades que a região tem de ampliar os resultados positivos apresentados até o momento.</p> <p>Estas cadeias promovem a geração de empregos, produção de tecnologia em processo e produtos e são importantes para não formação de aglomerações econômicas de um mesmo <i>cluster</i>, aumentando a exposição a crises diante a problemas com algum setor específico.</p> <p>Assim sendo, é importante para o Vale do Taquari o investimento nestas cadeias diante a todas as oportunidades que podem ser exploradas através dele.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Formação de comissão industrial das empresas de cosméticos, higiene e limpeza do Vale do Taquari.
Meta: Comissão formada
Prazo: 6 meses
Produto 2: Programa de capacitação para análise da cadeia e produção de tecnologias que incorporem valor a operação
Meta: Cursos realizados
Prazo: 12 meses

Produto 3: Parceria com Parque Tecnológico para geração de inovação
Meta: Parceria realizada
Prazo: 24 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$00.000,00
Produto 1: -
Produto 2: R\$90.000,00
Produto 3: -

Prioridade 8 - Projeto N°53

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecer a cadeia produtiva da apicultura.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer e ampliar a apicultura no Vale do Taquari para torná-la sólida e como mais uma opção de diversificação da produção na propriedade rural.
<p>Justificativa:</p> <p>Ao longo de seu desenvolvimento o Vale do Taquari concentrou sua produção agrícola na cadeia de integrados, com produção de suínos e frango além da produção de leite.</p> <p>Diante há necessidade de agregação de valor para tornar solvente as operações nas propriedades agrícolas, se busca expandir a diversificação da produção dentro das propriedades.</p> <p>A apicultura se destaca como opção de geração de renda e ocupação do homem no campo, uma vez que a sua cadeia produtiva possibilita a criação de postos de trabalho e fluxos de renda durante todo o ano, particularmente na agricultura familiar, contribuindo, desse modo, para a melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no meio rural. O mel apresenta-se como o produto apícola mais fácil de ser explorado e com maiores possibilidades de comercialização. Além de servir como fonte de alimento, é também bastante utilizado pelas indústrias farmacêuticas e cosméticas, em função das suas ações terapêuticas.</p> <p>Nesse contexto, a apicultura representa uma excelente alternativa econômica para reforçar a renda do produtor na agricultura familiar. Conforme Freitas (2003), a atividade apícola apresenta peculiaridades favoráveis e compatíveis com as condições de trabalho e capital daquele produtor, além de reunir todos os requisitos necessários à sustentabilidade, tratando-se, portanto, de uma atividade capaz de causar impactos positivos no campo social, econômico e ambiental. Com relação ao aspecto econômico e social, a apicultura se destaca como opção de geração de renda e ocupação do homem no campo, uma vez que a sua cadeia produtiva possibilita a criação de postos de trabalho e fluxos de renda durante todo o ano, particularmente na agricultura familiar, contribuindo, desse modo, para a melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no meio rural.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Parceria para atuação do Centro de Produtores de Montenegro – CETAM no Vale do Taquari (treinamento em apicultura).
Meta: CETAM com atuação no Vale

Prazo: 12 meses
Produto 2: Fortalecimento do <i>knowhow</i> regional na apicultura através de formas associadas
Meta: Grupos de trabalho em atuação
Prazo: 12 meses
Produto 3: Subsídio para diversificação produtiva e investimento na apicultura
Meta: Produtores qualificados com estrutura para produzir produção de mel e derivados
Prazo: 18 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$180.000,00
Produto 1: R\$90.000,00
Produto 2: -
Produto 3: R\$90.000,00

Prioridade 9 - Projeto N°50

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Incrementar e fortalecer a cadeia produtiva da floricultura, com a qualificação dos produtores e técnicos; organização da cadeia produtiva.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar a participação do Vale do Taquari na cadeia produtiva da floricultura e fortalecer sua presença na região.
Justificativa: <p>Ao longo de seu desenvolvimento o Vale do Taquari concentrou sua produção agrícola na cadeia de integrados, com produção de suínos e frango além da produção de leite.</p> <p>Diante há necessidade de agregação de valor para tornar solvente as operações nas propriedades agrícolas, se busca expandir a diversificação da produção dentro das propriedades.</p> <p>Entre as tendências para o crescimento e o desenvolvimento futuros de cadeias produtivas, verifica-se a produção de flores e plantas ornamentais.</p> <p>Dentro dessas cadeias se enxerga, de acordo com pesquisa do SEBRAE, algumas tendências do setor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização produtiva e comercial, com a consolidação e fortalecimento de polos regionais; • Maior diversificação do consumo, com introdução de espécies e cultivares mais adaptadas aos gostos e às culturas regionais, alinhando-se às novas demandas culturais de defesa do meio ambiente, da biodiversidade e da sustentabilidade; • Diminuição do papel centralizado, atualmente ocupado pelos polos produtivos paulistas, especialmente de Holambra e Campinas, que continuarão, no entanto, exercendo total liderança setorial, tanto nos aspectos estritamente comerciais, quanto institucional e político;

- Desenvolvimento tecnológico e gerencial tanto da base produtiva, quanto das plataformas de distribuição, aumentando a disponibilidade de áreas frias para estocagem de mercadorias, a automação das operações e processos, a coleta e troca de informações digitais, bem como o desenvolvimento de atividades de suporte, como padronização, classificação, código de barras e suas leituras, uso de *cloud computing*, entre outros aspectos;
- Maior otimização dos custos logísticos de transporte e movimentação de mercadorias, condicionando maior diversificação e incorporação das produções regionais, especialmente no caso das plantas envasadas, mais volumosas, de alta cubagem e baixa relação custo x benefício nas operações comerciais de larga distância;
- Crescimento das vendas no canal supermercadista e pelo varejo on-line.

Ressalta-se que o fortalecimento do comércio dos produtos da floricultura brasileira, tanto no âmbito do mercado interno, quanto para o exterior, constitui-se em uma ação absolutamente vital para a garantia de um grande número de empregos, tanto no meio rural, quanto nas cidades e, mesmo para a sobrevivência de inúmeras propriedades e empresas agrícolas. Representa, dessa forma, uma alternativa altamente eficiente e eficaz para o desenvolvimento econômico e social sustentável e equânime entre as diversas macrorregiões geográficas do país.

Estas tendências demonstram uma oportunidade aos produtores rurais de agregação de valor a propriedade, vindo ao encontro das necessidades estratégicas que contribuem para o desenvolvimento sustentável regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Promover a integração entre produtores de flores no Vale do Taquari.

Meta: grupos de trabalho formados.

Prazo: 6 meses

Produto 2: Realizar a qualificação de produtores em potencial interessados no setor.

Meta: Reuniões microrregional realizadas.

Prazo: 18 meses

Produto 3: Qualificação de produtores para expansão da atuação e abertura de novos mercados.

Meta: Cursos realizados

Prazo: 21 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$90.000,00

Produto 1: -

Produto 2: R\$45.000,00

Produto 3: R\$45.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criar um Inventário turístico do Vale do Taquari, com coleta de dados/informações; análise e planejamento.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Formar um inventário das rotas e passeios turísticos do Vale do Taquari afim de potencializar a exploração turística regional.
Justificativa: <p>No Rio Grande do Sul, temos 294 municípios que participam das 27 regiões turísticas do Estado. No Vale do Taquari, temos 18 municípios que fazem parte da rota turística: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Colinas, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Ilópolis, Lajeado, Muçum, Nova Brescia, Progresso, Relvado, Sério, Teutônia, Vespasiano Corrêa e Westfália.</p> <p>Em boa parte das reuniões municipais, é saliente a necessidade de ampliação e investimentos no turismo regional. É visível a necessidade de mudança cultural na percepção do turismo como um valor regional. Esta região funda-se nos valores do trabalho e ainda necessita avançar na perspectiva de negócios, de emprego e renda que o turismo possa proporcionar. A região possui uma Associação de Turismo, a AMTURVALES, que nasce de uma discussão regional via planejamento no final da década de 1990, possui roteiros turísticos, empresas privadas que atuam no turismo e 18 dos 36 municípios fazem parte dos municípios considerados turísticos no Estado do RS.</p> <p>Assim, possui todas as condições e características para desenvolver diversos tipos de turismo, desde turismo vinculado às questões da natureza e religião, até turismo de negócios e eventos. Se faz necessário um mapeamento completo e com participação total dos municípios para que possa ser melhor explorado o potencial turístico do Vale do Taquari.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Inventário Turístico Regional
Meta: Convênio com estado assinado
Custo: 200.000,00
Prazo: 12 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$200.00,00
Produto 1: R\$200.00,00

ESTRATÉGIA 6 - Aprimorar a matriz estrutural do Vale do Taquari

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificar a distribuição da Energia Elétrica
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Eliminar problemas de fornecimento de energia em função de condições precárias de fornecimento

Justificativa:

Conforme apresentado no Perfil socioeconômico do Vale do Taquari (SEPLAN, 2015), três municípios (Lajeado, Taquari e Estrela) consome dois terços do total de consumo de energia da região. O tema da energia elétrica no Vale do Taquari pode e deve ser compreendido em duas situações distintas. Na produção e no fornecimento e distribuição de energia.

Deve-se analisar a distribuição que ocorre hoje nos municípios, onde principalmente os 22 municípios com população menor do que 5 mil habitantes sofrem com a má qualidade do fornecimento. Os relatos nas reuniões de diagnóstico do Planejamento Estratégico Regional, efetivadas em 2016, nestes municípios, referem-se muito as estruturas das redes, em sua maioria com postes ainda de madeira, quando da precipitação de grandes chuvas e temporais as comunidades interioranas ficam no mínimo 2 dias sem luz, até o devido restabelecimento.

Também se encontra como realidade a ausência de rede trifásica para os produtores rurais. Em seus relatos as frases mais corriqueiras são que a “rede é fraca”, “a energia não vem com força”, problemas que acarretam diretamente na desmotivação do produtor em investimentos tecnológicos, inviabilizando a atividade agrária por falta de escala, onde o trabalho manual não se torna rentável.

Nova Brésia relata que a rede não atende à demanda. Pouso Novo conta com apenas 30% do interior com rede trifásica, mas se pergunta se esta rede chegou tarde, pois já houve perda de população superior a 10% em um período de 10 anos. Doutor Ricardo relata a falta de assistência e a constante falta de fornecimento de energia por queda de postes. Anta Gorda reclama da instabilidade do fornecimento. Westfália e Roca Sales são exemplos de municípios que não tem rede trifásica na zona rural. Estas situações repetem-se nos 36 municípios do Vale do Taquari.

Em relação ao atendimento das concessionárias de energia em pequenas localidades, verifica-se melhora quando da presença de empresas âncora nestes municípios, que conseguem obter poder de barganha em exigir melhor qualidade de atendimento e indiretamente a melhora se estende ao meio rural, embora esta melhora não seja significativa.

Diferente desta realidade, está Dois Lajeados, onde a rede trifásica está presente em 95% da área rural. Com o apoio da prefeitura, instalou-se a rede a todos produtores. Em função disso, verificou-se mais de 300% em aumento de consumo de energia no meio rural, onde conclui-se que a disponibilidade de energia trifásica com qualidade faz com que o produtor invista em tecnologia, aumentando sua produção, melhorando a rentabilidade da propriedade, evitando o êxodo rural e incrementando cada vez mais o consumo de energia.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Desenvolver plano de investimentos em melhoria de serviços com concessionárias.

Meta: Plano de ação firmado com compromisso de execução.

Prazo: 12 meses

Produto 2: Ampliação das redes de transmissão

Meta: rede ampliada

Prazo: 24 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$560.000,00

Produto 1: -

Produto 2: R\$560.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estruturar programa de adequação de habitações irregulares do Vale do Taquari
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Informar o que será feito
<p>Justificativa:</p> <p>O Vale do Taquari possui somente 11% dos domicílios ligados a uma rede de saneamento, além de possuir 5% de residências sem banheiros e 15% sem rede geral de abastecimento de água.</p> <p>Apesar de não apresentar, ainda, grandes concentrações populacionais irregulares ou sem infraestrutura mínima, a região carece de medidas preventivas e corretivas, para as situações já existentes, visando à adequação das condições de moradia, saneamento básico e manutenção do ecossistema.</p> <p>A realocação das famílias, hoje em áreas de risco, para habitações populares com infraestrutura e saneamento visa a dignificar e a qualificar as suas condições de moradia. Já a criação de legislação específica e de políticas para a adequada utilização das áreas de risco, a partir da sua desocupação, visa à sua utilização para outros fins que não residenciais, comerciais ou industriais.</p> <p>Não há como promover o desenvolvimento sustentável obtendo parte da população vivendo em condições irregulares e em sub habitações.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Desenvolver e adequar legislação municipal de habitação de interesse social
Meta: Lei implantada
Prazo: 12 meses
Produto 2: Adequar residências sem condições básicas de moradia
Meta: Casas adequadas (com banheiro)
Prazo: 48 meses
Produto 3: Desocupar áreas de risco e inadequadas para moradia
Meta: Realocar famílias em locais adequados
Prazo: 48 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$14.040.000,00
Produto 1: -
Produto 2: R\$5.000.000,00
Produto 3: R\$9.040.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover acesso de todos os municípios a tecnologia da informação.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fornecer acesso de qualidade a tecnologia da informação para toda a população do Vale do Taquari.
<p>Justificativa:</p> <p>De acordo com o Perfil Socioeconômico do Vale do Taquari (2015), as comunicações na região são precárias. O acesso à <i>internet</i>, celulares e telefonia fixa apresentam indicadores inferiores do que a média estadual quando da presença em domicílios. Essa média inferior pode estar relacionada a má qualidade dos serviços oferecidos.</p> <p>É evidente que não há como pensar em desenvolvimento regional sem que a população tenha serviços básicos de qualidade, como o acesso à tecnologia da informação.</p> <p>Considerando as discussões regionais e para ter um diagnóstico mais efetivo das telecomunicações, o CODEVAT fez, no final do ano de 2014 um levantamento com todos os municípios.</p> <p>Os resultados desta pesquisa indicaram que: em se tratando da telefonia fixa e a empresa que presta esse serviço, todos os pesquisados responderam ter esse serviço, disponibilizado pela empresa que possui a Concessão atual, OI, e indicaram que na área urbana o serviço atende à sociedade. Nenhum dos pesquisados indicou não haver telefonia fixa nas áreas urbanas dos municípios. No entanto, em áreas rurais, 13 respondentes indicaram não ter telefonia fixa em localidades rurais, ou seja, 46,4% dos municípios do Vale, que responderam esse questionário, afirmam não ter telefonia fixa em localidades da zona rural.</p> <p>Em se tratando da telefonia móvel, nenhuma operadora teve avaliação ótima com relação ao sinal. Do total de respostas, 81,68% indicaram que o sinal das operadoras é regular, ruim ou péssimo.</p> <p>Quando solicitadas as sugestões e melhorias indicadas pelos respondentes, a percepção mais genérica é de que há a necessidade de instalação de mais antenas, para maior cobertura de sinal em toda a região.</p> <p>Problemas básicos, como a dificuldade do produtor rural em emitir nota fiscal eletrônica por não ter acesso a redes de <i>internet</i> com qualidade trancam o desenvolvimento e desaquece a economia local. Empresas de médio/grande porte localizadas em municípios com menos de 5.000 habitantes também sofrem quando da ineficiência de serviços, havendo relatos de ficar 3 dias sem comunicação (telefone e <i>internet</i>).</p> <p>O fortalecimento das redes físicas para melhoria de telefonia móvel e estrutura física para telefonia física são fundamentais para a sustentabilidade do desenvolvimento.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Diagnóstico e estudo de viabilidade da implementação da tecnologia de informação nos municípios da região funcional 2, considerando telefonia fixa, móvel e <i>internet</i> .
Meta: Diagnóstico e estudo de viabilidade da implementação da tecnologia de informação.
Custo: R\$250.000,00
Prazo: 24 meses
Produto 2: Implantação da estrutura de toda a tecnologia de informação necessária aos municípios da região funcional 2, considerando telefonia fixa, móvel e <i>internet</i> .

<p>Meta: Contemplar a totalidade da população urbana e rural atendidas por tecnologia de informação</p> <p>Custo: R\$2.350.000.000,00</p> <p>Prazo: 180 meses</p>
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$2.350.250.000,00
Produto 1: R\$250.000,00
Produto 2: R\$2.350.000.000,00

Prioridade 4 - Projeto N°75

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criar um ramal da conexão ferroviária regional à Ferrovia Norte-Sul.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Utilizar a malha ferroviária para obter vantagem competitiva em custo
<p>Justificativa:</p> <p>O investimento em ferrovias é umas das melhores formas de capacitar nossos empresários em condições de competitividade no mercado globalizado, permitindo o escoamento adequado da produção e preços menores.</p> <p>Considerando-se a privilegiada posição geográfica da região localizada próxima a grandes centros produtores e consumidores estaduais, a conexão ferroviária com estas e a possibilidade de viabilização do transporte utilizando os modais fluvial e rodoviário e a representatividade da economia local, a região poderá agilizar processos de envio e recebimento de materiais para diversas regiões do Estado.</p> <p>Considerando ainda o esgotamento da malha rodoviária da região, o uso da ferrovia agrega também no sentido de desafogar as estradas propiciando menos risco de acidentes.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Liberação de licenças para operação logística
Meta: Licenças Liberadas
Prazo: 12 meses
Produto 2: Processo Licitatório para canal ferroviário com tronco principal
Meta: Licitação realizada
Prazo: 12 meses
Produto 3: Construção de canal ferroviário com tronco principal
Meta: Obra realizada
Prazo: 48 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$52.500.000,00
Produto 1: -
Produto 2: -
Produto 3: R\$52.500.000,00 (1,5 mi por Km)

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Produção extensiva de biogás
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: <ul style="list-style-type: none">- Produzir Energia através de biomassa- Reduzir a degradação do meio ambiente em função da produção agropecuária
Justificativa: <p>Os aterros são responsáveis por grande parte das emissões de gás metano na atmosfera, o que é um grande problema visto que o metano é 21 vezes mais prejudicial se comparado ao dióxido de carbono. Além disso, tem-se a formação do chorume, líquido proveniente de resíduos sólidos, resultado principalmente da água de chuva que se infiltra no lixo e da decomposição biológica da parte orgânica dos resíduos sólidos; altamente poluidor (PROJETO APOEMA, 2006), que acarreta na poluição dos recursos hídricos, o que gera consequências negativas em nosso abastecimento além da fauna e flora aquáticas.</p> <p>Logo, geração de energia elétrica a partir do biogás se justifica devido ao crescimento do agronegócio, ou seja, aumentando o número de granjas e consequentemente a quantidade de dejetos gerados, sendo que esses necessitam de tratamento para um crescimento sustentável. Outro fator que justifica o projeto é o aumento da demanda de energia elétrica na zona rural, sendo que em inúmeras vezes essa carga está no fim de cada ramal alimentador o que acarreta em perdas de distribuição, quedas de tensão e instabilidade no sistema. Também é um fator justificador a possibilidade de economia com energia elétrica ou uma renda extra para o caso de comercialização com uma concessionária de energia elétrica.</p> <p>A conversão energética do biogás pode vir a ser uma solução para o grande volume de biomassa produzindo através de atividades agropecuárias, já que reduz o potencial tóxico através da reutilização do gás metano ao passo que gera com ele a energia elétrica; reduzindo inclusive custos com a mesma.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Certificação em práticas de fabricação de biogás através de biodigestores para Secretários e conselheiros municipais de agricultura e meio ambiente, representantes de emater, de integradoras e cooperativas, representantes do APL, do Codeter e demais entidades representativas da cadeia produtiva de alimentos no Vale do Taquari em parceria com Univates, Secretaria Estadual de Minas e Energias e UERGS.
Meta: Certificação implantada
Prazo: 24 meses
Produto 2: Criação de parceria entre Integradoras, Bancos públicos, Secretaria de Minas e Energia e Banco de Desenvolvimento do Estado para proporcionar o Financiamento de Biodigestores a produtores agropecuários.
Meta: Linhas de financiamento disponíveis
Prazo: 36 meses

Produto 3: Implantação de biodigestores em propriedades rurais com financiamento proporcionado por integradoras e cooperativas, e com incentivo fiscal dos Governos Municipais e do Estado, para redução do <i>payback</i> do investimento.
Meta: Implantação de biodigestores em 100% das propriedades rurais cuja atividade principal seja agropecuária, com rendimentos líquidos mensais superiores a 3 mensalidades de financiamentos da implantação;.
Prazo: 120 meses
Produto 4: Criação de parceria com UERGS, Univates, Emater e Secretaria de Minas e Energia, para a Fiscalização dos Biodigestores implantados na região, bem como para a realização de pesquisa e desenvolvimento de novas práticas, equipamentos e processos que melhorem a qualidade do biogás, gerem cada vez menos impactos ambientais e sejam cada vez mais viáveis para a aquisição.
Meta: Fiscalização dos Biodigestores implantados na região, redução de impactos ambientais e de custos de aquisição dos biodigestores.
Prazo: 120 meses
Produto 5: Criação de parceria entre Propriedades rurais, Secretaria de Minas e Energia e Sulgás, para o recolhimento e tratamento do combustível.
Meta: Viabilização da aquisição e da Logística do biogás produzido.
Prazo: 120 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$103.200.000,00
Produto 1: R\$200.000,00
Produto 2: -
Produto 3: R\$100.000.000,00 (3.000 propriedades, R\$35.000,00 cada)
Produto 4: -
Produto 5: R\$3.000.000,00 (estrutura logística para coleta e armazenamento do biogás)

Prioridade 6 - Projeto N°70

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Mobilidade entre os municípios (acessos asfálticos, pontes etc.)
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Proporcionar melhores condições de mobilidade urbana e entre municípios da região e acesso asfáltico para todos.
Justificativa: <p>O tema mobilidade regional é recorrente e nestas condições deve ser pensado em seus diferentes modais de transporte. Desde os acessos asfálticos pendentes até a interligação dos modais e transporte rodoviário – ferroviário - hidroviário – aéreo. Um planejamento de mobilidade urbana nos municípios e de mobilidade regional deve ser discutido e tratado no Vale do Taquari.</p> <p>Além de um planejamento para dar conta dos aspectos citados, especificamente devem ser trabalhados os projetos da:</p>

- Duplicações das ERS-129/130:

Segundo publicação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA (2014), a duplicação da RS-129/130 urge. Nos trechos entre Venâncio Aires e Arroio do Meio, a indicação é de duplicação e entre este até Muçum, a execução de terceiras faixas. O volume de tráfego de veículos supera 26.000 veículos/dia, no trecho de Lajeado. O estudo foi financiado pelos municípios lindeiros e o Conselho Regional das Rodovias Pedagiadas – COREPE, trecho 7, aprovou, no mês de abril/2014, a execução do projeto com recursos oriundos das praças de pedágio. Nas atuais condições, está em fase de elaboração do Termo de Referência para posterior contratação e execução do projeto.

- Duplicação da BR-386, de Lajeado a Iraí:

Mais de 50% dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul transitam por esta rodovia. Foi a rodovia federal onde mais acidentes ocorreram nos anos de 2012 e 2013. Para tanto, é imprescindível para o Vale do Taquari, para o Estado do RS e para o Brasil, a execução da duplicação da BR-386 até o final do trecho no Estado, em Iraí. O EVTEA está em execução, via Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Na sequência, deve haver um esforço para a contratação do projeto de Duplicação.

Fundamental também, é considerar que no Vale temos uma estimativa de 1,81 habitantes para cada veículo e que ainda temos acessos a municípios sem asfalto. Aspecto esse salientado em todas as reuniões municipais que pelos representantes das cidades que não o possuem: de Arroio do Meio à Travesseiro - 5,9 Km; de Nova Bréscia a Coqueiro Baixo - 9,6 Km; de Boqueirão do Leão à Sério - 7 Km; de Forquetinha a Sério - 5 Km; de Arroio do Meio à Capitão - 16,5 Km.

- Aeródromo Regional, localizado em Estrela:

O Aeródromo do Vale do Taquari, localizado no município de Estrela, possui uma pista de 570 metros e está inoperante. Pode este ser, juntamente com a ferrovia, hidrovia e as rodovias que perpassam essa região, uma conexão eficaz dos diferentes modais de transporte.

No entanto, necessitamos de apoio para executarmos etapas necessárias para a liberação da pista hoje existente e ampliação do aeródromo.

Neste aeródromo seria possível tráfego de aeronaves de pequeno e médio porte. A região percebe como é fundamental esse modal de transporte para aqueles interessados no Vale, possibilitarem suas vindas à região, tanto em se tratando de empreendedores, como do turismo, e atendimentos de saúde, além de outros.

- Ferrovia:

O traçado da Ferrovia Norte-Sul na parte Sul do Brasil está em estudo. O EVTEA deve ser entregue no mês de dezembro do corrente ano. O Vale necessita dos diferentes modais de transporte para possibilitar o escoamento da produção e a intermediação da logística entre as regiões deste Estado.

- Porto:

O Vale do Taquari, considerando os diversos modais de transporte, a atual estrutura existente do porto hidroviário em Estrela, quer e precisa que este tenha melhor utilização. Além deste, temos um Porto em Taquari que deve ser ampliado e qualificado.

No presente projeto, será tratado apenas do modal rodoviário, no que tange ao Plano de Mobilidade Regional. Os acessos aos municípios da região sem pavimentação asfáltica, a questão das RS-130 e BR-386, do modal aéreo e hidroviário, dos planos de mobilidade urbana municipais, serão tratados individualmente em outros projetos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Promoção de Fórum com entidades representativas dos modais existentes na região para realização de um diagnóstico sobre os principais problemas de mobilidade encontrados na região e possíveis soluções.
Meta: Diagnóstico sobre os principais problemas de mobilidade encontrados na região e possíveis soluções.
Prazo: 12 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: -

Prioridade 7 - Projeto N°71

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implementar planos de mobilidade urbana nos municípios do Vale do Taquari.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implantação de plano de mobilidade urbana para os municípios de Arroio do Meio, Encantado, Taquari, Teutônia, Estrela e Lajeado.
Justificativa: <p>O tema mobilidade regional é recorrente e nestas condições deve ser pensado em seus diferentes modais de transporte. Desde os acessos asfálticos pendentes até a interligação dos modais e transporte rodoviário – ferroviário - hidroviário – aéreo. Um planejamento de mobilidade urbana nos municípios e de mobilidade regional deve ser discutido e tratado no Vale do Taquari.</p> <p>Conforme se dispôs a Política Nacional de Mobilidade Urbana Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012), que visa acessibilidade universal, desenvolvimento sustentável, equidade no acesso ao transporte público coletivo, segurança nos deslocamentos, justa distribuição dos benefícios e ônus no uso dos diferentes modos, equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros. Assim, temos os planos diretores municipais, que servem de instrumento de política de desenvolvimento, orientando a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção de espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, assegurando melhores condições de vida para a população.</p> <p>Além de um planejamento para dar conta dos aspectos citados, especificamente devem ser trabalhados os projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Duplicações das ERS-129/130: <p>Segundo publicação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA (2014), a duplicação da RS-129/130 urge. Nos trechos entre Venâncio Aires e Arroio do Meio, a indicação é de duplicação e entre este até Muçum, a execução de terceiras faixas. O volume de tráfego de veículos supera 26.000 veículos/dia, no trecho de Lajeado. O estudo foi financiado pelos municípios lindeiros e o Conselho Regional das Rodovias Pedagiadas – COREPE, trecho 7, aprovou, no mês de abril/2014, a execução do projeto com recursos oriundos das praças de pedágio. Nas atuais condições, está em fase de elaboração do Termo de Referência para posterior contratação e execução do projeto.</p>

- Duplicação da BR-386, de Lajeado a Iraí:

Mais de 50% dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul transitam por esta rodovia. Foi a rodovia federal onde mais acidentes ocorreram nos anos de 2012 e 2013. Para tanto, é imprescindível para o Vale do Taquari, para o Estado do RS e para o Brasil, a execução da duplicação da BR-386 até o final do trecho no Estado, em Iraí. O EVTEA está em execução, via Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Na sequência, deve haver um esforço para a contratação do projeto de Duplicação.

Fundamental também, é considerar que no Vale temos uma estimativa de 1,81 habitantes para cada veículo e que ainda temos acessos a municípios sem asfalto. Aspecto esse salientado em todas as reuniões municipais que pelos representantes das cidades que não o possuem: de Arroio do Meio a Travesseiro - 5,9 Km; de Nova Bréscia a Coqueiro Baixo - 9,6 Km; de Boqueirão do Leão a Sério - 7 Km; de Forquetinha a Sério - 5 Km; de Arroio do Meio a Capitão - 16,5 Km.

- Aeródromo Regional, localizado em Estrela:

O Aeródromo do Vale do Taquari, localizado no município de Estrela, possui uma pista de 570 metros e está inoperante. Pode este ser, juntamente com a ferrovia, hidrovia e as rodovias que perpassam essa região, uma conexão eficaz dos diferentes modais de transporte.

No entanto, necessitamos de apoio para executarmos etapas necessárias para a liberação da pista hoje existente e ampliação do aeródromo.

Neste aeródromo seria possível tráfego de aeronaves de pequeno e médio porte. A região percebe como é fundamental esse modal de transporte para aqueles interessados no Vale, possibilitarem suas vindas à região, tanto em se tratando de empreendedores, como do turismo, e atendimentos de saúde, além de outros.

- Ferrovia:

O traçado da Ferrovia Norte-Sul na parte Sul do Brasil está em estudo. O EVTEA deve ser entregue no mês de dezembro do corrente ano. O Vale necessita dos diferentes modais de transporte para possibilitar o escoamento da produção e a intermediação da logística entre as regiões deste Estado.

- Porto:

O Vale do Taquari, considerando os diversos modais de transporte, a atual estrutura existente do porto hidroviário em Estrela, quer e precisa que este tenha melhor utilização. Além deste, temos um Porto em Taquari que deve ser ampliado e qualificado.

No presente projeto, será tratado apenas do modal rodoviário, no que tange aos planos de mobilidade urbana nos municípios de Arroio do Meio, Encantado, Taquari, Teutônia, Lajeado e Estrela, que possuem mais de 20 mil habitantes (Arroio do Meio possui 18 mil). Os acessos aos municípios da região sem pavimentação asfáltica, a questão das RS-130 e BR-386, do modal aéreo e hidroviário, e do plano de mobilidade regional, serão tratados individualmente em outros projetos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação de Planos municipais de mobilidade urbana para os municípios de Arroio do Meio, Encantado, Taquari, Teutônia, Estrela e Lajeado.

Meta: Planos municipais de mobilidade urbana concluídos

Prazo: 36 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$900.000,00
Produto 1: R\$ 120.000,00 por município (Encantado, Taquari, Teutônia, Lajeado e Estrela, que possuem mais de 20 mil habitantes e Arroio do Meio 18 mil).

Prioridade 8 - Projeto N°74

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Duplicar a RSTs 129/130, entre Venâncio Aires e Encantado/Muçum.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo:</p> <p>Proporcionar melhores condições de mobilidade para as regiões dos COREDES Vale do Taquari e do Rio Pardo através do aumento da capacidade das RS-129/130 suportarem o volume de tráfego.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>Segundo publicação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA (2014), a duplicação da RS-129/130 urge. Nos trechos entre Venâncio Aires e Arroio do Meio, a indicação é de duplicação e entre este até Muçum, a execução de terceiras faixas. O volume de tráfego de veículos supera 26.000 veículos/dia, no trecho de Lajeado. O estudo foi financiado pelos municípios limítrofes e o Conselho Regional das Rodovias Pedagiadas – COREPE, trecho 7, aprovou, no mês de abril/2014, a execução do projeto com recursos oriundos das praças de pedágio. Nas atuais condições, está em fase de elaboração do Termo de Referência para posterior contratação e execução do projeto.</p> <p>O Objetivo é aumentar a capacidade das rodovias pedagiadas pela sua duplicação, implantação de terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.</p> <p>Mesmo antes da criação da EGR, já se reuniam no Vale do Taquari líderes de diversas entidades públicas e em um movimento em prol da duplicação da RS-130 no trecho que vai de Encantado à Muçum. Vários são os registros em jornais da região, desde 2011, destacando o apelo das lideranças da região à EGR, Secretarias de Estado e Câmara de deputados, buscando apoio para viabilizar a obra, que é fundamental não apenas para a população do Vale do Taquari, mas para o Rio Grande do Sul.</p> <p>Em um desses registros inclusive, o então presidente da Assembleia Legislativa, em 2012, já ressaltava: “Quem trafega pelo Vale do Taquari sabe como será importante a duplicação da RS-130. O esforço da comunidade, representada por esta comissão, será fundamental para a conquista deste pleito”.</p>

Contudo, apesar de ter sido pago e construído o EVTEA, em entrevista ao Jornal O Informativo do Vale no ano de 2017 (5/1), o Presidente da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari (CIC-VT), Ito Lanius diz que ainda é preciso que seja custeado e elaborado o Projeto Executivo da obra que é estimado pela EGR em 1,5 milhão.

Para tanto, o presidente do COREPE 7, Jonas Calvi, salienta que seria preciso estudar se, o superavit de R\$ 4 milhões até o mês de setembro de 2016 anunciado pela EGR, das três praças de pedágio que estão no trecho 7 juntas, são suficientes para custear as obras de manutenção e até mesmo a duplicação da ERS-130. Estas e outras informações, poderão ser extraídas do projeto executivo da obra.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estudo e criação do Projeto Executivo da Obra de duplicação.
Meta: Projeto Executivo da Obra de duplicação.
Prazo: 18 meses
Produto 2: Aprovação de todos os Licenciamentos necessários à execução da obra.
Meta: Licenciamentos aprovados
Prazo: 21 meses
Produto 3: Desapropriação das áreas necessárias para a duplicação da RS.
Meta: Obtenção de toda a área necessária à duplicação da RS.
Prazo: 24 meses
Produto 4: Execução da Obra de Duplicação da RS-129/130 (84 Km).
Meta: RS-129/130 que liga Venâncio Aires a Muçum, duplicada.
Prazo: 60 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$154.800.000,00
Produto 1: R\$2.000.000,00
Produto 2: -
Produto 3: R\$10.000.000,00
Produto 4: R\$142.800.000,00

Prioridade 9 - Projeto N°69

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Consolidar os acessos asfálticos aos municípios da região que ainda não os têm.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Proporcionar melhores condições de mobilidade urbana entre municípios da região.
Justificativa:
<p>O tema mobilidade regional é recorrente e nestas condições deve ser pensado em seus diferentes modais de transporte. Desde os acessos asfálticos pendentes até a interligação dos modais e transporte rodoviário – ferroviário - hidrovial – aéreo. Um planejamento de mobilidade urbana nos municípios e de mobilidade regional deve ser discutido e tratado no Vale do Taquari.</p>

Além de um planejamento para dar conta dos aspectos citados, especificamente devem ser trabalhados os projetos que finalizem os acessos asfálticos para todos os municípios da região.

Fundamental, também, é considerar que no Vale tem uma estimativa de 1,81 habitantes para cada veículo.

Os trechos sem pavimentação são salientados em todas as reuniões municipais pelos representantes das cidades que não os possuem: de Arroio do Meio a Travesseiro - 5,9 Km; de Nova Bréscia a Coqueiro Baixo - 9,6 Km; de Boqueirão do Leão a Sério - 7 Km; de Forquetinha a Sério - 5 Km; de Arroio do Meio a Capitão - 16,5 Km.

No presente projeto, será tratado apenas do modal rodoviário, no que tange a acessos aos municípios da região sem pavimentação asfáltica, pois a questão das RS-130 e BR-386, do modal aéreo e hidroviário, dos planos de mobilidade urbana e regional, serão tratados individualmente em outros projetos.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estudo e criação do Projeto Executivo das referidas obras de asfaltamento.

Meta: Projeto Executivo das referidas obras de asfaltamento.

Prazo: 18 meses

Produto 2: Aprovação de todos os Licenciamentos necessários à execução das obras.

Meta: Licenciamentos aprovados

Prazo: 18 meses

Produto 3: Desapropriação das áreas necessárias para acostamento.

Meta: Obtenção de toda a área necessária à execução das obras de asfaltamento.

Prazo: 18 meses

Produto 4: Execução da Obra de asfaltamento.

Meta: Todos os trechos citados entre as cidades em questão, devidamente asfaltados.

Prazo: 60 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$75.800.000,00

Produto 1: R\$1.000.000,00

Produto 2: -

Produto 3: -

Produto 4: R\$74.800.000,00

Prioridade 10 - Projeto N°63

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Qualificar Energia Elétrica

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Ampliar a produção de energia elétrica regional.

Justificativa:

O Vale do Taquari tem possibilidade de gerar energia limpa, através de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs que, cumprindo o estabelecido em Lei, podem gerar energia para atender a demanda crescente.

O consumo de energia no Vale do Taquari cresceu, entre 2003/2013, 54%, o que demonstra o presente desenvolvimento e a ampla expansão do uso de equipamentos e máquinas elétricas. O incremento no uso de equipamentos elétricos está diretamente vinculado à produção de energia e a qualidade de seu fornecimento. O consumo não cresce mais em função da falta de energia trifásica no meio rural, onde a análise de dados mostra que a estruturação de rede de boa qualidade, como o caso de Dois Lajeados que atualmente conta com 95% da população rural atendida registrou um incremento de 300% no consumo de energia elétrica, após esta estruturação.

A ineficiência do setor energético no Vale do Taquari também influencia nosso crescimento econômico, incentivando o êxodo rural e, desta forma, reduzindo a renda média familiar destas famílias nas zonas urbanas. Existe um impacto social intangível pela falta de energia elétrica na região.

O Vale do Taquari quer crescer, as indústrias pretendem ampliar suas plantas produtivas, os produtores rurais pretendem ampliar o uso de equipamentos mais produtivos e seguros para melhor atender as exigências sanitárias, mas estão condicionados hoje ao limite de disponibilidade de energia.

A execução de projetos como este são de primeira necessidade quando se remete ao desenvolvimento regional, onde gerarão empregos locais, incentivarão a economia local e ainda irão gerar condições básicas de incentivo ao desenvolvimento.

3 - PRODUTOS DO PROJETO**Produto 1:** Licença Prévia do Meio Ambiente**Meta:** Liberação prévia da Secretaria do Meio Ambiente**Prazo:** 6 meses**Produto 2:** Licença de Instalação do Meio Ambiente**Meta:** Licença de Instalação do Meio Ambiente**Prazo:** 6 meses após liberação do Produto 1**Produto 3:** Processo de leilão para concessão da ANEEL**Meta:** Locais licitados para exploração da geração de energia**Prazo:** 3 meses após liberação do Produto 2**Produto 4:** Construção das hidrelétricas / PCH's**Meta:** Obra concluída**Prazo:** 24 meses após liberação do produto 3 (ANEEL encaminha cronograma de execução para empresas responsáveis pela exploração com data limite para início da operação)**6 - RECURSOS DO PROJETO****Valor total estimado do projeto:** R\$19.500.000,00**Produto 1:** -**Produto 2:** -**Produto 3:** -**Produto 4:** R\$19.500.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Duplicar a BR-386, entre Lajeado e Tio Hugo.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Proporcionar a melhoria da mobilidade regional pela da duplicação da BR-386 no trecho de Lajeado a Tio Hugo.
<p>Justificativa:</p> <p>O tema mobilidade regional é recorrente e nestas condições deve ser pensado em seus diferentes modais de transporte. Desde os acessos asfálticos pendentes até a interligação dos modais e transporte rodoviário – ferroviário - hidrovial – aéreo. Um planejamento de mobilidade urbana nos municípios e de mobilidade regional deve ser discutido e tratado no Vale do Taquari.</p> <p>Além de um planejamento para dar conta dos aspectos citados, especificamente deve ser trabalhada a questão da Duplicação da BR-386, de Lajeado a Iraí.</p> <p>Mais de 50% dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul transitam por esta rodovia. Foi a rodovia federal onde mais acidentes ocorreram nos anos de 2012 e 2013. Para tanto, é imprescindível para o Vale do Taquari, para o Estado do RS e para o Brasil, a execução da duplicação da BR-386 até o final do trecho no Estado, em Iraí.</p> <p>Nos trechos que cruzam as cidades do Vale do Taquari, a duplicação dos 33,4 quilômetros da BR-386, entre Tabai e Estrela, começou em 2010 e deveria ter sido concluído em maio de 2014. A obra, que em seu projeto executivo fora orçada inicialmente em R\$ 150 milhões, já conta com aditivos que somam R\$ 180 milhões. Com o valor apontado pelo Dnit como necessário à conclusão, o custo da obra alcançará os R\$ 200 milhões, acima do teto máximo de 25% de aditivos previstos pelo Ministério dos Transportes (Jornal O Informativo do Vale).</p> <p>O superintendente da PRF, Pedro de Souza, relata que nesse trecho, de janeiro de 2015 a setembro de 2016, 40% dos acidentes registrados, foram somente de colisões frontais (Entrevista ao Jornal O Informativo do Vale). Já para o inspetor-chefe da 4ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Ronaldo Becker Brito, relata: “Eu vejo com preocupação a não continuidade da obra, especialmente porque esta duplicação é extremamente importante para o trânsito do Rio Grande do Sul. O Vale do Taquari é ligado a outras regiões pela BR-386, e por isso ela precisa ser duplicada.” Ainda conforme o inspetor, trafegam por esse trecho cerca de 20 mil veículos via BR-386.</p> <p>Já no trecho entre Lajeado e Soledade a pista simples também clama por duplicação. Conforme Brito, “A PRF executa diversas ações que visam garantir a segurança dos usuários da BR-386, mas a duplicação da estrada faz parte da redução dos acidentes neste trajeto.” - Entrevista ao Jornal O Informativo do Vale (2016).</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Criação de EVTEA para a duplicação da BR-386 para as obras nos trechos da cidade de Lajeado a Tio Hugo.
Meta: EVTEA para a duplicação da BR-386 para as obras nos trechos da cidade de Lajeado a Tio Hugo.
Prazo: 12 meses

Produto 2: Projeto executivo para a duplicação da BR-386 para as obras nos trechos da cidade de Lajeado a Tio Hugo.
Meta: Projeto executivo para a duplicação da BR-386 para as obras nos trechos da cidade de Lajeado a Tio Hugo.
Prazo: 12 meses
Produto 3: Obtenção dos Licenciamentos e viabilização das desapropriações necessárias à finalização da referida obra.
Meta: Licenciamentos e viabilização das desapropriações necessárias à finalização da referida obra.
Prazo: 12 meses
Produto 4: Execução das obras de duplicação da BR-386 entre os municípios de Tabai a Tio Hugo
Meta: Duplicação da BR-386 entre os municípios de Tabai a Tio Hugo
Prazo: 120 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$229.900.000,00
Produto 1: R\$800.000,00
Produto 2: R\$3.000.000,00
Produto 3: -
Produto 4: R\$ 226.100.000,00

Prioridade 12 - Projeto N°67

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promover a implantação e efetivação da legislação acerca dos recursos hídricos na bacia hidrográfica.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Adequação dos municípios às diretrizes relacionadas à lei das águas e ao plano da Bacia Taquari-Antas.
Justificativa: A Lei nº 9.433/1997, também conhecida com “Lei das Águas”, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). Segundo a Lei das Águas, a Política Nacional de Recursos Hídricos tem seis fundamentos. A água é considerada um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. O instrumento legal prevê, ainda, que a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. A lei também prevê que em situações de escassez o uso prioritário da água é para o consumo humano e para a dessedentação de animais.

A Lei das Águas coloca em seu artigo 1º que a água é um recurso natural limitado, de domínio público, mas dotado de um valor econômico. Por ser limitado prevê-se que, em casos de escassez de água no país, seu uso deve ser prioritariamente destinado ao consumo humano e animal. O artigo ainda coloca a bacia hidrográfica como unidade territorial a ser adotada para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e termina colocando que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos são: garantir a disponibilidade de água à atual e às futuras gerações; utilizar de forma racional e integrada os recursos hídricos, baseado na ideia de desenvolvimento sustentável; e prevenir e defender o país contra possíveis eventos hidrológicos. Entre suas principais diretrizes de ação estão: a gestão dos recursos hídricos e sua adequação às diversidades do Brasil; a integração de tais recursos junto à gestão ambiental, à do uso do solo e à dos sistemas estuarinos e zonas costeiras; e a articulação do planejamento com o de outros setores usuários e o planejamento de diferentes níveis federativos.

Assim sendo e considerando os problemas enfrentados com relação à qualidade da água, hoje classificada como “Classe 4”, busca-se a implantação de ações que minimizem e solucionem o problema.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Promoção de Seminário entre as diversas entidades municipais, vigilância sanitária, sobretudo as Secretarias e Conselhos de meio ambiente, agricultura, desenvolvimento e planejamento com o tema central sendo o Plano da Bacia Taquari-Antas e suas diretrizes.

Meta: Execução de seminários municipais sobre as diretrizes do Plano da Bacia Taquari-Antas, em todas as cidades da região.

Prazo: 12 meses

Produto 2: Auditorias executadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e aplicações de sanções a todas as inadequações registradas nos 36 municípios do Vale quanto às diretrizes e leis relacionadas aos recursos hídricos da região.

Meta: Realização de 5 auditorias em cada um dos municípios da região, a cada 2 anos, acerca do cumprimento das diretrizes e leis relacionadas aos recursos hídricos.

Prazo: 60 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$36.000,00

Produto 1: R\$36.000,00

Produto 2: -

Prioridade 13 - Projeto N°76

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecer o transporte fluvial, com reestruturação dos portos de Estrela e Taquari para atendimento às demandas por transporte fluvial.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Fortalecer o transporte Fluvial pela reestruturação operacional e estrutural dos portos de Estrela e Taquari.
Justificativa: <p>Considerando-se a privilegiada posição geográfica da região localizada próxima a grandes centros produtores e consumidores estaduais, a possibilidade de viabilização do transporte fluvial traz uma força em evidência, podendo agregar a região vantagem competitiva baixando seus custos logísticos com ligações a outras regiões do estado.</p> <p>Com estrutura já existente, o que facilita o reestabelecimento operacional do transporte fluvial, o Vale do Taquari necessita otimizar o uso dos modais de transporte para obter ganhos econômicos.</p> <p>A subutilização existente hoje deprecia as estruturas e atrasa o desenvolvimento regional. O investimento para modernização destes espaços é importante para alavancar o desenvolvimento sustentável regional.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Manutenção e adaptação da infraestrutura dos Porto de Estrela e Taquari.
Meta: Readequação total da infraestrutura dos portos às atividades de recebimento e despacho de cargas e containers.
Prazo: 36 meses
Produto 2: Manutenção e desenvolvimento operacional dos Porto de Estrela e Taquari.
Meta: Readequação total do maquinário e equipamentos de cunho essencial às atividades dos portos, de recebimento e despacho de cargas e <i>containers</i> .
Prazo: 36 meses
Produto 3: Criação e execução de um plano feito em parceria com a Univates e CIC, para o incentivo da utilização dos Portos da região para despacho de exportação e recebimento de importação.
Meta: Tornar os portos autossustentáveis financeiramente.
Prazo: 12 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$9.000.000,00
Produto 1: R\$4.000.000,00
Produto 2: R\$5.000.000,00
Produto 3: -

Prioridade 14 - Projeto N°68

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Pavimentar a estrada que liga Muçum a Santa Teresa, que interliga duas regiões do Estado do RS.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Pavimentar a estrada que liga Muçum a Santa Teresa

Justificativa:

A estrada entre Muçum e Santa Teresa é importante para o desenvolvimento regional, uma vez que liga duas regiões do estado: o Vale do Taquari a serra gaúcha.

Além da facilidade do tráfego em si, o asfaltamento desta rodovia propiciará o desenvolvimento do turismo, facilitando o acesso de outras partes do estado para o Vale.

Não há como pensar em sustentabilidade econômica em uma região que não faz uso de seus principais acessos. A subutilização destes acessos ocorre em perdas econômicas para os municípios limítrofes à rodovia.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estudo e criação do Projeto Executivo da referida obra de asfaltamento.

Meta: Projeto Executivo da referida obra de asfaltamento.

Prazo: 18 meses

Produto 2: Aprovação de todos os Licenciamentos necessários à execução da obra.

Meta: Licenciamentos aprovados

Prazo: 18 meses

Produto 3: Desapropriação das áreas necessárias para acostamento.

Meta: Obtenção de toda a área necessária à execução das obras de asfaltamento.

Prazo: 18 meses

Produto 4: Execução da Obra de asfaltamento.

Meta: Todo o trecho citado entre as cidades em questão, devidamente asfaltado.

Prazo: 48 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$35.000.000,00

Produto 1: R\$1.000.000,00

Produto 2: -

Produto 3: -

Produto 4: R\$34.000.000,00

*Prioridade 15 - Projeto N°72***1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Adequar as rodovias RST-453 e RS-128.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Proporcionar melhor fluxo rodoviário por meio de adequações das rodovias.

Justificativa:

A RST-453 é a principal ligação entre o Vale do Taquari e a serra gaúcha, assim como a RS-128 atravessa longitudinalmente o município de Teutônia, realizando a ligação da RST-453 com a BR-386.

Por ser a principal ligação do Vale com a Serra, a RST-453, conhecida como Rota do Sol, possui um grande fluxo de veículos diários o que comporta em quase 100% sua capacidade de absorção do fluxo. Desta forma, afim de promover o desenvolvimento e também promover segurança entre os motoristas, a estrutura da rota deve ser aprimorada, através de possível duplicação, extensões de pista e adequações que promovam comodidade ao fluxo.

Por sua vez, a RS-128 absorve o fluxo interno do município de Teutônia além de absorver o fluxo do Vale que se direciona a região metropolitana, através da BR-386. Adequações como extensões de pista, trevos e possível duplicação também são necessárias neste trecho.

De modo geral, o fluxo de caminhões por estas rodovias é grande em função dos laticínios e frigoríficos presentes na região por onde cruzam estas rodovias.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Projeto de adequações

Meta: projeto realizado

Prazo: 12 meses

Produto 2: Execução de adequações

Meta: obra de adequações realizada

Prazo: 36 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$40.400.000,00

Produto 1: R\$400.000,00

Produto 2: R\$40.000.000,00

Prioridade 16 - Projeto N°64

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Criar gasoduto para o Vale do Taquari: desenvolvimento de projeto para a viabilização de gasoduto para o Vale do Taquari.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Possibilitar o fluxo de gás natural na forma comprimida para o Vale do Taquari através de um gasoduto.

Justificativa:

Expandir a rede de distribuição de gás natural e da carteira de clientes, especialmente no segmento de varejo, constituído por clientes residenciais e comerciais. Haverá a ampliação, também, do volume de gás natural distribuído a regiões com demandas potenciais significativas e da oferta de gás natural na forma comprimida (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Dentre os principais projetos, destacam-se: macrocélulas em Porto Alegre e Caxias do Sul; saturação das redes existentes (AÇO e PEAD); ramal UTE Rio Grande; interligação Polo Petroquímico Triunfo; interligação Canoas-Cachoeirinha; ramal Scharlau/Portão; ramal Alvorada; ramal Cavalhada; ramal Agronomia; Projetos Estruturantes (modal GNC) em Gramado/Canela e Santa Cruz do Sul. Esta ação contempla, ainda, a realização de projetos de infraestrutura que configuram melhorias no sistema de distribuição de gás natural e no atendimento aos clientes. Os projetos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha dutoviária de distribuição de gás, agregando valor ao produto e aos clientes.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estudo e criação do Projeto Executivo para verificar a viabilidade e questões a serem solucionadas para instalar o Gasoduto na Região.
Meta: Projeto Executivo da instalação do Gasoduto na Região.
Prazo: 18 meses
Produto 2: Aprovação de todos os Licenciamentos necessários à execução da obra de implantação do gasoduto.
Meta: Licenciamentos aprovados
Prazo: 18 meses
Produto 3: Desapropriação e aquisição das áreas necessárias para a passagem do gasoduto.
Meta: Obtenção de toda a área necessária à passagem do gasoduto.
Prazo: 18 meses
Produto 4: Execução da Obra de instalação do Gasoduto na região.
Meta: Gasoduto instalado na Região.
Prazo: 24 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$12.000.000,00
Produto 1: -
Produto 2: -
Produto 3: -
Produto 4: R\$12.000.000,00

Prioridade 17 - Projeto N°77

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecer o transporte aéreo, com consolidação e ampliação do aeródromo regional na cidade de Estrela.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Adequar a estrutura do Aeródromo à utilização por pequenas aeronaves.
Justificativa: <p>O tema mobilidade regional é recorrente e nestas condições deve ser pensado em seus diferentes modais de transporte. Desde os acessos asfálticos pendentes até a interligação dos modais e transporte rodoviário – ferroviário - hidroviário – aéreo. Um planejamento de mobilidade urbana nos municípios e de mobilidade regional deve ser discutido e tratado no Vale do Taquari.</p> <p>Além de um planejamento para dar conta dos aspectos citados, especificamente devem ser trabalhados o projeto do Aeródromo Regional, localizado em Estrela.</p>

O Aeródromo do Vale do Taquari, localizado no município de Estrela, possui uma pista de 570 metros e está inoperante. Pode este ser, junto com a ferrovia, hidrovia e as rodovias que perpassam essa região, uma conexão eficaz dos diferentes modais de transporte.

No entanto, necessitamos de apoio para executarmos etapas necessárias para a liberação da pista hoje existente e ampliação do aeródromo.

Neste aeródromo seria possível tráfego de aeronaves de pequeno e médio porte. A região percebe como é fundamental esse modal de transporte para aqueles interessados no Vale, possibilitarem suas vindas à região, tanto em se tratando de empreendedores, como do turismo e atendimentos de saúde, além de outros.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aprovação do plano de viabilidade técnica pela ANAC

Meta: Plano de viabilidade técnica aprovado pela ANAC

Prazo: 12 em meses

Produto 2: Prolongamento e pavimentação da pista de voo

Meta: Ampliação e pavimentação da pista de voo

Prazo: 12 meses

Produto 3: Adequação e pavimentação da estrada que liga o aeródromo à RS-129.

Meta: Pavimentação da estrada que liga o aeródromo à RS-129.

Prazo: 6 meses

Produto 4: Formação de um conselho dos pilotos de avião da região, para organizar as questões do crescimento do aeroporto.

Meta: Ampliação e pavimentação da pista de voo

Prazo: 12 meses

Produto 5: Privatização do Aeródromo mediante contrato de concessão municipal

Meta: Administração do Aeródromo repassada a uma empresa privada.

Prazo: 48 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$3.000.000,00

Produto 1: R\$1.000.000,00

Produto 2: R\$2.000.000,00

Produto 3: -

Produto 4: -

ESTRATÉGIA 7 - Consolidar a identidade do Vale do Taquari, a partir da integração interinstitucional e intermunicipal

Prioridade 1 - Projeto N°80

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliar a representatividade política e classista em instâncias regionais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Obter conscientização para a efetiva participação e construção coletiva de propostas que alavanquem o desenvolvimento regional.
Justificativa: <p>Diante o diagnóstico levantado no ano de 2016, verifica-se que, apesar de existirem diversas e diferentes formas de participação social, a região destaca sua baixa representação política partidária em se tratando de deputados estaduais, deputados federais e senadores. É aspecto relevante dos debates e indicado como uma das dificuldades de articulação regional, a referida falta de representação.</p> <p>Também, aspecto relevante e salientado na maioria das reuniões municipais, é a pouca participação nas diversas entidades existentes e a falta de lideranças para assumir as referidas.</p> <p>Deste modo, centralizam-se as decisões de impacto direto no desenvolvimento da região e na atuação em focos prioritários. O histórico de construção coletiva da região, pautado na cooperação, deve ser potencializado para que se traga melhores resultados junto a uma prosperidade sustentável.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Articulação entre as formas organizadas do Vale do Taquari
Meta: Plano de ação definido para potencializar os resultados
Prazo: 12 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: -

Prioridade 2 - Projeto N°82

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criar mecanismos e estruturas de gestão e execução do planejamento estratégico regional.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Somar ações e criar meios de executar o plano estratégico do Vale do Taquari.

Justificativa:

O processo de planejamento estratégico do Vale apresenta de forma estruturada as demandas regionais que travam o desenvolvimento e reduzem as expectativas de melhores indicadores sociais. Através de metodologia que engloba a participação plural e envolve a participação de todos os 36 municípios da região é nele que se pode verificar as prioridades que surgem da comunidade.

Entretanto, a dinâmica das rotinas diárias faz com que estas ações planejadas acabem no esquecimento em virtude da necessidade de resolver problemas pontuais que, diariamente, surgem em cada município. Desse modo, o Vale do Taquari perde investimentos e perde força de engajamento político para a concretização dos planos realizados.

Assim sendo, é evidente que se promova a formação de frentes de trabalho, que visem a execução do planejamento proposto para que a região cresça de forma sustentável.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação de Agência Regional de Projetos

Meta: Agência em funcionamento

Prazo: 18 meses

Produto 2: Engajamento da Amvat para a priorização dos projetos do Plano Estratégico

Meta: Termo de compromisso assinado

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$312.000,00 (mão de obra para gerenciamento da agência por 4 anos)

Produto 1: R\$312.000,00

Produto 2: -

*Prioridade 3 - Projeto N°79***1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Articular a formação de lideranças locais, setoriais e regionais.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Desenvolver lideranças para obter maior assertividade na implantação de projetos de desenvolvimento regional.

Justificativa:

O Vale do Taquari possui entidades de caráter local, microrregional e regional, das mais diversas representações, desde o próprio CODEVAT, até entidades regionais como Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT, Associação dos Vereadores do Vale do Taquari – AVAT, Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales – AMTURVALES, Colegiado de Desenvolvimento Rural do Vale do Taquari – CODETER Vale do Taquari, Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Taquari – CONSISA, Câmara de Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari – CIC/VT, além de associações, sindicatos, Rotary's, Lions Clubs, ONGs, que, de forma integrada ou não, buscam soluções para diferentes temas locais, setoriais e regionais.

Além disso, trabalha de forma participativa em entidades e conselhos criados no âmbito estadual e com papel regional, como o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e o Conselho Regional das Rodovias Pedagiadas – COREPE, trecho 7.

Também, o Vale sedia uma regional da EMATER/ASCAR, que contribui com a assistência técnica aos produtores rurais e possui instituições de ensino como a UNIVATES, a UERGS e a Faculdade La Salle, além de estruturas de pesquisa como a FEPAGRO.

Na UNIVATES está a sede do Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari – TECNOVATES e são implementados projetos vinculados ao Programa Polos do Estado do RS.

Diante tantas formas organizadas a região carece de novas lideranças e de maior número de pessoas envolvidas nas causas regionais, para desta forma obter acesso a projetos e recursos que alavanquem o desenvolvimento regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Promover a participação dos líderes regionais em capacitações estaduais e federais

Meta: Certificado de participação

Prazo: 24 meses

Produto 2: Promoção de programas de participação da comunidade nas causas regionais

Meta: Listas de presença

Prazo: 24 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: possíveis despesas pagas pelas organizações participantes

Prioridade 4 - Projeto N°84

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Estimular a execução e gestão de planejamento público.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Gerar maior resultado a longo prazo através de planejamentos de ações que atendam às necessidades regionais.

Justificativa:

De acordo com Santos (2011, p. 310) o “planejamento governamental pode ser compreendido como ação que antecede e condiciona a ação do Estado de modo a viabilizar as escolhas políticas”. Para Saldanha (2006, p. 23) o propósito do planejamento governamental é definir objetivos para o futuro e os meios de alcançá-los.

Atualmente os instrumentos presentes utilizados para o planejamento e orçamento público são: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Anual Orçamentária (LOA).

A realização do efetivo planejamento no setor público, visa o alcance da excelência na gestão pública, contribuindo assim, para a devida gestão dos recursos públicos disponíveis, consequentemente, proporcionando resultados positivos para a sociedade.

Através do processo de planejamento se agrega maior eficiência na execução das ações que beneficiam a comunidade de modo geral. É necessário o incentivo e o devido uso de ferramentas de planejamento para que haja um aprimoramento contínuo na execução de funções do poder público, reduzindo desta forma os custos de operação da máquina pública e melhorando o desempenho e a imagem do funcionalismo.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Curso de qualificação para conscientização de uso, ensino da elaboração e prática do processo de planejamento.

Meta: Cursos realizados em todos os municípios

Prazo: 24 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$180.000,00

Produto 1: R\$180.000,00

Prioridade 5 - Projeto N° 85

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Promover a visibilidade e a comunicação das instituições com a sociedade.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Fortalecer a imagem das instituições regionais para aproximar a sociedade

Justificativa:

O desenvolvimento do Vale do Taquari está diretamente relacionada à ação das instituições e entidades organizadas que trabalham em prol do crescimento regional. É evidente e necessário que se mantenha a ação destas organizações para que se obtenha a continuidade do crescimento até então notado.

Ao longo dos anos viu-se ocorrer o distanciamento da sociedade para com as organizações que trabalham em prol do desenvolvimento. Promover a visibilidade de tais instituições é de suma importância para que a região não perca sua história de trabalho em conjunto e de construção coletiva.

Desenvolver ações que promovam a aproximação dos atores envolvidos e, principalmente, para que tais ações resultem em atividades que a sociedade considere como relevantes para a gestão pública, para a ação local e para o desenvolvimento regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Organizar canal de comunicação de instituições com veículos de mídia regional

Meta: estrutura organizada

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

Prioridade 6 - Projeto N°83

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificar os mecanismos de gestão pública (pessoal e de estrutura) e do controle social (conselhos).
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Melhorar a qualificação dos recursos humanos e recursos físicos na gestão pública para potencializar os resultados gerados pelas atividades destes agentes.
Justificativa: <p>De acordo com Farah (1998), ao longo dos anos houve uma alteração nas formas de relacionamento entre poder público, sociedade civil e instituições não governamentais. Esta alteração ocorreu em função das diretrizes governamentais e também em função da necessidade de aplicação de projetos de assistência à população.</p> <p>Outro fator, ainda segundo Farah (1998), é devido a aproximação e atuação conjunta do poder público com organizações diversas, o que forçou a necessidade de melhorias de gestão e qualificação do funcionalismo.</p> <p>Entretanto, a qualificação pessoal somente não gera tantos resultados quanto a soma da qualificação pessoal aliada a promoção de estruturas adequadas para os serviços, resultando assim em melhoria da eficiência nas operações.</p> <p>Já aos conselhos sociais verifica-se a necessidade de integração e qualificação na gestão para que os problemas sociais eminentes sejam combatidos em sua raiz. Uma vez que esforços são realizados no combate a melhoria das condições de vida da população, busca-se assertividade na aplicação desta força.</p> <p>De modo conjunto, buscando qualificar os recursos envolvidos nestas operações, para que seja visto a produção de mais resultados com o uso dos mesmos recursos, gerando a otimização do sistema.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Cursos de qualificação dos recursos humanos
Meta: Cursos realizados
Prazo: 18 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$180.000,00
Produto 1: R\$180.000,00

Prioridade 7 - Projeto N°81

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Alavancar as relações interinstitucionais locais/regionais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: gerar mais resultado na execução de projetos e somar forças na realização dos mesmos através de apoio mútuo.

Justificativa:

O desenvolvimento do Vale do Taquari é relacionado diretamente à ação das instituições e entidades organizadas que trabalham em prol do crescimento regional. É evidente e necessário que exista uma integração das ações destas organizações para que se obtenha a continuidade do crescimento até então notado.

Ao longo dos anos viu-se ocorrer o distanciamento da sociedade com as organizações que trabalham em prol do desenvolvimento. Promover melhores relações entre tais instituições é de suma importância para que a região não perca sua história de trabalho em conjunto e construção coletiva.

Desenvolver ações que promovam a aproximação das partes e principalmente que entreguem união das atividades construídas pelas organizações são importantes para promoção de maiores esforços coletivos e desta forma, manter a força ativa em prol das ações que tragam mais crescimento sustentável regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Reuniões de alinhamento estratégico e plano de ação para geração de resultados das ações institucionais

Meta: Cronograma de reuniões

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

*Prioridade 8 - Projeto N°86***1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Homogeneizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Taquari.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Minimizar as microregionalizações do Vale do Taquari a fim de criar unicidade enquanto região e promover o desenvolvimento de forma conjunta.

Justificativa:

O desenvolvimento do Vale do Taquari está relacionado à ação das instituições e entidades organizadas que trabalham em prol do crescimento regional. É evidente e necessário que exista uma integração das ações dessas organizações para que se obtenha a continuidade do crescimento até então notado.

Ao longo dos anos viu-se ocorrer o distanciamento da sociedade para com as organizações que trabalham em prol do desenvolvimento.

Ainda, somado a esse distanciamento, vê-se a formação de instituições e a subdivisão do Vale do Taquari em microrregiões, que por ventura em alguns momentos podem se fazer importantes, mas também podem causar ruídos quando tratado o desenvolvimento.

A regionalização do Vale do Taquari divide forças e nos faz buscar por diferentes caminhos um mesmo objetivo, causando desgaste e demora na resolução de problemas locais.

Promover melhores relações entre as instituições assim como minimizar a regionalização interna do Vale é de suma importância para que a região não dívida esforços em mesmos objetivos.

Desenvolver ações que promovam a aproximação das partes e dessas microrregiões traz soma de forças e potencializa o desenvolvimento.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Promover alinhamento de estratégias e objetivos institucionais

Meta: Grupo de trabalho

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

Prioridade 9 - Projeto N°78

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Favorecer espaços e estimular a participação plural e cidadã.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Compreender a realidade regional ouvindo toda sociedade, sem distinções.

Justificativa:

Conforme o Decreto Nº 49.765, de 30/10/2012, deve-se considerar a ampliação da participação popular e cidadã por meio de um Sistema de Participação Popular Cidadã, que envolve um Gabinete Digital, um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselhos Regionais de Desenvolvimento, Consultas por votação de prioridades e Plenárias do Orçamento Participativo. Desse modo, os Direitos Políticos concedem ao cidadão a possibilidade de participação no processo político e nas decisões do país mediante os canais de comunicação. Portanto, o projeto é justificado pela necessidade na ampliação de espaços para estimulação da participação cidadã seja ela mediante ouvidorias, corregedorias, audiências públicas, conferências e conselhos.

Uma região só pode ser considerada desenvolvida uma vez que atenda às necessidades de todas as parcelas da população, indiferente a etnia, cor, religião ou situação econômica. Através da participação plural que se encontram os melhores resultados, onde a construção coletiva torna exponencial a criação de alternativas às demandas do Vale do Taquari.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Propiciar espaços para a participação plural e cidadã

Meta: Grupos de trabalho em operação

Prazo: 12 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

9 PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL

Nos dias 13 de dezembro de 2016, 16 de janeiro e 17 de janeiro de 2017, nos dois últimos virtualmente, os COREDES Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari, que conformam a região funcional 2, estiveram juntos discutindo os dez projetos prioritários dessa região funcional.

Após considerações e debate, com apresentação das prioridades de cada região, foram construídos projetos que contemplam as principais demandas desse território.

A seguir os dez projetos prioritários da Região Funcional 2:

Projetos prioritários Corede

Vale do Rio Pardo / Vale do Taquari

Projeto N°1

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento da Segurança Pública
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Oferecer condições de trabalho adequadas aos órgãos de segurança buscando a redução dos índices de criminalidade.
Justificativa: <p>A insegurança é tema recorrente e percebido pela sociedade como um dos mais prementes em atendimento. Os índices de criminalidade aumentaram e os tipos de crimes tornaram-se mais complexos. Em contrapartida, a estrutura da segurança é deficitária e, nestas condições, não consegue atender às demandas regionais. Assim, faz-se necessário um projeto que contemple a qualificação da segurança regional, desde estruturas, equipamentos e aumento do efetivo.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Aparelhamento dos órgãos de segurança pública. Meta: Equipamentos adquiridos (1 viatura leve, um <i>kit</i> informática, um conjunto armamento para cada município + 30 pickups viatura). Custo: R\$9.500.000,00 (R\$ 100.000,00 por município (23+36) Prazo: 24 meses
Produto 2: Construção e adequação das estruturas de segurança pública Meta: Construção de 2 Institutos Gerais de Perícia – IGPs Custo: R\$3.850.000,00 Prazo: 36 meses

<p>Produto 3: Construção e adequação das estruturas de segurança pública.</p> <p>Meta: Construção de 2 Delegacias especializadas em furtos, roubos, entorpecentes e capturas – DEFREC e aquisição de equipamentos internos de trabalho.</p> <p>Custo: 2 DEFREC: R\$ 1.400.000,00</p> <p>Equipamentos internos de trabalho: R\$ 400.000,00</p> <p>Prazo: 36 meses</p>
<p>Produto 4: Aumento do efetivo de segurança pública.</p> <p>Meta: Contratação de 440 profissionais para a região funcional 2.</p> <p>Custo: R\$1.980.000,00 (média de R\$4.500,00 por contratado)</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 17.130.000,00</p>
<p>Produto 1: R\$ 9.500.000,00</p>
<p>Produto 2: R\$ 3.850.000,00</p>
<p>Produto 3: R\$ 1.800.000,00</p>
<p>Produto 4: R\$ 1.980.000,00</p>

Projeto N°2

<p>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Título: Desenvolvimento e inovação tecnológica</p>
<p>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o desenvolvimento tecnológico e a agregação de valor através da geração de inovação em produtos e processos; - Difundir a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa e desenvolvimento entre as empresas e órgãos governamentais municipais da região; - Ampliar a articulação regional na perspectiva do desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e inovação.
<p>Justificativa:</p> <p>O presente projeto justifica-se, pois, a inovação é fonte de desenvolvimento de habilidades empreendedoras. Possibilita avançar na diversificação da economia regional e também trazer possibilidades de geração de emprego e renda, bem como possibilitar o conhecimento de novas tecnologias e troca de experiência. Há a necessidade de na região se difundir entre as empresas e os órgãos governamentais a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa, através de ações de cooperação e parceria entre o setor empresarial, o setor governamental e as universidades, de modo a superar a situação de baixa cooperação existente entre esses agentes e instituições. Por fim, é fundamental o apoio à pesquisa como impulsora de negócios inovadores.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Promoção e parcerias dos meios de pesquisa e desenvolvimento tecnológico regionais
Meta: Ampliar e consolidar parcerias regionais Custo: 0,00
Prazo: 180 meses
Produto 2: Financiamento de projetos nas estruturas de empreendedorismo, inovação e desenvolvimento tecnológico (Parques Científico e Tecnológico, Incubadoras Tecnológicas, Programa Pólos, entre outros).
Meta: Execução de três projetos de ciência e tecnologia, em cada região, por ano. Custo: R\$ 1.200.000,00 /anual
Prazo: 180 meses
Produto 3: Ampliação da atuação das Incubadoras Tecnológicas.
Meta: Ampliar a ação das incubadoras tecnológicas. Custo: R\$ 400.000,00/bianual. Prazo: 180 meses
Produto 4: Programas de qualificação em empreendedorismo inovação e novas metodologias (intraempreendedores, atores dos conselhos municipais e instâncias de articulação regionais, gestão pública e empresários)
Meta: Qualificar com um curso técnico por região ou 3 cursos de curta duração por região, a cada dois anos. Custo: R\$ 600.000,00/bianual
Prazo: 180 meses
Produto 5: Equipamentos para execução de pesquisa em ciência e tecnologia nos Parques Tecnológicos regionais
Meta: Aquisição de equipamentos para pesquisas. Custo: R\$1.000.000,00/bianual. Prazo: 180 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 32.000.000,00
Produto 1: R\$ 0,00
Produto 2: R\$ 18.000.000,00
Produto 3: R\$ 2.080.000,00
Produto 4: R\$ 4.200.000,00
Produto 5: R\$ 7.000.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Promoção da qualificação profissional e cidadã por meio da educação formal, não formal e profissionalizante, vinculadas aos valores regionais
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: <p>Elevar o nível de conhecimento da população vinculado à profissionalização e ao aumento da <i>expertise</i> local, alimentando também a presença dos valores regionais entre as relações.</p> <p>Ampliar e qualificar a formação técnica e profissionalizante da população regional de modo a contribuir com o aumento da competitividade das empresas e organizações da região.</p>
Justificativa: <p>As regiões identificam como uma das fraquezas regionais a carência de cursos técnicos e profissionalizantes para capacitar jovens e adultos, visando à qualificação dos recursos humanos existentes na região, de modo a contribuir com o desenvolvimento das empresas locais, com a manutenção e geração do emprego, e com ampliação da renda e de novas oportunidades de desenvolvimento econômico e social para os municípios da região, de modo a contribuir para a implementação da diversificação da economia dos municípios.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Pesquisa de opinião sobre a demanda de trabalhadores especializados quanto aos conhecimentos técnicos e profissionais necessários, junto às empresas e entidades de classe empresarial, cooperativas de produtores rurais, e sindicato dos trabalhadores rurais dos municípios.
Meta: Realizar pesquisa de opinião sobre o perfil da demanda de trabalhadores especializados quanto aos conhecimentos técnicos e profissionais necessários, nos municípios da região.
Custo: R\$100.000,00
Prazo: 24 meses
Produto 2: Curso de qualificação profissional identificado no diagnóstico;
Meta: Certificado de realização (12 cursos)
Custo: R\$690.000,00 (bianaual)
Prazo: 180 meses
Produto 3: Curso de qualificação técnica identificado no diagnóstico
Meta: Certificado de realização (4 cursos)
Custo: R\$1.230.000,00 (bianaual)
Prazo: 180 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 13.540.000,00
Produto 1: R\$ 100.000,00
Produto 2: R\$ 4.830.000,00
Produto 3: R\$ 8.610.000,00

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consolidar os APLs de forma autônoma e sustentável; - Criar, fortalecer e ampliar os programas de fomento à produção primária de alimentos; - Criar, fortalecer e ampliar os programas de fomento à agregação de valor aos alimentos minimamente processados e industrializados; - Criar, fortalecer e ampliar os programas de fomento à comercialização de produtos produzidos pela agricultura familiar, por meio de melhorias nas estruturas armazenagem, logísticas e pontos de vendas; - Criar, fortalecer e ampliar os repasses de recursos para incentivo aos APLs;
<p>Justificativa:</p> <p>Considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A estrutura fundiária regional caracterizada pela pequena propriedade rural com forte atuação da agricultura familiar e tradição na produção de alimentos; - A necessidade de promover condições efetivas para a diversificação produtiva para a região, buscando ampliar a renda das famílias de agricultores e a manutenção das famílias no meio rural; - As iniciativas já existentes de organização dos agricultores, cooperativas e associações de produtores e a institucionalização e o desenvolvimento inicial do APL da Agroindústrias, no Vale do Taquari e o APL da agroindústria Familiar, no Vale do Rio Pardo; - A necessidade e importância de ampliar e qualificar a produção de alimentos na região; <p>O referido projeto se apresenta como estratégico e de fundamental importância para o desenvolvimento regional.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Diagnóstico sobre a procedência dos alimentos consumidos pela população do Vale do Rio Pardo e Taquari
Meta: Levantar dados sobre o mercado de alimentos consumidos no VRP e Taquari para tornar a atividade mais atrativas aos agricultores familiares.
Custo: R\$ 800.000,00
Prazo: 48 meses
Produto 2: Produção primária de alimentos

Meta: Produzir todos os alimentos com viabilidade técnica de produção na região para atender 100% da demanda dos Vales do Rio Pardo e Taquari.
Custo: R\$ 22.000.000,00
Prazo: 48 meses
Produto 3: Industrialização de alimentos/formalização dos empreendimentos
Meta: Ampliar em 50% o número de empreendimentos de processamento mínimo e de industrializados com formalização/legalização de 90% de todos eles.
Custo: R\$ 14.000.000,00
Prazo: 48 meses
Produto 4: Comercialização de alimentos/estruturas de armazenagem
Meta: Ampliar e melhorar as estruturas de armazenagem para atender 100% da demanda regional de alimentos dos Vales do Rio Pardo e Taquari nos mercados institucional e de consumidores em geral.
Custo: R\$ 20.000.000,00
Prazo: 48 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 56.800.000,00
Produto 1: R\$ 800.000,00
Produto 2: R\$ 22.000.000,00
Produto 3: R\$ 14.000.000,00
Produto 4: R\$ 20.000.000,00

Projeto N°5

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliação e qualificação do Saneamento Regional: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e tratamento de resíduos (urbanos, rurais e industriais).
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar e qualificar a estrutura e os serviços de saneamento básico nos municípios da região.
Justificativa: Os indicadores de saneamento básico, aqui considerado esgotamento sanitário, acesso a água, drenagem urbana e coleta de lixo, são considerados incipientes nos Vales. Há grande despejo de esgoto <i>in natura</i> e falta de tratamento, somada a poluição do meio rural, com contaminação por agrotóxicos e alta carga orgânica decorrente das atividades de criação animal nos remete a uma realidade preocupante. Na medida que há tratamento adequado em se tratando do saneamento, há menores índices de problemas de saúde, nessas condições, um projeto amplo, que contemple o sistema de saneamento, é fundamental para a região funcional 2.

Nestas condições, considerando que o custo para universalizar o acesso aos 4 serviços do saneamento (água, esgotos, resíduos e drenagem) é de R\$ 508 bilhões, no período de 2014 a 2033 para o Brasil, segundo o Estudo Trata Brasil “*Ranking* do Saneamento – 2015” e que nos Vales existem 5% da população sem acesso à água, 90% sem acesso ao esgotamento, 100% sem acesso à drenagem urbana e 10% sem acesso à coleta de lixo e que, estes compõem um custo unitário de R\$2.540,00 em investimentos em saneamento por habitante, compõem-se o projeto.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Acesso da comunidade regional aos quatro serviços do saneamento (água, esgotos, resíduos e drenagem)

Meta: Universalização de acesso ao saneamento nos municípios da região

Custo: 1.100.000.000,00

Prazo: 180 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: 1.100.000.000,00

Produto 1: 1.100.000.000,00

Projeto N°6

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Incentivo à produção de energias renováveis e alternativas

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

- Estimular a produção de energia através da pesquisa de novas tecnologias;
- Contribuir para que os entes federados estimulem o desenvolvimento, produção e distribuição de energias renováveis e alternativas.

Justificativa:

Tema recorrente em nossa região, debatido em todos os setores, é a questão da produção e uso de energias renováveis. Para tanto, inúmeras alternativas, proposições, produtos e projetos inovadores são discutidos. No entanto, o papel regional é de fomentar ações e de articular linhas de investimentos para negócios inovadores nesta área, bem como de estimular pesquisas envolvendo universidades e empresas que inovam na produção de novas tecnologias, equipamentos que tornem viável economicamente a expansão do consumo de energia por meio do aproveitamento de fontes renováveis e alternativas.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Criação e ampliação de leis em âmbito federal estadual e municipais de incentivo fiscal à população e às empresas que fazem captação de energia solar para transformação em energia elétrica;

Meta: Criação de leis que contemplem a produção de energias renováveis e alternativas

Custo: 0,00

Prazo: 180 meses

Produto 2: Pesquisa em produção em energias renováveis orientadas a partir das peculiaridades regionais.
Meta: Desenvolver dois projetos de pesquisa em parcerias com empresas a cada dois anos.
Custo: R\$ 7.000.000,00
Prazo: 180 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 49.000.000,00
Produto 1: 0,00
Produto 2: R\$ 49.000.000,00

Projeto N°7

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificação e desenvolvimento do turismo regional.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: <ul style="list-style-type: none"> - Divulgar e aumentar o número de turistas no Vales do Taquari e Rio Pardo - Valorização dos recursos locais
Justificativa: <p>O projeto visa a construir na região uma visão mais abrangente do turismo, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da população, notadamente da população rural, por meio da geração de novas ocupações, de novos empregos e ampliação da renda, na atividade turística, visando, assim, promover também a diversificação da economia regional, especialmente no Vale do Rio Pardo, onde a economia é muito dependente da cadeia produtiva do tabaco, a qual enfrenta restrições na sua produção e na sua comercialização. O projeto é de suma importância para promover e desenvolver roteiros turísticos na região, buscando consolidá-la como um destino turístico, uma vez que existe grande potencial cultural, gastronômico e ambiental a ser valorizado e aproveitado economicamente, de modo sustentável. Importante ressaltar que a região também já possui em cada Vale, uma entidade de governança consolidada e reconhecida pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul – SETEL/RS onde, ambas, desenvolvem projetos em parceria com objetivo de alavancar a atividade turística regional com expressão estadual, nacional e internacionalmente.</p> <p>Portanto, com o desenvolvimento do projeto realizar-se-á um conjunto de ações buscando conscientizar, preparar e capacitar a população e os empreendimentos regionais, atualizando a inventariação dos atrativos e do patrimônio cultural, ambiental e histórico existente na região, provendo a melhoria da sinalização turística, e promovendo a qualificação dos trabalhadores e prestadores de serviços que atuam no setor turístico.</p>
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Fortalecer e ampliar os empreendimentos turísticos regionais
Meta: Mobilização dos atores regionais
Custo: 0,00

Prazo: 60 meses
Produto 2: Promover a ação “Aprendendo Turismo nas escolas” para alunos das escolas públicas nos municípios da região
Meta: Promover a ação “Aprendendo Turismo nas escolas”
Custo: 400.000,00 quinquenalmente
Prazo: 180 meses
Produto 3: Capacitação de profissionais que atuam na área de turismo nas regiões.
Meta: Capacitar 80 profissionais trienalmente
Custo: 400.000,00
Prazo: 180 meses
Produto 4: Inventário Turístico Regional
Meta: Convênio com estado assinado
Custo: 400.000,00
Prazo: 12 meses
Produto 5: Criação, integração e sinalização dos roteiros turísticos.
Meta: Criar 6 novos roteiros turísticos por região. Sinalizar todas as rotas turísticas.
Custo: 3.000.000,00
Prazo: 180 meses
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 6.600.000,00
Produto 1: R\$ 1.200.000,00
Produto 2: R\$ 2.000.000,00
Produto 3: R\$ 400.000,00
Produto 4: R\$ 3.000.000,00

Projeto N°8

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Qualificação da tecnologia da informação (fixa, móvel, <i>internet</i>)
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fornecer acesso de qualidade à tecnologia da informação para toda a população da Região Funcional 2 (COREDEs Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo)

Justificativa:

Há na região forte demanda para melhorar as condições para utilização da telefonia móvel, por meio da melhoria da potência e abrangência do sinal tanto nas sedes dos municípios, quanto principalmente nas zonas rurais, que possuem faixas de funcionamento e outras totalmente nulas obrigando as pessoas a deslocamentos de suas residências em caso de necessidade de utilização de telefone, bem como o sinal de *internet* o que dificulta a comunicação, e a circulação de informações para a atividade produtiva e comercial, bem como afeta especialmente o processo de aprendizagem nas escolas do meio rural, limitando, e por vezes impedindo, o pleno desenvolvimento do ensino e da aquisição de conhecimento. Além disso, o Custo Anual por Usuário (Gastos e Investimentos em TI no ano dividido pelo número de usuários) continua crescendo e atingiu R\$ 34.100,00. Estima-se que nos Vales tenhamos 15% da população urbana e 40% da população rural que não tenham acesso qualificado a tecnologia da informação. O fortalecimento das redes físicas para melhoria de telefonia móvel e estrutura física para telefonia física são fundamentais para a sustentabilidade do desenvolvimento.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Diagnóstico e estudo de viabilidade da implementação da tecnologia de informação nos municípios da região funcional 2, considerando telefonia fixa, móvel e *internet*.

Meta: Diagnóstico e estudo de viabilidade da implementação da tecnologia de informação

Custo: R\$500.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 2: Implantação da estrutura de toda a tecnologia de informação necessária aos municípios da região funcional 2, considerando telefonia fixa, móvel e *internet*.

Meta: Contemplar a totalidade da população urbana e rural atendidas por tecnologia de informação

Custo: R\$5.200.000.000,00

Prazo: 180 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: -

Produto 1: R\$500.000,00

Produto 2: R\$5.200.000.000,00

*Projeto N°9***1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Pavimentação asfáltica de acessos municipais

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**Objetivo:**

Proporcionar melhores condições de mobilidade urbana e entre municípios da região.
Ampliar e qualificar a malha rodoviária na região.

Justificativa:

A região dos Vales apresenta uma demanda histórica no âmbito da infraestrutura viária que é a urgente e necessária pavimentação de rodovias locais e regionais que ligam os municípios aos principais eixos rodoviários que cortam a região, como também a melhoria da qualidade das estradas regionais na região, de modo a contribuir com melhores condições para a circulação de pessoas, mercadorias, matérias primas e produtos no interior do território. A região dos Vales apresenta expressivo número de veículos por habitante, especialmente nos maiores centros urbanos, demandando melhores condições de trafegabilidade para a frota regional. Além disso, a pavimentação das estradas locais e regionais representará redução do tempo de deslocamento entre os municípios, redução do custo de transporte da produção e mercadorias entre os municípios, além de oferecer melhores condições de segurança ao tráfego intra-regional. É fundamental que durante a implementação desse plano regional todos os municípios da região tenham garantido o acesso pavimentado as suas sedes municipais, de modo a permitir uma mais efetiva e também estratégica articulação e integração territorial intra-regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Promoção de Fórum com entidades representativas dos modais existentes na região para realização de um diagnóstico

Meta: Diagnóstico sobre os principais problemas de mobilidade encontrados na região e possíveis soluções.

Custo: 0,00

Prazo: 12 meses

* Valores expressos em milhões de reais

Produto 2: Ligação asfáltica: Lagoão – Segredo (contrato de execução rescindido)

Meta: Ligação asfáltica de 28 Km (R\$ 1,7/Km)

Custo: R\$ 47.600.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 3: Ligação asfáltica: Lagoa Bonita do Sul - Passa Sete

Meta: Ligação asfáltica de 7 Km (R\$ 1,7/Km)

Custo: R\$ 11.900.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 4: Ligação asfáltica: Arroio do Tigre – Tunas

Meta: Ligação asfáltica de 35,5 Km (R\$ 1,7/Km)

Custo: R\$ 60.350.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 5: Acesso asfáltico aos municípios da região: Boqueirão do leão – Sério (7 Km – R\$ 11,8), Sério – Forquetinha (4.3 Km – R\$ 5,5) Lagoa Bonita do Sul (ERS-400 trecho AM 190 extensão 6,84 Km) e Tunas (ERS-525, trecho 0010, extensão 35,5 Km)

Meta: Ligação asfáltica de 53,64 Km (R\$ 1,7/Km)

Custo: R\$ 91.188.000,00

Prazo: 12 meses para conclusão

<p>Produto 6: Ligação da BR-386 com a RSC-153 - Progresso - Boqueirão do Leão (19,4 Km) - Gramado Xavier (23 Km); através da ERS-423 (concluída nas extremidades)</p> <p>Meta: Ligação asfáltica de 42,4 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 72.080.000,00</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 7: Conclusão da ERS-403, que liga Rio Pardo à Cachoeira do Sul (62,25 Km) – Existe contrato nº AJ/TP/015/16 – lote 1 Cachoeira (paralisado) 21,31 Km – lote 2 Santa Cruz do Sul 6 Km (R\$ 5,9) 40,94 Km</p> <p>Meta: Ligação asfáltica de 62,25 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 105.825.000,00</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 8: Ligação Asfáltica Ibarama a Agudo</p> <p>Meta: Ligação Asfáltica de 43,3 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 73.610.000,00</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 9: Ligação asfáltica VRS-847 Trecho 0010 entre ERS-409 (Vera Cruz) – Albardão – 12.91 Km tem contrato Nº PJ/TP/032/93 (empresa Ribas Construtora Ltda.) contrato com ordem de paralisação desde 13/9/2006 – Foram executados serviços parciais de terraplenagem, de bueiros e pavimentação (1,7 Km) e conta com projeto final de engenharia.</p> <p>Meta: Ligação asfáltica de 14,61 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 24.837.000,00</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 10: Ligação asfáltica da ERS-244 até o entroncamento da RSC-287 (Trevo de Venâncio Aires até Vale Verde) trecho 0110 entroncamento ERS-405 (Vale Verde) – entroncamento RSC-287/453 (P/Santa Cruz do Sul – início TRV – MUN) extensão de 16,5 Km – Contrato nº PJ/TP/282/98/10- (Construtora Pelotense) Com ordem de paralisação desde 14/6/2011</p> <p>Meta: Ligação Asfáltica de 16,5 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 28.050.000,00</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 11: Ligação asfáltica da ERS-405 até o Distrito industrial de Santa Cruz do Sul, na RSC-471 passando pelo município de Passo do Sobrado</p> <p>Meta: Ligação Asfáltica de 15 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 30.000.000,00</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 12: Conclusão da RST-410, ligando Candelária à RST-403 – extensão 21,31 Km – começa na entrada ERS-410 (A) (P/Bexiga) – Cachoeira do Sul – Contrato paralisado lote 1 – AJ/TP/015/16.</p> <p>Meta: Ligação Asfáltica de 21.31 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 36.227.000,00</p> <p>Prazo: 24 meses</p>

<p>Produto 13: Construção e manutenção continuada de sistemas de pesagem de cargas</p> <p>Meta: Construção e manutenção de sistemas de pesagem de cargas</p> <p>Custo: R\$ 2.400.000,00</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 14: Asfaltamento da estrada que liga Arroio do Meio a Travesseiro.</p> <p>Meta: Ligação asfáltica de 5,9 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 10.030.000,00</p> <p>Prazo: 6 meses</p>
<p>Produto 15: Asfaltamento da estrada que liga Nova Brésia a Coqueiro Baixo.</p> <p>Meta: Ligação asfáltica de 9,6 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 16.320.000,00</p> <p>Prazo: 10 meses</p>
<p>Produto 16: Asfaltamento da estrada que liga de Boqueirão do Leão a Sério.</p> <p>Meta: Ligação asfáltica de 7 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 1.900.000,00</p> <p>Prazo: 7 meses</p>
<p>Produto 17: Asfaltamento da estrada que liga de Forquetinha a Sério - 5 Km</p> <p>Meta: Ligação asfáltica de 5 Km (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 8.500.000,00</p> <p>Prazo: 5 meses</p>
<p>Produto 18: Asfaltamento da estrada que liga de Arroio do Meio a Capitão</p> <p>Meta: Ligação asfáltica de 16,5 (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 28.050.000,00</p> <p>Prazo: 16 meses</p>
<p>Produto 19: Pavimentar a estrada que liga Muçum a Santa Teresa</p> <p>Meta: Ligação asfáltica de 20,4 (R\$ 1,7/Km)</p> <p>Custo: R\$ 34.680.000,00</p> <p>Prazo: 21 meses</p>
<p>Produto 20: Duplicar a RSTs 129/130, entre Venâncio Aires e Encantado/Muçum</p> <p>Meta: Duplicação de 76 Km da RSTs 129/130</p> <p>Custo: R\$ 129.200.000,00</p> <p>Prazo: 76 meses</p>
<p>Produto 21: Duplicar a BR-386, entre Lajeado e Tio Hugo.</p> <p>Meta: Duplicação de 133 Km da BR-386</p> <p>Custo: R\$ 226.100.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 1.038.847.000,00</p>

Produto 1: R\$ 0
Produto 2: R\$ 47.600.000,00
Produto 3: R\$ 11.900.000,00
Produto 4: R\$ 60.350.000,00
Produto 5: R\$ 91.188.000,00
Produto 6: R\$ 72.080.000,00
Produto 7: R\$ 105.825.000,00
Produto 8: R\$ 73.610.000,00
Produto 9: R\$ 24.837.000,00
Produto 10: R\$ 28.050.000,00
Produto 11: R\$ 30.000.000,00
Produto 12: R\$ 36.227.000,00
Produto 13: R\$ 2.400.000,00
Produto 14: R\$ 10.030.000,00
Produto 15: R\$ 16.320.000,00
Produto 16: R\$ 1.900.000,00
Produto 17: R\$ 8.500.000,00
Produto 18: R\$ 28.050.000,00
Produto 19: R\$ 34.680.000,00
Produto 20: R\$ 129.200.000,00
Produto 21: R\$ 226.100.000,00

Projeto N°10

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento da Saúde Pública
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Adequar a regionalização da saúde, considerando os níveis de atenção: atenção básica, especialidades e complexidades.
Justificativa: De acordo com a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) deve-se utilizar um conceito ampliado de saúde, visando a promover a qualidade de vida, a equidade, e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de vida, ambiente, educação, condições de trabalho, moradia, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais. A promoção da saúde é uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso país, visando à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle social na gestão das políticas públicas.

Em se tratando da saúde regional, há um consenso de que saúde deve ser tratada regionalmente, com atendimento preventivo e curativo, de baixa, média e alta complexidade. A expectativa de vida na região é maior e a mortalidade infantil menor; no entanto, muitos aspectos da saúde devem ser avaliados em termos regionais.

Em nossa região temos 33 hospitais, tanto pequenos (hoje considerados classe 1) que fazem os atendimentos básicos, os de classe 2, quanto hospitais com atendimento de especialidades para o Estado do RS.

Entretanto, a falta de repasses de recursos do estado e a centralização de encaminhamentos de especialidades para grandes centros de atendimento estão eliminando a viabilidade econômica dessas pequenas redes de atendimento.

Também deve ser ampliado o atendimento dos Programas de Saúde da Família, que hoje são melhor estruturados nos municípios com população inferior a 5.000 habitantes. Estes programas são capazes de realizar a atenção primária e promover a saúde de forma preventiva, melhorando os indicadores na área e entregando a população melhor qualidade de vida.

A comunidade regional historicamente tem demandado a necessidade de ampliação dos leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs adulto e pediátrica) nos hospitais da região para promover melhores condições de atendimento da população regional. Atualmente, segundo dados do CNES (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde), de 2014, a região possui apenas 97 leitos de UTIs (adulto e pediátrica) em funcionamento nos hospitais da região. Essa oferta de leitos de UTI não é suficiente, na atualidade, para atender a demanda regional, o que tem levado ao direcionamento de pacientes em estado grave de saúde para os hospitais da região metropolitana de Porto Alegre, sobrecarregando a capacidade daqueles estabelecimentos. Em 2015 a região apresentava um total de 2.107 leitos para internação e outros 60 leitos complementares, totalizando 2.167 leitos gerais. Tem-se, assim, um percentual de 4,47% de leitos de UTI em relação ao total de leitos gerais, constatando-se um percentual abaixo do intervalo considerado ideal pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde, que estava entre 7% e 10%, em 2006. Além disso, no Vale do Rio Pardo há uma grande concentração espacial na região dos leitos de UTI, já que 100% deles estão localizados na região centro-sul (74% em Santa Cruz do Sul e 26% em Venâncio Aires), apresentando a inexistência desse serviço na microrregião do Centro Norte. Já no Vale do Taquari, a concentração de leitos de UTI estão concentrados 65% em Lajeado (38) e 35% em Estrela (20).

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Qualificação dos profissionais que atuam na área da saúde.

Meta: Realizar 02 cursos técnicos bianualmente

Custo: R\$615.000,00 X 7 (bianual) = R\$4.305.000,00

Prazo: 180 meses.

Produto 2: Readequação do recorte territorial das Coordenadorias de saúde conforme a regionalização dos COREDES

Meta: Adequação das Coordenadorias de saúde conforme a regionalização dos COREDES

Custo: 0,00

Prazo: 24 meses

<p>Produto 3: Revisão da utilização dos hospitais na região para definir quais devem permanecer atendendo como hospitais gerais, ou de retaguarda, ou como unidades de atendimento de nível básico; bem como para definir novos centros de referências ao atendimento de especialidades médicas.</p>
<p>Meta: Melhorar a alocação de recursos de saúde e a utilização de suas estruturas.</p> <p>Prazo: 36 meses</p>
<p>Produto 4: Ampliar o número de UTIs Adulto nos hospitais da região</p> <p>Meta: Criar, equipar e manter 40 UTIs Adulto nos hospitais da região</p> <p>Custo: R\$.243.600.000,00</p> <p>Prazo: 180 meses</p>
<p>Produto 5: Ampliar o número de UTIs Pediátricas dos hospitais da região</p> <p>Meta: Criar, equipar e manter 40 UTIs Adulto nos hospitais da região</p> <p>Custo: R\$ 243.600.000,00</p> <p>Prazo: 180 meses</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 491.505.000,00</p>
<p>Produto 1: R\$ 4.305.000,00</p>
<p>Produto 4: R\$ 243.600.000,00</p>
<p>Produto 5: R\$ 243.600.000,00</p>

10 GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO REGIONAL

A implementação e gestão do planejamento estratégico regional no Vale do Taquari perpassa a concepção de desenvolvimento regional explícita neste plano. Considera que este é resultado da construção da governança territorial que emerge da participação cidadã e da construção do capital social, por meio das redes de relações significantes.

Nesta construção, “a democracia constitui, portanto, um sistema político complexo, no sentido de que vive de pluralidades, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade” (MORIN, 2001, p. 108). E, muito além disso, Sekiguchi e Pires (1995, p. 230) salientam que, “na prática, a única solução é a união de forças que busquem, de fato, uma democracia verdadeiramente sustentável, tanto política e econômica, como cultural, social e eticamente”.

E é nestas condições que o planejamento será implementado, possibilitando que as redes de relações e a atuação cidadã possam conformar e possibilitar o desenvolvimento do Vale do Taquari.

O processo de construção da cidadania é perpassado por paradoxos na medida em que se explicitam três dinâmicas concomitantes – o reconhecimento e a construção das identidades dos distintos sujeitos sociais envolvidos, o contexto da inclusão das necessidades expressas pelos distintos sujeitos sociais e a definição de novas agendas de gestão, notadamente no que se refere à extensão dos bens a amplos setores da população. Esta noção de cidadania está estruturada a partir de uma definição legal dos direitos e deveres que a constituem (JACOBI, 1999, p. 34).

Dessa forma, pensar, discutir, propor um desenvolvimento regional sustentável é “antes de mais nada, um problema político e de exercício de poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-administrativas, da participação e do processo político” (FREY, 2001, p. 2).

Canclini (1999) e Minc (2005) enfatizam que, para um modelo de desenvolvimento poder ser considerado harmônico e sustentável, exige-se que ocorram “mudanças radicais na consciência da sociedade” (MINC, 2005, p. 147). Quando esta perceber a inter-relação entre os diversos meios: sociais, econômicos, ambientais, políticos e éticos, conscientizar-se que por meio da atuação do cidadão, da percepção do cidadão inserido nesta sociedade, como precursor das mudanças, poderá haver desenvolvimento regional.

Ferreira e Ferreira (1995, p. 29) enfatizam que a busca pelo desenvolvimento perpassa a atuação de organizações não-governamentais, grupos comunitários, empresários, instituições científicas e, principalmente, na atuação do Estado que “desempenha papel indispensável como indutor e gerenciador de uma parte dessas transformações”.

Assim, para possibilitar o desenvolvimento regional, Becker e Bandeira (2003) enfatizam que as iniciativas devem levar em conta e promover a acumulação do capital social, propiciando a participação dos vários atores sociais na busca de soluções de problemas de interesse comum.

A interação entre os diferentes segmentos da sociedade civil e a administração pública, por meio da participação local na formulação e na implementação das ações governamentais, deve ser vista como um instrumento importante para a consolidação de relações de confiança

entre os atores sociais, políticos e econômicos, públicos e privados, contribuindo, portanto, a longo prazo, para a acumulação de capital social (BECKER; BANDEIRA, 2003, p. 16).

No Vale do Taquari as instituições vinculadas ao planejamento são todas as previstas estatutariamente, mas, muito além destas, todo o cidadão que quiser e tiver interesse na participação. Assim, estão e estarão envolvidos no processo de gestão do plano, a diretoria do Conselho, o Conselho de Representantes, as Comissões Setoriais, os Comudes, os prefeitos municipais, vereadores, representantes de entidades locais e regionais e todos os membros da Assembleia Regional.

Além disso, a atuação do Conselho já fez um exercício mais amplo da atuação via redes sociais durante o processo de planejamento, que deverá ser ampliado no processo de gestão do planejamento. Também, as formas de divulgação das mídias tradicionais já utilizadas, como jornais, rádios e outros meios de comunicação, devem ser ampliadas em prol da participação plural e efetiva da sociedade do Vale do Taquari.

A partir desta perspectiva, os acordos sociais, via participação cidadã e construção do capital social possibilitam diferenciados modelos de governança territorial, esta entendida aqui como referindo-se “às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais” (DALLABRIDA, 2007, p. 6).

Desse modo, a noção de governança territorial vai além de uma simples forma de organização econômica inter-regional, definida pelo Estado ou por relações de troca puramente mercantis, associando-se também às modalidades de coordenação socioeconômicas [e ambientais] mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação, misto entre o político e o econômico [e ambiental], entre o local, o nacional e o global, com forte conteúdo territorial (FUINI, 2012, p. 94).

Assim, trata-se de respeitar os valores de cada região, propor a alteração dos papéis do Estado e da sociedade organizada e transformar a democracia participativa em participante, respeitando as diversidades socioculturais, isto tudo poderá promover a cultura democrática e participação cidadã, na construção do capital social.

Em suma, os atores locais e/ou regionais, aqui entendidos como as mais diversas representações públicas e privadas, das instituições organizadas, atuando em rede, possibilitam diferentes formas de gestão e implementação do plano estratégico de desenvolvimento.

No caso desta região, são apresentados os aspectos aprovados em assembleia no dia 1º de dezembro de 2016, que demonstram o arcabouço do modelo de gestão do plano.

Nestas condições, o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari como principal mediador do processo de implementação do Plano Estratégico Regional 2015-2030 e todas as entidades vinculadas e atuantes no referido plano, são os atores responsáveis por articular as diversas formas, condições, para que sejam executados os projetos propostos no referido plano.

Articuladamente serão os responsáveis por coordenar as ações estratégicas e táticas na gestão dos projetos hierarquizados pela região.

Tabela 2 - Comissões Setoriais e entidades coordenadoras

Estratégia Regional	Comissão Setorial	Responsável
Construir o Vale do Taquari a partir da perspectiva do desenvolvimento harmônico e sustentável.	Comissão Setorial do Desenvolvimento Harmônico e Sustentável	Coordenadoria Regional de Educação (3ª CRE), Secretaria Estadual da Saúde (16ª CRS)
Consolidar o Vale do Taquari como referência em produção de alimentos, agregando valor e obtendo a maior parte de integração nas operações produtivas oriundas do agronegócio.	Comissão Setorial da Produção de Alimentos	Colegiado do Território Rural do Vale do Taquari, CODETER
Agregar valor em novas cadeias e promover a diversificação produtiva do Vale do Taquari.	Comissão Setorial da diversificação produtiva	EMATER Regional
Desenvolver o empreendedorismo e inovação, pesquisa e desenvolvimento, e formas associadas como fundamentos nas mais diversas dimensões do desenvolvimento regional no Vale do Taquari.	Comissão Setorial do empreendedorismo e inovação	UNIVATES
Ampliar no Vale do Taquari a perspectiva do ambiente e do desenvolvimento sustentável como responsabilidade coletiva, priorizando o saneamento básico.	Comissão Setorial ambiental	Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas
Aprimorar a matriz estrutural do Vale do Taquari.	Comissão Setorial estrutural	Câmara de Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari
Consolidar a identidade do Vale do Taquari, a partir da integração interinstitucional e intramunicipal.	Comissão Setorial da identidade regional	CODEVAT e AMVAT

Nestas condições, a região definiu, conforme já explicitado, sete estratégias regionais e para cada uma das estratégias, elencou projetos com produtos a serem implementados, a curto, médio e longo prazos.

Serão mantidas as estruturas atuais e estatutárias de ação do Conselho, como a Diretoria Executiva, o Conselho de Representantes e as Assembleias Regionais ordinárias e extraordinárias. Especificamente as principais alterações e considerações se darão na conformação das Comissões Setoriais.

Assim, a partir de 2017, após a consolidação do plano, as Comissões Setoriais, já previstas estatutariamente pelo CODEVAT, serão revisadas do formato atual e vinculadas às estratégias. Ou seja, cada uma das estratégias irá formar uma Comissão Setorial, com uma coordenação definida e responsabilidade dos projetos vinculados a cada uma delas.

Ainda, para cada Comissão será formatado um plano de ação para acompanhamento e implementação dos projetos propostos, nas condições que seguem exemplificadas a seguir:

Tabela 3 - Modelo de Gestão do Plano Estratégico de Desenvolvimento

Estratégia Regional	Comissão Setorial	Projetos	Produtos	Responsável	Prazos	Custos	Cronograma	Observações
---------------------	-------------------	----------	----------	-------------	--------	--------	------------	-------------

Por fim, consolidadas as comissões setoriais a partir das estratégias regionais, o Vale do Taquari irá tratar da criação de uma Agência de Desenvolvimento Regional. Esta, como um possível órgão executor das decisões regionais. Assim, as instâncias de articulação e gestão do desenvolvimento teriam o papel deliberativos e a agência, executivo, dos projetos de desenvolvimento.

A perspectiva é de que a agência tenha o papel de integrar, articular e gerenciar projetos entre vários parceiros. Para que essa articulação ocorra, esses parceiros devem atuar como associados da agência (CASAROTTO FILHO, 2005).

Em suma, as instituições que participam da construção do Plano Estratégico Regional percebem como relevante e necessário a implementação de um órgão executor que capta recursos, contrata e operacionaliza os projetos, vinculado às instâncias de deliberação regionais.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento que o CODEVAT, com o apoio da Univates e participação de todas as entidades do Vale do Taquari, entrega à sociedade regional mais um plano regional, reforça-se a perspectiva de que esta é uma região plural e participativa, que discutiu e construiu aquilo que considera o melhor plano para o Vale.

São sete estratégias regionais que enfocam a perspectiva do desenvolvimento, das principais cadeias produtivas, da inovação, da sustentabilidade e da identidade regional.

Ainda, expõem os referenciais estratégicos que remontam ao fato de ser esta a região que se quer desenvolvida, que preza por valores coletivos e do sentimento de pertencimento ao Vale. Valoriza o relacionamento entre as instituições e as ações associativas.

Após 18 meses de trabalho foram criados e hierarquizados 85 projetos, que remontam a atuação da região e de suas instituições, da articulação de projetos estaduais e federais e da captação de outras fontes de recursos e busca de parceiros para a ação regional.

Por fim, cabe agradecer a todos os envolvidos e salientar que este é resultado da ação regional e sua implementação deve manter essa mesma perspectiva. O CODEVAT e o Vale têm clareza de que os melhores resultados de implementação só se darão com a ação de todos, envolvidos coletivamente e articuladamente.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, C. Desenvolvimento Regional no Vale do Taquari-RS: uma discussão de prioridades estratégicas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 179-203, 2015.
- AGOSTINI, C. O cumprimento do Objetivo Assegurar a Sustentabilidade Ambiental, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no Vale do Taquari/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 35, p. 103-141, 2016.
- AGOSTINI, C.; AREND, S.C. Desenvolvimento Regional Sustentável: indicadores e qualidade de vida no Vale do Taquari/RS. **COLÓQUIO**, v. 12, n. 2, p. 11-31, 2015.
- AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, RS – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, ano 8, n.1, p. 49-91, 2001.
- AMTURVALES. **Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales**. Disponível em: <<http://www.amturvales.com.br/eventos>>. Acesso em: 06 ago. 2016.
- ANEEL. Atlas de Energia Elétrica do Brasil. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf>>. Acesso em: 06 ago 2016.
- BARDEN, J. E. et al. A economia do Rio Grande do Sul no período entre 1920 e 1940: uma análise da região do Vale do Taquari. **Estudo & Debate**, ano 8, n.2, p. 7-55, 2001.
- BECKER, D.; BANDEIRA, P. **Programa de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião da metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003b.
- BRASIL. Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, **Lei Federal do Saneamento Básico**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- CARDOSO Jr., J. C.; MELO, V. Introdução. In: CARDOSO Jr., J. C. (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasil: IPEA, 2011.
- CARTA CAMPINAS. **Pesquisadora da USP monta mapa da contaminação por agrotóxico no Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://cartacampinas.com.br/2016/07/pesquisadora-da-usp-monta-mapa-da-contaminacao-por-agrotoxico-no-brasil>>. Acesso em: 05 ago. 2016.
- CASAROTTO FILHO, N. Níveis intermediários de governo no planejamento do desenvolvimento e a intervenção em aglomerações produtivas. **Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada, Fundação de Economia e Estatística**, 2005. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E4-10.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2017.
- CODEVAT. **Estratégias para o Desenvolvimento do Vale do Taquari**, 2015-2018. Lajeado: CODEVAT, 2014.
- CODEVAT. **Planejamento Estratégico Regional do Vale do Taquari**. Lajeado: CODEVAT, 2009.

COREDES-RS. **PRÓ-RS V**: propostas estratégicas para o desenvolvimento regionais no estado do RS (2015-2018). Lajeado: Editora da Univates, 2014.

COSTA, D. M.; BARBOSA, F.V.; SILVA, C.H.P. Empreendedorismo e inovação: o papel da educação superior nas economias mundiais. In: **Xi Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária Na América Do Sul**. Florianópolis: IGLU, 2011.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. In: Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol.XI, n.245. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2008.

DATASUS. **Dados do indicador de GINI**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirs.def>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo**. São Paulo: NPP/FGV-EAESP, 1998.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, L. da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995. p. 13-36.

FETAG e UNIVATES. **Dinâmica populacional e a sucessão da agricultura familiar no Vale do Taquari**. Lajeado: Univates, 2005.

FIRJAN. Índice Firjan de Gestão Fiscal, 2016. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifgf/>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

FREITAS, D. G. F. **Nível tecnológico e competitividade da produção de mel de abelhas (Apis mellifera) no Ceará**. Universidade Federal do Ceará. Departamento de Economia Agrícola. Fortaleza, 2003.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. In: **Ambiente & Sociedade**, ano IV, n°9, 2° semestre de 2001.

FUINI, L. L. Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos. **Interações, Campo Grande**, v.13, n.1, p. 93-104, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a08v13n1.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

HERRLEIN JR, R.; CARVALHO, V. R. F. O Vale do Taquari (Rio Grande do Sul) durante o período colonial brasileiro – 1500-1822. **Simpósio Historiassubregionales de Rio Grande do Sul y Uruguay**: ocupación territorial, inmigraciones y desarrollo socioeconómico, 1999.

HERRLEIN Jr., R. Tráfico mercantil, expropriação e escravização do indígena: o Vale do Taquari nos anos de 1500 a 1737. **Estudo & Debate**, ano 5, n.2, p. 65-103, 1998.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

JACOBI, Pedro. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, 8(1) p. 31-48, 1999.

JASPER, A. et al. **Utilização de parâmetros históricos-ambientais para avaliação de paisagem**: uma experiência na micro-bacia do Arroio da Seca, Região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil. 2009, no prelo.

KANG, T.H. et al. **O novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Novo Idese)**: aspectos metodológicos. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/20140805novo-idese-artigo-metodologia-28anpec-sul29-2.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

KLEIN P. G., MAHONEY J. T., MCGAHAN A. M., PITELIS C. N. Toward a theory of public entrepreneurship. **European Management Review**. Vol. 7, 1-15, 2010.

KONRAD, Odorico et al. **Atlas das biomassas do Rio Grande do Sul para produção de biogás e biometano**. Lajeado. Editora: Univates, 2016.

LAVALLE, A. G. (Org.). **Horizonte da política**: questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo: UNESP. Cebrap: CEM, 2012.

MARQUES, E. et al. Os desafios da Metrópole: desigualdades sociais, Estado e segregação na metrópole. In: LAVALLE, A. G. (Org.). Os horizontes da política. São Paulo: Unesp, 2011.

MDS. **Relatórios de Informações Sociais**, 2015. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php?kseg=1>>. Acesso em: 22 out. 2015.

MDS. **Relatórios de Informações Sociais**, 2016. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php?kseg=1>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

MINC, C. **Ecologia e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Décio Estevão do LABIAK JUNIOR, Silvestre. **Ambientes e dinâmicas de cooperação para a Inovação**. Curitiba. Ayamará. 2011.

NEDET. **Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial**. Disponível em: <<http://www.participa.br/profile/nedets>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

OLIVEIRA, C. A. B. de. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: UNESP, 2003.

PNPS. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

PORTAL ODMs. **Acompanhamento brasileiro dos objetivos de desenvolvimento do milênio**. 2015. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/dnfile/606-relatorio-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-2015-06-07-2015/pdf/publicacoes/1/relatorio-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-2015.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

REZENDE, F. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. In: CARDOSO Jr., J. C. (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. estrutura das revoluções científicas**. Brasil: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs_Ipea_Cepal/tdcepal_004.pdf>.

SANTOS, Clézio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, E. A. V. **A reinvenção do planejamento no Brasil: diálogos para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2011. p. 307-336.

SEFAZ. Secretaria da Fazenda do Estado do RS. 2016. Disponível em: <<http://www.fazenda.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SEKIGUCHI, C.; PIRES, E. L. S. Agenda para uma economia política da sustentabilidade: potencialidades e limites para o seu desenvolvimento no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 195-207.

SEMA. **Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/bacia-hidrografica-taquari-antas>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SEPLAN. **Perfil Socioeconômico do COREDE Vale do Taquari**. Porto Alegre: Governo do Estado do RS, 2015. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095341-perfis-regionais-2015-vale-do-taquari.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SETUR. **Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul**. 2016. Disponível em: <<http://www.setel.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

SIEDENBERG, D. R. (Org.). **Orientações para o processo de planejamento estratégico regional dos COREDES-RS**. Ijuí, maio de 2009. mimeo.

VALEC. **Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.** Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2014.



O Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT surgiu em 1991 a partir da articulação de duas entidades: a Fundação Alto Taquari de Ensino Superior – Fates e a Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT. Em maio do ano supracitado, a Fates encarregou-se de organizar um plano de ação para a implementação da proposta de um Conselho Regional de Desenvolvimento no Vale do Taquari. Em agosto do mesmo ano, a Fundação coordenou sete reuniões microrregionais envolvendo 300 lideranças para apresentar os primeiros subsídios levantados e entregar um questionário a ser preenchido por cada um dos 24 municípios, procurando identificar problemas, potencialidades e prioridades municipais e regionais.

Nestas reuniões confirmou-se a necessidade do CODEVAT desempenhar o papel de articulador e promotor de ações fundamentais para o desenvolvimento da região. Atualmente, agrega 36 municípios e fundamenta-se nos princípios da indivisibilidade do ser humano e sua condição indeclinável de sujeito da história; do respeito à individualidade e à consequente pluralidade de representação; do desenvolvimento entendido como resultado da ação do homem, o qual, capaz de interferir na realidade, a modifica a partir da perspectiva da história, tendo em vista o crescimento de seu patrimônio cultural e material, garantido o consumo deste de forma justa entre os indivíduos e preservada a relação harmoniosa dos homens com a natureza e dos homens entre si; da democracia na dinâmica dos processos e nas decisões; e, da visão do Vale do Taquari como unidade regional que transcende aos simples somatório de áreas geográficas municipais. A busca pelos consensos regionais, com as diferentes representatividades setoriais, microrregionais e de interesses dos mais diversos, nortearam e norteiam a atuação do CODEVAT.

Em suma, este é o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari e, por isso, objetiva principalmente promover o desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações do governo da região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e à recuperação do meio ambiente.

ISBN 978-85-8167-200-7



9 788581 672007

EDITORA
UNIVATES